



**Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade de São Paulo**

Sergio Sandler

os lugares esquecidos

**produção e sentido
dos espaços livres residuais
na periferia da periferia
da metrópole**

São Paulo março 2020

OS LUGARES ESQUECIDOS

Produção e sentido
dos espaços livres residuais
na periferia da periferia
da metrópole

Sergio Sandler

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade de São Paulo
para obtenção do Título de Doutor

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo

Orientador: Prof. Dr. Eugênio Fernandes Queiroga

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À VERSÃO ORIGINAL,
SOB RESPONSABILIDADE DO AUTOR E ANUÊNCIA DO ORIENTADOR.

A versão original, em formato digital, ficará arquivada na Biblioteca da Faculdade.

São Paulo, 8 de julho de 2020

Folha de aprovação

Nome: Sergio Sandler

Título: Os lugares esquecidos

Tese de Doutorado apresentado à

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Área de Concentração: Paisagem e Ambiente

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Sandler, Sergio

Os lugares esquecidos: produção e sentido das espigas
livres residuais na periferia da periferia da metrópole /
Sergio Sandler; orientador Eugênio Queiroga. - São Paulo,
2020.

186 p.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Paisagem
e Ambiente.

1. Planejamento Territorial Urbano. 2. Áreas
Metropolitanas. 3. Meio Ambiente Urbano. 4. Renovação
Urbana. I. Queiroga, Eugênio, orient. II. Título.

Dedicatória

Aos meus amores

Sylvia

minha companheira, cúmplice, exemplo,
referência fundamental.

Luiza, Guilherme, Carlos, David, Eduardo, Lara e Elis
meus filhos e netos, pedaços de mim no mundo
sem os quais não me concebo nem existo.

Ricardo, que mostrou-me que o afeto
é algo incondicional.

Agradecimentos

Ao Prof. Dr. Eugenio Fernandes Queiroga, meu orientador, interlocutor preciso e atento, que me fez ver o que não via e escutar o que não ouvia.

Aos amigos preciosos, arquitetos urbanistas idem, Zico Rolemberg, Cláudio Manetti, Décio Amadio, Celso Pazzanese, Nuno Fonseca, Marcos Costa e Roberto Fialho, com quem dividi e divido mesas, conversas e angústias fundamentais.

Ao Prof. Dr. Flávio Sammarco Rosa, geógrafo, amigo generoso, professor de fato, com quem aprendi a ver de forma muito mais ampla os lugares do mundo que percorremos juntos em inúmeras jornadas.

Ao geógrafo Ms.c Marcos Rosa, da mesma cepa que o pai, igualmente generoso, cuja pesquisa cartográfica de ponta possibilitou em boa medida o desenvolvimento desta tese.

Aos meus mais de três mil alunos nestes trinta anos de atividade didática em escolas de arquitetura e urbanismo, em especial do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Artes Plásticas da Fundação Armando Álvares Penteado e da Escola da Cidade, com quem aprendi que ou aprendemos juntos ou não se aprende nada.

Caminante, son tus huellas
el camino y nada más;
Caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.
Al andar se hace el camino,
y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar.
Caminante no hay camino
sino estelas en la mar.

Antonio Machado, Campos de Castilla
Proverbios y cantares, nº XXIX

Resumo

A tese aborda os espaços livres residuais na periferia da metrópole, como um fenômeno local, particular e característico, vinculado a outro, de ordem geral, respectivo ao território ampliado da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

Defende-se a qualificação destes espaços pela ação participativa de projeto, entendida como ação direta no espaço local de um grupo social organizado segundo um objetivo específico.

Abstract

The thesis addresses the residual free spaces on the periphery of the metropolis, as a local phenomenon, particular and characteristic, linked to another, of a general order, corresponding to the expanded territory of the Metropolitan Region of São Paulo (RMSP).

The qualification of these spaces is advocated by the participatory project action, understood as direct action in the local space of a social group organized according to a specific objective.

Lista de figuras

Capítulo 1 - Os lugares esquecidos

Figura 1 – Ferraz de Vasconcelos – Partida do sobrevoo de 26/05/2015. p. 23.

Figura 2 – Ferraz de Vasconcelos, Vila Jamil, p. 24.

Figura 3 – Ferraz de Vasconcelos, Jardim Ipanema, p. 25.

Figura 4 – Ferraz de Vasconcelos, ocupações irregulares ao sul do Jardim Pérola III, p. 25.

Figura 5 – Ferraz de Vasconcelos – Jardim Pérola III, p. 26.

Figura 6 – Ferraz de Vasconcelos – Vila Jamil, p. 27.

Figura 7 – Ferraz de Vasconcelos – Jardim Pérola III, p. 28.

Figura 8 – Ferraz de Vasconcelos – Vila São Sebastião, p. 29.

Figura 9 – Ferraz de Vasconcelos – Jardim Pérola III, p. 32.

Figura 10 – Ferraz de Vasconcelos – Jardim Angelina, p. 33.

Figura 11 – Ferraz de Vasconcelos – Jardim Aglaé, p. 33.

Figura 12 – Ferraz de Vasconcelos – Parque São Francisco, p. 35.

Figura 13 - Ocupações irregulares ao sul do Jardim Pérola III, p. 37.

Figura 14 - Ferraz de Vasconcelos . Jardim Pérola III, p. 42

Figura 15 - Ferraz de Vasconcelos Ocupações irregulares ao sul do Jardim Pérola III. p. 42.

Figura 16 – Figura 16 - PDFV 2015 - Processo participativo p. 43.

Figura 17 – Ferraz de Vasconcelos – Área de Proteção e Recuperação de Mananciais, bacia do Rio Guaió, p. 44.

Figura 18 – Ferraz de Vasconcelos – Urbanização a oeste da Vila Cristina, p. 49.

Figuras 19, 20, 21, 22, 23, 24 - Imagens do Relatório 4 - Processo participativo, revisão do plano diretor de Ferraz de Vasconcelos, p. 51.

Figura 25 – Ferraz de Vasconcelos – Urbanização em prolongamento ao sul do Jardim Pérola III, p. 52.

Capítulo 2 - Ação e participação

Figura 26 – Cartaz estudantil francês, 1968, p. 57.

Figura 27 – A escada da participação cidadã, p. 36.

Figura 28 – Favela de Brás de Pina, Rio de Janeiro, p. 72.

Figura 29 – Plano de urbanização da favela Brás de Pina, desenhos

conceituais Quadra Arquitetos. p. 73

Figura 30 – Plano de urbanização da favela Brás de Pina, desenhos arquitetônicos desenvolvidos por moradores e projetistas, Quadra Arquitetos, p. 73.

Capítulo 4 - Espaço modos de ver e pensar

Figura 31, 32 – Villaggio Matteotti, Terni, Italia. Vistas, p. 78.

Figura 33 - Giancarlo de Carlo em discussão com estudantes e populares, 1968, Roma, Itália, p. 81.

Figura 34 - PDFV 2015 - Metodologia cartográfica correlativa. Fluxograma, p. 102.

Figura 35 - PDFV 2015. Base cartográfica, escala 1:12500 (original), p. 104.

Figura 36 - PDFV 2015 - Mapa hipsométrico, p. 104.

Figura 37 - PDFV 2015 - Mapa clinográfico. p. 104.

Figura 38 - PDFV 2015 - Mapa bacias hidrográficas, p. 104.

Figura 39 - PDFV 2015 - Mapa geomorfopedológico, p. 104.

Figura 40 - PDFV 2015 - Mapa de legislação e conflitos ambientais, p. 105.

Figura 41 - PDFV 2015 - Mapa de uso do solo, p. 105.

Figura 42 - PDFV 2015 - Mapa de aptidão ao assentamento urbano, p. 105.

Figura 43 - PDFV 2015 - Mapa Fragilidades ambientais e potenciais de uso, p. 105.

Capítulo 5 - A qualificação dos espaços livres residuais: ensaios de estratégia, método e escala

Figuras 46, 47, 48, 49 - Região Metropolitana de São Paulo. Evolução de uso do solo e cobertura, período 1985-1995, pp. 134-135.

Figura 50 – RMSP – Sólido equivalente ao crescimento da área urbanizada no período de trinta anos, p. 137.

Figuras 50, 51, 52, 53 (página oposta) – RMSP – Ferraz de Vasconcelos. Evolução de uso do solo e cobertura, período 1985-1995, p. 138-139.

Figuras 54, 55, 56, 57 (página oposta) – RMSP – Poá. Evolução do uso do solo e cobertura, período 1985-1995, pp. 140-141.

Figuras 58, 59, 60, 61 – RMSP – Itaquaquecetuba. Evolução do uso do solo e cobertura, período 1985-1995, pp. 142-143.

Figuras 62, 63, 64, 65 (página oposta) – RMSP – Barueri. Evolução do uso do solo e cobertura, período 1985-1995, pp. 144-145.

Figuras 66, 67, 68, 69 (página oposta) – RMSP – Carapicuíba. Evolução do uso do solo e cobertura, período 1985-1995 , pp. 146-147.

Figuras 70, 71, 72, 73 – RMSP – Jandira. Evolução do uso do solo e cobertura, período 1985-1995 , pp. 148-149.

Figuras 74, 75, 76, 77 – RMSP – Itapevi. Evolução do uso do solo e cobertura, período 1985-1995 , pp. 150-151.

Figuras 78, 79, 80, 81 – Ferraz de Vasconcelos – Cercamento e prolongamento, recortes exemplares – 1985-2015. Elaboração do autor, p. 154.

Figuras 82, 83, 84, 85 – Poá – Cercamento e prolongamento, recortes exemplares – 1985-2015, p. 154.

Figuras 86, 87, 88, 89 – Itaquaquecetuba – Cercamento e prolongamento, recortes exemplares – 1985-2015, p. 154.

Figuras 90, 91, 92, 93 – Barueri – Cercamento e prolongamento, recortes exemplares – 1985-2015, p. 155.

Figuras 90, 95, 96, 97 – Carapicuíba – Cercamento e prolongamento, recortes exemplares – 1985-2015, p. 155.

Figuras 98, 99, 100, 101 – Jandira – Cercamento e prolongamento, recortes exemplares – 1985-2015, p. 155.

Figuras 102, 103, 104, 105 – Itapevi – Cercamento e prolongamento, recortes exemplares – 1985-2015, p. 155.

Figura 106 a, b - Barueri, RMSP - 2019. (a) Uso do solo e cobertura, (b, ao lado) Vegetação . Excertos, pp. 156-157.

Figura 107 – Ferraz de Vasconcelos, RMSP – p.158.

Figura 108 – Ferraz de Vasconcelos, RMSP – Uso do solo e cobertura – 2019, esc. 1:50000, p.158.

Figura 109, 110 (ampliação) – Ferraz de Vasconcelos, RMSP – Mapa de espaços livres – classes floresta e campo, 2019, esc. 1:50000, p. 159.

Figura 111 – Itaquaquecetuba, RMSP, p. 160.

Figura 112 – Itaquaquecetuba, RMSP – Uso do solo e cobertura – 2019, esc. 1:50000, p. 160.

Figura 113, 114 (ampliação, página oposta) – Itaquaquecetuba, RMSP – Mapa de espaços livres – classes floresta e campo, 2019, esc. 1:50000, pp. 160-161.

Figura 115 – Poá, RMSP, p. 162.

Figura 116 – Poá, RMSP – Uso do solo e cobertura – 2019, esc. 1:50000, p. 162.

Figura 117, 118 (ampliação, página oposta) – Poá, RMSP – Mapa de espaços livres – classes floresta e campo, 2019, esc. 1:50000, pp. 162-163.

Figura 119 – Barueri, RMSP, p. 164.

Figura 120 – Barueri, RMSP – Uso do solo e cobertura – 2019, esc. 1:50000, p. 164.

Figura 121, 122 (ampliação, página oposta) – Barueri, RMSP – Mapa de espaços livres - classes floresta e campo 2019, esc. 1:50000, pp. 164-165.

Figura 123 – Carapicuíba, RMSP, p. 166.

Figura 124 – Carapicuíba, RMSP – Uso do solo e cobertura – 2019, esc. 1:50000, p. 166.

Figura 125, 126 (ampliação, página oposta) – Carapicuíba, RMSP – Mapa de espaços livres, classes floresta e campo, 2019, esc. 1:50000, pp. 166-167.

Figura 127 – Jandira, RMSP, p. 168.

Figura 128 – Jandira, RMSP – Uso do solo e cobertura – 2019, esc. 1:50000, p. 168.

Figura 129, 130 (ampliação, página oposta) – Jandira, RMSP – Mapa de espaços livres – classes floresta e campo, 2019, esc. 1:50000, pp. 168-169.

Figura 131 – Itapevi, RMSP, p. 170.

Figura 12 – Itapevi, RMSP – Uso do solo e cobertura – 2019, esc. 1:50000, p. 170.

Figura 133, 134 (ampliação, página oposta) – Itapevi, RMSP – Mapa de espaços livres 1:50000, Classes floresta e campo – 2019, esc. 1:50000, pp. 170-171.

Lista de tabelas e quadros

Capítulo 1 - -Os lugares esquecidos

Tabela 1 – Região Metropolitana de São Paulo – Crescimento populacional absoluto, p. 31.

Tabela 2 – PDFV 2-015 – Quadro metodológico da revisão do plano diretor de Ferraz de Vasconcelos, 2015, p. 12.

Tabela 3 – PDFV 2-015 – Tabela-síntese das atividades participativas da revisão do Plano Diretor de Ferraz de Vasconcelos, p. 12.

Lista de quadros

Quadro 1 – PDFV 2-015 – Quadro metodológico da revisão do plano diretor de Ferraz de Vasconcelos, 2015, p. 43.

Quadro 2 - PDFV 2-015 – Tabela síntese das atividades participativas da revisão do plano diretor de Ferraz de Vasconcelos, p. 47.

Capítulo 2 - Ação e participação

Tabela 4 – RMSP – Uso do solo e cobertura, classes de uso e áreas, p. 5

Tabela 5 – Dinâmica do uso do solo e cobertura – Quadro analítico de áreas, período 1985-2015, p. 5.

Tabela 6 – Balanço de áreas – Classes 3 e 24, período 1985-2015, p. 5.

Capítulo 5 - A qualificação dos espaços livres residuais: ensaio de estratégia, método e escala

Tabela 7 - RMSP - Uso do solo e cobertura , classes de uso e áreas, p. 136.

Tabela 8 - Ferraz de Vasconcelos - uso do solo, 1985, p 138.

Tabela 9 - Ferraz de Vasconcelos - no. de fragmentos classe 3 - entre 900 e 5000 m2, 1985, p. 138.

Tabela 10 - Ferraz de Vasconcelos - uso do solo, 2015, p. 139.

Tabela 11 - Ferraz de Vasconcelos - no. de fragmentos classe 3 - entre 900 e 5000 m2, 2015, p. 139.

Tabela 12 - Poá - uso do solo, 1985, p. 140.

Tabela 13 - Poá - no. de fragmentos classe 3 - entre 900 e 5000 m2, 1985, p. 140.

Tabela 14 (acima) - Poá - uso do solo, 2015, p. 142.

Tabela 15 (ao lado) - Poá - no. de fragmentos classe 3 - entre 900 e 5000 m2, 2015, p. 142.

Tabela 18- Itaquaquecetuba - uso do solo, 2015, p. 143.

Tabela 19 (ao lado) - Itaquaquecetuba - no. de fragmentos classe 3 - entre 900 e 5000 m2, 2015, p. 143

Tabela 20 (acima) - Barueri - uso do solo, 1985, p. 144.

Tabela 21 (ao lado) - Barueri - no. de fragmentos classe 3 - entre 900 e 5000 m2, 1985, p. 144.

Tabela 22 (acima) - Barueri - uso do solo, 2015, p. 145.

Tabela 23 (ao lado) - Barueri - no. de fragmentos classe 3 - entre 900 e 5000 m2, 2015, p. 145.

Tabela 24 (ao lado) - Carapicuíba - uso do solo, 1985, p. 146.

Tabela 25 (abaixo) - Carapicuíba - no. de fragmentos classe 3 - entre 900 e 5000 m2, 1985, p. 146.

Tabela 26 (ao lado) - Carapicuíba - uso do solo, 2015, p. 147.

Tabela 27 (abaixo) - Carapicuíba - no. de fragmentos classe 3 - entre

900 e 5000 m2, 2015, p. 147.

Tabela 28 (acima) - Jandira - uso do solo, 1985, p. 148.

Tabela 29 (ao lado) - Jandira - no. de fragmentos classe 3 - entre 900 e 5000 m2, 1985, p. 148.

Tabela 30 (acima) - Jandira - uso do solo, 2015, p. 149.

Tabela 31 (ao lado) - Jandira - no. de fragmentos classe 3 - entre 900 e 5000 m2, 2015, p. 149.

Tabela 32 (acima) - Itapevi - uso do solo, 1985, p.150.

Tabela 33 (ao lado) - Itapevi - no. de fragmentos classe 3 - entre 900 e 5000 m2, 1985, p. 150.

Tabela 34 (acima) - Itapevi - uso do solo, 2015, p. 151.

Tabela 35 (ao lado) - Itapevi - no. de fragmentos classe 3 - entre 900 e 5000 m2, 2015, p. 151.

Tabela 36 - Balanço de áreas - classes 3 e 24, período 1985-2015, p. 152.

Tabela 37 - Dinâmica de uso do solo e cobertura - quadro analítico de áreas, período 1985 - 2015, p. 153.

Tabela 38 - Balanço de áreas de uso de municípios - classes floresta e campo - 2019, p. 157.

Tabela 39 - Análise de fragmentação - classes floresta e campo - 2019, p. 157.

Tabela 40 - Ferraz de Vasconcelos - Número e área de fragmentos e percentual do total - classe floresta, p. 159.

Tabela 41 - Itaquaquecetuba - Número e área de fragmentos e percentual do total - classe floresta, p. 161.

Tabela 42 - Poá - Número e área de fragmentos e percentual do total - classe floresta, p. 163.

Tabela 43 - Barueri - Número e área de fragmentos e percentual do total - classe floresta, 165.

Tabela 44 - Carapicuíba - Número e área de fragmentos e percentual do total - classe floresta, p. 167.

Tabela 45 - Jandira- Número e área de fragmentos e percentual do total - classe floresta, p. 169.

Tabela 46 - Carapicuíba - Número e área de fragmentos e percentual do total - classe floresta, p. 171.

SUMÁRIO

Introdução	21
1. Os lugares esquecidos	23
1.1. Às portas da percepção	
1.2. Ferraz de Vasconcelos: a precariedade real em fatos e números	
1.3. Expansão, fragmentação, precariedade: o moto perpétuo da urbanização periférica	
Precariedade e preservação ambiental: antagonismo fatal	
Região Metropolitana de São Paulo: realidade espacial territorial X espaço da abstração burocrática	
1.4. O problema e o recorte: os espaços livres residuais do espaço urbano periférico	
1.5. Plano diretor na periferia metropolitana: a precariedade é para todos	
1.6. A leitura técnica	
1.7. O processo participativo	
1ª. Etapa: oficinas técnicas	
2ª. Etapa: oficinas comunitárias	
3ª. Etapa: audiências públicas	
1.8. Alguma reflexão	
2. Ação e participação	57
2.1. Uma onda regressiva global	
2.2. A crise do estado	
2.3. Experiências e formas de participação	
2.4. O problema da participação	
Participação e poder	
Participação e aprendizado social	
2.5. Experiências participativas no Brasil	
Participação e ação social	
Brás de Pina/Carlos Nelson Ferreira dos Santos	
EEPG João Kopke/Mayumi Souza Lima	
2.6. Participação, ideologia política e direito à cidade	
Giancarlo de Carlo: ideologia e mediação	
O clamor das ruas pelo direito à cidade: movimentos sociais, Lefebvre, Harvey	
2.7. Participação e conhecimento	

Christopher Alexander: participação, comunicação, linguagem	
Boaventura de Sousa Santos, participação e conhecimento	
Os mecanismos da dominação	
Dominação e produção de inexistências	
Ecologia dos saberes	
3 Espaço: modos de ver e pensar	99
3.1. Um método, um território	
A metodologia cartográfica correlativa e o império da técnica	
O método, como ele é	
O método e sua filiação: uma interpretação	
O método e suas aplicações: percepções	
Cartografia e participação	
3.2. Cultura, paisagem, participação	
4 Das coisas, dos objetos, dos sistemas e das ações	119
Um limbo conceitual	
Sobre coisas e objetos	
Da necessidade da ação	
Comunicação em ação	
5. A qualificação dos espaços livres residuais: ensaios de estratégia, método e escala	133
Região Metropolitana de São Paulo	
Os sete municípios, critérios de escolha	
6. Final de uma história, começo de outra?	180

INTRODUÇÃO

A tese convida o leitor a uma reflexão sobre o espaço urbano, mais especificamente sobre o espaço urbano periférico metropolitano, a partir de uma específica e frequente ocorrência espacial de tal contexto, mas cuja simples expressão física, material, não basta para lhe garantir qualquer lugar naquele espaço, sequer uma classificação, como veremos.

A tese problematiza os espaços livres residuais nos confins da urbanização metropolitana periférica, aqui denominada como periferia da periferia, percebidos como um fenômeno local, particular e característico, e que também se verifica no território ampliado da Região Metropolitana de São Paulo - RMSP.

Os espaços livres residuais estão em toda parte do espaço metropolitano periférico e, curiosamente, em lugar nenhum. Jazem inertes às dinâmicas urbanas locais, sem que estabeleçam relação, nexos ou significado com o lugar e sem que ninguém lhes reconheça de qualquer forma. Há uma teia de espaços livres residuais no espaço periférico metropolitano que sub-existem na esfera de relações urbanas, infensos aos fluxos (nem todos) que animam os fixos, segundo a visão de Milton Santos

Estes são os lugares esquecidos, ideia conceito insight que se estende, no trânsito permanente das escalas, do elemento urbano aos entes administrativos, RMSP e municípios, em que ocorrem. Que estão, também e de forma particular, submetidos a uma espécie de desamparo estrutural histórico, forma análoga ao esquecimento, condição aparentemente insuperável tanto de uma necessária, mas nunca efetivada governança administrativa respectiva a uma realidade territorial de escala metropolitana, quanto do espaço urbano periférico, programaticamente subalterno, dependente e submetido à centralidade dominante.

Ao modo da inversão epistemológica proposta por Souza Santos quanto às relações Norte-Sul, o que se propõe é um outro olhar para aquilo que chamamos de periferia e para aquele componente do espaço urbano periférico – talvez o mais vilipendiado, o espaço livre residual, tomado como elemento a transformar e, ao mesmo, transformador do espaço.

Defende-se a possibilidade da qualificação destes espaços pela ação direta no espaço local, por um grupo social organizado segundo um objetivo específico, numa ação participativa, compartilhada e colaborativa articulada por meio dos instrumentos de plano e projeto.

Coloca-se a questão inicial: como abordar propositivamente as questões espaciais, para além de urbanas e urbanísticas, colocadas por um certo e específico tipo de elemento do espaço urbano periférico, indeterminado pela própria natureza, em contexto e condição tais que negam sua própria existência? Como reconhecê-la se mesmo o elemento original carece de classificação?

A valorização do lugar, de suas condições e suas particularidades, talvez possa revelar outras e inéditas possibilidades de um elemento urbano cuja especificidade original está exatamente na condição de uma existência que não é reconhecida como tal, como um componente oculto ou velado da trama espacial urbana periférica.

Os espaços livres residuais sobre os quais a tese se debruça representam simbolicamente tal condição e a possibilidade de sua superação, no contexto espacial confinado às franjas dos fixos e dos fluxos metropolitanos, às margens da riqueza socialmente produzida.

A proposta da construção de um processo de qualificação destes espaços representa, na verdade, uma tentativa de estabelecer outros possíveis nexos espaciais no contexto em referência, que não aqueles previamente definidos segundo a razão institucional dominante. Razão essa hoje em crise que remete diretamente à crise do Estado, isto é, relativa ao esgarçamento da razão do Estado e das formas políticas correspondentes, avassaladas pela razão financeira e corporativa globais.

Donde a relevância dada pela tese às formas de organização social e política que buscam a ação direta no espaço da vida, e às questões do conhecimento e do poder, destarte colocadas como fundamentos teóricos capitais da tese.

Neste sentido, o primeiro capítulo, “Os lugares esquecidos”, aborda o espaço periférico metropolitano a partir de um estudo de caso relativo à experiência de elaboração da revisão do Plano Diretor de Ferraz de

1 OS LUGARES ESQUECIDOS



Figura 1 – Ferraz de Vasconcelos – Partida do sobrevoo de 26/05/2015.
Fonte: foto do autor/PDFV 2015.

1.1. Às portas da percepção¹

Maio de 2015. O sobrevoo a bordo do pequeno Robinson 44 estava previsto para durar quarenta minutos. O tempo firme, com pouco vento, diminui um pouco o receio de voar naquela delicada casquinha que pousa com leveza à nossa frente.

Embarco. O piloto aciona o motor, que ganha giro e faz a pequena máquina decolar firme, mas suavemente.

O objetivo era registrar as inúmeras ocupações irregulares de Ferraz de Vasconcelos, ação subsidiária do processo de revisão do plano diretor do município. Se o que se via não era novidade, causou, como sempre, forte impacto:

¹ Referência à obra homônima de Aldous Huxley, de 1954.

o contínuo urbanizado interminável, os loteamentos de ruas estreitas, muito longas ou muito curtas, a urbanização incompleta e as ocupações de risco em encostas, drenagens e várzeas, o traçado viário truncado, o trato inclemente do sítio em cortes e aterros improváveis, alguns poucos conjuntos habitacionais aqui e ali, monotonicamente ordenados, confinados por muros, praças e parques raros, a arborização rala ou concentrada em áreas vazias, de tamanhos, formas e composições várias, remanescentes passados e futuros de um processo de ocupação inexorável, realizado ou a realizar.

Vista de cima, a cidade é sempre outra. Como nota Besse², o olhar aéreo revela “em toda sua grandeza e potência, uma dimensão inesperada da realidade terrestre”. A paisagem,

² BESSE, J. M. O gosto do mundo. Rio de Janeiro: Eduerj, 2014.

Vasconcelos, em 2015/16. Questões como a precariedade das relações centro periferia, dos instrumentos institucionais de gestão do uso do solo, bem como dos entes administrativos sejam municipais ou metropolitanos, frente à lógica implacável da expansão urbana periférica, na condição de permanente incompletude do espaço urbano periférico são abordadas no sentido da construção do cenário a partir do qual se desenham os problemas – e as escalas – a enfrentar.

O primeiro deles é dado pela questão da participação, a partir da rica experiência participativa levada a cabo em Ferraz de Vasconcelos, que mostrou a partir das limitações lá verificadas, a necessidade de se repensar a participação e suas condições.

Neste sentido se desenvolve o segundo capítulo, “Ação e participação”, que problematiza a questão da participação em relação à questão do poder, particularmente sensível na situação atual de crise do Estado e respectivas estruturas; às experiências participativas significativas, ocorridas no Brasil e fora dele, que envolveram o projeto do habitat; às formas de organização social; e ainda, em relação à questão do conhecimento, isto é, sobre possíveis bases epistemológicas para compreender e estabelecer procedimentos e ações alternativos de participação.

Considerando a cartografia como instrumento chave de qualquer processo participativo, o terceiro capítulo, “Espaço: modos de ver e pensar” desenvolve o segundo problema a enfrentar, que diz respeito às premissas do discurso cartográfico, uma reflexão crítica sobre a questão da cartografia como método de conhecimento do espaço, isto é, como uma epistemologia do espaço. Discutem-se aspectos relativos à tensão entre um determinismo metodológico original, representado pela metodologia cartográfica correlativa adotada no plano diretor de Ferraz de Vasconcelos que, a partir do deslocamento antes aludido, levou a à percepção da necessidade de uma abordagem cultural do território como categoria de análise. Daí derivam algumas considerações sobre as possíveis relações entre a cartografia como instrumento de conhecimento e a ação participativa. Lembrando que se está a explorar espaço livres, tecem-se considerações sobre possíveis nexos entre participação e paisagem.

O terceiro problema está na questão da classificação do espaço livre residual como elemento do espaço urbano, considerando sua natureza informal, acidental, e sua condição de não relação com o lugar. O significado e os desdobramentos desse estar sem ser é explorado no quarto capítulo, “Das coisas, dos objetos, dos sistemas e das ações”, discute, inicialmente sob o prisma da geografia crítica miltoniana, as razões conceituais que constroem a noção de espaço, seus elementos e suas relações, no sentido de localizar o fenômeno dos espaços livres residuais num campo teórico da geografia que seja capaz de abrigá-lo, embora ou apesar de toda sua precariedade conceitual original. Abordam-se, portanto, os aspectos envolvidos na questão de classificação do específico objeto de estudo da tese, a partir das relações transformadoras da coisa em objeto mediadas pela ação. Em consonância, desenvolve-se uma reflexão teórica – sugerida pelo próprio Santos – sobre a ação participativa à luz da teoria habermasiana da ação comunicativa.

O quinto problema que se coloca é a verificação da existência do fenômeno de produção de espaços livres residuais no espaço metropolitano periférico, conforme proposto inicialmente. Neste sentido desenvolve-se o quinto capítulo, “A qualificação dos espaços livres residuais: ensaios de estratégia, método e escala”, estabelece metodologicamente os nexos entre escala e problema, registrando, identificando e localizando as transformações de uso do solo associadas ao processo de fragmentação dos espaços livres na região metropolitana, como fenômeno geral tomado num arco de tempo de trinta anos; e, já no registro comparativos segundo recortes dados pelos limites municipais escolhidos por localização e similaridade, as ocorrências dos espaços livres residuais classificados, segundo critérios específicos que permitiram sua individualização e a percepção do peso relativo de seu conjunto no espaço urbano.

Finalmente, o último capítulo - “Final da história, começo de outra?”, cujo título anuncia tanto uma reflexão como uma provocação, traz uma síntese possível do conjunto de ideias, elaborações e proposições que deram alma, corpo e razão a essa tese.

reconfigurada em vista privilegiada, revela antes uma razão autônoma, poderosa o suficiente para abrigar a vida urbana em todas as suas dimensões.

A cidade real, percorrida tantas vezes por terra e agora revelada em sua totalidade pela visão aérea, está ali, ativa, em pleno funcionamento, sem que nada do que se pudesse vir a propor mudasse o fato de que a cidade ali surgiu como obra humana plena e vigorosa, constituiu um espaço que é, como qualquer outro, “em todos os tempos, o resultado do casamento indissolúvel entre sistemas de objetos e sistemas de ações”, como Milton Santos³ definiu. Plena de contradições aparentemente insustentáveis, traz em sua origem as marcas da incerteza e da determinação. E, com elas, se fixa no espaço e consolida-se no tempo.

Preterida em favor da cidade central oficial, a cidade real periférica afirma-se como tal e apesar de, prescindindo de uma validação institucional, isto é, dos instrumentos de controle social que definem as formas de uso e ocupação do solo.

A cidade real periférica cria e opera suas próprias leis, regras e normas relativas ao solo. Parcelamento e ocupação fazem do abrigo sua razão, por certo a primeira e a mais básica das necessidades. A desvalia dos protagonistas impõe uma urbanização sem mediação, como dado bruto de realidade lançado como uma bomba sobre o território, em rigorosa oposição às determinações formais abstratas respectivas à ordem dominante.

A reprodução de um padrão de ocupação comum às periferias metropolitanas confirma a recorrência histórica do processo: altíssima taxa de ocupação, alta densidade construtiva, autoconstrução, ocupações em áreas de risco, conflitos legais ambientais, carência quase absoluta de espaços livres, sistema viário caótico, infraestrutura e equipamentos públicos insuficientes ou inexistentes. É nesse lugar que se abriga a população de maior vulnerabilidade, menor escolaridade e menor renda. Sob meus olhos, escancara-se o que se define como precariedade.

3 SANTOS, M. Por uma geografia nova – Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6ª ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008.



Figura 2 - Ferraz de Vasconcelos, Vila Jamil. A pequena colina precariamente urbanizada situa-se no extremo leste do município junto ao limite com Guaianazes. A urbanização contínua se desenvolve sem qualquer limite. Expansão horizontal metropolitana em pleno curso. Fonte: foto do autor/PDFV 2015

Mas, exatamente como o urbanista citado por Secchi⁴, ou ainda como o santo guerreiro glauberiano contra o dragão da maldade⁵, os técnicos estávamos ali para lutar a boa luta, para contribuir com nosso saber técnico, na elaboração de um instrumento redentor, o plano diretor, para a melhoria da condição de vida de Ferraz de Vasconcelos, sendo para isso necessário o estabelecimento de regras claras de uso e de ocupação de um território... existente.

A visão do todo, que sintetiza os fragmentos que o olhar no nível da rua não permite agrupar, revela a totalidade do lugar, a vida urbana que, para que se consagrasse como tal, precisou não mais que o empuxo vital ditado pela necessidade do abrigo. Sem que houvesse o estabelecimento preliminar de regras ou normas abstratas relativas ao uso e à ocupação do solo. Este espaço construiu a si mesmo com regras próprias, segundo um sem-número de interesses particularizados na resolução do futuro imediato, resumido ao provimento do abrigo essencial.

4 SECCHI, B. Primeira lição de urbanismo. São Paulo: Perspectiva, 2006.

5 O dragão da maldade contra o santo guerreiro. Longa metragem escrito e dirigido por Glauber Rocha, produzido por Bruno Barreto. Mapa Filmes, Brasil, 1969.



Figura 3 – Ferraz de Vasconcelos, Jardim Ipanema, junto ao limite com São Paulo. A enorme erosão do tipo ravina e o terreno com solo exposto contribuem com o assoreamento dos corpos d’água próximos.

Figura 4 – Ferraz de Vasconcelos, ocupações irregulares ao sul do Jardim Pérola III. Notar a ocupação do estreito espigão, que torna obrigatória a implantação arriscada das construções, beirando escarpa situada numa das vertentes da bacia do Rio Guaió.

Fonte: fotos do autor/PDFV 2015,



Não houve plano nem projeto. A sociedade que ali se instalou teve que dar conta de si mesma, sem que o Estado, por meio do aparato legal burocrático que o sustenta e caracteriza, tivesse cumprido seu papel fundamental de provedor das condições básicas para uma vida digna e socialmente assegurada.

Mesmo esquecida pelo Estado ausente, essa sociedade constituiu bairros e lugares pulsantes, espaços plenos, vibrantes. Ferraz de Vasconcelos nasceu como arrabalde vinculado a um centro, para depois crescer à margem de sua riqueza, para a qual ela mesma, a periferia, contribui. Nem mesmo essa espoliação que é programática – há aqui, sim, um projeto de exploração em moto perpétuo, em permanente renovação – foi capaz de lhe suprimir a vitalidade das trocas e das relações, os movimentos e a dinâmica próprios da vida urbana, da sociedade na cidade.

Ferraz de Vasconcelos assumiu as formas e as feições respectivas à condição de cidade periférica que nós, técnicos, configurados pelos modelos de estruturas institucionais hierárquicas, das quais somos representantes, classificamos como cidade ilegal, irregular, precária. Mas nesse território não estão inscritas, legitimamente, as regras próprias e particulares do lugar?

A ideia de precariedade é antes de tudo um juízo relativo, um modo de ver as coisas, um ponto de vista segundo uma mentalidade e uma cultura. Tal ideia obedece a um crivo de entendimento preestabelecido, segundo classificações, enquadramentos ou categorias que respondem a lógicas exógenas, as mesmas que determinam, por exemplo, um necessário conjunto normativo que regule o que pode ser feito, onde pode ser feito e em que condições isso pode ou deve ocorrer. Diretrizes e regras de zoneamento que são as formas de determinação do controle social que a cidade oficial criou para si, por meio da regulação do uso e ocupação do solo.

A crise, aqui, se instala no momento em que a realidade viva nega a tentativa de interpretá-la e enquadrá-la segundo uma visão exógena, cuja razão é alheia às condições em que ela, realidade, foi gerada, alienando-a, portanto. Cabe perguntar: com que propósito se propõe o ordenamento *a posteriori* do fato urbano consumado? A quem interessa tal ação? Quais seus pressupostos?

Não se trata aqui, por certo, de negar o valor das formas institucionais de organização da vida em sociedade, entre elas os instrumentos de ordenamento territorial. Tampouco, de negar os avanços democraticamente construídos no campo da regulação urbana, especialmente a partir da Constituição de 1988 e do Estatuto da Cidade, de 2001.

Da mesma forma, não se trata de negar a existência, a urgência e a profundidade dos problemas e das carências característicos das áreas periféricas da metrópole, entendendo tais condições como dadas ou naturais. A precariedade de Ferraz de Vasconcelos é real, ela existe e, sem dúvida, deve ser enfrentada. A questão está na forma da problematização, que depende da visão de quem a formula. De que precariedade se fala? A precariedade é real ou será precariedade o juízo de valor formado segundo uma lógica exógena?

1.2. Ferraz de Vasconcelos: a precariedade em fatos e números

Alguns fatos reiteram a precariedade que caracteriza o padrão de urbanização periférica que se verifica em Ferraz de Vasconcelos, a começar pelo tipo de ocupação. Mais de 85% do solo urbanizado se constitui de ocupações irregulares,



Figura 5 – Ferraz de Vasconcelos – Jardim Pérola III. Ainda é possível divisar o relevo de colinas suaves, bastante drenado, e a cobertura vegetal arbórea. Fonte: foto do autor/PDFV 2015.

sem que o município tenha jamais participado de qualquer programa federal de regularização fundiária.

O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Ferraz de Vasconcelos (PLHIS – FV)⁶, elaborado em 2011, apurou um déficit habitacional total da ordem de 19.957 unidades habitacionais (UHs), sendo o déficit corrente equivalente a 6.420 UHs e a provisão de demanda futura de 13.537 UHs.

Estima-se que em 2011 havia cerca de 24.690 pessoas, ou mais de 16% da população, morando em condições extremamente precárias. Destas, aproximadamente 6.500 pessoas residiam em mais de 1.600 alojamentos em situação de risco, segundo relatório do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT)⁷.

6 POLIS CONSULTORIA LTDA. Plano Local de Habitação de Interesse Social de Ferraz de Vasconcelos – PLHIS. Ferraz de Vasconcelos, 2012.

7 INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS (IPT). Centro de Tecnologias Ambientais e Energéticas (Cetae); Laboratório de Riscos Ambientais (Lara). Relatório Técnico n° 133022-205 – Mapeamento de áreas de alto e muito alto risco de deslizamentos e inundações do município de Ferraz de Vasconcelos (SP). Ferraz de Vasconcelos, maio, 2013.



Figura 6 – Ferraz de Vasconcelos – Vila Jamil. Detalhe do modo de ocupação de terreno com declividade acentuada. As construções ignoram a condição topográfica original, transformando os lotes em planos horizontais por meio de cortes profundos. Originam-se, assim, taludes praticamente verticais, sem qualquer cuidado geotécnico ou de drenagem. Fonte: foto do autor/PDFV 2015.

O acesso rodoviário é limitado a uma única via rodoviária, a Avenida Brasil, com quatro faixas em dois sentidos, em pista única, que liga o município a Guaianases, São Paulo, e daí ao centro expandido pelo eixo viário Radial Leste. O acesso ferroviário é feito unicamente pela linha Coral da CPTM; a Linha Vermelha do Metrô está disponível a partir da Estação Guaianases.

O trecho leste do Rodoanel Mário Covas, localizado praticamente na divisa entre Suzano e Ferraz de Vasconcelos, não lhe concede acesso, embora esteja a menos de 700 metros da área urbanizada do município.

E os indicadores de Ferraz de Vasconcelos apenas confirmam o quadro de precariedade. O Censo IBGE 2010 apurou uma população de 168.306 habitantes. A estimativa para 2020 é de que esse número passe a 190.519 habitantes. A projeção para 2030 chega a 212.743 habitantes.

A taxa de urbanização do município é de 95,51%, o que revela a extrema concentração urbana da população, muito próxima ao índice de 98,86% da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e superior ao índice nacional de 84% (IBGE, 2010).

A Taxa de Crescimento Geométrico Anual (TCGA) da população, no período 2010/2015, é de 1,47%, praticamente o dobro do valor verificado na RMSP, de 0,78%, e quase 70% superior ao do Estado, equivalente a 0,87%.⁸

Comparando o mesmo indicador ao dos municípios do contexto sub-regional leste, equipara-se a Itaquaquecetuba (1,48%), e supera Mogi das Cruzes (1,19%), Mauá (1,10%), Suzano (1,10%), Poá (0,95%) e São Paulo (0,59%).⁹

O Produto Interno Bruto (PIB) do município é de R\$ 1,6 bilhão; o PIB *per capita*, R\$ 9.542,01, um dos menores do Estado de São Paulo, equivale a 48,8% do PIB *per capita* nacional, 31,35% do Estado, 53% da sub-região leste da RMSP e a apenas 26,4% da RMSP.

Coerentemente, o município ocupa a 35ª colocação no ranking dos 39 municípios da RMSP, sendo um dos cinco mais pobres.¹⁰

Os indicadores de emprego confirmam a categoria de cidade. Segundo o Censo 2010 (IBGE), dos 75.601 munícipes ocupados registrados, 42.566 trabalhavam fora do município, representando 56,3% do total, muito acima da média de Estado (15%) e da RMSP (17,3%).¹¹

Quanto ao registro em carteira, quase um quarto dos empregados (22,4%) não o possuem, indicador superior ao da RMSP (19,7%) e ao do Estado (20%).¹²

O nível médio de remuneração confirma o estado geral de pobreza do município: a média municipal de R\$ 965 equivale a pouco mais da metade (52,4%) da média do valor da RMSP (R\$ 1.841), a 60,4% do valor médio do Estado (R\$ 1.597) e é 25% menor que a média nacional (R\$ 1.292).¹³

8 Informações dos Municípios Paulistas – IMP/SEADE 2015. <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/>. Acesso em 18/11/2019

9 Ibid.

10 Ibid.

11 Ibid.

12 Ibid.

13 Ibid.



Figura 7 - Ferraz de Vasconcelos - Jardim Pérola III. A urbanização em processo permanente de conquista dos espaços livres. Com o retumbante silêncio do Estado.
Fonte: foto do autor/PDFV 2015

1.3. Expansão, fragmentação, precariedade: o moto perpétuo da urbanização periférica

O fenômeno da expansão metropolitana de São Paulo tem sido exaustivamente estudado. Interessa à pesquisa particularmente o vetor leste, cuja abordagem pretende contextualizar espacial, geográfica e historicamente o processo que conformou a Ferraz de Vasconcelos de hoje.

Ex-distrito de Poá, emancipado em 1954, Ferraz de Vasconcelos sofre, desde o final da década de 1960, os efeitos de uma política habitacional centrada na produção

maciça de unidades habitacionais promovida pelos governos do Estado e do município nas áreas periféricas da metrópole, especialmente o setor leste.

A fatura de crédito externo, que significou o endividamento do país, assegurou o capital necessário para inversões maciças em grandes obras de infraestrutura (energia, telecomunicações, transporte) e no setor habitacional. A partir daquela década, os governos estadual e municipal adquirem grandes extensões de terra rural na zona Leste da capital, buscando na terra barata, não urbanizada, a solução do problema do custo da habitação de interesse social.



Figura 8 - Ferraz de Vasconcelos - Vila São Sebastião. Ocupação irregular em direção ao fundo do vale.
Fonte: foto do autor/PDFV 2015.

Num período de cerca de 20 anos, são produzidas aproximadamente 210 mil habitações no município¹⁴, implantadas em conjuntos habitacionais de interesse social desconectados da estrutura urbana¹⁵, em áreas antes ocupadas por sítios e chácaras dedicadas à produção de hortifrutigranjeiros e por extensões significativas do bioma mata atlântica, entremeadas por parcelamentos esparsos.

A região sofre brutal transformação. Coexistem a urbanização promovida pelo Estado focada na produção de unidades habitacionais, o parcelamento de promoção privada predominantemente irregular e a ocupação irregular, caracterizados por níveis diversos de precariedade urbanística: irregularidade fundiária, carência de equipamentos urbanos e de infraestrutura, precariedade construtiva, inadequação do sítio etc. Meyer *et al.*¹⁶ observam que a ação dos agentes públicos não alterou tal situação.

A provisão habitacional de promoção pública gera uma onda de choque no espaço periférico da metrópole, que cresce muito mais que a região central, acentuando a desigualdade entre uma e outra, algo que se verifica nas taxas de crescimento populacional. Entre 1940 e 1960, a região central da metrópole crescerá 171%, e a periférica, 364%.¹⁷

Posteriormente, a reboque de uma demanda explosiva, a política de universalização dos serviços públicos básicos promoverá maciços (mas insuficientes) investimentos nos sistemas de saneamento e abastecimento de água (década de 1980) e melhorias nos sistemas de mobilidade (década de 1990). Quanto à mobilidade, em particular, vale lembrar que os investimentos preferenciais no sistema rodoviário

¹⁴ Estado e município produziram, na década de 1970, "aproximadamente 210 mil UHs, sendo 130.574 UHs pela Companhia Metropolitana de Habitação da São Paulo (Cohab-SP) e 79.270 pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado (CDHU)", in MEYER, R., GROSTEIN, M.D., BIDERMAN, C. São Paulo metrópole. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado, 2004, p. 66.

¹⁵ Processo já exaustivamente descrito por Azevedo (1958), Langenbuch (1970), Reis Filho (2006), Meyer, Grostein, Biderman (2004, 2006) e outros.

¹⁶ MEYER, op. cit., p 41.

¹⁷ Ibid., loc. cit.

corresponderam à depauperação progressiva do modal ferroviário que, mesmo assim, permaneceu como o principal meio de ligação dos bairros e municípios periféricos da metrópole com o centro.

A irregularidade fundiária e a insuficiência de infraestrutura e equipamentos viriam a resistir como marcas do espaço urbano periférico. Como que anunciando a crise hoje instalada, o Estado se omitiu das políticas de geração de emprego e renda, permaneceu a reboque das demandas por serviços de saneamento, transporte, saúde, educação, cultura, do provimento de infraestrutura e de equipamentos públicos, privando o espaço urbano periférico de seus atributos qualificadores essenciais.

O que nos leva a pensar na precariedade como um verdadeiro, embora não declarado, paradigma da ação do Estado no espaço metropolitano periférico.

Precariedade e preservação ambiental: antagonismo fatal

Um dos efeitos perversos do processo de expansão urbana desenfreada, que caracterizou a formação da metrópole paulista, foi a supressão dos espaços livres preexistentes, significativos quanto aos seus atributos ambientais.

A conquista do espaço rural pelo espaço urbano, com a transformação do meio natural em espaço urbanizado, implicou um alto custo ambiental, com o comprometimento de sistemas e funções ambientais que afetam de modo significativo as vidas presente e futura da totalidade dos habitantes da metrópole.

Como apontam Meyer *et al.*¹⁸, “a poluição das águas é consequência imediata do processo”, a configurar “uma das questões urbanas mais decisivas da nova etapa metropolitana”. Os autores destacam os múltiplos procedimentos que tornam os moradores dos assentamentos irregulares “poluidores informais”: cortes e aterros indiscriminados sem controle geotécnico; grandes extensões de solo exposto, acarretando processos associados de erosão e de assoreamento dos corpos d’água; desmatamento irrestrito e impermeabilização

¹⁸ Ibid., p. 90.

do solo, impedindo a recarga do lençol freático, que agravam as condições de controle de drenagem de águas pluviais; nas favelas, ocupação de encostas em inevitável risco geotécnico; nos córregos, com a eliminação de mata ciliar, assoreamento do corpo d’água e, ainda, a deposição de rejeitos e de resíduos domésticos. Toda essa sorte de impactos compromete a produção e a qualidade da água consumida pela metrópole. Não se trata, por certo, de erradicar a favela, como já praticado antes no Brasil, mas de dar-lhe melhores condições urbanas a partir de programas e ações nas áreas de infraestrutura, habitação, mobilidade, educação e saúde.

Nesse processo, há outra marca a registrar. A omissão do poder público, que se manifesta especialmente na insuficiência crônica do provimento das estruturas básicas de suporte à vida urbana, no espaço metropolitano periférico. Mas se manifesta também em situações esdrúxulas que o próprio Estado promove.

Tal é o caso da legislação de proteção aos mananciais, que causou, mesmo que não intencionalmente, a redução do valor de mercado das áreas protegidas. Isso levou ao abandono de tais áreas e à consequente ocupação irregular, em grande escala, das áreas de mananciais, em especial as do entorno das represas Guarapiranga e Billings.

Afetando “aproximadamente dois terços dos 39 municípios componentes da Região Metropolitana de São Paulo¹⁹”, a partir década de 1970, a Lei de Proteção aos Mananciais²⁰ teve “efeitos contrários aos pretendidos pelos critérios que moldaram esta legislação, acentuando os problemas que a urbanização já trazia às áreas de proteção.

A lei, bastante restritiva, acabou por inviabilizar os investimentos nas extensas áreas protegidas, provocando uma diminuição no valor patrimonial das propriedades e “afastando assim o mercado formal em favor do informal”. A Lei nº 9.866/1997, que pretendeu flexibilizar a lei original,

¹⁹ BRUNA, G. C. et. al. A Lei de Proteção aos Mananciais: uma análise crítica da legislação de proteção dos mananciais na Região Metropolitana de São Paulo. ICTR 2004 – Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia em Resíduos e Desenvolvimento Sustentável, Florianópolis, 2004.

²⁰ BRASIL. Lei de Proteção aos Mananciais – Lei nº 898/1975, Lei nº 1.172/1976 e Lei nº 1.817/1978.

estabeleceu as Áreas de Proteção e Recuperação Ambientais (APRMs), vinculadas às bacias hidrográficas e às particulares características de meio físico e antrópicas de cada uma.

Entretanto, será apenas em 2016 que a bacia do Rio Guaió, que abarca Ferraz de Vasconcelos, viria a conhecer o Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental (PDPA). O plano propôs uma gestão do território que prioriza a qualidade de água, condicionando formas de ocupação do espaço aos parâmetros técnicos de qualidade da água. Desconsiderou os fatores históricos do processo de formação do lugar, com suas formas tradicionais de uso – pequenas propriedades rurais – ainda existentes no setor sul do município e, mais intensamente, a pressão de ocupação comandada pelo crime organizado de tráfico, com consequências problemáticas para a gestão do território.

A legislação gerou, por outro lado, conflitos de competência entre as esferas de poder municipal e estadual. A legislação de proteção aos mananciais é estadual, à qual os municípios devem se submeter, impossibilitando-os de legislar sobre o uso do solo, assunto de interesse local, cuja gestão municipal é assegurada na própria Constituição Federal.

Decorridos mais de 22 anos da vigência da Lei nº 9.866/1997 e 3 da elaboração do PDPA, a bacia do Rio Guaió não conta, até o momento, com lei específica, o que faz com que as disposições das antigas normas da Lei nº 817/1978 continuem em vigor.

Fica evidente a precariedade institucional da gestão ambiental do território, que acaba por impor severo ônus aos municípios pelas limitações legais impostas ao uso das áreas de proteção, sem que haja qualquer atitude das instâncias federal e estadual que iniba a ocupação irregular dos espaços livres. Sem embargo, sofrem toda sorte de ações de ocupação irregular. A investigação cartográfica detalhada dessas áreas, respectiva à revisão do plano diretor municipal de Ferraz de Vasconcelos, revelou um mosaico de subáreas com possibilidades de uso controlado, compatíveis com a condição de proteção inerentes ao sítio. Vale lembrar que as APRMs no município têm área equivalente a 14,78 km², isto é, a metade da área do diminuto território municipal, de 29,56 km².

Região Metropolitana de São Paulo: realidade espacial territorial X espaço da abstração burocrática

Outra situação igualmente esdrúxula patrocinada pelo Estado diz respeito à governança metropolitana. Considerado o período situado entre as décadas de 1950 e 2020, a região metropolitana real sofreu uma profunda transformação, como resultado de um crescimento exponencial (tabela1).

Entre os anos 50 e 60 do século XX, em termos absolutos, a população metropolitana cresceu 82%. E, entre os anos 60 e 80 do mesmo século – período de intenso crescimento econômico, em que se insere, entre 1969 e 1973, o chamado “milagre brasileiro” –, o crescimento é de 255,84%. No decênio seguinte, a metrópole crescerá ainda de forma importante (22%), declinando as taxas daí em diante.

Lamentavelmente, decorrido mais de meio século da primeira ação institucional respectiva à evidente questão metropolitana, o que se verifica é o aumento das disparidades socioespaciais, o agravamento dos problemas ambientais,

Região Metropolitana de São Paulo		
População e taxa de crescimento absoluta		
Períodos	População	Taxa
1950	2.696.031	x
1960	4.905.421	1,82
1970	8.172.542	1,67
1980	12.549.856	1,54
1991	15.369.305	1,22
2000	17.852.637	1,16
2010	19.667.558	1,10
2019	20.996.747	1,07

Tabela 1 - RMSP - Crescimento populacional absoluto
Fonte: elaboração do autor a partir de dados fornecidos pelo SEADE e extraídos de pelo Seade e extraídos de Bógus e Pasternak²¹.

²¹ BÓGUS, L. M. M.; PASTERNAK, S. São Paulo na transição demográfica. In: BÓGUS, L. M. M.; PASTERNAK, S. (orgs.); RIBEIRO, L. C. Q. São Paulo: transformações na ordem urbana. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 80.

habitacionais e de mobilidade das regiões metropolitanas brasileiras de forma geral.

A atuação do Estado, tangida ao sabor dos interesses do governo de turno, vem fazendo com que a efetivação da RMSP como uma unidade de planejamento e gestão territorial não passe de mero exercício retórico, de cunho ficcional, sustentado por um discurso descolado de sua inexorável realidade territorial. À revelia de tal realidade, do ponto de vista institucional, a RMSP mais parece uma espécie de terra cuja promessa nunca se cumpriu, diante da ausência de fatos concretos que a tornem operacional.

O breve apanhado que se segue mostra marchas e contramarchas importantes no caminho institucional administrativo, marcado por mudanças de orientação, que demonstram um sentido errático das políticas voltadas para gestão metropolitana.

O fenômeno metropolitano, já descrito na década de 1960 por Azevedo e na década de 1970 por Langenbuch, ganhará reconhecimento institucional, na esfera estadual, somente a partir de 1967, com o Decreto Estadual nº 47.863/1967, que reconhece originalmente a “Área Metropolitana da Grande São Paulo”.

A Lei Complementar Federal nº 14/1973²², que a formaliza, lhe dá a denominação de “Região Metropolitana da Grande São Paulo – RMSP”, ato regulamentado pela Lei Complementar Estadual nº 94/1974, que dispõe sobre a RMSP.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, as competências metropolitanas foram delegadas aos Estados. E a Lei Complementar Estadual nº 1.139/2011 passa a adotar a denominação “Região Metropolitana de São Paulo”, lhe dá nova organização e cria o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano de São Paulo²³.

22 Concomitantemente às Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza, estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 27/1973.

23 INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Caracterização e quadros de análise comparativa da governança metropolitana no Brasil – Arranjos institucionais de gestão metropolitana. Rio de Janeiro: Ipea, junho de 2013.



Figura 9 - Ferraz de Vasconcelos – Jardim Pérola III. Precariedade e alto risco em ocupação em áreas de alta declividade. Fonte: foto do autor/PDFV 2015

O governo Geraldo Alkmin instituiu, pelo Decreto nº 56.887/2011, o Sistema Estadual de Desenvolvimento Metropolitano e criou a Câmara de Desenvolvimento Metropolitano, com vistas “ao desenvolvimento sustentável e à melhoria da qualidade de vida em unidades regionais do Estado, caracterizadas por regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.”

No mesmo ano, o Decreto nº 56.639 “organiza a Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano”, definindo como seu “campo funcional” (art. 2º) “a elaboração e a implementação de programas, ações e projetos voltados ao cumprimento dos objetivos previstos no artigo 152 da Constituição Estadual”, visando promover “a inclusão da territorialidade nos processos de elaboração de políticas públicas; a criação e a revitalização de instituições que conjuguem as demandas metropolitanas e os interesses dos municípios; o fortalecimento da capacidade de gestão e da governabilidade das regiões metropolitanas”.

Para tanto, previu-se uma estrutura composta, entre outros, pelo Conselho Deliberativo da Grande São



Figura 10 - Ferraz de Vasconcelos – Jardim Angelina. Ocupação irregular precaríssima, classificada como área de risco de inundação pelo Relatório Técnico IPT nº 133022-205/2013IPT. Fonte: foto do autor/PDFV 2015

Paulo (Codegran); Conselho Consultivo Metropolitano de Desenvolvimento Integrado da Grande São Paulo (Consulti); com a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. (Emplasa); e o Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimento (Fumefi).

Entretanto, apenas dois anos depois, o Decreto nº 59.327/2013, irá determinar “medidas de redução de despesas de custeio e de reorganização no âmbito da Administração Direta e Indireta”, com base num certo “Programa de Melhoria do Gasto Público – Desperdício Zero”, instituído pelo Decreto nº 57.829/2012, estabelecendo (art. 1º) para os órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional, “observadas as formalidades legais (...) medidas de redução de despesas de custeio”, entre elas, além da redução da frota de veículos, diárias e despesas com combustíveis, a “redução de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) nas despesas de custeio nos seguintes órgãos (grifo nosso): Casa Civil; Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional; Secretaria da Fazenda; Secretaria de Gestão Pública; Procuradoria Geral do Estado”.



Figura 11 - Ferraz de Vasconcelos – Jardim Aglae. Desníveis acentuados geram verticalização de até cinco pavimentos, tornando a questão fundiária ainda mais complexa. Fonte: foto do autor/PDFV 2015

O mesmo decreto, em seu art. 3º, transfere as atribuições da Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano para a Casa Civil. Ato contínuo, será criada a Subsecretaria de Desenvolvimento Metropolitano da Casa Civil (Decreto nº 59.866/2013). Posteriormente, o Decreto nº 64.063, de 1º de janeiro de 2019, organizará a Secretaria de Desenvolvimento Regional, atribuindo-lhe também as funções de coordenação dos assuntos metropolitanos.

No entrecho, caberá à Emplasa a função de órgão técnico do Sistema Estadual de Desenvolvimento Metropolitano, exercendo ainda a Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano da Região Metropolitana de São Paulo.

Diante desse curioso histórico administrativo, não chega a surpreender a recente e lamentável extinção da Emplasa, pela Lei nº 17.056/2019, levada a cabo pelo governo João Dória, que deixa em lugar “incerto e não sabido”²⁴ a atividade de planejamento territorial do Estado exercida pelo órgão desde 1974, ano de sua criação.

Referido decreto autoriza (art. 1º) o Poder Executivo a “a adotar as providências necessárias com vistas à dissolução, liquidação e extinção (...) da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. – Emplasa”, sendo que (art. 2º) as “atividades públicas exercidas pelas empresas previstas no artigo 1º não serão paralisadas, devendo, em cumprimento ao princípio da eficiência administrativa, ser desempenhadas por outros órgãos ou entidades da administração”.

Ironicamente, o sítio da extinta ainda informa, em texto institucional, que a empresa foi criada “para planejar a Grande São Paulo” e dar suporte técnico “às regiões metropolitanas de São Paulo (39 municípios), Campinas (20 municípios), Baixada Santista (9 municípios), Vale do Paraíba e Litoral Norte (39 municípios), Sorocaba (27 municípios) e Ribeirão Preto (34 municípios) e às aglomerações urbanas de Jundiaí (7 municípios), Piracicaba (23 municípios) e Franca (19 municípios). Ao todo, são 216 municípios”.²⁵

²⁴ Alusão ao jargão policial utilizado para indicar a falta de informações sobre uma pessoa alvo de diligência.

²⁵ Disponível em: <<https://emplasa.sp.gov.br/Institucional/Detail/A-empresa>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

De fato, entre tantas outras ações, a empresa coordenou a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs) das regiões metropolitanas de São Paulo, Sorocaba, Campinas e das aglomerações urbanas de Jundiaí e Piracicaba.

O PDUI de São Paulo foi aprovado em 24 de abril de 2019 pelo Conselho da Região Metropolitana de São Paulo, com a extinção da Emplasa e o descompromisso implícito na dubiedade do texto legal, que prevê que as “atividades públicas exercidas pelas empresas previstas no artigo 1º não serão paralisadas”, devendo “ser desempenhadas por outros órgãos ou entidades da administração” em nome de um vago “princípio da eficiência administrativa”. Até o momento, não se tem notícia de medidas administrativas concretas quanto à nova estrutura, assim como o destino do inestimável acervo da instituição permanece incerto. Quanto ao PDUI-SP, fica em aberto seu desdobramento futuro.

Devem ser assinaladas também históricas dificuldades de ordem política e jurídica para sua implementação. Vale reproduzir o trecho final do documento *A implementação do Estatuto da Metrópole na Região Metropolitana de São Paulo – Relatório de Pesquisa*, elaborada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para a Emplasa, em 2017:

Uma vez aprovado o PDUI, é a vez de as prefeituras adequarem seus planos diretores às prescrições metropolitanas. (...) É possível afirmar que este dispositivo é um dos mais polêmicos da nova lei federal. Como se sabe, a Constituição Federal afirma que o plano diretor é o instrumento básico da política urbana, ao qual cabe a definição do conteúdo da função social da propriedade urbana (art. 182). Some-se a isso o fato de o município ser considerado o principal executor da política urbana e detentor das competências de legislar sobre assuntos de interesse local e promover o ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano. Não é óbvia, portanto, a possibilidade constitucional de se estabelecer pela via legislativa a hierarquia entre planos metropolitanos e planos diretores.



Figura 12 - Ferraz de Vasconcelos – Parque São Francisco. Evidencia-se o acentuado desnível entre as vias. Notar as duas áreas vegetadas, resultado de escorregamentos anteriores registrados no Relatório Técnico IPT nº 133022-205/2013. Classificada com área de risco de desabamento. O padrão de ocupação periférico, a urbanização incompleta. E os fragmentos residuais de solo, hiatos espaciais. Fonte: foto do autor/PDFV 2015

Tal conclusão revela o problema representado pelo poder local, cuja autonomia é garantida por lei e cuja lógica local se impõe, frequentemente, nas questões ditas de natureza interfederativa, isto é, que são respectivas a outros municípios de uma região administrativa. O que coloca uma contradição: um princípio de interesse comum é negado pelo interesse local, em nome de outro princípio, o da autonomia municipal. Continuam os autores:

Esse debate sobre competências constitucionais na política urbana e ambiental, com destaque para as questões envolvendo normas de planejamento do território, não é novidade entre os juristas e urbanistas no Brasil e deverá ainda seguir acirrado, tanto no âmbito do Poder Judiciário quanto do Poder Legislativo. A hierarquia entre planos urbanísticos e o diálogo das competências constitucionais no campo da política urbana e ambiental devem ser tema central quando da elaboração do macrozoneamento metropolitano.²⁶

Em síntese, o que se tem é a permanência de um processo político administrativo que age, em muitas ocasiões, à revelia do processo social. A descrição dos marcos legais, acima, mostra avanços e retrocessos, a consolida nem um nem outro, mas sim os ciclos que se sucedem e que, por isso mesmo, não permitem um avanço real da sociedade em direção à uma gestão mais eficiente e justa das questões territoriais, no caso, metropolitanas.

1.4. O problema e o recorte: os espaços livres residuais do espaço urbano periférico

Dentre os muitos aspectos registrados pela campanha fotográfica, um se destaca. A leitura territorial e as vistorias em campo revelaram a coexistência entre a penúria de espaços livres formais como praças e parques, de uso coletivo

recreativo²⁷, e de espaços livres informais, randomicamente distribuídos na malha urbanizada, com os quais as pessoas pareceram manter uma relação situada entre a indiferença e o desconforto.

A visão aérea confirmou a existência de um importante conjunto de áreas livres de dimensões e atributos variáveis: de pequenas nesgas a áreas correspondentes a grandes glebas, descobertas, forradas, arborizadas ou cultivadas, distribuídas pelo território municipal. Tais áreas têm em comum o fato de não estabelecerem relação alguma com o entorno, de não terem uso ou função definida perceptível, sugerindo não terem lugar no rol das categorias espaciais elementares que constituem a paisagem urbana.

Como que significantes sem significados, hiatos no tempo-espaço, essas áreas, em suas incertas existências, sugerem algo como um antifato geográfico. Isso já havia surgido nas oficinas temáticas do processo participativo da revisão do plano diretor. Dentre as reivindicações registradas, não houve qualquer menção a essas áreas, o que revela a falta de percepção da população e, em consequência, a possibilidade de existirem em seu hábitat e em seu cotidiano como espaços livres qualificados.

É de se supor que a população ferrazense tenha em seu repertório de experiências urbanas os parques e praças, as ruas animadas, os lugares do lazer e do ócio, da recreação saudável ao ar livre, do exercício do tempo livre. E, ainda, que os procure nos municípios próximos.

Mas, ao que parece, ela não consegue concebê-los, desejá-los no lugar que habita. Surge aqui uma questão para a pesquisa, relativa à existência de uma categoria de fato espacial negativo, uma espécie de fato geográfico com o sinal trocado, uma ausência ativa contra uma presença inerte, um antiespaço ou antifato espacial.

É algo que, embora esteja lá, não é percebido. Afinal,

²⁷ Com exceção do Parque Municipal Nosso Recanto, com cerca de 54 mil m², não foram encontrados outros parques. Praças, apenas duas: Praça Luís Carlos Kirkovcs e Praça Chapolin, além de um “espaço de eventos” (hoje interditado por motivos de segurança das edificações) e uma pista de skate (Castelo Branco Rospadão).



Figura 13 - Ferraz de Vasconcelos – Ocupações irregulares ao sul do Jardim Pérola III. Notar a ocupação do estreito espigão, que obriga a implantação arriscada das construções, beirando área de alta declividade. Fonte: foto do autor/PDFV 2015

²⁶ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. A implementação do Estatuto da Metrópole na Região Metropolitana de São Paulo – Relatório de pesquisa. Acordo de Cooperação Técnica (ACT nº 03019.000181/2015-58) entre a Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea e a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. (Emplasa). Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

uma existência não percebida pelas pessoas, que alguns chamariam de não lugar. Prefiro pensar que essas áreas não constituem não lugares, uma vez que os não lugares simulam o que não são, isto é, lugares, espaços qualificados como tal. Espaços livres residuais não simulam nada, porque carecem de qualquer relação.

Parques e praças fazem parte do repertório de imagens elementares da paisagem urbana, constituem o repertório de imagens da cidade de qualquer pessoa, mas não parecem integrar a imagem que a população de Ferraz de Vasconcelos tem de seu território, sequer como desejo. O que ocorre?

Expostas aos olhos do pesquisador, essas áreas são imediatamente classificadas como espaços livres, procedimento de categorização que permitirá sua elaboração teórica e projetual no âmbito deste trabalho. Como dito acima, podem ter ou não em seus domínios cobertura arbórea, corpos d'água, podem ser mais ou menos acidentados etc. Entretanto, a necessária categorização do objeto de estudo não pode restringir-se às classes formais tradicionais respectivas ao meio físico, ainda que certamente elas estarão presentes como categorias de análise elementares.

Deve ser lembrado que tais áreas pertencem a um território específico e seu processo de expansão próprio, cuja razão primeira está na constituição do abrigo essencial, processo esse que continua a vigir, pois a pressão por ocupação continua a existir e a determinar o uso das áreas que ainda não foram ocupadas. Os espaços livres que puderem corresponder às necessidades de espaço habitacional, segundo seus atributos de localização e de dimensões, serão, regular ou irregularmente, ocupados.

O espaço livre que interessa à pesquisa exclui tal categoria. A não atratividade será, dessa forma, um critério. As condições básicas do meio físico forneceram outros parâmetros para a categorização desejada: declividade, cobertura vegetal, hidrografia, geomorfologia.

Espera-se que essa categorização permita identificar e distinguir, com as ferramentas cartográficas adequadas: os terrenos atrativos e passíveis de ocupação, diretamente expostos ao processo de urbanização, caracterizados como vazios urbanos, segundo as definições legais existentes,

sendo possível, além de provável, sua ocupação; e as áreas não passíveis de ocupação, definidas como aquelas que não oferecem condições de ocupação segundo os parâmetros do meio físico e o critério de dimensão, mas cujo atributo de localização não é suficiente para que venham a superar a condição original de resíduo da urbanização, cujas características impediram sua ocupação. Este, o foco e objeto deste trabalho.

Definido o recorte e o objeto de estudo, parece oportuno definir uma denominação que exprima tal condição. Denomino espaço livre residual – **elr** – a este não elemento da urbanização da periferia metropolitana, significando as áreas ou terrenos situados em áreas precariamente urbanizadas, de declividade variada, presente vegetação de portes diversos, com ou sem a presença de corpos d'água.

No ambiente em que ocorrem, são áreas obscuras no espaço urbano, zonas de sombra, não identificáveis, supostamente não funcionais, aparentemente ausentes do contexto e das dinâmicas sociourbanas. Falhas de um sistema que as relega à obscuridade, a uma posição de lugar nenhum, às quais não se atribui valor algum.

As dificuldades topográficas, geotécnicas ou dimensionais, impedem o uso e lhes impõem o abandono no prosseguir da história, fazendo com que tais áreas permaneçam como estão, sem que cumpram qualquer tipo de função socioespacial no sistema de espaços que constitui o ambiente urbanizado periférico e sem que cumpram qualquer função social neste espaço.²⁸

Na condição de espaços residuais, há um desconhecimento específico quanto aos efeitos e impactos nos fluxos naturais ambientais causados por esses espaços. Água, umidade do ar, transporte eólico ou de fauna de esporos ou sementes: muitos desses espaços apresentam regeneração de vegetação, com a recolonização pela flora e, depois, eventualmente pela fauna. Trata-se de um processo natural que ocorre no meio urbano, a

²⁸ Aqui, uma provocação: é possível pensar num conceito complementar àquele definido pelo Estatuto da Cidade (2001) quanto à função social da propriedade? É possível pensar na função espacial da propriedade como unidade territorial (urbana, rurbana ou rural), seja pública ou privada, segundo uma compreensão ampliada de propriedade como bem de interesse coletivo respectivo ao meio, ao ambiente, à paisagem?

nos lembrar, como disse Anne Spirn (1995), de que há natureza na cidade.

A designação “espaço livre residual” será adotada um tipo de espaço referido à uma condição específica de indefinição genética espacial do objeto de estudo, adotando-se a abreviatura **elr**, em minúsculo e negrito, numa tentativa de criação de uma marco gráfico inaugural da construção da identidade do objeto de estudo.

A problematização coloca a necessidade da definição do objeto de estudo, que sugere *a priori* seu enquadramento numa categoria geral de espaço livre, mas que exige, dado o contexto particular de sua gênese, de uma categorização mais aproximada, visando sua elaboração teórica e sua operacionalização. Resíduos que são, os **elr** aguardam reconhecimento e definição como objetos.

No contexto onde ocorrem os **elr** talvez possam ser definidos como um tipo particular de espaço livre, como aquele que surgiu por acidente, não intencionalmente. Mesmo que antes possa ter sido ocupado (construído), hoje é livre por intercorrências climáticas e/ou geotécnicas. Pode ser espaço livre segundo uma definição mais geral, mas se define mais precisamente como residual, em função do processo que o gerou mas não o previu, deixando-o à margem desse mesmo processo, sem definição, identidade, função e forma que lhe outorgasse status e reconhecimento como elemento urbano reconhecível e articulado ao tecido urbano e às respectivas dinâmicas.

Esse tipo especial de espaço livre não é contemplado nas classificações tradicionais existentes. Segundo Magnoli (*apud* MACEDO), os espaços livres são aqueles espaços que não são edificados, como o sistema viário, praças e parques, rios, lagos, formações florestais e praias, ou “simples vazios urbanos”. Podendo ser públicos ou privados, “formam um complexo sistema”, assumindo diversas funções tais como: circulação, ócio e lazer, conservação e requalificação ambiental, drenagem, simbólica e de memória urbana. (MACEDO *et al.*).²⁹

²⁹ MACEDO, S. S. et al. Os sistemas de espaços livres na constituição da forma urbana contemporânea no Brasil: produção e apropriação (Quapásel II). São Paulo: Paisagem e Ambiente, 2012. p. 137-17. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/52.pdf>>. Acesso em 13 maio 2019.

Os espaços livres referidos na definição acima são perfeitamente constituídos, formal e funcionalmente, o que permite que sejam identificáveis, e articulados à trama, ao tecido urbano, exceção feita ao “vazio urbano”. Mas o que é “vazio urbano”? Vejamos como os textos legais e acadêmicos tratam a questão.

O art. 19 do Plano Diretor Estratégico de São Paulo – 2014, caracteriza a Macroárea de Controle e Qualificação Urbana e Ambiental “pela existência de *vazios intraurbanos*, com ou sem cobertura vegetal, e áreas urbanizadas com distintos padrões de ocupação, predominantemente horizontais, ocorrendo, ainda, reflorestamento, áreas de exploração mineral, e algumas áreas com concentração de atividades industriais, sendo este um território propício para a qualificação urbanística e ambiental e para provisão de habitação, equipamentos e serviços, respeitadas as condicionantes ambientais”.

Como se vê, o vazio urbano – no caso, intraurbano – pode ser ou não um espaço livre. Em todo caso, é espaço classificável e articulado ao tecido urbano.

O item V do mesmo artigo trata da “construção de habitações de interesse social nos *vazios intraurbanos*, definidos como Zonas Especiais de Interesse Social 4 (ZEIS 4), com provisão de equipamentos e serviços, respeitadas as condicionantes ambientais, para reassentamento de populações moradoras na própria Macrozona de Proteção Ambiental (...) e, no art. 45, V, define as ZEIS 5 como “lotes ou conjunto de lotes, preferencialmente vazios ou subutilizados, situados em áreas dotadas de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas, onde haja interesse privado em produzir empreendimentos habitacionais de mercado popular e de interesse social”.

Como se vê, o termo vazio urbano (ou intraurbano) refere-se às áreas não ocupadas, cujas características – parcelárias, físicas e ambientais – permitem uma perspectiva de ocupação, sempre articulada ao problema da habitação.

O vazio como potencial de uso produtivo, ao lado do habitacional, também parece predominar na compreensão geral do termo. Como questão, o vazio urbano parece surgir

com a cidade industrial: primeiro como lugar da expansão urbana, cujos melhores exemplos talvez sejam a planície vazia barcelonesa, que acolheu o *examp*le de Cerdá, e o vazio circundante de Viena, onde surgiu o Ring.

Os vazios urbanos são também referidos por Maricato³⁰ e Portas³¹ como um fenômeno que tem origem no acelerado processo de urbanização no Brasil, quer como resíduos deste processo, quer como consequência dos processos de transformação de uso de áreas industriais, portuárias etc. Portas, ainda, aponta para a multiplicidade de sentidos que a expressão pode assumir, podendo referir-se também a um espaço não necessariamente sem uso, mas de alguma forma desvalorizado, condição tal que pode conter potencial de reutilização.³²

A ideia de vazio urbano parece implicar, historicamente, uma promessa ou possibilidade futura de uso e valor, em que a própria carência de sentido relacionado ao permanente fazer urbano surge como provocação e estímulo à superação de tal condição.

Outros autores tratam da questão numa perspectiva de seu papel na política fundiária. Silva indica que, a partir do final da década de 1970, a produção teórica “sobre problemas urbanos e os documentos de planejamento” voltaram-se para os problemas que os vazios urbanos trariam para a gestão da cidade.³³ Borde trata das “inúmeras situações de vazio urbano [que] pontuam a área central do Rio de Janeiro” como

30 MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 4, out./dez. 2000.

31 PORTAS, N.; TRAVASSO, N. As transformações do espaço urbano: estruturas e fragmentos. In: PORTAS, N.; DOMINGUES, A.; CABRAL, J. (ed.). Políticas urbanas II: transformações, regulações e projectos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, p. 161-229.

32 Propostas de intervenções nos vazios urbanos de Cascavel. Disponível em: <<https://www.fag.edu.br/upload/contemporaneidade/anais/594c0c9f8584d.pdf>>. Acesso em: 17/7/2019

33 SILVA, H. M. B. Vazios urbanos – requalificando o problema na Grande São Paulo. Seminário Internacional sobre Vazios Urbanos: Novos desafios e oportunidades, 2006. Disponível em: <http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/silva_vaziosurbanos_hmb.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2019.

situações “criadas a partir de processos estruturais, como o da obsolescência da infraestrutura portuária e ferroviária, de processos conjunturais, como falências e situações fundiárias e jurídicas quase insolúveis e a partir de intervenções urbanas que, por diversos fatores, resultaram no surgimento de vazios urbanos”, tudo referido à “centralidade exercida pela área”³⁴.

Macedo *et al.*³⁵, por sua vez, enfatizam o “estudo dos espaços livres públicos, pois relacionados à realização da esfera de vida pública”, e os espaços livres privados, uma vez que juntos formam uma unidade articulada no espaço urbano. Articulação em redesenho por conta do incremento na construção de loteamentos fechados com diversos tipos de espaços livres privados, são clubes de golfe, pistas de cooper, ciclovias, piscinas, amplos estacionamentos”.

Pelos elementos referidos no discurso, percebe-se que esta conceituação indica um recorte da cidade oficial. Da mesma forma, os autores partem do “pressuposto de que toda cidade possui um sistema (relações dinâmicas entre os elementos) de espaços livres. Um sistema que existe, seja conectado fisicamente ou não, seja planejado ou não”.

Na cidade periférica, os espaços livres residuais não formam sistema, pois em sua opacidade não se configuram como elementos urbanos articulados. Como afirmam os autores, a “caracterização do sistema de espaços livres públicos urbanos de uma cidade passa por questões como a identificação dos elementos predominantes (praças, parques, ruas e outros), localização, distribuição, acessibilidade física e simbólica, complementaridade, interdependência, hierarquia, conectividade e articulação entre eles”. Entretanto, esse método ou procedimento é aplicável a um contexto organizado, sistematizado, a uma epistemologia estabelecida a partir de elementos e relações previamente codificados.

Este método ou procedimento fica impedido num contexto em que o pacto espacial se reduziu ao atendimento da básica função de abrigar e nada mais. Vale o mesmo quanto

34 BORDE, A. L. P. Vazios projetuais da área urbana central do Rio de Janeiro: o avesso dos projetos urbanos? 2010. Disponível em: <<http://www.anparq.org.br/dvd-enparq/simposios/195/195-698-2-SP.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2019.

35 MACEDO, op. cit.

à “identificação da legislação, planos e normas pertinentes” que possibilitariam “certa compreensão da atuação do Estado na relação com os setores privados, na elaboração de critérios norteadores da implantação, manutenção e uso dos espaços livres urbanos”, o que só pode ser tomado pelo inverso, dada a fragilidade legal que a informalidade estrutural de Ferraz de Vasconcelos impõe.

Entretanto, e muito acertadamente, os autores afirmam que “os espaços livres urbanos não são planejados como um sistema de cunho amplamente público, dessa forma, alguns deles são pouco interligados e pouco acessíveis fisicamente à população em geral”. Isso vale para a cidade formal e para a cidade informal e poderá valer como observação para um desenho de uma nova espacialidade, a partir de uma estratégia de inclusão sistêmica desses espaços, qualificados por meio de ações locais promovidas por grupos de interesse local.

Seria interessante enveredar pelo levantamento e pela sistematização dos usos e dos significados da expressão “vazios urbanos”, mas isso escapa ao objetivo deste trabalho. De qualquer forma, já se pode inferir, de maneira geral, que o termo expressa uma categoria referida a um conjunto de elementos urbanos categorizáveis, segundo códigos, normas, regras e significados, validados institucional e culturalmente.

O que defendo aqui é que há, no contexto periférico metropolitano e da cidade informal, um tipo de fenômeno espacial por conhecer, que ocorre num contexto em permanente redefinição, a urbanização incompleta, em processo. O “vazio” que pretendo identificar é destituído de uso, sentido e identidade urbana – ressalvada sua função ambiental –, e não pode ser classificado segundo as categorias existentes, uma vez que tais categorias se referem ao contexto urbano institucionalizado. É um vazio que surge em outro contexto, aquele da cidade informal que, preterida, não adota os procedimentos da cidade oficial para o estabelecimento formal dos elementos que a constituem.

Esse “vazio” específico, que denomino espaço livre residual (**elr**) e que se constitui no objeto de estudo deste trabalho, ocorre num único lugar possível, a periferia da metrópole. É a parcela de solo urbano cujo valor resulta nulo no tecido que o contém e cuja presença é marcada pela ausência

de função, finalidade (programa), identidade e articulação, atributos essenciais a um elemento urbano como tal.

O que se problematiza aqui é um fenômeno e seu produto, o **elr**, na perspectiva de sua articulação espacial. Parte-se do princípio de que a qualificação dos **elr** pode contribuir para a qualificação do espaço urbano na escala local e, de forma mais geral, permitir ainda ganhos de qualidade ambiental territorial.

Nesse sentido, a pesquisa procede à identificação do fenômeno de produção dos **elr**, considerando:

a) o processo mais geral de transformação dos espaços livres na escala metropolitana, abarcando o processo de urbanização da RMSP nos últimos 30 anos. Utiliza-se base cartográfica disponibilizada pela plataforma Mapbiomas³⁶, geoprocessada;

b) a fragmentação dos espaços livres mediante identificação e classificação dos **elr** na escala local, com base na metodologia “Classificação do padrão de ocupação urbana de São Paulo utilizando aprendizagem de máquina e Sentinel 2” e geoprocessamento remoto com a ferramenta Google Earth Engine³⁷.

1.5. Plano diretor na periferia metropolitana: a precariedade é para todos

Como se disse acima, o *leitmotiv* deste trabalho surge de certas percepções surgidas no processo de elaboração da revisão do plano diretor de Ferraz de Vasconcelos, município periférico da RMSP. O mote, ideológico, é a qualificação do espaço urbano, que tem na figura do plano diretor seu instrumento estratégico de regulação e normatização das formas de uso e ocupação do território municipal.

36 PROJETO MAPBIOMAS – Coleção 4 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil. O Projeto MapBiomas é uma iniciativa multi-institucional para gerar mapas anuais de cobertura e uso do solo a partir de processos de classificação automática aplicada a imagens de satélite. Disponível em: <<http://mapbiomas.org/>>. Acesso em: 12 set. 2019.

37 ROSA, M. Classificação do Padrão de Ocupação Urbana de São Paulo Utilizando Aprendizagem de Máquina e Sentinel 2. Revista do Departamento de Geografia, n. SPE, p. 15-21, 9 set. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/145784>. Acesso em: 3/12/2019

Figura 14 - Ferraz de Vasconcelos, Jardim Pérola III. Estágio inicial do processo de derrubada da mata e ocupação irregular. Barracos distribuídos de forma esparsa pela área.
Fonte: foto do autor/PDFV 2015



Figura 16 - PDFV 2015 - Processo participativo, oficina comunitária.
Fonte: PDFV 2015

Os resultados do processo de planejamento implicam o objeto de estudo, colocando em questão processo, metodologia e resultados, com base na experiência levada a efeito em Ferraz de Vasconcelos e, antes, em outros municípios, e nas análises críticas mais gerais, feitas por estudiosos do campo do urbanismo, relativas ao instrumento *plano diretor*.

Uma vez que a questão participativa integra a tese que motiva o presente trabalho, é particularmente oportuno proceder a uma análise crítica do processo, aproveitando a experiência vivida na sua elaboração. Para tanto, segue-se uma análise crítica retrospectiva do processo como um todo.

A revisão do Plano Diretor de Ferraz de Vasconcelos (PDFV)³⁸, desenvolvida entre os anos de 2014 e 2016, teve por base o termo de referência pactuado entre a equipe de consultores e a Secretaria de Planejamento de Ferraz de Vasconcelos. A metodologia empregada previu três etapas de desenvolvimento, divididas em oito fases, como mostra o quadro 1:

³⁸ Equipe técnica (Fundespa): arquiteto urbanista Sérgio Sandler, coordenação geral; arq. urb. Decio Amadio, coordenação técnica; arq. urb. Christiane Rubio; arq. urb. José Carlos Guerra; arq. urb. Daniele Aehm Gomes; geógrafo Edson Capitanio; assistente social Marcela Hoenen; assistente social Fernanda Gimenez. Equipe técnica PMFV: secretário municipal de Planejamento, Silas Faria de Souza, coordenador; arq. urb. Natalia D. Lima da Silva, coordenadora; assistente técnico Carlisson T. F. F. Nascimento; arq. urb. Fernanda P. da Silva; arq. urb. José Antonio Andrade de Brito; arq. urb. Fábila Daniela S. F. de Souza; auxiliar José Eduardo C. Brasileiro.

1.6. A leitura técnica

A leitura técnica objetivou a elaboração de um quadro de situação do município que permitisse a compreensão das estruturas e dos processos que o caracterizam. Do respectivo relatório, constam cinco capítulos:

Quadro metodológico da revisão do plano diretor de Ferraz de Vasconcelos, 2015	
1a. etapa	Fase 1: Levantamento e sistematização de dados
	Fase 2: Reuniões técnicas com a administração municipal
	Fase 3: Elaboração de base cartográfica básica e cartografia temática
2a. etapa	Fase 4: Processo participativo, oficinas técnicas e comunitárias
	Fase 5: Diagnóstico situação atual e prognóstico situação futura
3a. etapa	Fase 6: Elaboração minuta da revisão do plano diretor
	Fase 7: Audiência Públicas
	Fase 8: Elaboração minuta de lei do plano diretor de Ferraz de Vasconcelos

Quadro 1 – PDFV 2-015 – Quadro metodológico da revisão do plano diretor de Ferraz de Vasconcelos, 2015
Fonte: PDFV 2015, p. 12.

O primeiro capítulo – “Contexto regional e inserção do município de Ferraz de Vasconcelos” – procedeu à sua caracterização geral, abordando questões relativas aos aspectos do meio físico/ambiental, socioeconomia, localização, aspectos administrativos, além daqueles relativos ao processo de expansão urbana sentido, de modo a identificar as forças e o processo socioespacial atuantes ao longo da história de configuração do território municipal.

Figura 15 - Ferraz de Vasconcelos Ocupações irregulares ao sul do Jardim Pérola III. Da precariedade dos barracos improvisados que definem a ocupação à substituição pela alvenaria de blocos, consolidando-a.

Fonte: foto do autor/PDFV 2015





Figura 17 - Ferraz de Vasconcelos – Área de Proteção e Recuperação de Mananciais, bacia do Rio Guaió. Ocupação tradicional de chácaras produtoras de hortaliças, em processo de substituição por ocupações irregulares.

Fonte: foto do autor/PDFV 2015

Em “Quadro institucional” (segundo capítulo), aborda-se a estrutura administrativa; o estado da arte institucional; o quadro das finanças municipais; a distribuição e a cobertura dos equipamentos públicos sociais; e informações relativas à atuação das secretarias. Em particular, foram analisados os planos diretores de 1969 (Lei nº 731) e 2006 (Lei Municipal nº 175); o Plano Local de Habitação de Interesse Social elaborado (2012); e, ainda, o conjunto normativo urbanístico do município, sistematizado e organizado em quadro específico.

O terceiro capítulo – “Dinâmica da ocupação atual do Município de Ferraz de Vasconcelos” – dedicou-se à compreensão das formas de ocupação dos espaços (urbano, rural) e da mobilidade urbana, de modo a permitir a caracterização da morfologia e das dinâmicas de mobilidade do território municipal.

O capítulo 4, “Considerações finais”, elabora uma síntese das análises anteriores.

O último capítulo, “Cartografia”, traz a interpretação cartográfica temática do território municipal, espacializando, sobre base cartográfica específica, o relevo (hipsometria),

as declividades (clinografia), suas formas em associação aos solos (geomorfologia), além das dinâmicas antrópicas representadas pela evolução da ocupação, pelo uso do solo e pela legislação ambiental.

É oportuno resgatar as conclusões que a leitura técnica permitiu, no sentido de poder avaliar, criticamente, processo e produtos desenvolvidos, e suas possibilidades de implementação num quadro que se desloca do ideológico para o real, colocando em questão uma suposta (desejada...) pertinência.

Ferraz de Vasconcelos é apenas um entre tantos exemplos de município, salvo algumas poucas exceções, em que a ideia de planejamento, em correlação com a noção de esfera pública, praticamente não existe. A administração municipal, em larga medida carente de quadros qualificados na exata medida das indicações meramente políticas, se vê reduzida a uma rotina de pronto-socorro de atendimento dos infinitos problemas cotidianos que afligem os munícipes, sem que haja percepção da necessidade de planejar e concatenar suas ações no sentido de sua eficiência, maior abrangência, e da prevenção ou mitigação programada dos problemas.

Ao contrário, essa dinâmica tem suporte numa mentalidade clientelista, que funciona com base nos interesses particulares e nas relações interpessoais, tão ao gosto da cultura do compadrio que caracteriza as relações sociais no Brasil, agudamente hierarquizadas e polarizadas. O que se reflete na perenidade de práticas clientelistas nocivas quanto ao controle de uso e ocupação do solo, matizada pela permissividade ilimitada, o que, como se verá adiante, guarda coerência com o caos jurídico institucional instalado na gestão do espaço municipal.

Isso se evidencia, por exemplo, na precariedade das estruturas administrativas de quase todas as secretarias, marcadas pela falta de articulação política e administrativa, pela falta de quadros qualificados, de recursos e insumos básicos, especialmente no que se refere à gestão de informação e inserção digital. Há insuficiência de conhecimento integrado sobre o território municipal, seja dos aspectos físico-ambientais como das dinâmicas atuantes. Como únicas exceções pode-se citar as Secretarias de Promoção e Bem-Estar Social,

de Educação e de Saúde, de resto interligadas, em maior ou menor grau, às redes estaduais e federais por meio de programas e convênios, contextos setoriais que exibem uma cultura de planejamento efetiva, que determina as ações dos órgãos municipais.

É notável, por outro lado, a ausência de integração administrativa entre as secretarias municipais, pela inoperância burocrática ou atuação meramente figurativa de algumas delas, notadamente as Secretarias de Meio Ambiente e de Cultura. A primeira, pautada pelas agendas ambientais genéricas, procede de modo a privilegiar ações de cunho e interesse político. E a segunda, sem programa nem visão estratégica do que seja atuar na área cultural, limita-se à promoção de eventos esporádicos, ao sabor dos interesses do mercado ou do político de ocasião.

Nessa situação, é compreensível a falta de uma cartografia atualizada do município, que apoie a tomada de decisão e a elaboração de estratégias para o território, implicando dificuldades para uma gestão de real interesse público do território municipal, considerando ainda a complexidade natural implícita na existência de extensas áreas de proteção ambiental no município.

Mas, talvez, seja a situação encontrada do ordenamento jurídico do município de uso do solo e gestão do território a mais emblemática do estado geral das coisas em plagas ferrazenses.

A leitura técnica procedeu à análise dos planos diretores anteriores, que se sintetiza a seguir.

O primeiro instrumento de gestão do território foi a Lei Complementar nº 731/1969, da qual se conhecem apenas dois elementos: o próprio texto da lei e um mapa com o ordenamento físico-territorial que definiam, resumidamente, a divisão do município em zona urbana e zona rural. Foram localizadas normas para loteamentos, sistema viário, dimensões máximas de quadra e mínimas de lote e reserva de área da gleba original para usos institucionais. E nada mais.

Passados 37 anos, ocorre a primeira revisão da lei original por meio da Lei Complementar nº 175/2006. No período, a expansão leste da capital provocou profundas

transformações econômicas, ambientais e políticas na região: a população cresceu 627%, o município passou a abrigar uma cidade-dormitório, surgiram as patologias ambientais, sociais e urbanísticas que hoje caracterizam o padrão periférico de urbanização.

Vale reproduzir o texto original da leitura técnica feita em 2016:

A aplicabilidade da mesma (Lei nº 175/2006) foi comprometida devido às falhas em seu processo de elaboração e aprovação. As análises do quadro social, urbanístico, econômico e ambiental deveriam ser complementadas pela documentação das oficinas e audiências públicas junto à população moradora e usuária, mas as atividades técnicas e do processo participativo correspondente não foram registradas no acervo da Secretaria de Planejamento. [Sem o que], o plano diretor não poderia ter sido validado e muito menos transformado em lei municipal, sob pena de interpelação do Ministério Público.³⁹

Já em plena vigência do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.251/2001), não foram observadas as suas exigências (art. 40, § 4º) quanto às garantias que os poderes Legislativo e Executivo deveriam dar para:

(...) a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade; a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos; o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.

E, mais grave, não houve a produção da cartografia correspondente às disposições contidas no texto da lei, fazendo com que sua aplicação se tornasse impossível devido à ausência de espacialização de tais disposições.

A despeito da inexistência de mapas que tornassem a nova lei minimamente operacional, a administração municipal continuou a aplicar a lei anterior (Lei Complementar nº 731/1969), desconsiderando que a lei sucessora (175/2006) revogou a primeira.

³⁹ PDFV, 2016, Relatório nº 2, p. 13.

Dessa forma, estabeleceu-se o caos do ordenamento jurídico urbanístico do território municipal, que passou a sofrer um conjunto de conflitos legais associados, devidos à fragilidade legal de um texto transformado em lei sem a observância dos requisitos legais mínimos relativos ao processo participativo, à ausência da indispensável referência espacial cartográfica e à aplicação continuada de leis já revogadas pelo instrumento legal em tela, criando, dessa forma, um imbróglio jurídico, a despeito de ações do Ministério Público no sentido da regularização dessa situação.

Finalmente, a confirmar processo e trajetória, chegamos à proposta de revisão do Plano Diretor de Ferraz de Vasconcelos – 2014-2016. Diante da pressão exercida pelo Ministério Público junto à administração municipal, fez-se nova tentativa de estabelecer um ordenamento jurídico válido, coerente com as urgentes e graves demandas do município.

Dessa vez, os preceitos metodológicos e legais estabelecidos pelo Estatuto da Cidade foram observados e, pela primeira vez, foi produzido um conjunto cartográfico abrangente, cuja metodologia permitiu uma leitura técnica aprofundada das condições do meio físico, associada às dinâmicas socioeconômicas, que integrava as diversas ordens dos fatos urbanos num conjunto de propostas que visava ao equacionamento, em médio e longo prazo, dos graves problemas que assolam Ferraz de Vasconcelos.

Tais propostas correspondiam às principais questões identificadas pelo Plano que a administração deveria enfrentar, e se tornaram os seis eixos temáticos que nortearam o conteúdo propositivo do plano.

1.7. O processo participativo

O processo participativo levado adotou a metodologia preconizada pelo Estatuto da Cidade e compreendeu três etapas, duas etapas preliminares para preparação e capacitação de lideranças, técnicos e munícipes para discussão dos conteúdos e questões atinentes ao plano diretor, e a última para apreciação pública das proposições colocadas pelo plano diretor. O quadro 2 sintetiza as atividades desenvolvidas:

1ª etapa: oficinas técnicas

O trabalho da equipe de consultoria se inicia junto à Secretaria de Promoção Social, com a estruturação da estratégia de desenvolvimento do processo participativo. Atuando nos territórios de maior vulnerabilidade através dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), a Secretaria desenvolve também várias atividades em parceria e convênio com entidades civis, sendo assim o órgão mais articulado e estruturado do corpo administrativo municipal. Ao disponibilizar informações, recursos humanos e físicos, permitirá que a equipe de consultores “reconheça os atores sociais do município e os espaços de discussão coletiva já constituídos.”⁴⁰

O objetivo será a elaboração compartilhada do processo participativo, estruturando a realização de oficinas, reuniões com lideranças e audiências públicas.

As oficinas técnicas visaram à interlocução com lideranças locais, corpo técnico e, em momentos específicos, secretários municipais e vereadores, por meio dos conteúdos técnicos em elaboração pela equipe de consultores e, em paralelo, da percepção das questões a serem abordadas pelo plano diretor segundo a visão e o julgamento dos participantes locais.

Entre as questões levantadas pelos participantes locais nesta etapa estão: o adensamento e a ocupação irregular de áreas de preservação, especialmente nos bairros do Cambiri e da Vila Margarida, e a consequente demanda de equipamentos e serviços públicos; as questões dos conflitos de competência administrativa vinculadas ao território conurbado entre Ferraz de Vasconcelos e São Paulo, e suas implicações negativas no desenvolvimento das políticas públicas locais; a necessidade de inclusão do tema do controle como um dos eixos estruturadores do plano; a falta de articulação intersetorial, o elevado grau de desconhecimento dos problemas administrativos das diversas secretarias entre si e das questões em comum, demonstrando a falta, e a necessidade, de um sistema e uma prática de comunicação intersetorial; a questão da identidade do município, frequentemente visto

40 PDFV, p. 29.

Tabela de Oficinas e Audiências				
	Atividades	Local	Data	Horário
1	Oficina técnica	Secretaria Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social	25/03/2015	9h00 as 12h00
2	Oficina técnica	Secretaria Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social	06/04/15	9h00 as 12h00
3	Oficina técnica	Secretaria Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social	06/04/15	14h00 as 17h00
4	Apresentação da metodologia da revisão do Plano Diretor	Câmara Municipal de Ferraz de Vasconcelos -14/04/15	14/04/15	14h00 as 16h00
5	Oficina técnica	Auditório PMFV	16/04/2015	9h00 as 12h00
6	Oficina técnica	Auditório PMFV	16/04/2015	14h00 as 17h00
7	Oficina técnica	Auditório PMFV	23/04/15	9h00 as 11h00
8	Oficina técnica	Auditório PMFV	23/04/15	14h00 as 17h00
9	Oficina técnica	Auditório PMFV	29/04/15	14h00 as 17h00
9	Oficina comunitária	Auditório PMFV	29/04/15	9h00 as 12h00
10	Oficina comunitária região norte	Escola Municipal Halin Habssanra	09/05/15	9h00 as 12h00
11	Oficina comunitária região sul	Escola Municipal Luciano Polleti	09/05/15	9h00 as 12h00
12	Oficina comunitária região leste	Escola Municipal Prof. ^a Primorosa Jorge do Nascimento	16/05/15	9h00 as 12h00
13	Oficina comunitária região oeste	Escola Municipal Antônio Bernardino Corrêa	16/05/15	9h00 as 12h00
14	1ª Audiência pública	Ginásio Poliesportivo Marçílio Guerra	23/05/15	9h00 as 13h00
15	Oficina técnica	Saguão PMFV	02/06/15	19h00 as 21h00
16	2ª Audiência Pública	Ginásio Poliesportivo Marçílio Guerra	13/06/15	9h00 as 13h00
17	Apresentação Câmara Municipal	Câmara Municipal de Ferraz de Vasconcelos	10/06/15	14h00 as 16h00
18	Apresentação Câmara Municipal	Câmara Municipal de Ferraz de Vasconcelos	24/06/15	14h00 as 17h00
19	Oficina técnica	Auditório PMFV	24/06/15	19h00 as 21h00
20	3ª Audiência Pública	Auditório PMFV	15/08/15	9h00 as 13h00

Quadro 2 - PDFV 2-015 – Tabela síntese das atividades participativas da revisão do plano diretor de Ferraz de Vasconcelos. Fonte: PDFV 2015

como um apêndice de São Paulo (“a cidade é uma extensão da zona leste de São Paulo”, “Ferraz não é reconhecida enquanto cidade”), a revelar o problema da falta de identidade local e de imagem autônoma do território de Ferraz de Vasconcelos em relação a São Paulo; questões ligadas à preservação ambiental, levantadas com frequência significativa, por exemplo quanto à bacia do Rio Guaió, sua importância para o município e toda a região; problemas quanto à zona agrícola, entre os quais foi apontada a deficiência de acesso e de apoio à produção; e, ainda, aspectos relativos à verticalização das construções, à escassez de terras adequadas para construção de habitação e

à quase inexistência de áreas de lazer e cultura para cidade.⁴¹

As oito reuniões técnicas realizadas possibilitaram a construção de um processo de aproximação e conhecimento do território de todos os participantes, fossem consultores, lideranças, técnicos municipais, devido não apenas ao significativo fluxo das comunicações verbais, mas, também, à cartografia temática que, em desenvolvimento, foi absorvendo e espacializando, até onde possível, os conteúdos surgidos nas oficinas.

41 PDFV, Relatório nº 5, p. 37.

Finalmente, as reuniões técnicas forneceram subsídios complementares para a estratégia de abordagem para a etapa seguinte, as oficinas comunitárias, segundo os temas dominantes revelados nas oficinas técnicas, sintetizados em oito eixos temáticos, que acabariam por estruturar o plano como um todo.

2ª etapa: oficinas comunitárias

Visando facilitar o acesso e a abrangência das oficinas comunitárias, as atividades foram alocadas em quatro escolas municipais, segundo uma setorização em quadrantes (N, S, L e O). As atividades foram organizadas em grupos de trabalho segundo os eixos temáticos estabelecidos na fase anterior.

Grupo 1 – Regularização fundiária

Grupo 2 – Produção habitacional e controle das ocupações

Grupo 3 – Água – bacia hidrográfica do Rio Guaió

Grupo 4 – Preservação ambiental e drenagens

Grupo 5 – Áreas para equipamentos públicos

Grupo 6 – Zoneamento estrutural (zona mista, industrial, preservação ambiental)

Desta etapa, cabe mencionar as críticas em relação à linguagem utilizada para a comunicação dos elementos do plano desenvolvidos até então, devido às dificuldades de compreensão, de parte das lideranças e dos técnicos municipais, dos conteúdos e da estrutura de eixos temáticos, sendo sugerida sua adequação para as oficinas seguintes; e, ainda, à divulgação insuficiente pela prefeitura de Ferraz de Vasconcelos, provocando uma discussão sobre estratégias alternativas de mobilização (carros de som, distribuição de folhetos nos trens etc.).

O questionamento da linguagem empregada para a comunicação dos conteúdos, assim como do significado dos eixos de discussão, mostrou-se acertada, diante do teor das discussões desenvolvidas pelos grupos de trabalho, que pouco se ativeram aos temas propostos. Enveredaram ao invés, por um caminho reivindicatório, apresentando as mais variadas demandas: transporte, espaço de cultura, trabalho (geração de

emprego), cursos e capacitação profissional, segurança, lazer, creche, ausência de diálogo entre a prefeitura e os munícipes; falta de manutenção nos equipamentos existentes; problemas na manutenção dos veículos de transporte escolar; resgate da cultura local pela preservação do patrimônio histórico.

Isso aponta para o fato de que há que se fazer uma reflexão quanto às metodologias adotadas no processo participativo, que devem necessariamente considerar as limitações que a formação média de lideranças, técnicos e munícipes impõe em relação à compreensão, senão dos conteúdos técnicos, ao menos de seus significados e implicações. Por outro lado, trata-se também de procurar formas de interlocução que considerem os conteúdos latentes, mas não sistematizados, que qualquer munícipe cidadão tem a partir da experiência cotidiana inexorável de cada um.

De toda forma, as reivindicações levadas às oficinas comunitárias pelos munícipes foram em parte assimiladas como contribuições ao plano diretor, com destaque para as proposições de polos de cultura feitas por uma associação juvenil local. As contribuições foram importantes também no sentido de consagrar a oportunidade de voz e manifestação popular dada pelo encontro direto entre população e administração municipal, no âmbito do processo participativo do plano diretor.

3ª etapa: audiências públicas

No sentido de legitimar e tornar públicos o processo e as propostas contidas no plano diretor em revisão, a terceira etapa do processo participativo consistiu em três audiências públicas, cuja metodologia previu a apresentação da síntese da leitura técnica, como uma narrativa estruturada sobre os principais problemas a serem enfrentados pelo município; da proposta de revisão do zoneamento; e da devolutiva do processo participativo. Previu ainda espaço para a manifestação dos munícipes de maneira geral.

A síntese da leitura técnica buscou construir uma narrativa lógica, partindo dos problemas detectados em direção aos instrumentos de gestão necessários ao seu enfrentamento, no campo do planejamento. Os principais problemas a enfrentar seriam:

- qualidade urbana desigual quanto a espaços públicos, equipamentos e manutenção;
- excessivo crescimento horizontal da cidade, pressionando continuamente áreas ambientalmente protegidas;
- grande número de assentamentos precários;
- grandes áreas em situação fundiária irregular;
- mobilidade urbana deficiente;
- sistema de saneamento insuficiente;

- falta de arborização urbana;
- danos ambientais por obras irregulares;
- conflitos territoriais entre usos e ocupações.

Diante deste quadro, foi colocada a necessidade de dotar o município de instrumentos de controle e gestão territorial que pudessem fazer frente ao crescimento desordenado, à ocupação irregular de áreas ambientalmente sensíveis, e às deficiências de mobilidade e infraestrutura.



Figura 18 - Ferraz de Vasconcelos Urbanização a oeste à Vila Cristina. As áreas vizinhas tem cobertura vegetal significativa passível de preservação- Ocupação irregular em áreas de alta declividade, exatamente onde se verificam as mais altas densidades. Fonte: foto do autor/PDFV 2015

Para tanto, definiu-se uma estratégia de abordagem dos problemas encontrados, sistematizados segundo os seis eixos que nortearam o desenvolvimento da proposta do plano diretor, a saber:

1. Regularização fundiária, considerando o fato de que quase 85% da área urbanizada do território municipal é constituída por ocupações irregulares.

2. Produção habitacional, incorporando o Plano de Habitação de Interesse Social (PHIS) ao zoneamento por meio da criação de Zonas Especiais de Interesse Social.

3. Bacia do Rio Guaió, com a indicação dos instrumentos de regulamentação de gestão ambiental e preservação das Áreas de Proteção Permanente (APPs).

4. Preservação ambiental e drenagens, em que foram definidas as áreas ambientalmente protegidas na macrozona urbana, de modo a preservar as drenagens e propiciar a criação de corredores ecológicos.

5. Áreas institucionais para equipamentos públicos, com a indicação de possíveis áreas para implantação de equipamentos públicos, em resposta à escassez dessas áreas devido ao processo irregular e voraz de ocupação do solo.

6. Zoneamento estrutural, definindo as macrozonas urbana e de proteção e recuperação ambiental, estabelecendo atividades compatíveis e, onde cabível, dimensões mínimas de lotes para futuros parcelamentos.⁴²

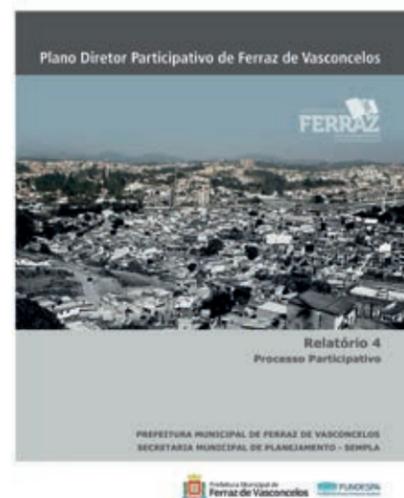
Com relação ao zoneamento, foi apresentada a proposta de Zoneamento Estrutural do território municipal,

⁴² Este aspecto, em particular, traz à tona a questão da necessária (mas nem sempre possível) separação entre plano diretor e lei de zoneamento. No caso de Ferraz de Vasconcelos, as dificuldades impostas pelo quadro político local, rigorosamente ignorante quanto ao significado de um plano diretor e, mesmo, da ideia de planejamento, levaram ao desenvolvimento de uma proposta de zoneamento dito “estrutural” que colocasse a administração em condições de enfrentar, em regime de urgência, um dispositivo legal que resgatasse o município de um quadro de total irregularidade jurídica quanto aos instrumentos de gestão do uso do solo exigidos por lei. Entretanto, os índices e demais especificidades respectivas à lei de uso e ocupação do solo foi remetida para posterior regulamentação, considerando a alegada impossibilidade financeira de o município contratar o serviço naquele momento.

com destaque para as áreas de proteção ambiental, sujeitas à forte pressão da ocupação irregular e à ausência de qualquer normativa ambiental municipal, estando tais áreas regulamentadas somente pela legislação estadual de proteção dos mananciais, cuja escala de abordagem ignora os processos e dinâmicas territoriais locais, gerando em consequência, conflitos entre usos estabelecidos há décadas e as normas ambientais relativas aos mananciais legais, restando ao município a resolução – ou a procrastinação – de tais conflitos, situação de difícil resolução.

As audiências públicas foram pautadas também pela devolutiva do processo participativo, com a apresentação do registro, da sistematização e da síntese das questões, sugestões e resultados.

Finalmente, os eventos reservaram espaço para novas rodadas de manifestações dos participantes, entre elas: compensação ambiental pelas obras do Rodoanel; regularização fundiária da Vila Jamil; reivindicação da implantação do passe livre estudantil; reclamações sobre a qualidade da frota de ônibus, suas rotas, e o alto custo das passagens; correlatamente, reivindicação de audiência pública com a empresa Radial de transporte, única concessionária municipal de transporte público; e diversas outras reivindicações, como compensação ambiental para o município pela Sabesp, em decorrência da água retirada da Bacia do Rio Guaió; canalização de córrego no Jardim Santo Antônio (divisa com Guaianases); retirada dos muros da CPTM, que “dividem a cidade”; implementação “urgente” de políticas públicas voltadas à juventude. Foram também apresentadas dúvidas quanto à regularização fundiária, outorga onerosa, áreas invadidas, lixo, preservação ambiental dos córregos, destino das diretrizes da Lei nº 175/2006 (a lei em revisão), readequação das calçadas, construção de centro do idoso, construção de piscina pública, desenvolvimento de mais um parque industrial no município, construção de uma Fatec, divulgação insuficiente do evento pela Prefeitura e, coroando o fechamento das questões levantadas, dúvidas sobre a utilidade do plano face às necessidades emergenciais do município.



Figuras 19, 20, 21, 22, 23, 24 - PDFV - 2016. Imagens do Relatório 4 - Processo participativo, revisão do plano diretor de Ferraz de Vasconcelos. Fonte: PDFV 2015



Figura 25 - Ferraz de Vasconcelos - Urbanização em prolongamento ao sul do Jardim Pérola III, em direção ao Cambiri. As matas vizinhas, ainda com áreas bastante preservadas mas sob forte pressão de ocupação, tem abertura vegetal significativa, situada em área de preservação e proteção de mananciais. - APRM. Fonte: foto do autor/PDFV 2015

1.8. Alguma reflexão

A história de Ferraz de Vasconcelos, a exemplo de tantos outros pequenos municípios das regiões metropolitanas brasileiras, mostra uma trajetória de transformação caracterizada por perdas e depauperações, ditada por razões externas que ignoram a razão local, contra as quais pouco se pode fazer.

As bases sociais, econômicas e históricas construídas ao longo de mais de um século foram destruídas a partir da década de 1970, quando a expansão metropolitana, já em processo desde a década de 1940, se torna um fenômeno fora de qualquer controle.

As décadas de 1960 e 1970 foram determinantes para uma mudança de rumo fatal para o município. A mentalidade autoritária, tão ao gosto da elite plutocrática nacional, aliada às teorias econômicas centralizadoras que pregavam a concentração de recursos em determinados setores econômicos, que, segundo Antônio Delfim Netto, ministro da Fazenda de 1967 a 1974, fariam primeiro o “bolo” crescer para depois distribuí-lo, encontraram no regime militar ditatorial do período o instrumento ideal para a consecução de seus desígnios.

Numa época de grandes obras de infraestrutura e, no caso do setor leste da metrópole paulistana, pela implantação maciça de conjuntos habitacionais, a exclusão social periférica aliou-se à destruição de grandes áreas de interesse ambiental, a exemplo do que ocorreu com a antiga Fazenda Santa Etelvina, hoje Cidade Tiradentes.

E a revisão do plano diretor, como ficou? Lamentavelmente, mais uma vez a indignação política e administrativa se confirma como paradigma e destino. Em que pese o comprometimento de parte da administração municipal com o apoio às atividades e à elaboração do conteúdo da revisão do plano diretor, a minuta da lei da revisão do PDFV não foi sequer ao plenário da Câmara de Vereadores do município, vitimada por um sem-número de medidas protelatórias, pedidos de vistas, falta de quórum etc. A base de dados e a cartografia estão em desuso.

Deve ser mencionado que o então prefeito, Acir Filó, teve seu mandato impedido durante o período de

desenvolvimento dos trabalhos da revisão do plano, por suspeita de enriquecimento ilícito. Tais suspeitas foram confirmadas e hoje o ex-prefeito, condenado e preso, negocia delação premiada.

Será oportuno lembrar ainda algumas críticas feitas ao modelo de plano diretor existente. Decorridos mais de 18 anos da exigência legal e da regulamentação dos planos diretores o estabelecimento do Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/2001, os resultados obtidos até aqui têm sido objeto de inúmeras críticas.

Em 2005, o professor Flávio Villaça faz um balanço da situação e revela sua desilusão quanto às reais possibilidades do instrumento. Embora reconhecendo eventual contribuição dos debates e das audiências públicas para o “aprimoramento democrático” de “leis importantes”, observa a baixíssima aplicabilidade dos planos e pergunta: “Como entender a sobrevivência da ideia de plano diretor na sociedade brasileira, por décadas e décadas, apesar da inoperância desse tipo de plano?”⁴³

O urbanista estende sua crítica à indistinção e à confusão entre plano diretor e zoneamento, instrumentos de diferentes propósitos e objetivos; ao caráter elitista e ao empirismo do zoneamento, submetido ao interesse das classes dominantes; ao caráter puramente teórico do plano diretor, “desvinculado de qualquer experiência prática”; ao viés ideológico comprometido com as forças sociais dominantes; a supervalorização da importância do plano; a estrutura generalista calcada em princípios, conceitos e diretrizes gerais, no lugar de propostas concretas e objetivas. (p. 52)

Não lhe passam despercebidas as questões relativas ao “abismo” entre discurso e prática, considerando o histórico de “mais de sete décadas” de não aplicação dos planos; as contradições do processo participativo, muitas vezes prejudicado pelos efeitos perversos da disparidade social brasileira; o discurso tecnocrático de afirmação de “verdades técnicas” insofismáveis; e, finalmente, a não obrigatoriedade

⁴³ VILLAÇA, F. As ilusões do plano diretor. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.usp.br/fau/fau/galeria/paginas/>>. Acesso em: 12/4/2007

de aplicação dos planos, que dependem da vontade do administrador de turno.

Por sua vez, a professora Ermínia Maricato aponta, entre os constrangimentos impostos ao desenvolvimento urbano, “definido como crescimento com equidade e sustentabilidade”, os “planos e leis detalhistas (...) cuja aplicação se faz ambigualmente de acordo com as circunstâncias, por meio da política do favor”. E acrescenta: “A experiência histórica com planos diretores no Brasil mostra que eles se aplicam apenas a uma parte da cidade, tomam o mercado como referência e ignoram a demanda da maior parte da sociedade, bem como ignoram a cidade ilegal” (p. 216)⁴⁴.

Ferreira⁴⁵, quando da revisão do plano diretor estratégico de São Paulo de 2002, questiona a “utilidade dos planos”. Citando Villaça, aponta que “os planos diretores servem apenas como uma cortina de fumaça tecnicista para escamotear as práticas arcaicas de (não) planejamento, que servem, com ou sem plano diretor, exclusivamente aos interesses dos grupos dominantes”. Como se vê, a estrutura de poder determina o alcance, a abrangência dos planos diretores segundo seus interesses, dando o acento exclusivista do instrumento.

Se os planos diretores podem estabelecer princípios e regras gerais para um disciplinamento do crescimento da cidade, o instrumento que de fato objetiva o estabelecimento de regras de uso e ocupação do solo é a Lei de Zoneamento. Ao plano diretor caberia o papel de instrumento de pactuação entre os diferentes agentes de produção do espaço urbano, estabelecendo, pois, as políticas urbanas de investimentos, mobilidade, infraestrutura etc.

Como o autor observa, à época os planos diretores seriam “um pacto necessário entre os diferentes agentes econômicos, políticos e sociais que atuam na cidade, de

44 MARICATO, E. O MINISTÉRIO DAS CIDADES E A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO. IPEA - políticas sociais - acompanhamento e análise. Rio de Janeiro; no. 12, fevereiro. 2006.

45 FERREIRA, J. S.W. Plano diretor (parte 1): uma ilusão? 2013. Disponível em: <<http://cidadesparaquem.org/blog/2013/8/1/plano-diretor-radicalizar-o-acesso-por-todos-terra-urbana-resta-a-prefeitura-explicar-o-decreto-xxxx>>. Acesso em: 7 nov. 2018.

tal forma a estabelecer regras para um crescimento que atendesse a todos os interesses envolvidos”. Vivia-se então (2003) um processo político de plena redemocratização, em que se apresentava a possibilidade da construção de um Estado defensor “dos interesses verdadeiramente públicos”. Passados dez anos, o autor reconhece essa visão “como um sonho que ainda não se realizou. No jogo de poder brasileiro, não há ainda pacto possível, pois os mais poderosos, os que ganham e muito com a apropriação do ‘público’ para si, prescindem de pactos, e pouco se importam com eles”. Em 2013 ocorreram as surpreendentes e massivas manifestações de rua, iniciadas com a reivindicação pelo passe livre, rapidamente expandida para outras questões: a corrupção, a inépcia governamental, as desigualdades sociais etc.

O autor aponta corretamente para a inocuidade dos planos diretores, sublinhando que a falta de perenidade das políticas públicas, desde sempre submetidas aos desígnios de quem estiver no poder, implica na sua fraqueza. Exemplo é o plano diretor de 2002, elaborado na gestão de Marta Suplicy, mas engavetado nas duas gestões seguintes, de José Serra e Gilberto Kassab.

Outros aspectos contribuem para as vicissitudes dos planos diretores: a complexidade, a excessiva abrangência de temas, a falta de objetividade e de aplicabilidade e, como acima abordado, a não exigência legal de sua aplicação, deixada ao sabor dos interesses da administração.

Se alguns problemas devem ser creditados às metodologias preconizadas para a elaboração dos planos diretores, outros devem ser debitados à ordem estrutural da sociedade brasileira, definida segundo uma cultura de privilégios de classe, apropriados como direito adquirido. Planejar a cidade implica compromisso com a coisa pública, o que se opõe à visão patrimonialista arraigada em nossa sociedade.

Entretanto, não se pode simplesmente julgar os instrumentos de gestão urbana apenas segundo questões que lhes são externas. Não há que se esperar que a simples existência destes e outros instrumentos de regramento e controle da vida social e urbana bastem, por si mesmos, para promover alterações de ordem estrutural. Por outro lado, a rica

cultura de planejamento que o Brasil vem desenvolvendo há mais de 50 anos demonstra um valor intrínseco do conceito de planejamento e seus derivados.

Particularmente em relação aos planos diretores, os conceitos e as metodologias que os configuram lhes conferem um conteúdo social e democrático importante, e que vem sendo assimilado, por certo não sem dificuldades. Exatamente num momento como o presente, em que as instituições democráticas estão sob ameaça direta e declarada pelo governo de turno, caracterizado por posturas ultraconservadoras, retrógradas, autoritárias, profundamente avessas ao diálogo, é fundamental preservarmos, entre outros, os instrumentos de gestão democrática do espaço,

Mesmo que “dominados pelo mercado”, como aponta Maricato, mesmo que servindo “aos interesses dos grupos dominantes”, como denuncia Ferreira, a experiência obtida com a revisão do plano diretor de Ferraz de Vasconcelos permite vislumbrar outras possibilidades para este tipo de ação, para além de sua direta aplicação.

Vale lembrar o que disse Maricato num momento de afirmação de uma política urbana inovadora, decididamente social, no então recém-criado Ministério das Cidades, na primeira gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, à frente do governo federal (2003/2006). A autora aponta que a

obrigatoriedade de elaboração do plano diretor, com a possibilidade de utilização do Estatuto da Cidade, isto é, com a participação democrática, e inclusão de instrumentos que garantam a função social da propriedade (...) é uma oportunidade única para ampliar o debate político e para formar militantes para a luta por uma cidade mais justa⁴⁶.

Mesmo que com certas limitações, os debates promovidos pelo processo participativo da revisão do plano diretor inauguraram uma prática democrática fundamental, qual seja a discussão coletiva de problemas comuns aos cidadãos.

46 MARICATO, op.cit.

2 AÇÃO E PARTICIPAÇÃO



Figura 26 - Cartaz estudantil francês, 1968.
Fonte: ARNSTEIN, 1969.

É hipótese deste trabalho o papel fundamental da participação como ação cidadã, no processo de qualificação dos **elr** no espaço periférico metropolitano.

Há muitas formas de participar. O termo assume diversos sentidos e significados. É necessário perguntar: o que é participar? A algaravia de sentidos e significados dificulta circunscrever um conceito preciso do que seja participar. Nesse caso, definiremos uma direção clara: participar ativamente da vida pública constitui um ato cidadão. A pergunta seguinte será: considerando os espaços institucionais de participação existentes, é possível a assertiva acima? O quadro político e institucional permite tal definição?

Uma das formas está definida pelas metodologias participativas previstas por lei e praticadas no processo de elaboração dos planos diretores municipais, cuja obrigatoriedade foi estabelecida pelo Estatuto da Cidade (Lei

nº 10.257/2001). Entretanto, como aponta Villaça⁴⁷, essa forma de participação insere-se num quadro de profundo desequilíbrio de poder, como consequência de uma estrutura político-administrativo-burocrática autoritária, centralizadora e profundamente (não seria exagero dizer culturalmente) resistente à ideia de compartilhamento de poder.

Outra forma de participação vem se configurando em jovens, potentes, autônomas e autóctones ações sociais, como os movimentos de habitação, os coletivos culturais, de gênero, de cor, de defesa dos direitos humanos, do meio ambiente, e as associações comunitárias, de amigos de bairro etc., cuja característica principal e comum é o engajamento direto dos participantes em objetivos claramente estabelecidos e espacialmente delimitados, vetorizados em ações politicamente comprometidas com alguma transformação espacial positiva. Coletivos e movimentos ativistas fazem do engajamento social, isto é, da participação direta do cidadão, sua razão e força.

As duas formas se diferenciam pelo grau de acesso ao poder de decisão que permitem e a quem. A onda ininterrupta de manifestações de rua, iniciada no Brasil 2013, escancarou os problemas que uma representação política autorreferente traz, na exata medida da particularização das demandas atendidas. As ruas expressam a crise do Estado em seu papel social como garantidor das condições mínimas da cidadania. As formas tradicionais de representação política estão em xeque. A questão participativa está colocada.

Este capítulo irá desenvolvê-la na perspectiva de uma experiência individual e coletiva transformadora do espaço. Para tanto, a participação será *contextualizada* no quadro geral político atual, caracterizado pela crise da democracia representativa e pela ofensiva ultraconservadora populista global e local; *situada* historicamente por meio de referências específicas de experiências levadas a efeito no Brasil e *identificada* segundo um caminho crítico que investiga as relações entre participação e poder, no quadro de complexidade das relações espaciais, considerando ainda o fenômeno contemporâneo do ativismo social.

47 VILLAÇA, op. cit.

2.1. Uma onda regressiva global

O contexto contemporâneo pode bem ser expresso como a era dos extremos e dos tempos fraturados, duas metáforas poderosas usadas por Eric Hobsbawm⁴⁸ para registrar as transformações radicais, polares, que o mundo sofreu no decorrer dos séculos XX e XXI. Nesse período, o mundo sofreu duas guerras mundiais, além de inúmeros conflitos locais internacionais ou nacionais civis; assistiu à constituição e à dissolução da geopolítica global polar tensionada por dois blocos hegemônicos, EUA e URSS; à ascensão triunfal do primeiro e à derrocada do segundo – a confirmar e reforçar a crise da esquerda mundial; ao pacto neoliberal (a que se convencionou chamar de Consenso de Washington) em correspondência ao recuo, senão à eliminação das políticas públicas sociais; às crises econômicas cíclicas associadas à financeirização global do mundo; ao inexorável agravamento das condições ambientais planetárias; ao solapamento progressivo do Estado provedor de segurança social; à descaracterização da democracia representativa em função da crise da representatividade política assolada pelos interesses particulares, corporativos, pela corrupção, pelo nepotismo; à ofensiva populista ultraconservadora mundial, pautada por posições xenófobas, discricionárias e segregacionistas, apoiadas por um discurso de medo e ódio ao diferente, em sintonia com uma mentalidade configurada pelo individualismo e pelo consumismo; e, finalmente, à artificialização da política com a fabricação hipermediática de candidaturas de ocasião e à manipulação da opinião pública pela produção de consensos irrefletidos de massa, como se viu, recentemente, nas eleições majoritárias no Brasil de 2018.

Trump⁴⁹, a suceder Barack Obama, conquista a presidência dos EUA em meio a fortes suspeitas de corrupção de familiares e assessores, ligadas à manipulação hipermediática

(com envolvimento ativo da Rússia de Putin⁵⁰) dos eleitores norte-americanos, por meio de uma campanha baseada na disseminação de notícias falsas e de desinformação em massa.

No Brasil, um processo político de *impeachment*, comandado por um notório deputado quadrilheiro⁵¹, resulta no impedimento (31/8/2016) da presidente Dilma Rousseff – sem que nada tenha sido provado contra ela⁵². Logo após, a Operação Lava Jato, promovida pela “República de Curitiba”, leva à prisão (7/4/2018), sem provas, o ex-presidente Lula e ao solapamento das instituições democráticas republicanas. Anuncia-se o fim da era dos governos “de esquerda” na América Latina.

Dois anos mais e assistimos incrédulos (nem todos) à eleição de um ex-capitão do Exército (expulso da corporação) para a Presidência da República, por meio de uma campanha política sem programa, porém com um eficiente plano de marketing em rede e apoiado num discurso construído pela manipulação dos sentimentos de ódio, intolerância e violência. A mesma metodologia eleitoreira hipermediática, que em 2016 levou Trump ao poder, conforme declarou Steve Bannon⁵³, está por trás da inesperada eleição de um ex-capitão para a Presidência da República no país. Parece haver uma ofensiva,

50 SIDDIQI, S. What the Mueller report tells us about Trump, Russia and obstruction. Washington

51 Eduardo Cunha, ex-deputado federal, ex-presidente da Câmara de Deputados entre 2015 e 2016, quando comandou o processo espúrio de cassação de Dilma Rousseff. Cassado em dezembro de 2016, condenado em março de 2017 a 15 anos e quatro meses de prisão pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

52 Sobre o golpe, cf. o documentário Democracia em vertigem. 2018. Direção de Petra Costa. Disponível na Netflix, provedora de filmes e séries via streaming.

53 Stephen Kevin Bannon, assessor político dos EUA, ex-assistente presidencial e estrategista-chefe da Casa Branca no governo Trump, ex-diretor executivo da campanha presidencial de Donald Trump, em 2016. Ex-banqueiro e ex-diretor do sítio Breitbart News, de extrema-direita, é um dos arautos do novo populismo ultraconservador. Atualmente dirige a organização “O Movimento”, criada por ele para promoção e organização de grupos políticos europeus orientados pelo nacionalismo e pelo ultraconservadorismo populista.

em termos globais, no sentido da implantação de um modelo de populismo neoconservador.

Por certo há no Brasil, como no mundo, uma crise, que é a crise da democracia como sistema político, incapaz de atender de modo equilibrado às demandas sociais, e da ideia mesma de Estado, cujo poder vem sendo progressiva e sistematicamente confrontado e suplantado pelo efetivo poder das corporações transnacionais e do capital globalizado.

Em correspondência a um quadro politicamente regressivo quanto às políticas sociais e à representatividade cidadã, avança excepcionalmente a concentração de renda. O Brasil tem hoje cinco bilionários com patrimônio equivalente ao da metade mais pobre da população brasileira (210.147.125 hab segundo a previsão para 2019 do IBGE)⁵⁴; os 5% mais ricos auferem a mesma fatia de renda que os restantes 95% da população⁵⁵. Em nível mundial, o 1% mais rico concentra 82% da riqueza gerada globalmente, enquanto 3,7 bilhões de pessoas, a metade mais pobre da população mundial, não acumula nada.⁵⁶

O patrimônio somado dos bilionários brasileiros chegou a R\$ 549 bilhões em 2017, num crescimento de 13% em relação ao ano anterior. Ao mesmo tempo, os 50% mais pobres do país viram sua fatia da renda nacional ser reduzida ainda mais, de 2,7% para 2%.⁵⁷ Na Cidade Tiradentes, no limite da Zona Leste de São Paulo, vive-se em média 57 anos. Em Moema, a vida chega, em média, até os 80.⁵⁸

54 OXFAM. Recompensem o trabalho, não a riqueza. 2018. Disponível em: <<https://oxfam.org.br/publicacao/recompensem-o-trabalho-nao-a-riqueza/>>. Acesso em: 4 mar. 2019.

55 OXFAM. UMA ECONOMIA PARA O 1% - Como privilégios e poderes exercidos sobre a economia geram situações de desigualdade extrema e como esse quadro pode ser revertido. DOCUMENTO INFORMATIVO DA OXFAM 210 RESUMO. Disponível em <https://oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/uma-economia-para-o-1> . Acesso em 9/12/2017.

56 PIKETTY, T. O capital no século XXI. Tradução de Monica B. De Bolle. 1ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

57 OXFAM 2018 op. cit.

58 FONSECA, Bruno. Em São Paulo, morador da periferia morre 20 anos antes dos que vivem em bairros ricos. Carta Capital, São Paulo. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/em-sao-paulo-morador-da-periferia-morre-20-anos-antes-dos-que-vivem-em-bairros-ricos/>>. Acesso em: 5 nov. 2019.

Como consequência, instala-se um quadro de comprometimento e descrédito das instituições, da ideia mesma de democracia e do sistema político representativo como um todo, cujas estruturas, ainda que possam prever em lei instrumentos de gestão participativa, hoje não concedem mais que posições consultivas, tornando a participação assim enquadrada inócua.

Em paralelo, os movimentos de massa hipermediáticos geram um sentimento de estar participando de alguma coisa que não se sabe bem o que é. Se as redes sociais trouxeram a possibilidade da livre manifestação de quem quer que seja, franqueando a plena publicização da palavra individual, elas o fizeram sem qualquer critério ou clareza do alcance, sem que nada pudesse contrapor a manipulação da opinião que tirou partido da manifestação emocional sem limites, feita por impulso. O que ocorreu no Brasil é um exemplo disso. A criação de pseudoconsensos baseados em julgamentos parciais de fundo emocional, os chamados discursos de ódio, levou milhões de pessoas a votarem contra o que quer que fosse, um partido, ou um político, ou outro objeto qualquer manipulado, demonizado, usado como canal para expressar indignação contra uma ideia geral e indistinta de corrupção, perversamente vinculada a um partido – o PT, e seus representantes. Como se a prevaricação, a apropriação privada da coisa pública, a felonía e o desprezo pelo interesse público não fossem males humanos abrigados numa ideia geral de corrupção. Como se não fossem fenômenos culturais endêmicos do Brasil.

2.2. A crise do Estado

Outra questão surgida da reflexão sobre as razões determinantes dos processos diferenciais de ocupação da metrópole traz à tona a crise do Estado e dialoga com as observações de Zygmunt Bauman.

O filósofo aborda a questão da situação da ideia de Estado-nação no contexto da hegemonia econômica das corporações supranacionais e do capital financeiro global. A territorialidade como domínio e limite é intrínseca ao conceito e ao funcionamento do Estado. Confrontada tal característica com a ubiquidade corporativa e financeira, o Estado-nação vê

48 HOBBSAWM, E. Tempos fraturados – Cultura e sociedade no século XX. São Paulo: Companhia da Letras, 2013.

49 Cf. MISRA, T.; CAPP, K. Why HUD Wants to Restrict Assistance for Immigrants. Disponível em: <<https://www.citylab.com/equity/2019/04/public-housing-rent-assistance-immigrant-families-hud-policy/587479/>>.

Acesso em: 28/2/2019

diminuído seu poder diante da flexibilidade dos entes globais. “Os poderes que decidem o conjunto de opções abertas a qualquer desses Estados atuam muito além do território sujeito a seu controle e restringem de forma grave seu espaço de manobra. Decisões tomadas nas capitais de Estados-nação só se aplicam no interior de suas fronteiras”⁵⁹ (quando se aplicam: o fluxo internacional de capitais desconhece fronteiras).

Destarte, a ideia de Estado-nação está fragilizada, fato agravado pela crescente incapacidade de o Estado fazer frente às demandas sociais básicas, função precípua e inalienável. Isso teria conduzido, na visão de Bauman, a um sentimento de desamparo das pessoas e a um conseqüente descrédito quanto ao que se pode esperar do Estado e, particularmente, da democracia.

O campo de observação de Bauman é a União Europeia. Sua leitura pode ser aplicada ao caso brasileiro, mas com certas e necessárias adequações. Lá, como aqui, há o desencantamento e sentimento de desamparo da classe média diante do acirramento das questões sociais trazidas pelo desemprego, pela imigração e pelos ciclos de depressão econômica, em conluio com a inconseqüência de políticos incestuosos com a coisa pública, a esvaziar o sentido e o valor da representação política da sociedade. No caso brasileiro, isso se soma ao desencantamento histórico com a crônica insuficiência e omissão do Estado no atendimento das demandas sociais. E, ainda, uma mídia comprometida, há muito, com o poder, a exaltar ou execrar governos segundo os interesses da plutocracia nacional.

Em *Babel: entre a incerteza e a esperança*⁶⁰, Bauman, em diálogo com Enzo Mori, inicia os trabalhos com uma citação de *Senso comum*, de Paine:

(...) quando sofrermos, ou somos expostos por um governo às mesmas misérias que poderíamos esperar de um país sem governo, nossa calamidade é ampliada pela reflexão de que nós mesmos suprimos os meios pelos quais sofrermos. (...) Fossem os impulsos da consciência

obedecidos de modo claro, uniforme e irresistível, o homem não precisaria de nenhum outro legislador. Mas como esse não é o caso, ele julga necessário ceder uma parte de sua propriedade a fim de prover os meios para a proteção dos demais; é induzido a fazê-lo pela mesma prudência que, em todos os demais casos, o aconselha, dentre os males, a escolher o menor. Conseqüentemente, sendo a segurança o verdadeiro propósito e fim de governo, decorre irretorquivelmente que qualquer forma de governo que nos pareça mais capaz de garanti-la, com o mínimo de aventura e o máximo de benefício, é preferível a todas as demais.

O pensamento pode ser aplicado, com precisão atualíssima, ao Estado brasileiro que, com exceção de episódios esporádicos⁶¹, jamais esteve comprometido com o efetivo atendimento das demandas sociais. Há um deslocamento primordial na ideia deste Estado. Bauman faz referência a Hobbes que, no *Leviatã*, postulava que “a garantia e o provimento de segurança são a razão primordial, a tarefa suprema e a obrigação inegável do Estado, portanto, sua *raison d’être*.”⁶²

Essa é uma condição inalienável do Estado que, não cumprida, nos imerge nas “mesmas misérias que poderíamos esperar de um país sem governo”. Trata-se de uma “miséria angustiante”, que está “na essência do sentido existencial da insegurança”. Isso ocorre no sistema democrático, cujas instituições, “que nossos pais projetaram com engenho e teceram com labor”, enfraquecidas e descaracterizadas, nos fazem sentir “traídos e desapontados.”⁶³

Há, segundo o autor, uma frustração que se manifesta na “horrenda” distância entre os eleitores e aqueles que eles elegem como seus representantes, cada vez mais desacreditados em função de tantas promessas anteriores não cumpridas, fazendo com que os primeiros nem mais cheguem sequer a esperar “que desta vez as promessas sejam cumpridas”. Quando muito, irão às urnas para escolher, dos males, o menor.

61 Referência aos governos de cunho social: Vargas (1950-1954), João Goulart (1961-1964), Lula (2003-2011) e Dilma (2001-2016).

62 BAUMAN, op. cit., p. 14

63 Ibid., p. 15

Vale lembrar que o texto, de 2016, antecede em pouco tempo a eleição presidencial norte americana do mesmo ano, e a eleição presidencial brasileira de 2018, que surpreenderam políticos e especialistas em geral, com as inesperadas vitórias de Trump, nos EUA, e Bolsonaro, no Brasil. Se antes, como indica Bauman, se escolhia o menos ruim, agora se “escolhe” o “salvador-geral”, cujo discurso pretende desvinculá-lo da ideia da velha política e do político tradicional, com suas falcatruas e negociatas. Tanto o norte-americano como o sul-americano se utilizam de falácias eleitoreiras para manipular o sentimento de desamparo geral, misturadas à promessa de redenção contida na sensação de voz ativa – agora todos podem se manifestar pela rede social (outra falácia). O produto é uma impressão mirabolante e infantilizada de identidade, resultado da posição polar do tipo sou-contra-tudo-que-está-aí, reforçada pela criação de bodes expiatórios personificados em partidos e atores políticos específicos.

Mori nos remete a Jacques Julliard: “quando o sistema de representação se torna um “mau condutor da vontade geral”, num nível mais profundo, a rejeição “da política revela a aspiração cega de autonomia do indivíduo, uma espécie de alergia à própria noção de governo”⁶⁴ e, finalmente, uma reação alérgica à ideia mesma de democracia.

Nessa situação, resta apenas um simulacro de protagonismo individualista vazio de sentido político, mas pleno de um sentimento de perda socialmente irreparável, pois o próprio sentido de sociedade, de tecido social se esgarça na medida de sua desarticulação política.

O conceito de público está desmoronando, e trata-se de um vazio democrático sem precedentes, cuja extensão nós ainda não somos capazes de avaliar. Sentimos a ausência do elemento no qual uma opinião possa se originar e crescer. Talvez um sentimento resista: de forma mais crucial, examinando com mais atenção, o que resiste é um sentimento que na verdade é um ruído brando de uma época sem defesas.⁶⁵

Para gáudio dos neoliberais e meninos de Chicago, após mais de 45 anos de políticas neoliberais em todo o globo

64 Ibid.

65 Ibid., p. 17.

(salvo as exceções latino-americanas mais recentes), estamos longe do estado de bem-estar social que caracterizou as democracias europeias e norte-americanas entre as décadas de 1940 e 1970.

O quadro acima exposto nos leva a pensar que é necessário trabalhar conceitos que apontem alguma saída para este impasse que a crise do Estado colocou. A falta de credibilidade do Estado, dos governos, dos políticos e de boa parte das instituições (salvo as exceções de praxe); a falta de perspectivas pessoais em correspondência a um ciclo econômico depressivo; os desequilíbrios econômicos globais; e a omissão do Estado brasileiro, em particular, com a conseqüente insegurança social, justificam o protagonismo reservado, neste trabalho, à questão da participação popular, como um componente político fundamental para o resgate da credibilidade e da identidade com um sistema político democrático, reorganizado segundo um paradigma redistributivo de poder. Participação aqui também entendida como a ação direta, não intermediada, do indivíduo-cidadão no espaço, assumida como posicionamento contrário a tal estado de coisas, num movimento de resgate do sentido de cidadania.

2.3. Experiências e formas de participação

Premissa desse trabalho, a participação como ação direta se coloca como elemento-chave do processo de qualificação dos **elr** no espaço periférico metropolitano, em que a ação participativa se dá pela construção de vínculos significativos sujeito-objeto, homem-ambiente.

Entretanto, é necessário considerar que o tema da participação não é propriamente novo entre nós, tem um desenvolvimento histórico e institucional de mais de vinte anos. Alguns de seus marcos legais:

• Política Nacional de Recursos Hídricos – Lei nº 9.433/1997, que estabelece que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada, articulando poder público, usuários e comunidade, sendo obrigatória a representação da sociedade civil em colegiados, tais como os comitês de bacias hidrográficas.

59 BAUMAN, Z.; MAURO, E. *Babel: entre a incerteza e a esperança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

60 Ibid., p. 11.

• Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257/2001, que prevê espaço e instrumentos de participação popular para a gestão urbana democrática, tais como os conselhos de desenvolvimento urbano, consultas e audiências públicas, plebiscito, estudos de impacto de vizinhança, orçamento participativo.

Lei de Saneamento Básico – Lei nº 11.445/2007, que prevê o controle social dos serviços de saneamento básico, do planejamento à operação, por meio da participação de usuários dos serviços de saneamento, de entidades técnicas e organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor nos colegiados.

Entretanto, a simples existência de dispositivos legais que exijam a participação não basta para garantir sua implantação. Normalmente, os conselhos são apenas consultivos, tendo por isso pouco poder de influência nas decisões de caráter geral. E, ainda, podem ser objeto de manipulação por parte das forças políticas em campo.

As experiências participativas, que chamarei de diretas, mostram que o ato de participar ativamente de um processo coletivo de elaboração criativa para constituição do espaço proporciona, pelo envolvimento das pessoas na concepção ideal e na construção concreta do espaço desejado, a criação de vínculos aprofundados, talvez mais duradouros, dos participantes com o objeto da ação. Da articulação dos diversos interesses, possibilitada pela prática política participativa, resgata-se um aspecto fundamental da cidadania que, num exercício ativo de um direito cidadão, projeta-se no espaço urbano e, portanto, na cidade.

Lefebvre⁶⁶, para construir uma ideia de direito à cidade, busca o sentido original da palavra cidade. Em grego, cidade é *pólis*, cidadão é *polites*, e política é *politikos*, isto é, tudo aquilo “que é relativo ao cidadão e ao Estado”. É na *pólis* que o homem se transforma em cidadão, ao conquistar voz ativa e participar das decisões sobre os assuntos de interesse geral e coletivo. Participar, no sentido radical, significa compartilhar poder para influenciar uma decisão.

66 LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Editora Documentos, 1969.

Na origem, democracia significava compartilhamento de poder entre determinados grupos sociais vinculados a um território definido, por meio de um sistema político mais ou menos representativo, mais ou menos direto, estruturado em instâncias diversas de compartilhamento das decisões sobre as questões da vida em sociedade. Por definição, não há *pólis* sem *polites*, não há cidade sem política.

Entretanto, trazidos ao presente, tais conceitos se mostram superados diante da realidade da vida na cidade contemporânea, que se organiza numa estrutura política representativa muito diversa daquela que lhe deu origem, ainda que as designações cidade e democracia permaneçam. A cidade contemporânea atualizou a forma democrática original segundo o espaço que configurou, impedindo a prática real daquilo que configura o homem geral em cidadão, isto é, o ato de participar concretamente da ação política transformadora. A forma democrática atual impõe estruturas político-administrativas correspondentes ao espaço dilatado de uma cidade de muitas cidades, da macrometrópole de várias metrópoles, formas urbanas territoriais que exigem formas organizacionais burocráticas e sistemas políticos representativos que, por princípio e condição, colocam o espaço da vida urbana e seu domínio territorial fora do alcance político ativo, afetivo e efetivo do cidadão.

A cidade agigantada e fragmentada, que se desbordou em dimensão territorial, escapa do alcance do cidadão, alijando-o daquilo que foi originalmente sua razão e atribuição precípua: a participação. A cidade não é mais um lugar, mas uma coleção ou um *patchwork* de lugares, cuja gestão requer, entretanto, uma estrutura burocrática centralizada de poder. Um espaço que não prevê nele mesmo, em sua estrutura, a participação, senão por concessão localizada e setorial.

No quadro de uma democracia possível, o Estado oferece, num espaço dito democrático, não mais que um simulacro de prática política cidadã, incapaz de confrontar o desequilíbrio de poder refletido na heterogeneidade estrutural do espaço. Bauman cita Roberto Michels⁶⁷, que em 1911 elabora o conceito da “lei de ferro da oligarquia”, segundo o qual

67 Ibid., p. 22

não importa quanto um movimento político seja maciço e democrático no começo, à medida que ele cresce e novos membros são recrutados, mais ele se divide inevitavelmente numa elite pequena e mais ou menos profissional, por um lado, e, por outro, em seus seguidores – mais ou menos obedientes às decisões dessa elite e mais ou menos ativos na assistência à sua implementação, mas sem participar do processo de tomada de decisão pela simples razão de serem incapazes de contribuir com qualquer coisa relevante.⁶⁸

Da ideia original de política e de cidade segundo a tradição grega, o que é possível resgatar? É possível identificar-se num espaço definido por uma paisagem constituída de valores e razões comuns, ideais e desejos coletivos? Até onde podem ir? Se participação é, também, uma questão de escala, haverá a escala que permite a participação?

O Estado democrático moderno prevê formas de participação indireta, diluídas num sistema político representativo e organizadas em níveis e formatos diversos, em câmaras e assembleias legislativas, além de instâncias consultivas em órgãos setoriais da administração pública, autarquias, empresas mistas e demais estruturas, assim como em determinados eventos (plano diretor).

Mas a estrutura de poder concentrado nas mãos da oligarquia brasileira, que submete o Estado aos seus interesses, restringe as possibilidades de atuação das instâncias participativas à simples instância consultiva, privando-as de poder decisório. Isso reduz a participação a uma posição passiva, o que se reflete negativamente na própria condição de cidadão

As muitas ações no campo participativo são uma reação ativa legítima a um Estado que não cumpre com isenção e equilíbrio seu papel social e mostram a importância e a necessidade do engajamento ativo do homem para fazer valer sua condição de cidadão, capacitado à defesa e à proposição de suas demandas.

Participação e cidadania são, de fato, uma questão de

68 TOLBERT, P. S. Robert Michels and the Iron Law of Oligarchy [versão eletrônica]. 2010. Disponível em: <<http://digitalcommons.ilr.cornell.edu/articles/397/>>. Acesso em: 11/3/2018

poder. Mas dependem também de outros fatores, tais como a complexidade das inadiáveis questões socioambientais, as limitações impostas pelas estruturas institucionais existentes e as possibilidades de atuação direta que as articulações em rede podem permitir.

2.4. O problema da participação

Todos os grupos sociais são agentes e atores do processo social e agem legitimamente segundo razões e motivações próprias. Isso significa que a questão da participação não está em quem participa, e nem em por que o faz, mas está em como o faz, isto é, na forma pela qual se dá a participação. Tal forma é condicionada pela capacidade de um determinado grupo social de interferir efetivamente num dado contexto, numa dada situação, pelo real poder que tem de transformar o espaço social.

Dada a questão participativa que integra a hipótese deste trabalho, e considerando a experiência do autor em processos participativos de planos municipais, as críticas feitas por especialistas a tais planos e as recentes investidas do governo federal visando ao desmonte de diversas instâncias participativas setoriais⁶⁹, o presente capítulo problematiza a questão da participação sob três abordagens correntes, colocadas numa perspectiva evolutiva: a primeira coloca a primazia do fator de poder como elemento central das políticas de participação; a segunda considera a participação como um processo de aprendizado coletivo, que objetiva a articulação e a capacitação dos grupos de interesse para atuação institucional num quadro de complexidade das questões socioespaciais; e a terceira é vinculada aos processos de ativismo social, que surgem em resposta à crise do Estado e de suas instituições, numa perspectiva de autonomia e ação direta.

Trata-se de compreender como, com que autonomia e com que efetividade, cada grupo social atua ou pode vir a atuar no espaço (contexto social, econômico, territorial),

69 CARTA Capital. “Bolsonaro decreta o fim dos conselhos sociais criados por Dilma”. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-decreta-o-fim-dos-conselhos-sociais-criados-por-dilma/>>. Acesso em: 24/01/2020

transformando-o em função das questões de interesse geral.

O que se pretende aqui é um exercício de síntese entre a questão política e a questão epistemológica, isto é, entre os pressupostos políticos da prática cidadã e os processos de apropriação e geração de conhecimento do espaço.

Participação e poder

O poder, como elemento central de articulação do discurso sobre participação, tem sido recorrente nas apreciações que diversos estudiosos têm feito, em especial em relação aos planos diretores municipais.

Ferreira⁷⁰, tendo por referência Villaça⁷¹, afirma que “planos diretores no Brasil tendem a servir apenas como uma cortina de fumaça tecnicista para escamotear as práticas arcaicas de (não) planejamento que servem, com ou sem plano diretor, exclusivamente aos interesses dos grupos dominantes. Os processos participativos “ são muitas vezes puro jogo de cena (...)”. E ainda: “No jogo de poder brasileiro, não há ainda pacto possível, pois os mais poderosos, os que ganham e muito com a apropriação do ‘público’ para si, prescindem de pactos, e pouco se importam com eles.”

O citado Villaça, em *As ilusões do plano diretor*, faz sua avaliação da questão participativa, observando ainda que:

Não existe “a população”. O que existe são classes sociais ou setores ou grupos de população. A classe dominante sempre participou seja dos planos diretores seja dos planos e leis de zoneamento. Quem nunca participou foram – continuam sendo – as classes dominadas, ou seja, a maioria. Até agora, foram essas classes as grandes ausentes. Portanto, quando se fala em plano diretor participativo como sendo uma novidade e se referindo aos planos diretores do presente, essa ênfase na “participação” só pode se referir à maioria dominada, já que a minoria dominante sempre participou, embora raramente de forma ostensiva.

A questão do poder, como se vê, tem o poder de galvanizar as discussões sobre a questão participativa. Não se

trata aqui de reafirmar ou negar o fato óbvio de que o poder é o fator determinante das relações socioespaciais, gritante numa sociedade tão desigual como a brasileira. O interesse aqui é compreender como a ideia de poder conforma não apenas os discursos, mas as apreensões ou as formas de compreender as situações reais que envolvem outras determinantes, num quadro cuja complexidade sugere um esforço mais abrangente de análise e síntese, compreensão e avaliação.

A questão do poder é o ponto de partida de *A Ladder of Citizen Participation*⁷², texto publicado nos EUA, na esteira da turbulência da década de 1960, marcada pelos movimentos de contestação ao poder, ao *establishment*, à moral e aos costumes conservadores, à discriminação racial e de gênero, à guerra do Vietnã, aos governos ditatoriais etc., que explodiram nas ruas de Chicago, Nova York, Memphis e também em Paris, Praga, São Paulo, Rio de Janeiro, entre outras.

Neste tumultuado, mas extraordinariamente ativo e fértil contexto social político norte-americano⁷³, Sherry Arnstein estuda, de dentro da administração pública, as formas de participação do cidadão norte-americano nos processos decisórios relativos às políticas públicas do governo federal, a partir de três programas do governo Lyndon Johnson: Guerra à Pobreza, Renovação Urbana e Cidades-Modelo⁷⁴.

A pesquisa resulta num texto seminal⁷⁵, que vem servindo

72 ARNSTEIN, S. R. A Ladder Of Citizen Participation. Journal of the American Planning Association, 35: 4; 1969, p. 216-224. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/01944366908977225>>. Acesso em: 2 mar. 2019.

73 Woodstock, Beatles, o amor livre, a minissaia, o homem na Lua, Hair no teatro etc. No Brasil a MPB, a tropicália, o rock, o Teatro de Arena, o Opinião, Vandré, o Pasquim e a ditadura.

74 Cidades-Modelo foi um dos elementos do ambicioso programa social Guerra à Pobreza (1966-1974), implementado pelo governo Lyndon Johnson (1963-1969), que buscou enfrentar o problema de violência urbana. Como um novo programa do Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano norte-americano, visava melhorar a coordenação entre os programas urbanos federais existentes e proporcionar fundos adicionais a programas locais. Seus objetivos enfatizavam o planejamento abrangente, envolvendo reconstrução e reabilitação do espaço urbano, provimento de serviços sociais e a participação do cidadão.

75 ARNSTEIN, op. cit.

de referência para sociólogos, urbanistas e planejadores há mais de 50 anos. Sua permanência até os dias de hoje indica que a questão do poder mantém vivo interesse, a justificar sua breve exploração neste trabalho.

A pesquisa de Arnstein evidencia que a atuação do Estado, observada pelas políticas públicas implementadas por meio de amplos e dispendiosos planos e programas sociais, acima mencionados, é severamente marcada pelas condições desiguais de poder existentes entre os diversos grupos sociais envolvidos. Segundo a autora, os discursos oficiais tratam termos como “participação do cidadão” e “máximo envolvimento possível dos pobres” como “meros eufemismos”, sendo por isso classificados como “peças de retórica” que revelam a distância entre objetivos propostos e práticas implementadas.

Identificando as diferentes formas de participação com os níveis de empoderamento dos grupos sociais envolvidos, Arnstein define a participação como um “termo categórico de poder”, e afirma que “a redistribuição de poder habilita os excluídos a conquistar espaço no processo da sociedade afluyente, de modo a serem deliberadamente incluídos no futuro”. Nesse sentido, pergunta: “O que é participação do cidadão e qual sua relação com os imperativos sociais de nosso tempo?”⁷⁶

Para Arnstein, a participação deve ser uma estratégia de poder, baseada no pleno compartilhamento da informação, da definição de metas e diretrizes das políticas públicas, e da gestão das verbas destinadas aos planos e programas. Participar significa acessar “os meios pelos quais eles (as pessoas, os interessados) podem induzir reformas sociais significativas que os habilite a compartilhar os benefícios da sociedade afluyente”.

Com base nessas considerações, Arnstein propõe um modelo de análise das formas de participação estruturado em torno da questão central do poder atribuído aos diferentes grupos sociais. São definidas categorias e subcategorias (níveis) de participação, ao modo de uma escada, segundo a qualificação dos atores e a respectiva capacidade (ou poder) de alcançarem os resultados desejados.⁷⁷ (Figura 26)

76 Ibid., p. 216.

77 Na base da escada, na categoria “não participação”, os dois primeiros degraus ou níveis, “Manipulação” e “Terapia”, metáforas

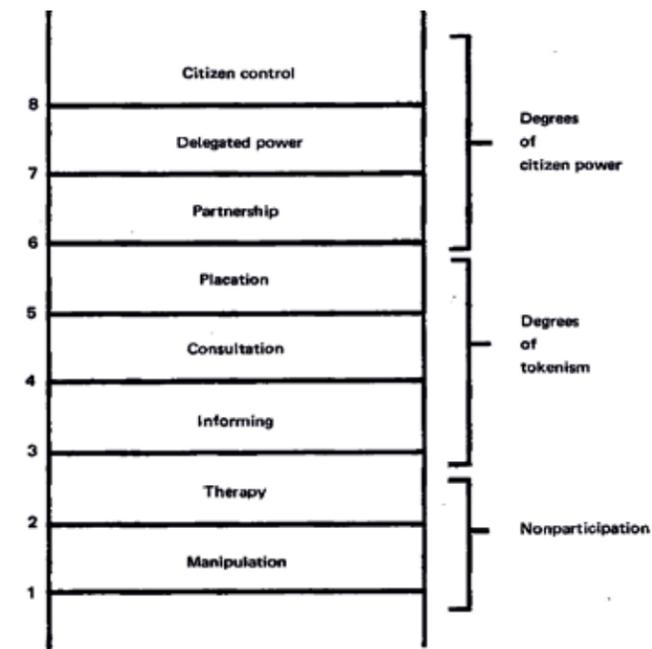


Figura 27 - A escada da participação cidadã. Na base da escada, na categoria “não participação”, os dois primeiros degraus ou níveis, “Manipulação” e “Terapia”, metáforas descritivas de uma relação hierárquica entre grupos sociais, na qual os poderosos promovem a “educação”, a “cura” e a erradicação das “mazelas” dos extratos sociais “inferiores”, dos quais é exigida a submissão e para os quais não se prevê qualquer forma de emancipação e empoderamento. A segunda categoria, nomeada “tokenismo”, representa a ação perfunctória, que limita a participação a uma relação de compromisso superficial. Ocorre em três níveis: “Informe” e “Consulta”, nos quais se permite falar e escutar, mas sem voz ativa; e “Apaziguamento”, que admite a existência de um conselho participativo, mas meramente consultivo. Os detentores do poder mantêm a primazia da decisão, não havendo alteração importante nos níveis relativos de empoderamento. A terceira categoria, “participação”, supõe progressão do poder compartilhado pelos grupos sociais, em três níveis. “Parceria”, comporta o compartilhamento das responsabilidades entre cidadãos e detentores do poder, por meio de instrumentos políticos e administrativos efetivos, reconhecidos a adotados por todos. Os dois últimos níveis preveem a dominância do poder cidadão: “Poder delegado”, em que os cidadãos conquistam autoridade para a tomada de decisões relativas a um determinado plano, programa ou projeto; e o último nível, “Controle do cidadão”, em que se estabelece o controle absoluto do meio social pelo poder popular. Fonte: ARNSTEIN, 1969.

70 FERREIRA, op. cit.

71 VILLAÇA, 2005, op. cit.

Vale lembrar que o trabalho de Arnstein tem por referência e recorte os processos participativos previstos em programas sociais do governo federal norte-americano, dominado pelo *establishment* conservador hegemônico, historicamente pouco afeito às práticas de compartilhamento de poder. Para o estamento, a participação é apenas uma concessão que, condicionada por uma mentalidade autocrática, se faz de modo burocrático, limitado e insuficiente, diante de uma situação de instabilidade social determinada pela pobreza, pela violência urbana, pela discriminação racial e pela desigualdade de oportunidades.

A atualidade da análise de Arnstein se mantém pelo nexos que estabelece entre a ineficácia e a falta de efetividade dos programas governamentais analisados e as práticas supostamente participativas neles previstas, que reservam aos principais interessados – as classes desfavorecidas – não mais que um lugar mais ou menos decorativo no processo decisório.

As históricas manifestações populares nas ruas das cidades norte-americanas da época foram o resultado cumulativo da indignação popular com as guerras, com

descrições de uma relação hierárquica entre grupos sociais, na qual os poderosos promovem a “educação”, a “cura” e a erradicação das “mazelas” dos extratos sociais “inferiores”, dos quais é exigida a submissão e para os quais não se prevê qualquer forma de emancipação e empoderamento. A segunda categoria, nomeada “tokenismo”, representa a ação perfunctória, que limita a participação a uma relação de compromisso superficial. Ocorre em três níveis: “Informe” e “Consulta”, nos quais se permite falar e escutar, mas sem voz ativa; e “Apaziguamento”, que admite a existência de um conselho participativo, mas meramente consultivo. Os detentores do poder mantêm a primazia da decisão, não havendo alteração importante nos níveis relativos de empoderamento. A terceira categoria, “participação”, supõe progressão do poder compartilhado pelos grupos sociais em três níveis. “Parceria”, comporta o compartilhamento das responsabilidades entre cidadãos e detentores do poder, por meio de instrumentos políticos e administrativos efetivos, reconhecidos e adotados por todos. Os dois últimos níveis preveem a dominância do poder cidadão: “Poder delegado”, em que os cidadãos conquistam autoridade para a tomada de decisões relativas a um determinado plano, programa ou projeto; e o último nível, “Controle do cidadão”, em que se estabelece o controle absoluto do meio social pelo poder popular.

o assassinato de líderes políticos (Kennedy, Malcom X) e religiosos (Luther King), com a desigualdade econômica e social, entre outros, e refletiram também a insuficiência das políticas públicas dos governos de turno, fato que, associado aos processos participativos de fachada, permite inferir que a participação só poderá oferecer resultados se os grupos de interesse tiverem poder efetivo de interferir no processo de tomada de decisão que embasam as políticas públicas governamentais.

Vale observar que a própria autora aponta as limitações de seu modelo. A adoção de duas supracategorias sociais, “poderosos X desfavorecidos”, sugere dois blocos homogêneos, simplificação que oculta visões e modos de agir diferentes, e posições por vezes concorrentes ou conflitantes. O modelo não revela as mentalidades e as idiosincrasias inerentes a cada grupo social que, em suas interações, se manifestam como barreiras ou dificuldades: de um lado, preconceitos, paternalismos, intolerância política e/ou religiosa, privilégios de classe, resistência congênita em compartilhar poder e distribuir renda; de outro, carências estruturais de formação e informação, de infraestrutura social e política e, conseqüentemente, desconfiança e ceticismo.

Em que pesem tais limitações, seu interesse para o presente trabalho está em evidenciar a sempre atual questão do poder, particularmente sensível no contexto brasileiro, historicamente marcado pela brutal desigualdade econômica e social. E, hoje, ainda mais relevante, dado o predomínio hegemônico circunstancial de forças políticas ultraconservadoras, declaradamente avessas ao mais básico ideário democrático, em especial em relação à participação cidadã e ao empoderamento popular.⁷⁸

Como antes mencionado, o modelo de Arnstein tem sido referência para inúmeros estudos sobre o processo participativo, nos mais diversos campos. Da mesma forma, tem sido objeto de numerosas críticas, das quais resgatamos aquelas que nos parecem contribuir mais diretamente para o desenvolvimento da hipótese deste trabalho.

⁷⁸ O Decreto Presidencial nº 9.759/2019 encerrou conselhos, comitês, comissões, grupos, juntas, equipes, mesas, fóruns, salas e qualquer outra denominação dada a colegiados que não tenham sido criados por lei.

Ao vincular estritamente participação e poder, o modelo revela uma visão limitada da participação, que seria hierárquica por natureza. A efetividade da participação estaria, dessa forma, vinculada de modo restritivo às formas institucionais “superiores” de articulação política e social. Tal abordagem vai revelar-se problemática num contexto no qual o Estado, por omissão ou incapacidade – situação característica dos países “em desenvolvimento”, provê infraestrutura ou suporte governamental insuficientes aos cidadãos. Em tal contexto, a autogestão é, naturalmente, a única estratégia possível de atuação para aqueles negligenciados pelo governo.

Outro aspecto frágil do modelo diz respeito a uma visão linear da participação, baseada na polaridade “não participação-controle do cidadão”, como se a questão do poder fosse única e constante. A questão do poder é política e, como tal, singular, variável, função da diversidade dos problemas políticos que a sociedade engendra. Isto é, não há uma natureza predeterminada e única da questão política. Isso é determinado no processo de participação que, por sua vez, configura a natureza mesma desse processo. Uma concepção linear do processo participativo é redutora, por ignorar o aspecto fertilizador do processo em si, e o potencial dialógico contido nos *feedbacks* cíclicos possibilitados pelo próprio processo participativo.

Há que se reconhecer a natureza dinâmica e evolutiva do engajamento do indivíduo, que pode, autonomamente, ao longo do tempo e diante de diferentes questões, adotar diferentes modos de envolvimento. Não há, pois, uma correspondência unívoca entre papéis, responsabilidades e níveis de poder, considerando a complexidade das relações que se manifestam em situações participativas, fazendo com que a definição de papéis e responsabilidades, igualmente complexa, ocorra em consequência do desenvolvimento do processo.

Fica evidente a insuficiência de um modelo assentado na primazia da questão do poder, num quadro de crescente complexidade das demandas ambientais e sociais, que não admite a adoção de esquemas explicativos predefinidos estáticos. É necessária uma abordagem dialógica da participação com base nas suas epistemologias, isto é,

no estudo de seus propósitos, métodos, procedimentos e condições gerais. (TRITTER e MCCALLUM, CHOGUILL, BISHOP e DAVIS *apud* COLINS e IPSON)⁷⁹

Na perspectiva da qualificação dos espaços livres residuais do espaço metropolitano periférico, devem ser considerados não apenas meios e recursos, variáveis afetadas pelas relações de poder e pelas complexidades contextuais, mas também o significado, o papel e os possíveis vieses da participação, quer na elaboração de políticas públicas ambientais (como no caso das APRMs), quer no campo das ações participativas diretas.

Trata-se, pois, de “construir ferramentas de conhecimento e estratégias de ação que permitam entender e agir em problemas complexos (...)” que “insiram o conhecimento técnico em processos de transformação que recuperem a *pólis*, os espaços de participação dos cidadãos na tomada de decisão”.⁸⁰

Participação e aprendizado social

A questão do poder é, sem dúvida determinante, mas não é a única determinante do processo social e, em particular, do processo participativo.⁸¹ Alguns autores (COLINS e ISON, 2006; DONADEI, 2017) propõem uma evolução da ideia de participação (no mais das vezes vinculada às políticas públicas e à questão do poder e, assim, aprisionada por esquemas rígidos predefinidos) no sentido de um processo

⁷⁹ COLLINS, K.; ISON, R. Dare We Jump off Arnstein's Ladder? Social Learning as a New Policy Paradigm. In: Proceedings of PATH (Participatory Approaches in Science & Technology) Conference. Edinburgo, 2006. Disponível em: <http://www.macaulay.ac.uk/PATHconference/index.html#output>. Acesso em: 16 abr. 2019.

⁸⁰ CAMBIL, M. et al. Líneas de investigación en ADICI: Diseño de procesos de Producción Social del Hábitat. Universitat Politècnica de Catalunya – Escola Tècnica Superior d'Arquitectura del Vallès, 2006, p. 1

⁸¹ Conceder-lhe primazia absoluta seria reconhecer a condição econômica como sua expressão única e significaria o fim da razão política, das aspirações políticas sociais e o fim da história, como quis Fukuyama nos idos da década de 1980, não coincidentemente em sintonia com o neoliberalismo de Thatcher, Reagan e o receituário neoliberal que se convencionou chamar de “Consenso de Washington”.

tal que papéis, responsabilidades sejam recolocados, e propósitos, recontextualizados, segundo formas, dinâmicas e níveis diversos de engajamento coletivo. Para tanto, tais autores lançam mão do conceito de aprendizado social, que vem sendo largamente utilizado, nos últimos dez anos, no campo da sustentabilidade socioambiental.

Como registram estes e outros autores, há muitas interpretações do termo aprendizagem social. É necessário circunscrevê-lo.

Glasser⁸², cujas reflexões se inserem no campo ampliado da sustentabilidade ecocultural, define aprendizagem (*learning*) como “um processo de aquisição de conhecimento, habilidades, normas, valores; ou de compreensão pela experiência, imitação, observação, modelagem, prática ou estudo; (como algo) sendo ensinado; ou como resultado de colaboração.” O autor registra também outras compreensões possíveis do termo, associadas à ideia de intuição, como produto de estudo extensivo, de prática espiritual, de inspiração divina, ou mesmo do acaso, em lugar de um procedimento racional consciente.

O ponto central aqui é que será pela aprendizagem, e somente por ela, que agregaremos valores, atitudes e preocupações à nossa concepção de realidade. Ao incorporar novas informações, ou explorar as existentes, nos permitimos verificar valores, atitudes e preocupações frente à compreensão que temos do real, de modo a podermos, eventualmente, nos mobilizar, repensar nossos valores e realinhar nosso comportamento.

Os vários significados de aprendizagem vão refletir em diferentes acepções do que seja aprendizagem social, e Glasser fará uma distinção entre aprendizagem individual e social. A primeira, a sugerir uma autonomia radical, implica a experiência pessoal baseada em tentativa e erro, como se não houvesse nada a observar ou auferir do ambiente, ou ainda qualquer modelo no qual se basear. Fosse essa a única forma

82 GLASSER, H. Minding the Gap: the Role of Social Learning in Linking our Stated Desire for a More Sustainable World to Our Everyday Actions and Policies. In: WALSH, A. E. J. Social Learning Towards a Sustainable World: Principles, Perspectives and Praxis. Netherlands: Wageningen Academic Publishers, 2007, p.15.

de aprendizagem, como saber que alimentos na natureza são seguros, ou aprender a ler e escrever sem ter sido ensinado, ou aprender a falar sem ter ouvido qualquer outra pessoa antes? Esse tipo de aprendizado, ainda que tenha sido e continue a ser essencial para o desenvolvimento humano, é raro e exigente, como mostra a dura experiência do dedinho curioso na tomada.

Na maioria das vezes, o indivíduo conquista a conhecimento observando, imitando, adotando modelos, conversando. Tais estratégias requerem interação com outros indivíduos ou, ao menos, com saberes existentes, antes produzidos e disponibilizados por outros indivíduos ou grupos humanos. Assim, Glasser assume que toda aprendizagem é, de algum modo, social, sendo sua condição envolver alguma forma de *input* originado em outros indivíduos e saberes.

A seguir, o autor diferencia a aprendizagem social entre passiva e ativa. A aprendizagem social passiva supõe um indivíduo-paciente que absorve, como corpo de conhecimento dado, a aprendizagem prévia de outros transformada em conteúdos lidos no jornal, assistidos num filme, absorvidos numa exposição de arte etc., o que inclui observar as práticas e as interações entre outros indivíduos. Esse tipo de aprendizagem que, no ato da transferência do conhecimento é, a princípio, acrítica, implica uma relação de confiança, e significa abraçar, ativa ou tacitamente, valores e posições codificados contidos no conhecimento transferido.

A maior parte da aprendizagem do mundo contemporâneo, seja individual ou coletiva, é aprendizagem social passiva. Pode implicar a transmissão incontestada de um saber consagrado, dominado por especialistas, o que pode ser exemplificado à perfeição pelos conteúdos propagados pela mídia nacional, totalmente comprometida com os interesses particulares da elite e do capital global. Ou pela noção ortodoxa de progresso, que defende e propaga a ideia de que os problemas ambientais não precisam ser equacionados, com base na crença de que a tecnologia vai resolvê-los sempre que necessário. Ou, ainda, pelo compromisso irrefletido com o crescimento econômico a todo custo, que ignora seus efeitos sobre os recursos naturais, sobre as cidades e sobre o meio ambiente de modo geral.

Por outro lado, a aprendizagem social ativa, intrinsecamente dialógica, funda-se na interação e na comunicação conscientes entre indivíduos, e pode ocorrer, segundo Glasser⁸³, em três categorias diferenciadas de acordo com os níveis de participação dos indivíduos de um determinado grupo:

Hierárquica, baseada em relações predeterminadas e inflexíveis entre professores e alunos, estabelecidos como tal; não hierárquica, baseada numa aprendizagem em que cada participante, como um expert de pleno direito, compartilha seu conhecimento e experiência nessa condição; e coaprendizagem, baseada em relações não hierárquicas, na colaboração, na participação plena e na exploração compartilhada.

As duas primeiras consistem em práticas correntes tradicionais, com base nas formas tradicionais de transmissão de conhecimento (mestre-emissor/aluno-receptor, detentores especialistas do saber consolidado/ignorantes virgens absolutos), e em conteúdos consagrados, sistematizados e selecionados a priori. Ambas supõem, em maior ou menor grau, papéis ativos/passivos previamente definidos.

A coaprendizagem, diversamente, baseia-se na constituição de uma equipe dedicada e comprometida com um objeto em comum, com o aprender-pelo-fazer (*cultura maker*), com a prestação de contas daquilo que se faz e, ainda, com incorporação do conhecimento existente, a permitir a geração de novos conhecimentos e novas estratégias para o enfrentamento de problemas do mundo real. Assim configurada, a coaprendizagem, que supõe e comporta transformações, constrói as condições para que ocorram três ações fundamentais: avaliação crítica do conhecimento e dos problemas existentes, geração e difusão de conhecimento, e aplicação deste novo conhecimento em políticas, práticas e na vida cotidiana. Esta forma de aprendizagem supõe posições ativas dos participantes, pela relação dialógica que estabelecem.

A aprendizagem social ativa, que pode ocorrer numa conversa, num curso que adote a reflexão e a criação, numa dança em dupla, ou mesmo numa videoconferência, favorece

83 Ibid., p. 51.

a fertilização cruzada e a emersão de conhecimentos, possibilitando a difusão de inovações e de novos comportamentos.

Para o autor, a aprendizagem social ativa é vantajosa nos processos de conscientização ambiental, favorecendo decisões para uma mudança social no sentido da sustentabilidade ecocultural.

Glasser resgata a proposição de “pesquisa regional” de Mumford⁸⁴ como uma forma pioneira de aprendizagem social ativa, e que tem relação com seu conceito de sustentabilidade ecocultural. Segundo Glasser, Mumford, que via na “pesquisa regional” um “subsídio para o cultivo da base cultural de uma civilização progressista”, a descrevia como “uma forma de educação comunitária participativa que utiliza uma abordagem orgânica do conhecimento para ajudar os cidadãos a desempenhar e integrar pesquisas locais sistemáticas de solos, geologia, indústria, clima etc.”. Mumford considerava que “este processo, ao dar contexto e significado ao conhecimento especializado, conforma o núcleo vital de uma educação funcional para a vida política.” E, ainda, que “quando a paisagem, como um todo, significa para a comunidade e para o cidadão individual o que um jardim significa para o amante das flores, a pesquisa regional não será simplesmente um modo de assimilar conhecimento científico, mas será uma preparação dinâmica para atividades futuras” (MUMFORD *apud* GLASSER)⁸⁵.

Na mesma linha, Santos e Jacobi (2017)⁸⁶ postulam que a aprendizagem social, um “fundamento para a aprendizagem da cidadania, (...) implica aprender no e a partir do ambiente, mediante a reflexão crítica acerca dos problemas e desafios comuns a todos e dos conhecimentos de que dispomos para resolvê-los, bem como a reflexão sobre nós mesmos e sobre nossas relações com os outros, a fim de negociar interesses

84 MUMFORD, L. The City in History. Nova York: Harvest Harcourt, 1961, pp. 381-387.

85 GLASSER, op. cit., p. 52.

86 NUNES SANTOS, V. M. N.; JACOBI, P. R. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 98, n. 249, p. 522-539, maio/ago. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.98i249.2758>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

para seu uso democrático e sustentável. Ademais, implica, essencialmente, (re)conhecer o lugar/ambiente em que se vive com o emprego de metodologias participativas.”⁸⁷

2.5. Experiências participativas no Brasil

A questão do poder, ou do empoderamento, é um dos fundamentos da democracia, de modo geral, e da questão participativa em particular. A efetividade da ação participativa depende das condições que um determinado grupo social tem de fazer valer seus pontos de vista, de realizar as medidas que julga necessárias para o melhor desenrolar de suas vidas, de concretizar suas aspirações e satisfazer suas demandas.

Entretanto, deve-se considerar quais as formas possíveis de empoderamento dos grupos sociais. É possível que mais uma vez como nunca antes, num contexto global em que os ventos dominantes sopram do quadrante ultraconservador de direita, e que determinam o esvaziamento progressivo do Estado-nação, seja necessário pensar em formas outras de articulação social, que propiciem espaços políticos de resistência à onda totalitária redutora do indivíduo em massa, com a progressiva eliminação das esferas públicas da vida em sociedade.

Dessa forma, o conceito de participação, já difundido em diversas práticas institucionais, não é coisa dada, como se seu mero estabelecimento ideológico preliminar lhe garantisse o status de algo socialmente realizado. As formas e canais de participação previstos nas instituições de Estado revelaram suas limitações, como antes apontado, que, se lograram ter real valor para a transformação social positiva, com conquistas sociais reais, o fizeram em condições políticas favoráveis, sob governos do campo progressista (com predominância do Partido dos Trabalhadores), pautados por fortes políticas sociais: os anos Lula e Dilma, precedidos por certas experiências de governos municipais, como Santo André, Diadema, São Paulo, Porto Alegre, entre outros.

De Porto Alegre deve ser citada a experiência pioneira do Orçamento Participativo, implantada no governo petista do então prefeito Olívio Dutra. reconhecida mundialmente, tendo sido adotada em Paris, Toronto, Bruxelas, Barcelona,

87 NUNES SANTOS, op.cit.

Montevidéu, Belém, Santo André, Recife e Guarulhos, entre outras cidades. Embora o sucesso da ideia e da experiência seja inegável, diversos estudos críticos específicos sobre o orçamento participativo apontam para uma crescente preocupação relativa ao “processo de perda de qualidade dessa instituição participativa”, diante de sinais “da elitização política no OP (orçamento participativo, n.a.)” como fenômeno que contraria o ideário crítico aos “vícios da democracia representativa” presente na gênese e no desenvolvimento histórico dessa inovação democrática em Porto Alegre”⁸⁸ (FEDOZZI, MARTINS, 2015, p. 181)

Essa situação, que guarda coerência com uma estrutura sociopolítica historicamente marcada pelo patrimonialismo, pelo privilégio da plutocracia nacional e pela insensibilidade social e econômica em relação à esmagadora maioria da população, tornou a participação mera figura de retórica de um discurso conservador, um instrumento de manipulação das castas encastradas no poder desde o tempo colonial. Das considerações acima é possível concluir que:

Governos dominados por forças conservadoras tendem a definir processos participativos *pro forma*.

Mesmo sendo exigência legal, o processo participativo deve considerar os meios para sua efetivação, o que lei nenhuma, *per se*, é capaz de garantir.

No estado democrático de direito, participação não é concessão, portanto passível de controle ou limitação, mas um direito pleno.

Há uma correlação direta entre a efetividade de programas governamentais e a participação, de cuja qualidade tal efetividade depende.

A participação só resultará concreta se os grupos de interesse gozarem das condições reais e objetivas de direcionar e interferir nas decisões das políticas públicas.

Devem ser consideradas as particularidades e a idiosincrasias dos grupos sociais, aspectos sempre presentes

88 FEDOZZI, L. J.; MARTINS, A. L. B. Trajetória do orçamento participativo de Porto Alegre: representação e elitização política. Lua Nova, São Paulo, 95: 181-223, 2015

em suas interações.

Devem ser preteridos modelos de participação que suponham as escalas hierárquicas de poder, necessariamente vinculadas às estruturas institucionais burocráticas vigentes, como dado absoluto.

Deve ser considerada a complexidade socioambiental do território, como dado ativo e permanente do processo participativo, que determina a natureza da questão (ou questões) política envolvida, e é por ela determinado, num processo duplo de estimulação e fertilização.

O engajamento de indivíduos ou grupos é um processo dinâmico e ocorre autonomamente, em tempos diferentes, segundo motivações diversas e mutáveis.

Há que se constituir o processo participativo como uma epistemologia, que parta das especificidades do grupo social em ação, estabelecendo seus objetivos comuns com base no conhecimento e nas estratégias de ação compartilhadas.

Tal epistemologia se apoia no conceito de aprendizagem social ativa, num modelo de coaprendizagem “baseada em relações não hierárquicas, na colaboração, na participação plena e na exploração compartilhada.” Tal modelo se desenvolve segundo três linhas de ação básicas: avaliação crítica do conhecimento e dos problemas existentes; geração e difusão de conhecimento; e sua aplicação em políticas e práticas e na vida cotidiana.

O que se pretende é que este modelo sirva de “subsídio para o cultivo da base cultural de uma civilização progressista”. Sendo central a questão do poder, e estando ela ligada a um processo de engajamento social crítico, a pesquisa se volta

para as experiências participativas havidas ou em curso, para verificação destas premissas. No horizonte, as experiências recentes de orçamento participativo, conselhos gestores e entidades participativas atuantes no Brasil e na América Latina nos últimos vinte anos.

Participação e ação social

“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática.”

“Os homens se educam entre si mediados pelo mundo.”
Paulo Freire (1921-1997)

Falar de participação num Estado marcado em sua origem pelo escravismo, pelo patrimonialismo e por um liberalismo de ocasião pode parecer heresia. Por muito tempo, foi mesmo. A divisão de poder nunca esteve na agenda conservadora do Brasil. Entretanto, entre avanços e retrocessos, muita coisa mudou.

Apesar dessa herança, o país acumulou importante experiência no campo participativo, particularmente no período dos governos do Partido dos Trabalhadores (Luís Inácio Lula da Silva, 2003-2011, e Dilma Rousseff, 2011-2016), prenunciado com a surpreendente eleição de Luiza Erundina para a prefeitura de São Paulo, em 1989. Generoso particularmente em relação à experiência participativa, em especial (mas não só) no campo da gestão urbana e da produção do espaço urbano. Foi um período de grande concentração de programas, ações e políticas participativas governamentais, que apoiaram (não sem certas contradições) os movimentos sociais e que resultaram, hoje, em movimentos ativistas setoriais fortemente articulados e capilarizados, como o movimento social de habitação.

É importante registrar a valorização do protagonismo da questão participativa dada pelos movimentos, dos quais é premissa estrutural, histórica fundamental, particularmente para aqueles vinculados aos modelos autogeridos. Boa parte do acervo de memória e de experiências participativas brasileiras foi produzida pelos movimentos sociais de habitação. No

entanto, o estudo da questão participativa dos movimentos sociais de habitação abre um campo próprio de exploração, extrapolando os limites deste trabalho, considerando ainda as diferenças dos objetos de estudo e das escalas envolvidas.

Há que se mencionar ainda os movimentos e coletivos ativistas multiorientados, cujas atividades, por vezes, apontam para outras possibilidades de transformação do espaço e do hábitat mediante ações e posicionamentos de grupos sociais locais, articulados tematicamente. O leque temático é amplo, a participação, componente obrigatório, está vinculada ao conceito de rede.

Podem ser considerados como novas formas de organização dos movimentos sociais, que incorporaram em suas estruturas as permanentemente renovadas tecnologias de informação e comunicação. "Tais tecnologias não apenas se tornaram instrumentos de fundamental importância para a organização e articulação de tais coletivos sociais, como também proporcionaram a formação de novos movimentos sociais e novas formas de ativismo."⁸⁹

O interesse para a pesquisa reside no fato de que as diversas organizações desenvolvem atividades de apoio às ações comunitárias locais, detendo experiência e conhecimento naquilo que denominam de ativação comunitária. Existe, portanto, uma experiência acumulada que poderá servir de referência para um eventual futuro desenvolvimento

Vamos nos ater a dois antecedentes históricos que prenunciaram o legado participativo no país, e o fizeram no contexto de um regime ditatorial militar imposto ao país por golpe, em 1964, radicalizado a partir de 1968, e que conjugava repressão política e social e crescimento econômico. Isto é, ainda que o contexto fosse francamente adverso, as duas experiências promoveram ações de projeto e de gestão do espaço até então inusitadas. Têm em comum a sensibilidade social associada a uma iniciativa primordial de uma escuta atenta. E guardam relação com este trabalho, por se tratar de experiências que buscaram dar respostas às questões colocadas mediante posicionamentos dialógicos e o



Figura 28 - Favela de Brás de Pina, Rio de Janeiro. Fonte: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1565>

envolvimento dos grupos sociais por meio da ação direta.

As duas experiências exemplares não se limitam aos campos da arquitetura e do urbanismo, mas operam, através deles, de modo mais ou menos direto, o campo ampliado do exercício da democracia e da cidadania. Suas escolhas, como referências deste trabalho, tiveram como critério, além da relevância revelada pela frequência com que são citadas em diversos estudos acadêmicos, uma proximidade presumida com o objeto de estudo, em relação a uma possível? provável? desejável? escala, em que as trocas e os compartilhamentos humanos podem fazer sentido por estarem ao alcance das mãos.

Brás de Pina

O trabalho de Carlos Nelson Ferreira dos Santos (Rio de Janeiro, 1943 – Rio de Janeiro, 1989), arquiteto e urbanista fluminense, se inscreve num período de revisão crítica da arquitetura e do urbanismo modernistas, surgida a partir de meados da década de 1950, com os questionamentos e posicionamentos de grupos ou teóricos, como o Team X (a declarar o fim dos CIAMs), as reflexões de Lynch e Cullen

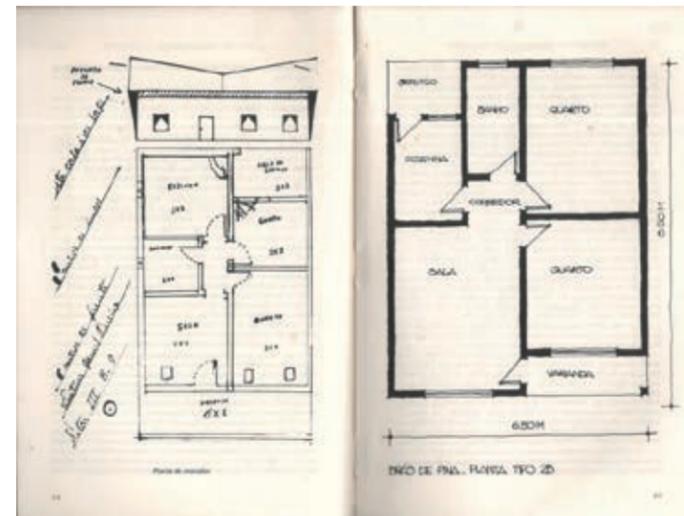


Figura 29 - Plano de urbanização da favela Bras de Pina, desenhos arquitetônicos desenvolvidos pelo morador e pelos projetistas, Quadra Arquitetos. Fonte: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1565>

acerca das aspectos identitários, imagéticos psicológicos relacionados à concepção de lugar, a elaboração de Rossi do urbanismo como uma arquitetura da cidade, o valor inestimável do lugar e seu cotidiano em Jacobs e a cidade como ontologia em Alexander, entre outros.

Críticas que apontavam os limites de uma concepção de cidade e de urbanidade pautada por um pensamento universalista, racionalista e simplificador das complexidades sociais que engendram o espaço de vida do homem, que busca enquadrá-las em esquemas e classificações predeterminadas, rígidas e esterilizantes.

Formado em 1966, Carlos viveu o ufanismo nacionalista de Kubitschek, configurado na imagética da modernidade formalista da Brasília de Costa e Niemeyer. Em paralelo, o Rio de Janeiro vive, sob o comando do governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda⁹⁰, uma política higienista conservadora baseada em remoção de favelas, com o objetivo de abrir espaço para os agentes da especulação imobiliária nas áreas já urbanizadas da cidade.

⁹⁰ Perfil elaborado de forma colaborativa por internautas disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Lacerda>.

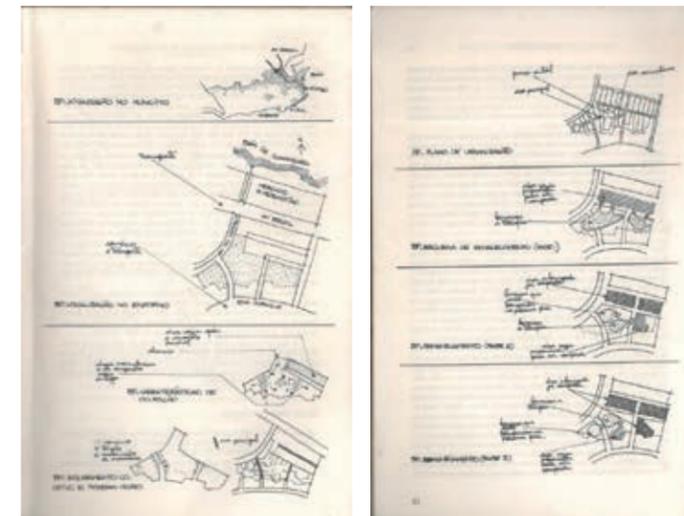


Figura 30 - Plano de urbanização da favela Brás de Pina, desenhos conceituais Quadra Arquitetos. Fonte: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1565>

Desde logo, revela-se a sensibilidade do arquiteto para a questão social, que vai se configurar na experiência da favela de Brás de Pina, onde atuará em duas oportunidades.

A primeira, em 1964, ainda estudante, junto a colegas recém-formados pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, ligados à Juventude Universitária Católica (JUC), braço da Igreja Católica no movimento estudantil. O grupo assume rapidamente posição contrária à política oficial de remoções dos assentamentos irregulares. Por iniciativa própria, oferece às três associações de moradores locais, então unidas na luta pela permanência da favela no local, um plano urbanístico emergencial como alternativa à ação governamental já em curso. Com cerca de 180 das 800 famílias residentes já removidas, o processo é interrompido.

A segunda oportunidade ocorrerá em 1966, quando o grupo, já sob o nome Quadra Arquitetos Associados⁹¹, será contratado pela Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (Codesco), durante o governo Negrão de Lima, para assessoria e desenvolvimento do plano urbanístico e

⁹¹ Formada por Carlos Nelson Ferreira dos Santos, Sylvia Wanderley, Sueli de Azevedo e Rogério Aroeira Neves.

habitacional de Brás de Pina. Segundo Blank (*apud* Silva)⁹², entre as premissas adotadas para o desenvolvimento do trabalho, constava que “era necessário mobilizar os esforços da população, e promover o engajamento da comunidade no programa de urbanização através de um prévio trabalho de conscientização”, sendo ainda “necessário possibilitar a autopromoção do morador, pela expressão da vontade de participar na construção de sua moradia.”

Fica claro que havia uma determinação a priori relativa à participação dos moradores no processo de planejamento da favela, uma preocupação dos arquitetos que foi assumida pelo órgão governamental que os contratou. Os moradores, organizados, foram convocados a participar desde a elaboração do diagnóstico até propostas de transformação do local.

Blank registra diversos métodos empregados para possibilitar a participação dos moradores, entre eles: grupos de discussão, dinâmicas de comunicação e esclarecimento, equipes para remanejamento dos barracos, acompanhamento em todas as fases do trabalho, incentivo para a construção etc. Quanto à habitação, especificamente, foi solicitado aos moradores que expressassem seus desejos e necessidades registrando-as em desenhos de plantas, o que foi feito em papel quadriculado sob a orientação dos arquitetos. Em síntese, houve um compartilhamento entre moradores e técnicos no desenvolvimento geral do processo de planejamento e intervenção no local.

O processo participativo em Brás de Pina engendrou algumas surpresas para os arquitetos da Quadra, que propuseram “uma urbanização socializante na forma de um condomínio horizontal (sem divisão de lotes); na escolha conjunta da localização dos espaços livres comuns e de serviços; e na construção de um edifício aberto na Praça Central, com espaços indefinidos entre o público e o privado, como representação da unidade e do interesse comum dos

92 BLANK, G. Brás de Pina: uma experiência de urbanização de favela. In: VALLADARES, L. P. (org.). Habitação em questão. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, pp. 93-124. In: SILVA, S. S. Brás de Pina: memória da experiência participativa na urbanização de uma favela, III Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas – URBFAVELAS. Salvador, p. 6.

moradores (...)”.⁹³

Em que pesem as melhores intenções, impregnadas por um pendor libertário e coletivista, foram todas elas descartadas por deliberação da própria população da favela, fazendo com que a requalificação urbanística em Brás de Pina se resumisse à abertura de vias, quadras e lotes privativos escolhidos pelos moradores e à implantação de redes de infraestrutura, sem qualquer concessão aos espaços comuns propostos.

Tais propostas, voltadas para a valorização do espaço público, traem a fé inquebrantável no discurso social, emancipador e redentor da condição humana, que matizava as posições de esquerda de modo geral. Segundo Abraão, Carlos assumia tais sugestões como “demonstrações formais de democratismo”, mas também “demonstravam um esforço em fundar e espacializar no território espaços públicos enquanto espaços de reivindicação, de direitos e de decisão”. Espaços da participação.

Algumas lições importantes podem ser tiradas daqui. Primeiro, a população trata de garantir antes o essencial que lhe falta. Uma vez chamada a opinar e deliberar sobre o espaço, a população o fez segundo uma escala de valores determinada por suas necessidades essenciais: água, esgoto, drenagem, novas vias e melhor comunicação viária, assim como novos espaços edificáveis. Talvez a recusa das sugestões assumidamente “democratistas” dos arquitetos possa ser explicada dessa forma. Segundo: não há discurso ideológico que resista ao confronto direto com a realidade, especialmente se marcado pela distância entre as proposições teóricas dos projetistas, e as prioridades colocadas pelo grupo de usuários. O primeiro, supostamente consciente das necessidades básicas do segundo, parece projetar seu próprio desejo de emancipação cidadã, traduzindo-o diretamente num “projeto de espaço público”; e o segundo, ainda que supostamente receptivo às ideias emancipadoras, está submetido à realidade da dificuldade de acesso aos benefícios urbanos, da infraestrutura ao teto básico. A questão é social

93 ABRAHÃO, S. L. O espaço público urbano na perspectiva de Carlos Nelson Ferreira Dos Santos. In: IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Enanparq), Porto Alegre, 2016, p. 72

e econômica.

Por outro lado, a pesquisa desenvolvida pelo Grupo Quadra para a Codesco tem grande valor por reservar aos moradores uma posição bastante diferenciada. Orientados pelos arquitetos, foram a campo para fazer o levantamento de dados, o cadastramento e outros registros que fundamentaram o conhecimento do local. A contribuição dos moradores se deu por meio de uma ação participativa de exploração do território e identificação dos problemas comuns a todos, e que por isso deveriam ser enfrentados coletivamente.

Talvez se possa identificar aqui, algo da “pesquisa regional” mencionada por Mumford, que a definira como “uma forma de educação comunitária participativa que utiliza uma abordagem orgânica do conhecimento para ajudar os cidadãos a desempenhar e integrar pesquisas locais sistemáticas de solos, geologia, indústria, clima etc.”

EEPG João Kopke

“De alguma maneira, a questão do espaço sempre esteve presente em nossas atividades. Não tanto o espaço enquanto resultado da concepção de um arquiteto, mas antes a forma como é organizado, distribuído e direcionado pelos que detêm o poder e como este espaço é apropriado ou não por aqueles a quem se destinaria.”⁹⁴

Arquiteta urbanista, formada na FAU-USP em 1960, Mayumi Souza Lima fez da educação seu especial campo de exploração intelectual e de atuação profissional. Como intelectual de esquerda filiada ao Partido Comunista, a questão social é a pedra basilar de seu discurso, que revela o sentido político de seu trabalho. Com foco na criança e no espaço da educação, os temas participação-emancipação-autonomia são recorrentes em seu pensamento e em sua ação, que entendeu o projeto como instrumento de uma prática reflexiva crítica, portanto, criativa, sobre a sociedade.

Mayumi observa o jogo de poder implícito no ato de projetar, a partir das relações estabelecidas nos projetos de espaços educacionais. Em *A cidade e a criança*, a autora

94 LIMA, M. S. A cidade e a criança. São Paulo: Nobel, 1989, p. 9 – Coleção Cidade Aberta.

denuncia a “tirania do desenho” sobre o usuário coletivizado ou, ao contrário, a submissão do desenho do espaço àqueles usuários “que detêm o poder econômico e/ou o poder político. A “tirania do desenho” e do espaço que dele se origina surge na condição da demanda coletiva por habitação, em que “o usuário passa a ser trabalhador anônimo das cidades e dos campos.”⁹⁵

Em tal condição, o usuário “para fins de concepção do espaço projetado, passa a não ter voz nem vontade nem mando”, e passa a ser representado por uma imagem forjada “pela força de interpretação dada pelo poder,” segundo “o crivo interpretativo daqueles que o subjagam.”

Essa hierarquização do processo de produção do desenho se opõe à visão política emancipadora de Mayumi, assim como de outros de sua geração⁹⁶, sendo para ela inaceitável a posição do arquiteto que reflete, sem reflexão, uma estrutura de classes rigidamente diferenciada pelo nível de poder conferido pela maior ou menor capacidade de auferir lucro e explorar a mais-valia.

Em oposição libertária, Mayumi percebe a participação como instrumento de apropriação do espaço, de conquista de identidade, de autonomia política e intelectual. Eis a chave da leitura de Mayumi: participação como poder. Na crítica que faz ao processo de educação infantil e juvenil, Mayumi aponta o mecanismo de reprodução de poder em que o espaço atua como instrumento e meio de condicionamento da criança para formar “o futuro adulto, conforme padrão desejado pelo sistema”.⁹⁷ Circunstância tal que “os grupos que detêm o poder na sociedade”, cientes da “potencialidade do ato autônomo e criativo na apropriação do espaço-ambiente”, a reprimem.

Para Mayumi, não existe o espaço como “elemento neutro organizado ou construído por peças ou componentes materiais”, pois ele é feito das relações que nele se estabelecem. Se é certo que o espaço se utiliza do elemento organizado ou construído, é certo também que ele será “mediado, qualificado, completado ou alterado pela relação

95 Ibid., p. 10

96 Em especial, o grupo Arquitetura Nova, formado pelos arquitetos Flávio Império, Rodrigo Lefèvre e Sérgio Ferro.

97 LIMA, M. S., op. cit., p. 11.

que nele estabelece o indivíduo consigo próprio ou com outros indivíduos”.⁹⁸

Será este o corolário que orientará sua atuação como Superintendente de Planejamento da Companhia de Construções Escolares de São Paulo (Conesp), e particularmente a experiência exemplar que virá a desenvolver na intervenção na EEPG João Kopke. A escola, com 1.200 alunos em três turnos, ocupava uma antiga mansão do séc. XIX na Alameda Cleveland, zona central de São Paulo. Os dois blocos existentes no terreno, condenados pela falta de manutenção, foram demolidos gradativamente, de modo a não interromper as atividades da instituição, uma vez que as vagas provisórias disponíveis nas escolas próximas eram oferecidas “apenas para uma clientela mais abastada”.

As difíceis condições impostas pelas obras, tais como o risco e o desconforto, além da insegurança implicada na mudança espacial, ofereceram-se como oportunidade para uma experiência reveladora. Mayumi propõe o desenvolvimento de “uma atividade lúdica paralela à construção/demolição que fizesse as crianças e os professores participarem do processo de transformação pelo qual passariam.”⁹⁹

Jogos, brincadeiras, encenações, atividades de percepção do espaço, ocuparam o tempo livre do recreio ao longo dos oito meses que duraram as obras. “Brincamos de esquimós, de japonesa e antigos barões; de pavão convivendo com elefantes e preocupado com a cauda – esta de papel recortado, pregado às costas de uma das crianças. Imaginamos diálogos, tocamos e dançamos músicas de 1900; andamos como japonesa bem-comportada no seu quimono, limitador de movimentos, e percebemos os espaços necessários, tão relativizados pelas condições específicas simuladas. As crianças, a princípio entrincheiradas atrás de suas carteiras, libertaram-se aos poucos até que a sala, com os moveis recobertos de jornal velho, as fez esquecer da sala/classe e de repente viu-se apropriada pelos pequenos em passarela de moda e em palco de carnaval.”¹⁰⁰

A tocante descrição revela o processo pelo qual o ato de participar da constituição de um espaço (lúdico, no caso) foi fundamental para a emancipação do grupo e dos indivíduos em relação a uma situação nova e desconhecida, capacitando-os ao seu enfrentamento. Como? Pela elaboração ativa, lúdica, projetiva dos sentimentos e das emoções dos conteúdos simbólicos envolvidos não apenas no extraordinário evento, mas nas rígidas estruturas pedagógicas que tolhem a liberação do desejo, da potência criativa e da imaginação, que negam o corpo no espaço e o mundano, elegendo sagrado o que nasceu profano.

A poética da ação é poderosa. Mayumi observa, com apurada sensibilidade psicológica, que foi necessário promover a destruição simbólica da sala de aula para que os alunos pudessem constituir seu novo espaço. Não uma destruição qualquer, como ressalva a autora, como denegação absoluta do todo, mas uma destruição “consciente, planejada, pensada, na qual se escolhe o que se pretende preservar, a que se pretende chegar e, por consequência, o que se pretende acabar”.

As atividades incluíram também explorações da cidade, dos arredores, dos caminhos percorridos pelos alunos individualmente. Por fim, considerando a falta absoluta de espaço nas habitações da maioria dos alunos, moradores de cortiços ou quitinetes, foi discutida a montagem de um grêmio, cujo programa tem origem na deliberação coletiva da proposta.

Os alunos puderam, assim, participar do processo de transformação espacial, exprimindo seus sentimentos e angústias num espaço que recriou a sala de aula tradicional, colocando-os como protagonistas detentores de um saber que aguardava apenas ser reconhecido como tal.

A metodologia empregada por Mayumi, que desmontou o espaço da sala de aula para que os alunos, devidamente apoiados, pudessem reconstruí-lo simbolicamente, parte da ação direta dos alunos, da participação ativa desses alunos nas questões que lhes afetam as vidas.

Poderíamos dizer que há um processo emancipador do indivíduo no ato de participar, achando um lugar no coletivo para as individualidades ou, de outra forma, estabelecendo comunicação entre elas.

A ação participativa requer um posicionamento do participante; ela é um si mesma um ato emancipador. A condição cidadão significa uma condição de emancipação do indivíduo no contexto social.

Além do sentido de resgate histórico implicado na escolha dos exemplos acima comentados, há que se destacar, como síntese parcial, alguns aspectos de que acima se expôs.

O sentido epistemológico naturalmente imbricado nas tarefas de levantamento e organização das informações do sítio, do entorno, da região. A experiência de participação é didática em si, e prepara para a compreensão dos fatos do território.

Ninguém melhor que o usuário para formular as demandas, estabelecer prioridades e dar rumo às ações. O papel dos técnicos é dar suporte e conteúdo técnico à viabilização da obra, e desenvolver ações de comunicação, de modo a colocar ao alcance do maior número de pessoas possível o significado de tais conteúdos técnicos, uma espécie particular de tradução cultural.

No caso das escolas, o diálogo havia de ser travado com os interessados primeiros, os alunos. A superação de tradicionalismos estéreis, por exemplo, a idade como linha de corte, deu o devido protagonismo aos alunos. Há, nessa experiência, um conteúdo didático relativo à importância de experimentar, de viver as situações de que se projetam no espaço, como um projeto. Há várias maneiras de se fazer isso, e uma exploração teatral das questões colocadas para o grupo, que produza um diálogo com as suas angústias, pode proporcionar uma experiência reparadora e criativa. A representação dos espaços em projeção é um importante recurso de comunicação participativa.

2.6. Participação, ideologia política e direito à cidade

A Europa, palco de convulsões e transformações ditadas por mudanças paradigmáticas já a partir de meados

do século XVIII, com o Iluminismo e a Revolução Francesa, e que prosseguem com as Revoluções Industriais do século XIX, colocará em questão, ciclicamente, as formas centralizadoras de poder em movimentos que, de modo crescente, vão transferir o protagonismo político social da nobreza para a burguesia, e desta, posteriormente, para o proletariado, com o surgimento, no entrecho, de uma nova classe intermédia, a classe média.

O brevíssimo introito quer situar a questão da relativização da noção de tempo e duração da vida humana e de suas ações. É inevitável uma visão cíclica da vida e da sociedade. Nesse tempo contemporâneo, que talvez possa ser representado pela metáfora de um refluxo, assiste-se ao projeto de regressão das políticas sociais que caracterizaram o período de pós-guerra, até a década de 1970, quando Thatcher e Reagan, arautos das forças conservadoras, impõem as políticas neoliberais definidas pelo assim chamado “Consenso de Washington” (1973).

Mas, ao tempo da reconstrução europeia no pós-guerra, surgem, no debate arquitetônico e urbanístico, posições e proposições críticas, senão contestatórias, ao pensamento modernista hegemônico. Delas, destacamos duas correlatas, que contribuem, cada uma a seu modo, para uma perspectiva histórica da questão da participação. Seu interesse para a pesquisa reside nas formas de abordagem das relações entre projetistas e projetados, que apresentam diferentes questões quanto ao papel do arquiteto, à natureza e à posição deste nas relações de produção do espaço urbano e aos resultados, estéticos e éticos, alcançados.

Giancarlo de Carlo e Christopher Alexander representam uma parcela dos arquitetos que, de uma forma ou de outra, souberam ver no usuário do espaço projetado não apenas um sujeito-paciente, uma espécie de objeto de investigação, mas um sujeito-agente, interlocutor fundamental do espaço que se quer projetar. Um ativo elaborador do próprio futuro.

Unidos por uma visão de mundo que valorizava a arquitetura como expressão coletiva e universal da sociedade, distanciam-se em relação ao *modus operandi* e às relações políticas que estabelecem os procedimentos de plano e projeto.

98 Ibid., p. 14.

99 Ibid., p. 79.

100 Ibid., p. 80.

O ponto de partida de ambos é o mesmo: a valorização do conhecimento, e o reconhecimento do papel ativo do usuário na configuração do lugar, a ser construído a partir das relações de pertencimento, de vínculo e de identidade. Para de Carlo, assim como para Alexander, é fundamental estabelecer a centralidade do papel do usuário no processo de produção do espaço, pois ambos reconhecem nesta relação fundadora um valor em si.

As diferentes estratégias de abordagem de plano e projeto adotadas por de Carlo e Alexander correspondem a posturas epistemológicas diferenciadas, mas que vislumbram e tencionam a vinculação do usuário no processo de produção do espaço urbano, isto é, a política, e com o objeto, ou seja, a cidade, num contexto de projeto coletivo.

Tais referências colocam-se em posição de diálogo direto com um dos elementos centrais desta tese, a ideia de projeto coletivo, cujo fundamento está no ato de participar da constituição de um espaço comum e compartilhado. Tal ato se consuma como processo, e deve estar baseado numa estratégia de ação participativa plena.

As experiências e as reflexões aqui abordadas mostram que, em certas condições, as ações de transformação e de qualificação do espaço urbano podem resultar de ações diretas socialmente concertadas, coletivamente acordadas e desejadas, cujo processo é estabelecido segundo um novo paradigma das relações do homem em sociedade com a cidade, em que a garantia do direito cidadão está na ação cotidiana e diuturna dos grupos sociais em relação aos espaços de vida.

As razões que, em 1968, levaram milhões de jovens às ruas de todo o mundo, são diferentes das que desde 2013 vem provocando as importantes manifestações públicas em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Porto Alegre, Recife e em várias outras cidades brasileiras, assim como em Santiago do Chile, La Paz, Hong Kong, Paris ou Nova York.

Então, como agora, é nas ruas que ocorrem as urgentes demandas políticas de contestação à corrupção, ao nepotismo e ao poder da classe política comprometida com interesses particulares corporativos de elite, e descomprometida com as



Figura 31, 32 - Villaggio Matteotti, Terni, Italia. Vistas.
Fonte: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1565>

causas sociais, levando à crise do Estado, da democracia, do ambiente planetário e, por consequência, da cidadania.

Nas ruas surgem os movimentos sociais, e neles se urde a ideia do direito à cidade. Para dialogar com esses fatos, o trabalho vai dialogar com três referências teóricas cujo trabalho tem abordado questões relativas à crise do Estado, da crise da democracia e da representatividade política, resultando em leituras críticas que alimentam propositivamente o debate social urbano.

Em Lefebvre, o registro da permanência do pensamento do filósofo francês quanto a um direito à cidade, diretamente evocada nas ruas parisienses de 1968 e vivenciadas por ele. Em David Harvey, a temática “justiça social e a cidade” e a leitura atenta dos movimentos sociais num recorte recente, as manifestações de 2013. E em Boaventura de Sousa Santos, a elucidação crítica, e extremamente criativa, das relações e seus possíveis efeitos, assim como os possíveis antídotos, das “políticas epistemológicas” que regem as relações Norte-Sul.

Giancarlo de Carlo: ideologia e mediação

Giancarlo de Carlo (Genova, 1919 – Milão, 2005) nasce no entreguerras, forma-se arquiteto em 1942, vive e sofre a ascensão e a queda do fascismo, a Segunda Guerra Mundial, a destruição de inúmeras cidades italianas e a sua reconstrução, como de resto de boa parte das grandes cidades europeias, com o Plano Marshall.

Vindo a integrar o Movimento Moderno na segunda metade do século XX, participa intensamente do debate arquitetônico e urbanístico da época, atuando em várias frentes: na redação de *Casabella-Continuitá*, como membro do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) e, posteriormente, do grupo Team X, do Laboratório Internacional de Arquitetura (International Laboratory of Architecture and Urban Design – Ilaud), do qual é fundador, e ainda como diretor da revista *Spazio e Società* por 22 anos.

Nos CIAMs, de Carlo se posiciona criticamente em relação à arquitetura moderna, denunciando a inflexibilidade e o dogmatismo de um pensamento teórico cujas regras implicavam a redução do fato arquitetônico a simples jargão e

de sua linguagem apenas a uma questão de forma, o que viria a resultar no “estilo internacional”.

Tal postura é incompatível com aquilo que de Carlo considera a necessidade e a premissa que serão centrais em seu posicionamento teórico: o envolvimento dos atores sociais na discussão sobre a cidade, o território e o ambiente construído, em especial aqueles diretamente afetados por decisões que, no mais das vezes, são tomadas em outros locais e por outros agentes, distantes e estranhos ao local objeto da intervenção. Nesse sentido, é exemplar sua manifestação quanto à necessidade de “desvincular a arquitetura das exigências do poder, depurá-la das distorções oportunistas provocadas por um longo exercício acadêmico, restituir-lhe a espontaneidade de representação e de expressão para torná-la compreensível e utilizável a todos”.¹⁰¹

Merece destaque também, por elucidativa, a oposição do arquiteto, junto ao Team X, ao purismo do grupo hegemônico corbusiano, pela rejeição da abordagem abstrata e subjetiva das questões urbanas, e a pretensão de criar uma nova linguagem a partir de uma “inspiração subjetiva”, definida exclusivamente segundo critérios de natureza estilística, em posição que se afasta de uma compreensão aprofundada dos processos sociais, econômicos e históricos envolvidos na produção do espaço. Para de Carlo, isso significava um “retrocesso na discussão da cidade contemporânea”, na medida em que o projeto urbano seria tomado como simples extensão da arquitetura, mera mudança de escala. Nas palavras de Le Corbusier: “uma oportunidade excepcional de estender o episódio arquitetônico em uma escala ampliada”.¹⁰²

Breve observação: de Carlo opta por uma ética que resulte numa estética correspondente e refuta a estética

101 FERRENTINO, T. Attraverso Giancarlo De Carlo: una mappa di materiali per ripensare il progetto della città contemporanea. Dottorato di Ricerca in Urbanistica e Progettazione Territoriale. Napoli, Università Degli Studi Di Napoli Federico II. 2007.

102 BARONE, A.; DOBRY, S. Arquitetura participativa na visão de Giancarlo de Carlo. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP, (15), 18-31, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i15p18-31>. Acesso em: 3/10/2018

antecipada, da qual o valor não poderá ser outro que o formal e cujo fundamento está, inegavelmente, ligado e limitado a um juízo solitário, de um autor individual. O exemplo é cabal: a proposta de uma escala da arquitetura ampliada ao território, do venerável mestre francês, pretende estender o juízo do autor, como ato criativo, sobre um território tratado como objeto. Vem à lembrança o Hitler chapliniano, que baila com o globo terrestre, em *O grande ditador*¹⁰³.

Retorno a de Carlo, Van Eyck, Smithson, Candilis e aos demais integrantes do Team X, para quem uma nova linguagem arquitetônica deveria ser decorrente das novas condições históricas sociais e econômicas, sendo por isso inexorável a vinculação da ação projetual à realidade, o que viria a ser, posteriormente, para de Carlo, o urbanismo participativo.

Ciente do valor do conteúdo simbólico da expressão arquitetônica, como síntese dos *insights* individuais e representações espaciais coletivas e gerais (a ecoar as pesquisas de Lynch), de Carlo postulava que a arquitetura deveria ser “sempre menos a representação de quem a projeta e sempre mais a representação de quem a usa”. Assim, o arquiteto se aproxima da discussão dos sistemas abertos¹⁰⁴ e do *advocacy planning*¹⁰⁵, que mais tarde resultaria na metodologia que denominava de projeto-processo, desenvolvida no Ilaud, com o nome de “projetação experimental”.

De Carlo, que não se furta ao debate político, busca contrapor, pela teoria e pela prática profissional, o fato de que a transformação do espaço se vincula a quem detém o poder econômico e político, mas não a quem o utiliza. O homem comum não detém o poder de decisão sobre o ambiente que o circunda, e apenas pode, no mais das vezes, sofrer

as transformações urbanas, sejam do espaço público ou do espaço privado de sua morada.

Para de Carlo, a legitimidade e sentido da arquitetura eram dadas pela experiência e pela presença das pessoas, tornando-a uma realidade vivida. A essência da arquitetura estaria nas “invenções de sistemas espaciais organizadores que se experimentam pelo uso e se manifestam pela forma”, colocadas em relação às necessidades – simbólicas, materiais – dos usuários, que a proveem, desta forma, de seu significado essencial.

Como um evento total, para de Carlo a arquitetura se realiza quando o espaço construído e os usuários estabelecem um processo dialético de adaptação recíproca, não cabendo, pois, a adoção de modelos preconcebidos, sejam conceituais ou projetuais. Trata-se, ao invés, de buscar estabelecer métodos e instrumentos de projeto que permitam uma interação contínua e permanente. Aqui, vibra a ideia de um processo dialético de criação e significação da forma arquitetônica.

O método da participação desenvolvido por de Carlo objetivava a constituição de um processo que permitisse “atribuir a todos iguais poderes de decisão: (...) uma série de ações contínuas e interdependentes que tendem a uma situação na qual qualquer um codivide o poder em igual medida”.

Está colocada a questão do poder. É atribuída (não sem controvérsias) a Francis Bacon, a afirmação: “Conhecimento é poder.” Conhecer as formas pelas quais se dá o conhecimento, dominá-las, praticá-las, isto é, apropriar-se ativamente de suas epistemologias, significa compreender os processos e os caminhos pelos quais se dá a construção – ou a instituição – do conhecimento que proporciona ou atribui poder.

Ainda que a questão participativa fosse central nas formulações teóricas de Giancarlo de Carlo, foram poucas as oportunidades em que ela pôde ser efetivamente experimentada, das quais destacamos o projeto do Villaggio Matteotti (1970-1975), em Terni, que colocará em campo as inquietações do arquiteto, na forma de um processo participativo efetivo e de forma pioneira na Itália.

O projeto do Villaggio Matteotti será contratado pela Sociedade de Altos Fornos, Fundição e Aciaria de Terni. De Carlo estabelece, como uma das exigências para a condução do projeto, a participação dos operários da siderúrgica, tanto os já residentes em conjuntos habitacionais promovidos anteriormente pela empresa, ainda sob a égide do fascismo pré-guerra, como os futuros, que viriam a integrar o corpo do operariado local em função da previsão de expansão das atividades de produção de aço local.

A partir de algumas diretrizes previamente estabelecidas (aumento da densidade construtiva, partido urbanístico, padronização de espaços, segregação de fluxos etc.), os usuários darão sua contribuição para o projeto das tipologias habitacionais. Para tanto, a metodologia previa a estimulação, por meio de ilustrações e vídeos, que lhes permitisse externar aquilo que mais lhes convinha quanto ao tipo de habitação. O papel do arquiteto seria:

abrir o imaginário coletivo [...] fornecendo imagens – como uma hipótese de trabalho – do que poderia ser uma condição diferente; onde as necessidades humanas reais encontram resolução completa e onde a necessidade de autorrepresentação, através do espaço físico organizado, venha reconfirmada como direito generalizado e inalienável. (GDC, 1976, *apud* PACUCCI)¹⁰⁶

“A arquitetura é importante demais para ser deixada para os arquitetos.” A frase, lapidar, desafiadora, revela o espírito do autor e de seu tempo. A arquitetura está além dos arquitetos, sua dimensão simbólica e cultural transcende o domínio autoral, e não pode ser deixada ao encargo de quem, afinal, como bem aponta de Carlo, não faz mais que representar os interesses dos poderosos de turno, salvo poucas e honrosas exceções. Mas “o mundo não pode ficar sem a arquitetura”, a organização física do espaço é questão existencial, necessidade humana básica que provê abrigo, produção, cultura, lugar e, ainda “o meio mais direto e concreto de comunicar através de sistemas materializados de

¹⁰⁶ PACUCCI, L. Creare valore attraverso il progetto dello spazio collettivo dell'abitare. Il villaggio Matteotti quarant'anni dopo. Laurea Specialistica in Architettura, Facoltà di Architettura e Società. Politecnico di Milano. 2009/2010.

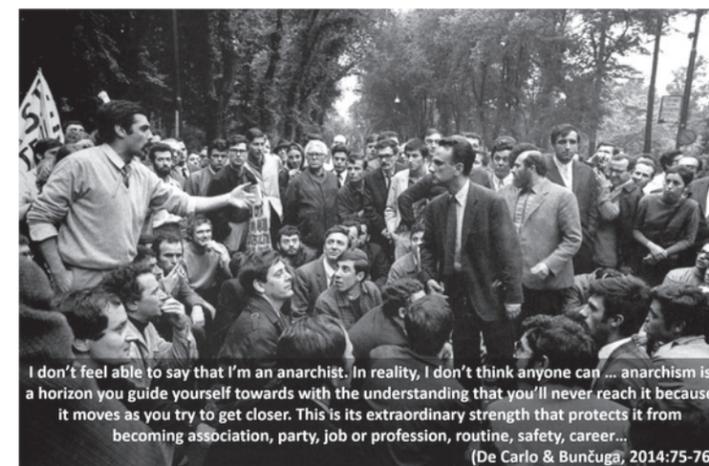


Figura 33 - Giancarlo de Carlo em discussão com estudantes e populares, 1968, Roma, Itália.
Fonte: <http://cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1558#prettyPhoto>. Acesso em: 31/3/2019.

autorrepresentação”.

É notável o valor que de Carlo dá à questão da comunicação, como um especial atributo da arquitetura para ligar os homens por meio de representações comuns do mundo. E o que nós comunicamos? À exceção de esparsos lampejos de expressões artísticas de paisagem ou arquitetura, formas de representar o mundo que demandam relação, ligação ou um certo tipo de cumplicidade, de resto comunicamos, através dos espaços, a incomunicabilidade, a esterilidade e a não relação. Expomos os desertos afetivos que também nos habitam, desertos construídos, nas paisagens exploradas e expropriadas de seus atributos, nas superaglomerações humanamente insustentáveis, inapreensíveis, intangíveis.

Entretanto, para de Carlo, promover transformações conscientes do ambiente é uma questão evolutiva. É desse campo de contradição, conflito e transformação que pode surgir um papel renovador e radical da arquitetura. Para o autor, trata-se de uma escolha, de opção entre um lado ou outro, de um posicionamento claro: junto ao poder econômico, burocrático e tecnológico, ou junto daqueles oprimidos e excluídos por ele. A primeira opção não permite mais que uma arquitetura de arquitetos, na verdade dominada pelo sistema que a mantém e justifica. Uma renovação da arquitetura, dos arquitetos, do espaço, só será possível com a segunda opção.

Como visto, desde cedo de Carlo marcou sua posição crítica em relação às feições devotadas ao poder assumidas pela arquitetura moderna, impedindo-a de trabalhar segundo um ideário surgido das demandas sociais impostas ao mundo, à Europa em particular, pela segunda revolução industrial, com a Primeira Grande Guerra em seu bojo. A ascensão e a debacle nazista, o horror da carnificina e da devastação da Segunda Grande Guerra, reforçam as demandas reais colocadas pela destruição, Havia, neste quadro de tantas precariedades, uma *raison d'être* poderosa e motivadora, definida segundo motivações de ordem eminentemente social.

Entretanto, com a superação do trauma bélico e a estabilização social e econômica proporcionada por diversos governos europeus, pautados pelas políticas da social democracia, do trabalhismo ao socialismo¹⁰⁷, a

arquitetura foi cooptada pelo poder e pela elite, passando a atuar exclusivamente baseada no “como” fazer, não mais questionando o “por que” fazer.

Isso se aplica de modo claro, por exemplo, à cozinha de Frankfurt, que revela o interminável esforço de buscar o menor espaço possível para as ações cotidianas, poupando também o tempo dispendido em cada uma delas, segundo um forte senso de eficiência e produtividade. Além, é claro, da economia da menor área construída, isto é, a construção mais econômica possível. Mas... por que tudo ao mínimo?

Neste ponto, volto ao tema central da participação pelas palavras de de Carlo:

Uma verdadeira metamorfose é necessária para desenvolver novas características na prática da arquitetura e novos padrões de comportamento de seus autores: portanto, todas as barreiras entre construtores e os usuários devem ser abolidas, de modo que a construção e o uso se tornem duas partes diferentes do mesmo processo de planejamento. Portanto, a agressividade intrínseca da arquitetura e a passividade forçada do usuário devem se dissolver em uma condição de equivalência de criatividade e decisão, onde cada um – com um impacto específico diferente – é o arquiteto, e cada evento arquitetônico – independentemente de quem o concebe e o realiza – é considerado arquitetura.¹⁰⁸

Considerando o contexto da cidade periférica no qual este trabalho gravita, parece que tal proposta é a única possível. O Estado ausente impõe a necessidade de buscar formas metodologicamente diferenciadas que propiciem, subsidiem ações dos grupos sociais locais organizados. O arquiteto só poderá atuar em conjunto se houver uma radical mudança de postura quanto ao espaço objeto de transformação.

Neste contexto, “o arquiteto não pode mais ser o resultado de um poder delegado em modo repressivo, e

107 Os governos de Adenauer na Alemanha, Attlee na Grã-Bretanha, De Gaulle na França, entre outros, deram ênfase às políticas que combinavam, em maior ou menor grau, desenvolvimento econômico e equilíbrio/justiça social.

108 BARONE, A.; DOBRY, S. (2004), op. cit.

a arquitetura, uma referência de códigos de classe que legitimam apenas a exceção”. Curioso paralelo se estabelece com a questão dos planos diretores, conjuntos de regras urbanísticas estabelecidas segundo códigos sociais, econômicos e políticos exógenos e hegemônicos, outros que não aqueles da cidade periférica.

Numa leitura matizada pela interpretação marxista, de Carlo afirma que a arquitetura, como superestrutura, deverá mudar ao longo de um longo tempo, e apenas mediante uma mudança da estrutura da sociedade, da qual depende. Há como que um jogo dialético, no qual, se as transformações estruturais são necessárias para a renovação das superestruturas, elas devem ser produzidas “dentro das próprias superestruturas, criando ainda mais espaço para novas transformações”.

É aquilo que de Carlo aponta como uma vantagem incalculável da arquitetura, a de produzir imagens poderosas, projetadas sobre o território como concreções possíveis das transformações que se anunciam para a sociedade, em sua estrutura. “A arquitetura altera o ambiente em que é colocada.”

Entretanto, “devemos mudar toda a gama de objetos e sujeitos que participam no processo arquitetônico no presente. Não há outro jeito de recuperar a legitimidade histórica da arquitetura ou, de fato, restaurar sua credibilidade”. Isto é, mudar sujeitos e objetos por meio e a partir de uma mudança das relações entre uns e outros.

O clamor das ruas pelo direito à cidade: movimentos sociais, Lefebvre, Harvey

A relação entre participação e cidadania é histórica, umbilical. Foi por participar dos eventos que fazem a cidade que o homem se fez cidadão, num território do qual todos participam e onde todos têm lugar, que é também o lugar de direitos e obrigações comuns. A depender de sua condição de origem, o cidadão ateniense participava, como um indivíduo apto, das decisões de interesse coletivo da comunidade, no que foi talvez a maior descoberta da democracia recém-nascida. A participação ativa e decisiva da vida da comunidade era constituída pelo necessário e diuturno exercício da cidadania e da democracia.

A cidade, lugar da política por excelência, transformou-se, pois “o processo urbano passou por uma transformação de escala. Em resumo, tornou-se global”¹⁰⁹. Vivemos a crise do Estado aviltado e da democracia representativa distorcida. É necessário mudar os termos dessa representação e resgatar o espaço da participação. Talvez seja o tempo de buscarmos novos paradigmas das formas de organização social e política, diante da complexidade e da diversidade das formas de desenvolvimento do capitalismo global.

Há mais de duas décadas, os movimentos sociais urbanos vêm conquistando um espaço político importante, por meio de ações diretas no espaço urbano, orientadas por um forte objetivo comum, a produção de espaço de habitação por meio de ocupações dos lotes e dos edifícios vazios ociosos nas regiões centrais metropolitanas e, nas áreas rurais, das terras ociosas, improdutivas, assumindo, os movimentos, proporções e dimensões que lhes conferiram um protagonismo central no campo das lutas sociais.

Na periferia da periferia da cidade, os movimentos sociais emergem em manifestações culturais, artísticas, musicais, cuja mensagem denuncia o desequilíbrio social, a falta de oportunidades e as condições desiguais oferecidas aos diferentes grupos sociais pelo capital. Tais condições, que geraram as carências urbanísticas, caracterizam o processo de urbanização incompleta que ocorreu nas regiões metropolitanas periféricas.

A pauta do direito à cidade está nas ruas. Em meio a um movimento geral, global, David Harvey anota, Em *Cidades Rebeldes*, “a emergência de todos os movimentos sociais no mundo inteiro, que agora começam a reivindicar esse direito”, o direito à cidade, e declara que “o que está acontecendo nas ruas, entre os movimentos sociais urbanos, é muito mais importante”. Como um Michelet que testemunha e descreve em tempo real a Revolução Francesa e compreende a grandeza do que vê, o geógrafo norte-americano aponta para a importância dos movimentos sociais no contexto global neoliberal, agora sob franca ofensiva da ultradireita.

109 HARVEY, D. *Cidades rebeldes – Do direito à cidade à revolução urbana*. Trad. Jefferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. 41.

Como observa Harvey, se as ideias de Lefebvre têm nas ruas a mesma origem das ideias que os movimentos sociais defendem, deve ser esclarecido que os movimentos levantam a bandeira do direito à cidade diante das duras condições de vida a que estão submetidos, situação que nega tal direito, sem que tenha havido sequer lembrança das elaborações do filósofo francês, que foram uma reflexão antecipatória aos grandes eventos da França de 1968.

Ainda que descolados um e outros, há, nessa origem comum, um paralelismo. Como observa Harvey, por caminhos, conexões e ligações diferentes, tanto Lefebvre como os movimentos sociais assumem a existência de um direito a cidade, exatamente o sentido que há no pensamento do filósofo e na ação dos movimentos sociais.

Está colocada uma questão de direito, que assinala o direito à cidade como um direito básico do cidadão, a ser garantido pelo Estado, consubstanciado no acesso à habitação, à saúde, à educação, à justiça, de forma geral. Todos eles, sistemas essenciais da vida urbana, fatores de suporte da vida em sociedade na cidade, distintas manifestações físicas de um mesmo direito, o direito à cidade.

Esse o motivo central aglutinador que deu origem aos movimentos sociais, que buscaram superar as condições originais adversas pela defesa de direitos básicos, em que o vazio deixado pelo Estado foi enfrentado pela organização social, posta em movimento pela conquista de autonomia da ação.

Mas que direito à cidade reivindica a periferia da periferia? O que significa direito à cidade num lugar onde a precariedade é um dado estrutural? Harvey coloca o problema, que a tese incorpora: reivindicar o direito à cidade equivale, de fato, a reivindicar um direito a algo que não mais existe (se é que, de fato, alguma vez existiu)?

Nesse existir que não mais existe e na dúvida subsequente – alguma vez existiu? – há algo relativo à memória e à possibilidade, talvez a ecoar um Alexander a propagar a ideia de um padrão atemporal da cidade, acumulação dos fazeres e dos saberes humanos na cidade, no hábitat, no ambiente, na paisagem, que não mais estariam,

necessariamente, fisicamente presentes, mas estariam a pairar, como uma memória, talvez coletiva, de algo que existiu e de alguma forma permanece como um sentido.

Nas condições da periferia da periferia, este problema estaria em reivindicar algo que talvez nunca tenha existido plenamente, mas que nunca deixou de ser desejado e, dessa forma, necessário, porque ditado por uma necessidade comum, sustentada por aspiração coletiva e percebida como um direito comum.

Na cidade, como na periferia da periferia, as necessidades acumuladas não são apenas necessidades materiais. Lefebvre levanta o problema, que tem aderência à tese: a questão do valor de uso e do valor de troca. Na dimensão do direito à cidade, a articulação dos territórios polares da sensibilidade e da percepção, das relações, passa por um objeto que não visa proporcionar lucro ou ganho pecuniário, posto que não é produto, mas obra, que satisfaz a necessidade de “informação, simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas”, como resultado de uma atividade criadora.¹¹⁰

A sociedade tem necessidades sociais, espirituais, subjetivas, cujo fundamento é antropológico.

Opostas e complementares, compreendem a necessidade de segurança e a necessidade de abertura; a necessidade de certeza e a necessidade de aventura, a de organização do trabalho e a do jogo, (...) de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, das trocas e de investimentos, de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação, de imediaticidade e de perspectiva de longo prazo.¹¹¹

Há também as necessidades metabólicas ligadas ao acúmulo e ao dispêndio das energias; as necessidades da percepção, por exigência dos sentidos; as necessidades específicas, relativas ao mundo do consumo material ou cultural, e há ainda, segundo Lefebvre, as necessidades relativas à atividade criadora, a obra, produtos que são

110 LEFEBVRE, op. cit., p. 97.

111 Ibid., p. 96.

distintos do produto para consumo. E as necessidades urbanas específicas, pergunta o autor, “não seriam necessidades de lugares qualificados, lugares de simultaneidade e encontros, lugares onde a troca não seria tomada pelo valor de troca, pelo comércio e pelo lucro? Não seria também a necessidade de um tempo desses encontros, dessas trocas?”¹¹²

Interessa observar que o autor busca qualificar o espaço pela ação, que é a ação de troca comunicativa, distante da “troca tomada pelo valor de troca, pelo comércio, pelo lucro”. Lefebvre parece falar do espaço como resultado dos eventos, das ações, da possibilidade do encontro e da possibilidade do outro, dos acontecimentos afetivos, das relações e do tempo necessário para essas construções.

Coerentemente, Lefebvre nos alerta que “ninguém cria relações sociais (...) não há taumaturgia possível”. Para ele, arquitetos e sociólogos, quando muito em “condições favoráveis, auxiliam certas tendências a se formular e a tomar forma”, pois, “apenas a vida social (a práxis) na sua capacidade global possui tais poderes. Ou não os possui”.

Sugere-se que a qualificação do lugar é função dos fluxos e dos eventos sociais que o constituem. É o que de Carlo buscou promover no projeto do Villaggio Matteotti, em Terni, com uma diretriz participativa, tanto para arquitetura como para o urbanismo, ainda enquadrados pela pesquisa social e pelos ritos hierárquicos das estruturas burocratizadas de mediação, em que o arquiteto atuava.

Por sua vez, Harvey reitera a importância do ato, do agir, do movimentar, e seu exercício. O exercício representa também o lado social coletivo da existência humana, e permite o desenvolvimento coletivo em direção às necessidades, cuja espacialização se dá em lugares onde possa ocorrer a coincidência (simultaneidade) e a copresença (encontro), e cuja qualificação está na realização de um valor de uso.

As duas condições acima indicam que não basta a iniciativa localizada, possivelmente sincera, mas possivelmente equivocada, de grupos individualizados, isolados, “contratados” para fazer a cidade, algo que não devesse ser outorgado a poucos, mas exercido socialmente e

112 Ibid., p. 97.

reconhecido como um direito humano original social: “O direito a cidade é, portanto, muito mais que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos profundos desejos.” Está em questão o exercício de um direito antes coletivo que individual, “uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização”.

A perspectiva apontada pela tese, isto é, a qualificação dos espaços livres residuais, representa o exercício da “liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades” pelo esforço coletivo e a oportunidade do resgate de “um dos nossos direitos humanos mais preciosos, ainda que um dos mais menosprezados”.¹¹³ A projeção social de uma transformação espacial como intervenção coletivamente desejada e concebida (e implantada), significa “reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental”. Esse é, para Harvey, o sentido do direito à cidade.¹¹⁴

Como bom marxista, Harvey coloca uma perspectiva revolucionária para pensarmos o futuro. Seria essa uma ação revolucionária? Para Harvey, “trata-se de uma questão da ação revolucionária, dos agentes da transformação da vida social, e das condições para que isso ocorra”.¹¹⁵

Guardadas as devidas proporções, é o que pode ser dito como uma descrição do processo de qualificação dos **elr**, que visa agir diretamente sobre espaços residuais. Há uma energia latente, que vibra no sentido de uma ação direta, certa e localizada. Este é o sentido, se não revolucionário, mas vanguardista, que a proposta de um projeto participativo divide com a leitura de Harvey.

Os movimentos sociais mostram que a ação coletiva, direta, participada e organizada em torno de objetivos comuns urbanos, pode oferecer alternativa e resistência à onda ultraconservadora, sendo ainda mais importante num momento em que Estado e democracia, em crise, são postos

113 HARVEY, op. cit., p. 28.

114 Ibid., p. 30.

115 Ibid., p.31.

em xeque pelas forças sociais em tensão.

Aqui, um dos elementos centrais desta tese, a ideia e o desejo de projeto coletivo, tendo por premissa uma política da ação coletiva e como método o compartilhamento de informação e decisão. Seu fundamento está no ato de participar da constituição mesma de um espaço comum e compartilhado. O ato, na verdade processo, tem por estratégia a ação participativa plena, realizada por um processo participativo projetual que compreende problematização, análise, concepção e, afinal, proposição de formas de intervenção nos espaços livres residuais periféricos metropolitanos.

Em certas condições, as ações de transformação e de qualificação do espaço urbano podem ser socialmente concertadas, coletivamente desejadas e acordadas. Além de visar à satisfação de uma necessidade, tais ações garantem o direito cidadão, que regula as relações do homem com a cidade. Por questões estratégicas, as reivindicações serão sempre setoriais – habitação, saúde, educação, das minorias etc., mas tomadas em seu conjunto, sintetizadas, revelam o sentido geral de garantia dos direitos de cidadania, pelo atendimento de demandas básicas. Realizam-se, portanto, no contexto da defesa, da afirmação e da exigência do direito à cidade.

Por ser ato, a participação constitui um exercício de práxis da vida em coletivo, na medida do compartilhamento de questões gerais com a sociedade, ou por alguma representação ou recorte específico delas. Deve ser, portanto, uma experiência de compartilhamento de conhecimento e dúvida, de questionamento e pacto, senão consenso (quanto ao ato de participar). Deve haver um pensamento resultante da confluência de percepções e sensibilidades com relação aos aspectos asseguradores da vida em sociedade, na cidade. Isso supõe uma ética geral, atuada em compartilhamento no plano das relações, a constituir um espaço uno de direito à cidade.

2.7. Participação e conhecimento

Christopher Alexander: participação, comunicação, linguagem

Para Christopher Alexander, e como ponto central desta tese, a participação do usuário é fundamental para a constituição do espaço habitado. Diferentemente de Giancarlo de Carlo, para quem o desenho, isto é, a definição plástica construtiva do objeto urbano cabe finalmente ao arquiteto, Alexander coloca o usuário no centro do processo, de uma forma muito abrangente e ampla.

O autor considera que o mundo hábitat se constitui por um processo atemporal, em que atuam, de modo indissociável, padrões de eventos e padrões de geometrias espaciais em correspondência¹¹⁶. Não há evento possível sem a ação humana vinculada ao espaço, sendo necessário o reconhecimento de que o homem está, dessa forma, no centro do processo.

A centralidade da participação do usuário, na verdade, tanto para Alexander como para esta tese, é um dos fundamentos da ação pretendida. Contrapor a expertise excludente do especialista também é ponto de encontro entre uma e outra. O contributo de Alexander está em reconhecer e valorizar ainda mais o conhecimento como amálgama do tempo.

Alexander vai tratar a questão participativa como um processo orgânico e cultural. Será um crítico do modernismo e do pós-modernismo, apontando o empobrecimento da linguagem e da qualidade dos espaços produzidos sob a égide restritiva de um e a ótica falsamente inovadora de outro. Do primeiro denunciará claramente a reacionária doutrinária determinista, de natureza autoritária, que supôs-se capaz de organizar o mundo segundo uma ordem única, superior e inquestionável definida pela produção, imposta como paradigma absoluto da vida social.

A atenção de Alexander se volta para as relações humanas historicizadas e suas espacializações. A dimensão do tempo e do humano determinam sua abordagem do espaço

urbano, que pode ser compreendida como uma epistemologia do espaço que rejeita premissas ideológicas deterministas, assim como Boaventura de Sousa Santos, que será abordado a seguir.

O interesse da tese na obra de Alexander está na forma radical pela qual ele compreende a participação do usuário no fenômeno da construção do hábitat humano, “algo que não se pode controlar”, um processo e uma estrutura compreendidos como um complexo imemorial de linguagens e práticas compartilhadas, um inerente-natural-profundo de uma comunidade.

Para Alexander, edifícios e cidades, que configuram o espaço social urbano, são construídos por um caminho “intemporal”, eterno, sendo permanentes a acumulação e a renovação de referências e memória, e coletivo o seu fazer. A compreensão desse fenômeno permitirá projetar o empreendimento humano sobre o território como um processo criativo coletivo. Processo tal que capacite as pessoas a “criar uma cidade que seja viva e vibrante, pacífica e relaxante, uma cidade tão bela quanto qualquer outra da história”.¹¹⁷

A citação, carregada de paixão, poética e catarse, enunciação de um desejo, quer reiterar a ideia de que a capacidade de desejar um lugar – seja um banco numa praça, uma sala aconchegante, um jardim em casa, a sombra protetora de uma marquise num parque, uma cidade acolhedora – é própria e pertencente a todos. Onde que a concepção do espaço, em qualquer escala, não é nem pode ser ato exclusivo, como uma outorga de conhecimento a prepostos, supostos especialistas, sejam arquitetos, designers ou planejadores.

Alexander advoga a causa da autonomia criativa do homem em sociedade, valorizada e sustentada pela construção coletiva do espaço, cenário em que ecoam Lynch e a imagem da cidade como o resultado em síntese coletiva das imagens individuais, particulares, das pessoas, em processo de identificação dos lugares; e a ecologia dos saberes propugnada por Boaventura de Sousa Santos.

“Each one of us has, somewhere in his heart, the dream

117 ALEXANDER, C. The Pattern Language. Nova York: Oxford University Press, 1979, p. 8.

to make a living world, a universe.”¹¹⁸

No sentido de revelar essa potência natural e transformar o habitante do território em protagonista e responsável maior pelo seu destino, Alexander desenvolve teoria e método que valorizam a cultura como memória e futuro do lugar, atributos históricos atemporais que podem ser compreendidos como um processo epistemológico contido numa “sequência definível de atividades que estão no coração de todas as ações de construção”, sendo possível “especificar, precisamente, em que condições estas atividades vão gerar um edifício que é vivo/ativo/vigoroso. Tudo isso pode ser tão explícito que qualquer um pode fazê-lo”.

Não importa a escala em se pensa o objeto, assim como não importa sua complexidade. Trata-se de reconhecer os processos, explicitá-los e torná-los tão claros que “qualquer grupo de pessoas pode fazer uso deles.”

Para o autor, isso é possível pois se trata de uma “maneira única de construção que sempre existiu.” Não se trata, pois, de aprender um processo novo, inédito ou desconhecido, mas de liberar ou revelar um conhecimento, um “processo que já está em nós”. Alexander se vale de exemplos como as aldeias tribais africanas e da Índia, os edifícios religiosos tradicionais do Japão e do Oriente Médio, ou os mosteiros medievais, para concluir: “De uma forma inconsciente, esta maneira tem estado por trás de quase todas as formas de construir por milhares de anos.”¹¹⁹

“Não é um método externo, que pode ser imposto pelas coisas. É um processo que reside profundamente em nós, que só precisa ser liberado.”

A vitalidade revelada pelos assentamentos periféricos, em que pesem as possíveis precariedades, demonstra um processo estabelecido e um método de usar e ocupar o solo que vem se repetindo há muito tempo. Se os exemplos oferecidos por Alexander tratam de técnicas construtivas supostamente mais sofisticadas, o saber construtivo urbano replicado na periferia da metrópole parece indicar a permanência, e a autovalidação, de um padrão de eventos associado a um

118 Ibid., p. 9.

119 Ibid., p. 11.

116 Ecoam aqui os fixos e os fluxos de Milton Santos.

padrão espacial geométrico identificável morfológicamente.

Há, em Alexander, uma inversão aguda e profunda: a ruptura de um paradigma. O modernismo, como o pós-modernismo, configuram-se a partir de abstrações conceituais e juízos sobre o que seja a sociedade. Alexander, de modo inverso, valoriza e reconhece, por premissa, um saber intrínseco, radical, coletivo-histórico inalienável da condição humana. Algo que está além do aparato racional, que opera numa dimensão cultural que é imemorial, a ecoar, talvez, a ideia de arquétipo de Jung, conhecimento comum imemorial do homem.

Parece haver uma ideia de uma genealogia cíclica histórica essencial, a um só tempo arqueologia e futuro, memória em projeto: hábitat, meio e ambiente em construção e concreção permanentes. Para Alexander, um processo que pode ser conhecido e metodologicamente aplicado na construção do ambiente que vivemos.

A partir da constatação de certas invariâncias imanentes, Alexander nos conduz por

um caminho para observar os elementos constituintes essenciais do ambiente: as coisas definitivas de que uma cidade ou um edifício são feitas. Depois, temos que ter um meio de compreender os processos geradores que fizeram surgir estes padrões, isto é, a fonte da qual os constituintes últimos vêm. Estes padrões vêm de processos combinatórios, que são diferentes para os padrões específicos que eles geram, mas similares na estrutura geral, e na maneira como funcionam. São essencialmente como linguagens.

Linguagem é, essencialmente, relação. Para Alexander, a produção do espaço não se assenta num *parti pris* ideológico ou mercadológico. Ao contrário, espaço é relação, articulação entre padrões de eventos e padrões espaciais, que, associados, relacionados e vinculados entre si, estabelecem aquilo que ele chama de caráter do lugar. Portanto, a concepção de um edifício ou de cidade – do espaço – significa a associação definitiva de padrões geométricos espaciais e padrões de eventos, havendo estrita correspondência entre eles.

Alexander ilustra o pensamento com uma imagem de:

“ver a vida passar” de uma varanda, mais ou menos protegida, coberta, um lugar parcialmente privado atrás de nós, olhando para um lugar mais público, discretamente suspenso acima dele, olhando a vida passar. Não se pode separar o evento da varanda onde ele ocorreu. Não se pode compreender uma varanda sem que a ela associemos, ou esteja associado, um evento que a vitaliza. Fixos e fluxos, portanto.

Tais e quais padrões constituem elementos espaciais invariantes, presentes arquetipicamente em todos nós, e em cada um de nós. Alexander, em seu antideterminismo radical, recusa até mesmo a nomeação desta “qualidade que se pode perceber, mas não se pode nomear”, mas permite-se uma aproximação adjetiva mediante certas chaves, palavras-conceito, tais como: alive/vivo, whole/todo/completo/integral, comfortable/confortável/acolhedor, free/livre/liberto/irreprimível, exact/preciso/cabal, egoless/sem ego...”.¹²⁰

A todo momento, o autor reforça a importância da experiência, fundada numa busca natural e atemporal pela qualidade do espaço: “A procura que fazemos desta qualidade, em nossas vidas, é a busca central de qualquer pessoa e o ponto crucial da vida pessoal de qualquer pessoa. É na busca destes momentos e situações que estamos mais vivos.”¹²¹ E faz uma crítica: “Aqueles entre nós que estão preocupados com edifícios tendem a esquecer muito facilmente que toda a vida e alma de um lugar, todas as nossas experiências nele, dependem não apenas do ambiente físico, mas dos padrões de eventos que nós, nele, experimentamos.”¹²²

Para Alexander, aquilo que acontece num lugar é o que lhe dá caráter, é a vida mesma que lhe preenche e dá significado. Não apenas eventos humanos, mas aqueles não humanos, digamos naturais, concorrem para animar, para dar alma, para dotar um lugar de uma certa qualidade. O pôr do sol, a brisa fresca, a umidade de um dia chuvoso, o farfalhar das árvores sob o vento forte: eventos naturais que contribuem para o caráter de um lugar. O autor nos convoca a refletir sobre as premissas puramente geométricas das quais

120 Ibid., p. 29.

121 Ibid., p. 41.

122 Ibid., p. 62.

o arquiteto se ocupa e sugere compará-las com a potência dos eventos acima mencionados. Portanto, “sabemos agora que o que importa num edifício ou numa cidade não é sua forma externa, sua geometria física isoladamente, mas os eventos que acontecem neles”.

O projeto participativo defendido pela tese busca exatamente isso: ação que configure o caráter de um lugar, a partir de uma elaboração coletiva do desejo. Vale notar que contribuem não apenas os eventos humanos, mas também os naturais, o que indica um olhar especial para as sensibilidades humanas e as relações do corpo com o espaço.

Um último aspecto nos interessa nesta elaboração teórica de Alexander. Para ele, “o mundo tem uma estrutura pelo simples fato de que padrões de eventos – humanos e não humanos – repetem-se continuamente e respondem pela maior parte do que nele acontece”.¹²³ E apenas porque estes padrões de eventos se repetem, estão sempre ancorados e vinculados ao espaço. Um padrão de eventos não pode ser separado do espaço onde ocorre: padrões de eventos estão sempre interligados a certos padrões geométricos no espaço.¹²⁴

Assim como há na natureza uma conexão próxima entre padrões de eventos e espaço (o rio que corre em seu leito, as ondas que se formam pela ação dos ventos etc.), os padrões de eventos que governam a vida nos edifícios e nas cidades não podem ser separados do espaço onde ocorrem. Podemos ouvir aqui, mais uma vez, Milton Santos proclamar o espaço como o casamento indissolúvel entre um sistema de objetos e um sistema de ações.

Alexander aponta que, no nível geométrico, observam-se elementos físicos repetidos indefinidamente, numa variedade infinita de combinações.¹²⁵ Mas a cada elemento corresponde um padrão específico de eventos, associado a ele. Assim, cada edifício é definido por determinados padrões de relações entre seus elementos.¹²⁶ Da mesma forma, para cada região

123 Ibid., p. 69.

124 Ibid., p. 73.

125 Ibid., p. 82.

126 Ibid., p. 85.

urbana, há um conjunto de padrões de relações estabelecidas entre seus elementos. O autor conclui que “uma grande parte da ‘estrutura’ de um edifício ou de uma cidade consiste em padrões de relações”.¹²⁷

Pode parecer óbvio que não se pode tomar os elementos (de um edifício, de uma cidade) e suas relações como fatores separados uns dos outros. Entretanto, em maior aproximação, iremos verificar que tais relações são, elas mesmas, parte daqueles elementos e que, de fato, “os elementos eles mesmos são padrões de relações”. É por esse motivo que, segundo a visão de Alexander, “as coisas que parecem elementos se dissolvem, deixando atrás de si um tecido de relações, que é a substância que realmente repete a si mesma e dá estrutura a um edifício ou cidade”.¹²⁸

Volto à motivação original desta tese: pretende-se dotar de qualidade um resíduo espacial da urbanização que, exatamente por não estabelecer nenhuma relação com os elementos constituintes do entorno, “mundo” feito de padrões de eventos associados e relacionados a padrões de espaço, não puderam superar a condição residual que está na sua origem. A serem verdadeiras as concepções de Alexander, de mundo, ambiente e paisagem como entidades constituídas por padrões de relações, há que se buscar compreender os padrões de eventos, os processos e as dinâmicas que qualificam o espaço da periferia da periferia.

Boaventura de Sousa Santos, participação e conhecimento

A tese quer correlacionar a qualificação do espaço livre residual periférico metropolitano a uma ação de projeto participativo, que prevê o envolvimento ativo dos interessados, que contribuem, com suas experiências, para articular saberes diversos num processo compartilhado de produção de conhecimento, objetivado num bem comum. O produto desse processo é, dessa forma, algo profundamente vinculado às práticas, às necessidades e às demandas locais.

Posto dessa forma, pode-se dizer que conhecer

127 Ibid., p. 87.

128 Ibid., loc. cit.

é uma forma de participar. A elaboração da informação implica uma ação participativa do sujeito que a transforma em conhecimento. Por oposição: a não participação significa alheamento, ignorância, distância, isolamento. Se participação implica conhecimento (do mundo, das causas), e conhecimento, prática política, não há prática política possível na ausência do conhecimento.

Portanto, é oportuno abordar as relações entre participação e conhecimento, uma vez que a forma de produção do conhecimento condiciona o alcance, o significado, portanto, o poder da participação. Dessa forma, a condição política da ação é determinada pela condição epistemológica estabelecida.

Dominação ou participação: novo paradigma?

Participação e conhecimento são dois temas que movimentam o trabalho de Boaventura de Sousa Santos em suas “epistemologias do Sul”, que propõe uma transformação social com base na mudança dos paradigmas epistemológicos das relações sociais, baseados no par hegemonia-submissão. Sousa Santos, que estuda as relações de poder a partir das formas de conhecimento do mundo, isto é, de suas epistemologias, faz a crítica das ciências sociais eurocêntricas, e das ciências de forma geral, quanto à postura hegemônica e de dominação que assumem, solidárias à ideologia eurocêntrica. E, naturalmente, contrárias às posturas emancipatórias e autonomistas contidas nas iniciativas e movimentos sociais.

Sousa Santos desenvolve uma leitura sociológica das epistemologias posicionadas segundo as relações Norte-Sul, designações geopolíticas ora associadas ao grupo de países do Norte, ditos “avançados”, do “Primeiro Mundo”, “industrializados”, “desenvolvidos” etc., normalmente situados no Hemisfério Norte; ora aos países do Sul, do “Terceiro Mundo”, “em desenvolvimento”, “subdesenvolvidos”, “emergentes” etc., normalmente situados no Hemisfério Sul. Entre Norte e Sul, relações de hierarquia e dominação, pautadas pelo posicionamento hegemônico do Norte.

Como visto antes, a crise planetária é a crise do Estado e é também a crise do Norte hegemônico, incapaz de oferecer

alternativas às demandas sociais manifestadas nas ruas. Os movimentos sociais demonstraram a existência e a extensão da crise instalada no Norte hegemônico e, ao mesmo tempo, as alternativas possíveis.

Em resposta e como alternativa à crise eurocêntrica, Sousa Santos propõe as “epistemologias do Sul”, que são “um conjunto de procedimentos que visam reconhecer e validar o conhecimento produzido, ou a produzir, por aqueles e aquelas que têm sofrido sistematicamente as injustiças, a opressão, a dominação, a exclusão, causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado, os três principais modos de dominação moderna”¹²⁹

“Há epistemologias do Sul porque há epistemologias do Norte.” A afirmação do autor reitera as posições e as diferenças entre o Sul e o Norte hegemônico, e a necessidade de contraposição alternativa às formas hegemônicas de conhecimento, profundamente ligadas ao poder.¹³⁰

No contexto periférico metropolitano, marcado pela exploração capitalista, pela exclusão e pela dominação, o projeto participativo, desenvolvido por uma articulação social em escala local, pode assumir um papel social emancipador, à medida que possa estabelecer um processo de construção de conhecimento a partir desse mesmo contexto, recolocando os termos de uma relação de poder definida pela hierarquia centro-periferia. “É, portanto, um conhecimento a partir da perspectiva daqueles e daquelas que lutam contra os diferentes modos de dominação e suas infinitas articulações.”¹³¹

A assimetria centro-periferia que caracteriza as relações entre os entes e os fluxos metropolitanos reproduz o par hegemonia-dominância. Globalmente ou localmente, é necessário fazer frente às formas de conhecer o mundo geradas – e impostas – pelo Norte hegemônico, as epistemologias do Norte que “assentam-se fundamentalmente num paradigma que nasce no século XVII, tem sua grande apoteose no

129 SOUSA SANTOS, B. Na oficina do sociólogo artesão: aulas 2011-2016. Boaventura de Sousa Santos. Maria Paula Meneses (sel.), Carolina Peixoto (ed.). São Paulo: Cortez, 2018, p. 24.

130 Ibid., p. 25.

131 Ibid., p. 24.

século XIX e se prolonga pelos últimos cem anos como um paradigma”, a nos fazer crer que “existe apenas uma forma de conhecimento rigoroso que se chama ciência; e que esse conhecimento rigoroso é o único válido (...)”.¹³²

O paradigma colocado pelo novo tipo de conhecimento representado pela ciência necessitou de “premissas novas”: a primeira, a adoção de “formas de experimentação controladas, que são as formas metodológicas próprias da ciência moderna”. Para tanto, a ciência recusará “a experiência do mundo”, que será substituída “pela experimentação do mundo”; a segunda, a “separação total entre sujeito e objeto”, que o conhecimento rigoroso vai exigir; a terceira, o objetivo de “obter a verdade”, verdade esta que se pretende “uma representação do real” e que, como tal, “tem uma força muito especial”¹³³; e, a quarta premissa, que o rigor será determinado “pela observação das regularidades que se vão afirmar na forma de leis da sociedade, da natureza etc.” Norma e ciência são inseparáveis.

Nesse aspecto, é importante ponderar que a forma hegemônica de pensar o espaço físico pelo projeto (ou plano) supõe um método científico de aproximação do problema, sendo por isso uma “forma de experimentação controlada”. De fato, a ação projetual normalmente praticada supõe ambientes controlados, hierarquicamente organizados, que, por premissa, são incumbidos de uma “experimentação do mundo”. O conhecimento rigoroso, na forma de normas técnicas, deverá garantir supostamente a máxima objetividade e a mínima subjetivação. Assim, a forma projeto promete “obter a verdade”, garantida por um conhecimento rigoroso e uma gênese controlada.

Pergunta Sousa Santos: o que há de errado com esta metodologia (científica), que surgiu como “um projeto revolucionário”? Ocorre que esta epistemologia, que “traz consigo uma política do conhecimento que será decisiva para a modernidade ocidental europeia, precisamente a partir do século XVII”, terá por objetivo “a transformação do mundo” pela legitimação dos modelos de dominação acima citados, e

132 Ibid., p. 26.

133 Ibid., p. 27.

ganhará força no século XIX, quando as ciências, “sobretudo as ciências da natureza”, são postas “a serviço do capitalismo” “como forças produtivas, particularmente com a primeira revolução industrial (1760-1840).¹³⁴

Santos faz a ressalva de que “nem todas as consequências desse modelo e do seu processo de afirmação e expansão foram negativas”, tendo sido este modelo científico “o grande instrumento de uma classe ascendente (...) que foi a seu tempo revolucionária”. A burguesia, a partir da conquista do “poder político através das revoluções burguesas do século XIX”, transformará o mundo “através daquelas formas de dominação” e mudará a si mesma de força revolucionária para força reacionária, “que se opõe a outras forças revolucionárias, e que se opõe a qualquer transformação do mundo que não seja pautada pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado.”¹³⁵

A histórica omissão resistente do Estado em relação à periferia metropolitana, matizada pelo desequilíbrio indigente das relações centro-periferia, definiu as formas espaciais urbanas segundo um padrão periférico, que talvez se expliquem pelo contexto de dominação burguesa reacionária do Estado, que o transforma em instrumento dessa dominação em prejuízo da mais ampla representatividade que deveria ter. Assim, centro e periferia, estejam onde estiverem (a periferia de ontem pode ter-se transformado na centralidade de hoje) são categorias que tendem a se manter, reproduzindo, entretanto, um modelo de organização espacial que mostra claros sinais de esgotamento diante da ausência de alternativas e de respostas a uma crise que já pode ser considerada permanente.

Por outro lado, os movimentos sociais estão a demonstrar que não há mais que esperar. Como defende a tese, propõe-se articular uma resposta, na forma de uma ação concreta, à crise do Estado, a partir do “Sul” da metrópole. O protagonismo da periferia da periferia, em seu próprio território, deverá assentar sobre razões, critérios e procedimentos autonomamente construídos sobre as próprias

134 Ibid., p. 28.

135 Ibid., p. 29.

condições e sobre as próprias demandas, rompendo, assim, com a hegemonia central.

Vale notar outro aspecto da dominação, de natureza ideológica. “As ciências sociais, e a ciência em geral das epistemologias modernas, assentam na ideia de que o Norte é a solução e o Sul é o problema. Todas foram organizadas segundo esta matriz que impõe uma relação superior-inferior entre o Norte e o Sul.”¹³⁶ O texto cita a relação centro-periferia, na qual as normas, as regras e os padrões do centro são a solução, e tudo o que deles diferir será o problema. Nesse sentido, o centro será sempre superior, e sua prevalência, um acordo tácito. Nas relações espaciais metropolitanas, as categorias superior e inferior correspondem ao par centro-periferia.

O que se coloca em causa é um movimento de transformação das relações espaciais metropolitanas. A proposta de produção participada de espaços qualificados na periferia da periferia pode significar, em contraposição à paradigmática ausência do Estado, uma tomada de posição que busca reverter a passividade dos grupos sociais mediante sua articulação num projeto participativo para a qualificação do espaço urbano periférico metropolitano.

Os mecanismos da dominação

Como é exercida a dominação? Quais são os mecanismos pelos quais a dominação se efetiva? Sousa Santos dissecas as relações de poder no nível global e revela procedimentos e mecanismos utilizados pelo centro hegemônico para operar. Estabelecem-se relações de dominação que podem ser consideradas análogas às relações centro-periferia metropolitanas.

Partindo da onipresente ausência do Estado na periferia da periferia metropolitana, pode-se dizer que as ausências não se manifestam apenas quanto à materialidade, não se restringem a uma escola a mais ou a menos, a um parque a mais ou a menos, a um hospital... Trata-se da produção de ausências, pela negação continuada das possibilidades locais, reduzidas à imobilidade – à ausência – diante de uma ordem

¹³⁶ Ibid., p. 26.

dominante que ignora os fatos espaciais sociais instalados historicamente no território.

A forma de conhecermos o mundo define o que nele somos e as possibilidades que nele temos. A hegemonia de uma forma de ver o mundo implica a exclusão das outras formas de ver o mundo, “que acabam desconhecidas ou inviabilizadas pelo poder hegemônico”. Sousa Santos propõe uma “sociologia das ausências” que estuda esse processo, caracterizado por uma centralidade hegemônica que produz ausências, pela simples negação das manifestações locais, de suas características, levando as formas de saber locais ao descrédito e à nulidade, por diferirem das normas do centro hegemônico. Para Santos a “sociologia das ausências visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, ativamente produzido como tal, isto é, como uma alternativa não credível ao que existe”¹³⁷ e busca “transformar as ausências em presenças”.

Como pontua Sousa Santos: “O que não existe é ativamente produzido como tal.”¹³⁸ A proposição revela um movimento deliberado, por parte das “ciências sociais eurocêntricas”, mas podemos generalizar para as ciências e para o conhecimento científico eurocêntrico em geral, no sentido de reduzir à inexistência tudo aquilo que tais ciências e conhecimentos “consideraram impossível”. Trata-se de um processo de descredibilização e de nulificação dos saberes que não constituam o rol canônico de saberes institucionais.

Analogamente, podemos dizer que a periferia da periferia ocupa este lugar da impossibilidade, garantido pela descredibilização e pela nulificação dos seus saberes, que lhe reserva uma posição subalterna e dependente em relação ao centro e ao pensamento central hegemônico. Pensamento este que produz continuamente ausências, que se configuram como inexistências ativamente produzidas.

Assim como a sociologia das ausências de Sousa Santos busca “transformar as ausências em presenças”, a proposta de um projeto participativo de qualificação dos espaços livres residuais busca dar-lhes expressão espacial e presença urbana reais.

¹³⁷ Ibid., p. 59.

¹³⁸ Ibid., loc. cit.

Reverter ou transformar as ausências em presenças significa romper o princípio da hegemonia e assumir a necessidade de epistemologias alternativas, que tornem “visíveis e credíveis as experiências sociais” que ocorrem “do outro lado da linha abissal”. Vale o mesmo para a periferia da periferia: é preciso romper com uma mentalidade central hegemônica, e aqui reside o caráter político da proposta, tornando visíveis e credíveis as experiências sociais dos contextos metropolitanos ultraperiféricos, como formas alternativas de conhecer e dar a conhecer seus espaços e suas relações.

Trata-se de fazer das ausências, presenças. “A produção das presenças acontece quando nos centramos no estudo e na análise de fragmentos da experiência social não reconhecidos pela ciência eurocêntrica.” Analogamente, pensar a transformação do espaço pela organização social num projeto participativo significa a possibilidade de resgatar fragmentos das experiências sociais de cada um dos participantes, pela revelação e pela afirmação de suas presenças. Trata-se de produzir uma presença a partir daquilo que foi uma ausência produzida externamente. Como lembra Sousa Santos: “Há produção de não existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada ininteligível ou descartável pelo poder dominante, nesse caso, a ciência moderna eurocêntrica.”¹³⁹

Qualificar o espaço na periferia da periferia passa pela produção de novas presenças, a partir da associação de fragmentos físicos de espaço livre no espaço urbano a fragmentos individuais de experiências sociais. Trata-se de fazer emergir, de promover emergências. Quais os caminhos da emergência?

Sousa Santos agora nos coloca diante de uma sociologia das emergências. Assim como a sociologia das ausências revela o processo de produção de não existências do qual o modelo eurocêntrico se vale, a sociologia das emergências revela um conteúdo transgressor, pelo fato de que, não havendo mais hegemonia epistemológica e sua univocidade, tais sociologias deverão reconhecer a multiplicidade e a diversidade epistemológicas, articulando conhecimentos

¹³⁹ Ibid., loc. cit.

científicos e conhecimentos não científicos, artesanais, populares.

É preciso, entretanto estarmos atentos aos modos pelos quais a centralidade hegemônica produz a não existência. Santos discorre sobre as “cinco lógicas ou modos de produção da não existência”.

As lógicas se definem como monoculturas e operam num regime cultural excludente, impermeável ao outro e à diferença. O termo traduz também a ideia de um poder centralizado, cuja autoridade autoproclamada impõe uma forma de conhecimento absoluta e inquestionável, descartando aquilo que para ela é colocado como ininteligível.

A primeira lógica é a monocultura do saber, que impõe uma forma de conhecimento – a ciência – como “cânone único de produção do conhecimento”.¹⁴⁰ Dessa forma, “conhecimento não científico é considerado erro, superstição, opinião subjetiva. A não existência assume aqui a forma de ignorância ou incultura”. Essa lógica “tem que ser questionada pela identificação de outros saberes e de outros critérios de rigor que operam credivelmente em contextos e práticas sociais declaradas não existentes pela moderna racionalidade científica”.¹⁴¹

Interessa destacar que há correspondência entre essa interpretação e a forma pela qual a periferia é vista e posicionada no contexto metropolitano. A forma plano diretor é veículo de normas e procedimentos que representam uma forma cultural hegemônica de pensar a cidade (o mundo), e se coloca como um cânone a ser incorporado ao campo normativo urbanístico das cidades, de forma indiscriminada. Por outro lado, a forma e o modo de produção do espaço periférico urbano ignoram as normas e os cânones hegemônicos, sendo por isso classificadas como irregulares, ou seja, fora da regra. Que regra?

Mesmo a reboque da consumação do fato urbano, impõe-se a norma por força de lei. Pode-se dizer que há uma monocultura urbanística, que determina a obrigatoriedade de regulamentos, normas e procedimentos gerais, mas que

¹⁴⁰ Ibid., loc. cit.

¹⁴¹ Ibid., p. 63.

afetam, mais ou menos, os grupos sociais pacientes. Giancarlo de Carlo já alertava para a possibilidade de manipulação do processo participativo, por parte das autoridades instituídas, por meio de regras preestabelecidas, determinando preliminarmente papéis e atribuições. É essa a contradição que afeta a figura da participação do plano diretor.

A segunda lógica é da monocultura do tempo linear. Entre as diferenças que marcam a distância entre centro e periferia estão aquelas ligadas às ideias de desenvolvimento, crescimento, modernização. O centro hegemônico, sejam os países avançados do Norte eurocêntrico ou as centralidades metropolitanas dominantes do Sul, representa a vanguarda do conhecimento em função de uma mentalidade paradigmática de desenvolvimento, de crescimento e de modernização. As epistemologias do Norte impuseram uma ideia linear do tempo, contida nas expressões desenvolvimento, crescimento, modernização: há um sentido, uma direção e um tempo únicos. O que faz supor que tais noções sejam as mesmas para centralidades e periferias.

Ocorre que os tempos são pessoais e grupais, individualizados segundo as demandas gerais – coletivas – colocadas e as condições para que elas sejam satisfeitas. Assim como são os tempos da natureza, dos ciclos naturais, dos períodos de crescimento, amadurecimento, de desenvolvimento da vida em termos gerais.

Mas o saber superior do centro requer o controle do tempo para que possa exercer sua dominação, pelo avanço ou dianteira em relação ao processo em que se coloca, à frente do tempo e das demais culturas, saberes e experiências. Será atrasado, ou não existente, “tudo o que, segundo a norma temporal linear, é assimétrico em relação ao que é declarado avançado”.¹⁴²

Como destaca Sousa Santos, as “relações de dominação mais resistentes são as que assentam nas hierarquias entre temporalidades, e estas continuam hoje a ser constitutivas do sistema mundial. São essas hierarquias que reduzem tantas experiências sociais à condição de resíduos”.¹⁴³

A requalificação do espaço livre residual, associada ao projeto participativo, busca exatamente reverter esse processo crônico de redução ao valorizar radicalmente a experiência direta dos participantes num processo de transformação do espaço. Trata-se de “libertar as realidades alternativas do estatuto de resíduo”, substituindo, por meio de uma sociologia das ausências, a monocultura do tempo linear por uma ecologia das temporalidades.

A terceira lógica de produção de ausências consiste na “monocultura da classificação social, que se assenta na monocultura da naturalização das diferenças”.

“Essa lógica opera através da distribuição das populações por categorias que naturalizam e hierarquizam as diferenças.” Há um processo de institucionalização das diferenças, pautado pelos juízos de superioridade ou de inferioridade, sujeitos à lógica da classificação social, isto é, fazendo do sexo ou da origem étnica racial econômica as características “decisivas para que a relação capital/trabalho se estabilize e se difunda globalmente”.

Aqui, “a não existência é produzida sob a forma de inferioridade, insuperável porque natural. Quem é inferior, porque é insuperavelmente inferior, não pode nunca ser uma alternativa credível a quem se considera superior”.

A região metropolitana de São Paulo abriga entre seus 39 municípios os extremos de riqueza e pobreza, em termos de renda *per capita*, nível educacional etc. São Paulo e Ferraz de Vasconcelos, por exemplo. As diferenças são respectivas aos papéis na rede centralidade e periferia, designações cujo sentido no espaço metropolitano revelam, para além de uma localização, uma mentalidade territorializada instalada.

Entre as duas designações, relações marcadas pela ideia de distância insuperável. Seja pelo fator de localização geográfica, seja pelo posicionamento social econômico, ocorre um processo de naturalização de um e outro, em que periferia exprime diferença de renda, da qual a diferença social é o resultado natural. Como tal, a periferia é insanável, está e estará para sempre onde está, na periferia da centralidade, nas franjas do mundo oficial.

Nas palavras de Sousa Santos: “A colonialidade capitalista

moderna, eurocêntrica e patriarcal consiste em identificar diferença com desigualdade, ao mesmo tempo em que se arroga o privilégio de determinar quem é igual e quem é diferente.”¹⁴⁴

Aqui, o sentido de futuro da sociologia das ausências: “(...) procurar uma nova articulação entre o princípio da igualdade e o princípio da diferença, abrindo espaço para a possibilidade de diferenças iguais – uma ecologia de diferenças feita de reconhecimentos recíprocos.”¹⁴⁵

A proposta do projeto participativo parte tacitamente de uma premissa de encontro de diferenças, colocadas pelas experiências e pelas expectativas dos participantes, num processo de validação coletiva, isto é, no cotejo ecológico das forças e agentes em atuação. Trata-se da “desconstrução tanto da diferença (...) quanto da hierarquia (...)”, uma vez que as diferenças não serão tomadas por desiguais nem bem por assimétricas.

A quarta lógica que opera na produção de ausências é a lógica da “escala dominante”.¹⁴⁶ No campo das territorialidades, Besse afirma: “A escala é o problema.”¹⁴⁷ Na lógica das relações territoriais, a escala correspondente à centralidade principal, dominante, determina a irrelevância (relativa) de todas as outras escalas. Assim como no eurocentrismo, nas relações centro-periferia a escala dominante comparece de duas formas: universal e global. “O universalismo é a escala das entidades ou das realidades (ou dos eventos, como diria Alexander) que vigoram independentemente de contextos específicos. Têm, por isso, precedência sobre todas as outras realidades que dependem de contextos e que, por essa razão, são consideradas particulares ou vernáculos.”¹⁴⁸

Nesta lógica, “a não existência é produzida sob a forma do particular e local. As entidades ou realidades definidas como particulares ou locais estão aprisionadas em escalas que as incapacitam de serem concebidas como alternativas credíveis ao que existe de modo universal ou global.

144 Ibid., p. 65.

145 Ibid., loc. cit.

146 Ibid., p. 61.

147 BESSE, op. cit..

148 SOUSA SANTOS, op. cit., p. 61.

A observação de Sousa Santos ajuda a compreender de forma renovada o problema da escala. Haverá sempre um componente universalista e global a ser considerado. A questão que se coloca é como fazê-lo diante da premissa de primazia das lógicas locais (subjéctivas e objetivas), implícita na proposta de projeto participativo. Trata-se de considerar, para além dos aspectos que afetam de modo direto a escala local, na constituição de um lugar, as lógicas externas que concorrerão em tal processo.

Como afirma Santos, é necessária a “recuperação do que no local não é feito da globalização hegemônica”. Dessa forma, o “local tem que ser conceitualmente desglobalizado, a fim de identificar nele o que não foi integrado na globalização hegemônica”.¹⁴⁹

Toda a operação inversora que propõe Sousa Santos se baseia na identificação “daquilo” que é local, que emana do local ou que representa diretamente as demandas locais, sendo por isso uma mudança de concepção do real, que passará a incluir tudo aquilo que não havia sido antes declarado ou classificado como oficial, normal, regular.

A partir disso, será possível, segundo Sousa Santos, “uma globalização contra-hegemônica” que, aliada a uma desglobalização local, atuaria no sentido da ampliação da “diversidade de práticas sociais ao oferecer alternativas ao globalismo localizado”.¹⁵⁰

É possível identificar aqui outro ponto de contato da tese com o pensamento de Sousa Santos. Como dito antes, a tese investiga o fenômeno da produção dos espaços livres residuais e eventuais padrões e busca verificá-los cartograficamente, investigando a possibilidade da existência ou criação de uma rede/subsistema metropolitano de espaços livres potenciais para qualificação, a partir de uma nuvem de ações mais ou menos concatenadas, a serem deflagradas cada uma a seu tempo, mas incorporando à política o sentido participativo da qualificação do espaço urbano, promovida por uma ação direta de transformação do espaço.

Cabe destacar ainda a observação de Sousa Santos

149 Ibid., p. 65.

150 Ibid., p. 66.

142 Ibid., p. 60.

143 Ibid., p. 64.

quanto à questão cartográfica. A “sociologia das ausências” propostas pelo autor exigirá, para uma contraofensiva escalar local, “o exercício da imaginação cartográfica, quer para ver em cada escala de representação não só o que ela mostra, mas também o que ela oculta, quer para lidar com mapas cognitivos que operam simultaneamente com diferentes escalas, nomeadamente para detectar as articulações locais/globais”.¹⁵¹

A metodologia que se projeta nesta tese para o desenvolvimento de um projeto participativo de qualificação do espaço livre residual se baseia no uso da imagem cartográfica como caminho de descoberta dos elementos e da compreensão de suas dinâmicas, sendo por isso uma representação do processo de elaboração do conhecimento. Nesse sentido, a cartografia é um instrumento epistemológico em favor do conhecimento comum.

A quinta e última lógica é a lógica produtivista, que corresponde à “monocultura dos critérios de produtividade capitalista”, para a qual “o desenvolvimento econômico é um objetivo racional inquestionável, sendo “inquestionável o critério de produtividade que mais serve a este objetivo”.¹⁵² Aqui, “a não existência é produzida sob a forma do improdutivo que, aplicada à natureza, é esterilidade e, aplicada ao trabalho, é preguiça, improdutividade ou desqualificação profissional”.

A essa lógica se contrapõe

a recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, economias camponesas, economias indígenas, cooperativas operárias, empresas autogeridas, economia solidária, economia do cuidado, ou seja, das economias outras que a ortodoxia produtivista capitalista tem procurado destruir, ocultar ou descredibilizar.¹⁵³

Vale notar que o autor reconhece o tema como controverso, uma vez que põe diretamente em questão o paradigma de desenvolvimento e de crescimento econômico infinito e a lógica da primazia da acumulação sobre os

objetivos de distribuição que sustentam o capitalismo global.

As cinco lógicas elencadas por Sousa Santos são geradoras de várias formas sociais de não existência: o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo. As realidades que elas determinam se apresentam como obstáculos em relação às realidades colocadas como importantes, sejam elas científicas, avançadas, superiores, globais ou produtivas. São partes desqualificadas de totalidades homogêneas que, como tal, apenas confirmam que à ordem institucional hegemônica vigente não interessa aquilo que não a confirme e reitere continuamente.

Importa também observar o valor que Santos dá à experiência, como geradora de patrimônio do saber. Para ele, as experiências são portadoras do mundo, e só podem ocorrer no tempo presente, posto que ação que se realiza no presente. Estando o tempo e seu significado vinculados à produção, só a experiência do aqui e agora pode romper o cerco que a mentalidade produtivista impõe, fazendo do tempo presente o valor a ser resgatado.

A experiência direta é o que lastreia a ideia participativa contida nesta tese. Na proposta de qualificação dos espaços livres residuais pela experiência projetual coletiva e pela ação direta dos interessados, ecoa a postura de Sousa Santos, pois as “epistemologias do Sul apoiam-se na ideia de proximidade com as lutas, em vários contextos do mundo”, sendo definitiva em relação à necessidade de ação extensiva à própria universidade:

Eu, como devem saber, dedico a metade do meu tempo à universidade e a outra metade aos movimentos e organizações sociais. Se querem realmente trabalhar nas epistemologias do Sul, comecem com essa ideia: metade do tempo para a universidade, para os estudos; e metade para trabalhar com os movimentos e organizações sociais.¹⁵⁴

Trata-se de promover a experimentação acadêmica no campo do real, aproximando o conhecimento acadêmico da prática social, o que significa estar “onde, realmente, o conhecimento novo vai surgir”. Sousa Santos coloca o saber

¹⁵⁴ Ibid., p. 106.

a serviço da transformação social e reitera, a todo momento, o papel político da universidade e do acadêmico: “Temos que estar na transformação social.”¹⁵⁵ Da mesma forma, a proposta defendida nesta tese supõe uma aproximação entre a universidade e o campo do real.

A ecologia dos saberes

A ruptura da hegemonia epistemológica proposta por Sousa Santos fará emergir saberes e práticas sociais locais, não hegemônicas, periféricas, do lugar de esquecimento a que foram relegadas pelo saber hegemônico. Surge daí um novo problema: como promover encontros ou confluências democráticas a partir das diferenças epistemológicas existentes, agora revalorizadas? Como comparar saberes, dada a diferença epistemológica? Para enfrentar esta situação, o autor propõe dois procedimentos.

A tradução intercultural parte da diferença epistemológica para promover uma comparação entre saberes com base nos “procedimentos de busca e correspondência que, no conjunto, constituem o trabalho de tradução”, sendo necessário que tais procedimentos “sejam levados a cabo por todos os saberes que compõem um dado círculo de ecologia de saberes”.¹⁵⁶

A produção do projeto, ou plano, prevê o diálogo entre saberes diferentes, a resultar num encontro na forma de uma síntese. Mas, no caso de um projeto ou plano produzidos coletivamente, os diferentes saberes, tanto aqueles consagrados como aqueles até aqui ignorados, concorrem simultaneamente para a construção coletiva do conhecimento. Sousa Santos propõe uma imaginação epistemológica capaz de “recuperar esses saberes produzidos como não existentes” que, atuando de forma democrática, permitirá “o reconhecimento de diferentes práticas e atores sociais”.¹⁵⁷

A proposta de projeto participativo defendida por esta tese supõe o reconhecimento e a disponibilização compartilhada das experiências e dos saberes dos interessados-usuários, isto é, uma abordagem democrática do conhecimento por meio

¹⁵⁵ Ibid., p. 107.

¹⁵⁶ Ibid., p. 67.

¹⁵⁷ Ibid., p. 69.

de uma prática social participativa e democrática, o que pode constituir em si um mais que oportuno exercício democrático e uma resposta à crise da democracia, exaurida pela falta de representatividade política, e pela ausência de perspectivas e de garantias sociais, e pela falta de alternativas decorrente da própria postura hegemônica.

Seja plano ou projeto, os termos implicam a ideia de mediação, concatenação e síntese equilibradas dos diversos saberes. De forma análoga, Sousa Santos propõe uma ecologia de saberes, capaz de operar a “diversidade epistemológica do mundo”, mediante “uma seleção de saberes e um campo de interação onde o exercício (da ecologia dos saberes) tem lugar. Um e outro são definidos em função de objetivos não epistemológicos”.

Aqui, dois aspectos a destacar. Ecologia dos saberes é ação, é um exercício que tem lugar “num campo de interação.” O uso do termo “exercício” reitera a importância da ação como componente fundamental de uma ecologia dos saberes, uma vez que “os contextos específicos que geram os problemas e as lutas determinam os saberes que integrarão um dado exercício de ecologia dos saberes”.

Considerando que há infinitas ecologias de infinitos saberes, podemos pensar que uma lógica de mobilização dos saberes ultrapassa a singularidade de um único contexto e aponta para a possibilidade de operar também como uma lógica de “passagem de uma política de grupos, organizações e movimentos sociais para uma política intergrupos, interorganizações e intermovimentos sociais”.¹⁵⁸

A dimensão social do trabalho intelectual comparece aqui tanto na proposta de projeto participativo coletivo como na exortação à ação que o autor faz quando declara que:

Os saberes que dialogam, que mutuamente se interpelam, questionam e avaliam, não o fazem em separado como uma atividade intelectual isolada de outras atividades sociais. Fazem-no no contexto de práticas sociais constituídas ou a constituir, cuja dimensão epistemológica é uma entre outras, e é dessas práticas que emergem as questões postas aos vários saberes em presença.

¹⁵⁸ Ibid., p. 69.

¹⁵¹ Ibid., p. 66.

¹⁵² Ibid., p. 62.

¹⁵³ Ibid., p. 66.

3 ESPAÇO: MODOS DE VER E PENSAR

Plano ou projeto convocam, pela própria natureza, saberes diversos que “interpelam, questionam e avaliam”, e que colocam os problemas a serem enfrentados. Entretanto, tal processo, conduzido por grupo especialista, não promoverá o diálogo entre saberes como prática social, senão “como uma atividade intelectual isolada de outras práticas sociais”, das quais “emergem as questões postas aos vários saberes em presença”.

Tais práticas são práticas de resistência, de luta e de proposta. As questões epistemológicas só são relevantes na medida em que forem práticas, isto é, tiverem consequências para o contexto das práticas em que a ecologia de saberes tem lugar.¹⁵⁹

Informação é conhecimento, conhecimento é poder. Vimos, com Arnstein, que participação social e poder guardam entre si uma relação direta e proporcional; que os níveis de informação e acesso são respectivos à formação do cidadão e correspondem às possibilidades de influir efetivamente nas decisões tomadas em nome do social; que este processo de fazer coisas em nome do social, implica o aprendizado coletivo do fazer, não apenas em nome do social, mas encarnando-o; que a prática do compartilhamento social das decisões de âmbito coletivo é algo que pode e deve ser aprendido socialmente. Haverá no processo de aprendizado social um sentido epistemológico coletivo?

Vimos também que existem formas de conhecimento diferentes e diferenciais, deslocadas e distanciadas umas das outras por relações convencionais, hierárquicas, segundo “estágios” antes adjetivos que substantivos, tais como “desenvolvimento”, “avanço social e tecnológico”, “excelência técnica” etc. Como premissa e constante, uma relação de superioridade/inferioridade entre centro e periferia, Primeiro Mundo e países subdesenvolvidos, países industrializados e países emergentes ou, como dito por Boaventura de Sousa Santos, “países do Norte” e “países do Sul”.

O autor nos faz compreender que são as formas de conhecimento hegemônicas que contribuem para a manutenção das relações desiguais de poder, que definem um centro, uma força polar, concentrada e hegemônica, e uma periferia polarizada, dispersa e fragmentada. A primeira é, por princípio, exclusivista e excludente, e opera pela eliminação dos diferentes e das diferenças, encarnadas em outras especiais formas de conhecimento.

Próprio do capitalismo global, o *modus operandi* do centro hegemônico, deliberadamente avesso e ignorante quanto à pequena escala, ao lugar e à razão local, determina e é determinado por uma forma particularizada de ver e pensar o mundo, a partir das próprias condições, dos próprios desígnios e das próprias demandas. Constitui, portanto, uma forma de conhecer o mundo e de, simultaneamente, fazê-lo, que reitera e confirma uma posição dominante, que expurga o contraditório e o diferencial (o que se quer diferente) e as manifestações, eventos, expressões e aspectos das culturas locais, para dar lugar a manifestações, eventos, expressões e culturas configuradas segundo lógica e fluxos globais, rigorosamente alheios, uns e outros, ao local. O espaço se globaliza às custas do lugar, espaço local.

159 Ibid., p. 70.

A questão da revalorização do lugar e seus desafios não é nova e pode ser situada, em recorte recente, no plano das lutas e dos movimentos sociais que surgiram nos últimos vinte anos, abrangendo a luta pelo espaço urbano – os movimentos Occupy, a luta pelos direitos das minorias de gênero, raça, credo, os movimentos de habitação, de educação e, muito recentemente, o movimento secundarista mundial de denúncia da crise climática global, liderado por uma notável jovem sueca de apenas 16 anos, Greta Thunberg¹⁶⁰.

Tais movimentos e lutas, hoje estruturados em torno de demandas, questões e necessidades que vão do mais geral – a questão climática – ao setorial e ao local, representam visões de mundo que se colocam a partir da compreensão das próprias condições, desejos e possibilidades, socialmente experimentadas e apropriadas. Isto é, a partir de suas próprias formas de ver o mundo: suas epistemologias.

As epistemologias locais, revalorizadas, se colocam como formas alternativas de relações de poder e representam um novo paradigma epistemológico, a redefinir as relações entre centro e periferia. Um novo pacto, anti-hegemônico por princípio, colocado por formas de conhecimento e práticas culturais até aqui relegadas à obscuridade, mas que por força da ação e das lutas empreendidas por movimentos sociais, floresceram em resposta à crise do Estado:

Atualmente é claro o esgotamento epistemológico teórico e político no chamado Norte global: a Europa e a América do Norte. Depois de cinco séculos a ensinar o mundo, o Norte global não sabe resolver os seus próprios problemas. Quando olhamos para o resto do mundo, para a África, para a América Latina, ou a Ásia, hoje em dia, vemos que há muita gente a fazer coisas novas. Existem movimentos, organizações, lutas, resistências, soluções alternativas de desobediência – mesmo ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial.¹⁶¹

A abordagem epistemológica das relações sociais e institucionais, proposta por Santos, torna evidente a relação

160 Greta Thunberg (Estocolmo, 2003), estudante secundarista, ativista ambiental, líder do movimento “Greve das escolas pelo clima”. Personalidade do ano pela revista americana Time (2019).

161 SOUSA SANTOS, op. cit., p. 101.

entre ações, movimentos e lutas sociais e sua efetividade, diretamente proporcional ao nível de consciência e de conhecimento relativo aos problemas do território.

Neste processo, como também aponta o autor, ganha destaque a escala local de ações e eventos, em função das possibilidades que abre para a ação direta de interessados-usuários ativistas, organizados e articulados segundo um objetivo imediato localizado, vinculado a um recorte palpável, isto é, ao alcance, num primeiro momento, do grupo de interesse direto.

Esta, a perspectiva que a tese explora: a participação ativa dos interessados-usuários nas ações/intervenções locais de transformação do espaço, com base em processos epistemológicos que permitam a apropriação individual e coletiva dos elementos espaciais do território e suas relações, numa perspectiva participativa. Nela, cumpre examinar, a partir da experiência acumulada, qual poderá ser o papel da cartografia. E quais as possíveis outras abordagens que poderão contribuir no processo.

4.1. Um método, um território

A metodologia cartográfica correlativa e o império da técnica

As experiências anteriores no desenvolvimento de planos diretores ambientais, conforme denominação adotada pelo prof. dr. Flávio Sammarco Rosa¹⁶², basearam-se na aplicação de um método cartográfico específico de produção de conhecimento do território, com a construção de um conjunto de informações que permitem uma compreensão razoavelmente abrangente do território, especialmente quanto aos aspectos mais diretamente relacionados ao meio físico, em interação com certas ações antrópicas, aquelas que se inscrevem diretamente sobre o território, limitadas à dimensão da materialidade dos respectivos impactos.

162 Trata-se de metodologia cartográfica específica, desenvolvida a partir das elaborações conceituais do prof. André Libault e de desenvolvimentos de aplicação por outros professores, alguns deles seus discípulos, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo, a partir da década de 1970.

Trata-se de uma visão de mundo orientada por observações de caráter científico, desenvolvidas segundo uma metodologia científica clássica, que prevê a adoção de um recorte do quadro da realidade, sua dissecação em elementos identificáveis, a análise individualizada destes, e sua síntese segundo as possíveis correlações, sobre as dinâmicas “naturais e antrópicas” do território.

Não se discutem a relevância e a utilidade das interpretações proporcionadas por esse tipo de abordagem geográfica do território, cuja aplicabilidade foi possível verificar nas experiências acima mencionadas. A questão que se coloca é dada pela ausência do componente cultural na metodologia cartográfica correlativa, uma vez que não há, nela, qualquer menção ou recurso aos fluxos culturais, afetivos, patrimoniais, memoriais ou de identidade, ditos sumariamente culturais, que não são mensuráveis, às vezes nem mesmo materiais, mas que não deixam registrar sua presença como elementos do espaço.

Nas experiências havidas de aplicação da metodologia, na forma dos planos diretores ambientais, e também na revisão do plano diretor de Ferraz de Vasconcelos, a participação prevista limitou-se a encontros com as comunidades envolvidas que, em oficinas, apresentações ou audiências públicas, foram tomadas apenas como instância consultiva, com poucas possibilidades de intervir de fato no destino de seu território.

No cerne da proposta de um projeto participativo que embala esta tese, está a ideia de uma participação real, ativa, que valorize a contribuição pessoal no âmbito de uma consciência territorial construída coletivamente, a partir não apenas do conhecimento técnico disponibilizado pela pesquisa geográfica “clássica” do território, sistematizada e interpretada cartograficamente segundo conceitos e elaborações técnico-científicas, mas também com base numa construção de identidades interpessoais e coletivas a partir das demandas, desejos e prioridades livremente estabelecidos e acordados pelos interessados-usuários. As experiências individuais, somadas às experiências coletivamente percebidas, talvez possam revelar processos de interação social de construção da vida cotidiana: haverá aqui uma perspectiva cultural?

Coloca-se aqui uma primeira questão relativa à apropriação do conteúdo técnico pelo público “leigo”. Como

torná-lo acessível e operacional ao maior número de pessoas possível? Planos diretores, em sua forma tradicional, impõem uma dificuldade inicial à apropriação pela população, exatamente pelo fato de usarem uma linguagem cifrada, técnica, que não é traduzida – ou decodificada - numa linguagem que faça a comunicação do conteúdo essencial portador do significado das características e do meio físico e dos aspectos socioeconômicos e de suas interações, uma tradução acessível das interpretações sobre o funcionamento das dinâmicas territoriais.

Como tantas vezes apontado antes (MARICATO, VILLAÇA e outros), o conteúdo do plano é produzido por e para técnicos, segundo uma visão que estabelece a supremacia da abordagem técnica, e vinculando diretamente o valor do conhecimento obtido aos métodos e aos procedimentos de pesquisa científica nos termos estabelecidos por Descartes há mais de 250 anos.

A metodologia cartográfica correlativa responde a uma lógica definida pelo método do conhecimento científico clássico, e a ela responde ao afirmar a superioridade e a primazia da técnica no processo de conhecimento do mundo e da vida, sem levar em conta seus demais aspectos, configurando, assim, uma imagem ideal de mundo, bem composta de dados sistematizados, analisados segundo uma plêiade de correlações preestabelecidas, de modo a assegurar respostas para problemas específicos assim identificados.

É interessante observar aqui um certo paradoxo: acreditar incondicionalmente em algo é uma questão de fé, antes que de ciência. Como tal, está num campo diverso, senão oposto, ao da racionalidade que sustenta primordialmente o pensamento científico. A fé na infalibilidade da técnica reitera outra crença: a da visão e dos escrutínios, interpretações e julgamentos equilibrados, isentos de pendores pessoais, subjetivismos e interesses localizados. A rigor, o método científico garantiria a maior aproximação possível da realidade, sendo por isso produtor das verdades gerais, senão absolutas. Não será nenhuma coincidência verificar o paralelismo entre esse modo de ver o mundo e aquele referido por Boaventura de Souza Santos como as epistemologias dominantes do Norte. Não nasceu, a cartografia que conhecemos hoje, na Europa?

O método, como ele é

Em artigo publicado no *Boletim Paulista de Geografia* – BPG, nº 100, de agosto de 2018, Sammarco Rosa define o plano diretor ambiental (PDA):

Trata-se de uma proposta de utilização da cartografia para fins de reconhecimento e análise geográfica do território, desenvolvida segundo quatro etapas bem definidas e marcadas por procedimentos técnico-operacionais, caracterizados como “níveis da pesquisa geográfica”, quais sejam: compilatório, correlatório, semântico e normativo, propostos pelo prof. Libault.¹⁶³

Segundo a autor, “verifica-se que esta metodologia, essencialmente cartográfica, aplica-se perfeitamente aos projetos de zoneamento, nos quais o território normalmente necessita ser dissecado em seus vários componentes, fatores ou variáveis que interagem no espaço geográfico. Qualquer que seja o enfoque adotado como zoneamento socioeconômico ou econômico-ecológico ou ambiental, o objetivo geralmente é o desenvolvimento da região, o aproveitamento dos recursos naturais ou a conservação de áreas que despertam algum interesse específico.

A metodologia do PDA referida por Sammarco Rosa desenvolve-se em quatro fases ou níveis (ver figura 34):

1ª fase: o Nível Compilatório consiste no levantamento e na sistematização de dados (“necessários” e “complementários”, segundo Libault), resultando numa base de dados georreferenciada, manipulada por meio de software de geoprocessamento, atribuída a sistemas de informações geográficas (SIG).

O primeiro passo é a elaboração de uma base cartográfica do recorte considerado (no caso, o limite municipal), destinada a registrar os fatos geográficos físicos que definem o território. Sobre a base cartográfica, serão lançados temas diversos, assim organizados:

- Quadro Físico-Natural, com a confecção de cartas temáticas geomorfopedologia, que associa formas de relevo e geologia (solo) e permite a identificação das condicionantes à urbanização, assim como ao uso agropecuário; hipsometria, leitura topográfica por faixas de altitude; clinografia, ou carta de declividades;

- Quadro Antrópico, que caracteriza o uso e a ocupação do solo, e a socioeconomia, por meio de um mapa de uso e ocupação do solo do município, e de um mapa funcional, que registra as áreas urbanizadas a partir da espacialização dos dados do cadastro imobiliário e fiscal. Nessa fase, é considerada a rede de sistemas de infraestrutura e de equipamentos públicos ou privados, relativamente ao suporte, distribuição e a cobertura territorial. Em particular, são levantadas as condições do sistema hídrico correspondente;

- Quadro Legal, resultado da espacialização da legislação vigente (ambiental, uso do solo, patrimonial) num mapa de legislação.

2ª fase: o Nível Correlatório corresponde às análises e sínteses parciais, elaboradas a partir da análise, combinação e cruzamento dos dados processados na etapa inicial, de modo a permitir a compreensão de potencialidades, condicionantes e restrições à implementação das atividades humanas no território. Para tanto, são elaborados um mapa de aptidão ao assentamento urbano, relativo à questão da

expansão urbana, e um mapa de classes de capacidade de uso da terra, respectivo às atividades agropecuárias. Nesta fase, é elaborado ainda um mapa de conflitos ambientais e legais, que registra as situações existentes de inadequação ou incompatibilidade de uso segundo condicionantes legais e físicas.

3ª fase: o Nível Semântico consiste na etapa propositiva, em que se desenvolve um zoneamento ambiental que, a partir dos quadros e das análises anteriores, estabelece uma correspondência ambientalmente coerente entre áreas e usos, segundo potenciais e condicionantes.

4ª fase: no Nível Normativo, o conjunto de determinações espaciais contidas no zoneamento ambiental é expresso numa proposta de legislação ambiental, conteúdo normativo da política ambiental do município.

O autor registra ainda que, sem “a implementação dos mecanismos de controle e fiscalização, sem uma base de dados precisos sobre o território e sem o envolvimento da sociedade, os resultados do plano são minimizados, tornando-se fundamental a inclusão das ações de participação social e de educação ambiental em todos os trabalhos de conservação do meio ambiente.” E afirma ainda:

Assim, o despertar da consciência ambiental no âmbito da administração pública e na população em geral, constitui-se em um bem de enorme poder de disseminação e propagação de resultados, que deverão se estender para as futuras gerações, uma vez que se fundamenta no desenvolvimento da sensibilização e educação ambiental, que, uma vez adquirida, passa a ser um bem permanente.

Entre os méritos dessa metodologia está o de estabelecer um processo de produção de informação bastante claro e, com a popularização dos sistemas de informação geográfica, normalmente acessível aos técnicos municipais, que permite a manipulação da informação e gera conhecimento sobre o território. Ainda que limitada a um conjunto de variáveis relativas ao meio físico e a certos aspectos da ação antrópica, as sínteses que permite geram uma compreensão das dinâmicas territoriais úteis no que

se refere à gestão territorial. Vinculados a um software de geoprocessamento, os conteúdos especializados, na forma de produtos cartográficos, representam uma importante ferramenta operacional para a administração pública, nos mais diversos setores.

Entretanto, essa real facilidade operacional deve-se a uma simplificação do universo geográfico pela redução da pesquisa às variáveis já citadas. As abordagens preferenciais sobre meio físico, uso e ocupação do solo e as atividades produtivas, revelam uma limitação importante, na medida em que muito daquilo que compõe o espaço não é considerado como variável possível no processo de compreensão do espaço territorial. A metodologia cartográfica correlativa passa ao largo das diversas dinâmicas que animam (positiva ou negativamente) o espaço, e do qual são parte inalienável.

Isso explica o fato da não inclusão de ação participativa na metodologia utilizada nos planos diretores ambientais, ainda que as administrações municipais, seja por orientação da equipe de consultores, seja por iniciativa própria, tenham promovido a publicação dos resultados parciais e finais dos trabalhos, tendo havido, eventualmente, algum envolvimento dos interessados-usuários possivelmente identificados com alguns dos temas tratados.

Se o método cartográfico correlativo acerta ao proporcionar leitura e análise do território a partir dos elementos físicos essenciais e suas interações, com o objetivo de fornecer orientação para futuras intervenções – ação de planejamento – segundo potenciais e condicionantes característicos do território, ele falha ao limitá-las a uma abordagem técnica supostamente asseguradora, supostamente capaz de aplacar as angústias humanas diante da incerteza, cuja concretude e materialidade são, em si mesmas, subjetivas e abstratas. Subjetivas porque baseadas em variáveis eleitas segundo critérios fundados numa ideia de prevalência dos aspectos físicos do território, naturais ou pós-naturais (antrópicos), e abstratas porque qualquer representação imagética, inclusive a cartográfica, é uma interpretação entre outras, que está sujeita a maior ou menor aproximação daquilo que se supõe real.

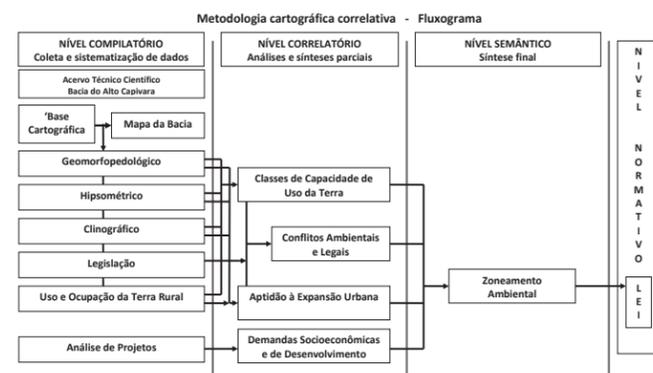


Figura 34 - PDFV 2015 - Metodologia cartográfica correlativa. Fluxograma. Fonte: ROSA, 2018

163 SAMMARCO ROSA, F. Plano diretor ambiental como estratégia de desenvolvimento rural e urbano. *Boletim Paulista de Geografia* –BPG, n. 100, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1501>>, Acesso em 19/12/2018

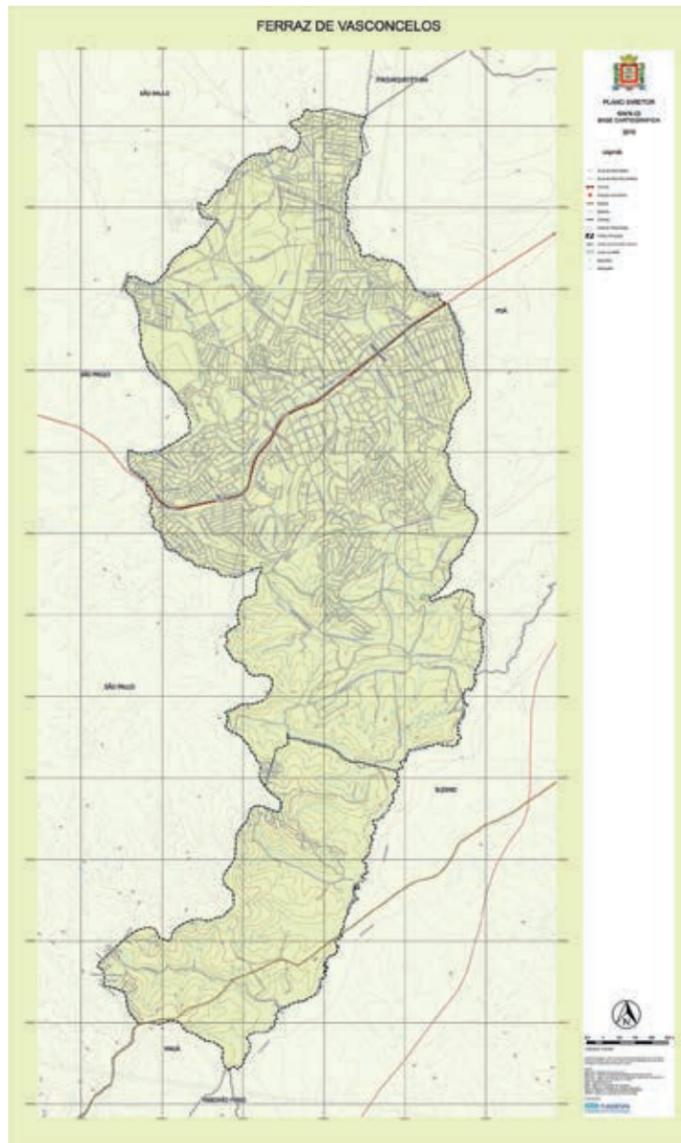


Figura 35 - PDFV 2015. Base cartográfica, escala 1:12500 (original).
Fonte: PDFV/2015

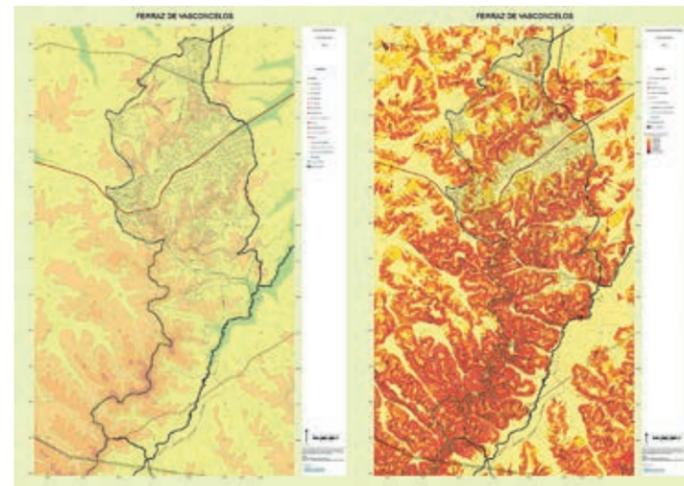


Figura 36 - PDFV 2015 - Mapa hipsométrico.
Fonte: PDFV/2105

Figura 37 - PDFV 2015 - Mapa clinográfico.
Fonte: PDFV/2105

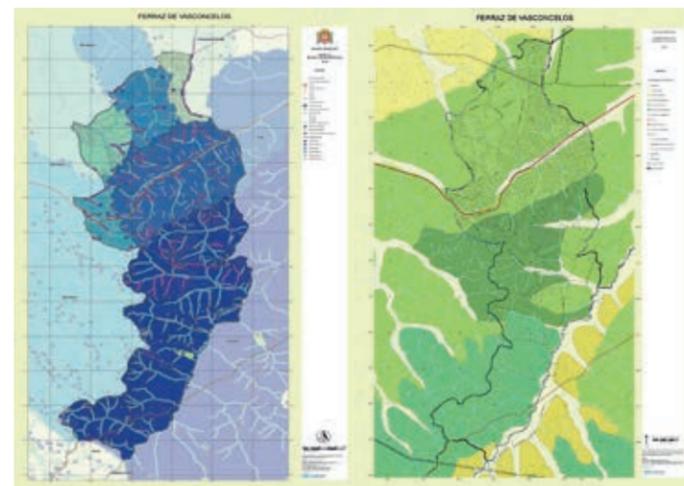


Figura 38 - PDFV 2015 - Mapa bacias hidrográficas.
Fonte: PDFV/2105

Figura 39 - PDFV 2015 - Mapa geomorfopedológico.
Fonte: PDFV/2105

Mapas temáticos

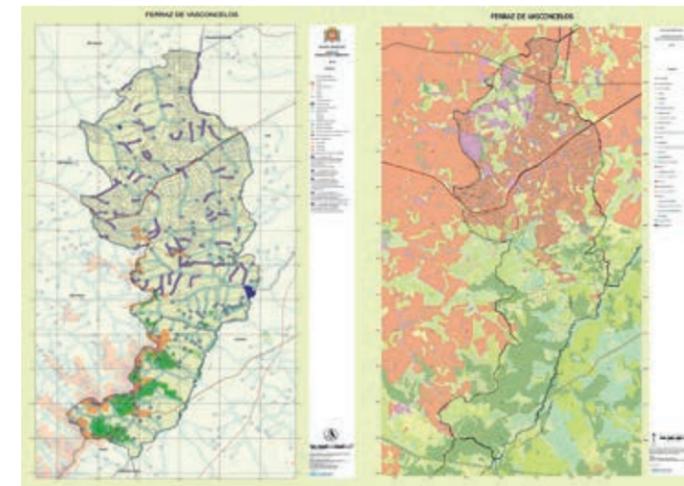


Figura 40 - PDFV 2015 - Mapa de legislação e conflitos ambientais.
Fonte: PDFV/2105

Figura 41 - PDFV 2015 - Mapa de uso do solo.
Fonte: PDFV/2105

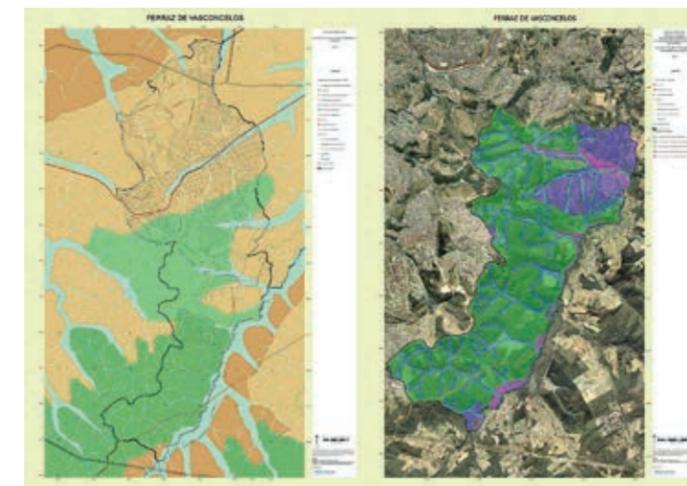


Figura 42 - PDFV 2015 - Mapa de aptidão ao assentamento urbano.
Fonte: PDFV/2105

Figura 43 - PDFV 2015 - Mapa Fragilidades ambientais e potenciais de uso.
Fonte: PDFV/2105

Mapas analíticos

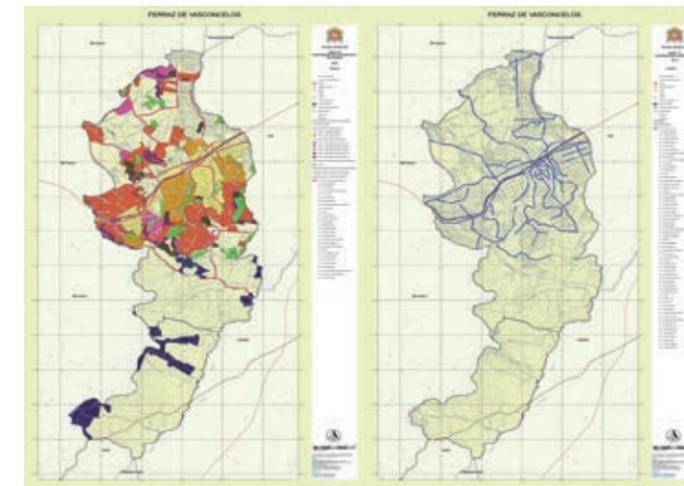


Figura 43 - PDFV 2015 - Mapa de instrumentos de gestão.
Fonte: PDFV/2105

Figura 44 - PDFV 2015 - Mapa de corredores comerciais.
Fonte: PDFV/2105

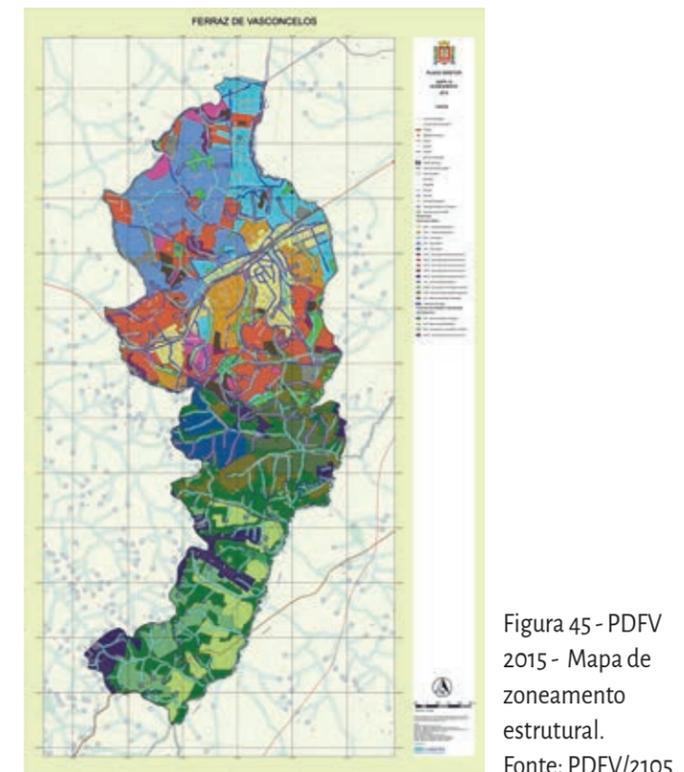


Figura 45 - PDFV 2015 - Mapa de zoneamento estrutural.
Fonte: PDFV/2105

Mapas propositivos

O método e sua filiação: uma interpretação

Assim como vamos à raiz etimológica das palavras para melhor lhes compreender o sentido, proponho uma busca “etimológica” das filiações da metodologia cartográfica correlativa, numa perspectiva crítica. Recorro a Milton Santos em *Por uma geografia nova*¹⁶⁴ que, para estabelecer as bases para uma geografia crítica, o faz a partir da análise crítica das correntes historicamente estabelecidas na disciplina.

Jean Dresch, citado por Santos, afirma que a geografia, “nascida não durante o desenvolvimento, mas no decorrer do triunfo da burguesia”, foi “mais uma ideologia que uma filosofia”. Segundo o autor¹⁶⁵, “desde suas origens, (a geografia) responde a uma ideologia necessariamente orientada”.

Que ideologia é essa?, pergunta Santos, para responder: “A ideologia engendrada pelo capitalismo quando da sua implantação tinha que ser adequada às suas necessidades de expansão nos países centrais e na periferia.”¹⁶⁶

Sob a lógica hegemônica da produção, “era necessário criar as condições para a expansão do comércio”, sendo por isso “imperativo adaptar as estruturas espacial e econômica dos países pobres às novas tarefas que deveriam assegurar”, garantindo as matérias-primas necessárias à grande indústria e os alimentos aos países industrializados, “então numa fase onde a divisão internacional do trabalho ganhava nova dimensão”.

Para tal transformação, a “geografia foi chamada a representar um papel importante”. Em outras palavras, foi a produção capitalista que moveu o motor do conhecimento do mundo pelo conhecimento do território, transformando-o em alvo e objeto de conquista.

“Diante da marcha triunfante do capitalismo”, na fala irônica de Santos, “uma das grandes metas conceituais da geografia foi (...) esconder o papel do Estado, bem como o das classes, na organização da sociedade e do espaço. A

justificativa da obra colonial foi outro aspecto da mesma geografia”.¹⁶⁷

É bom lembrar que, até bem pouco tempo atrás, os mapas paulistanos “representavam” as favelas como áreas em branco, perímetros supostamente vazios, um testemunho representativo de uma cultura e de uma mentalidade em cujas origens está o par privilégio de classe-escravismo.

Entre as marcas de nascença que a geografia traz como disciplina, está o fato de ter estado, inequivocamente, a serviço da empresa colonial, havendo mesmo “uma relação entre expansão da geografia e da colonização” (FREEMAN *apud* SANTOS)¹⁶⁸. O uso da geografia não foi coisa isolada, mas instrumento usado pela empresa colonial de modo geral, e ajudou a firmar uma posição e um modo de ver o território definido pelas relações de poder e produção entre metrópole e periferia, no caso, colônia.

Isso é particularmente importante num país de tradição colonial escravista, em que a relação centro-periferia é, além de herança histórica, processo de submissão social ainda muito ativo (a crítica do privilégio ainda está por ser feita), a sugerir um ambiente cuja geografia descreve, explica e justifica o território e o mundo, em resposta à lógica da elite, da classe dominante.

Para levar a cabo o papel central que lhe atribuíram, a geografia desenvolveu formas diversas de abordar o mundo. Uma delas será o determinismo que, para R. E. Pahl (*apud* SANTOS)¹⁶⁹, se baseia na crença “numa influência implícita do meio físico sobre os modelos de distribuição das aglomerações e as funções econômicas da sociedade”, eliminando do rol das possíveis variáveis envolvidas, todas aquelas que transcendam a materialidade, superem limites territoriais abstratos convencionados (tais como área ou região), constringendo a definição de um território às possíveis relações entre homem e meio, segundo um conjunto de variáveis mensuráveis em interação.

Mas de qual geografia falamos? Sauer (*apud* SANTOS),

¹⁶⁷ Ibid., p. 31.

¹⁶⁸ Ibid., loc. cit.

¹⁶⁹ Ibid., p. 84.

distingue a geografia humana, para a qual “o interesse maior repousa no homem, isto é, nas relações do homem com seu meio, comumente no sentido da adaptação do homem ao meio físico”, e a geografia cultural, que “dirige sua atenção para os elementos da cultura material que caracterizam uma área.”¹⁷⁰ E, afinal, para que serve a geografia?

A pergunta, feita por Yves Lacoste, seria respondida de forma rápida e cortante, numa obra que veio a recolocar, criticamente, o debate geográfico na França e cujo título escancarava a situação: *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*.¹⁷¹

Sem meias palavras, Lacoste define a geografia como “um saber estratégico, um instrumento de poder intimamente ligado a práticas estatais e militares. A geopolítica, dessa forma, não é uma caricatura nem uma pseudogeografia; ela seria na realidade o âmago da geografia, a sua verdade mais profunda e recôndita”. E sua pergunta fundamental é: para que serve a geografia? Nas suas palavras:

a geografia, enquanto descrição metodológica dos espaços, tanto sob os aspectos que se convencionou chamar “físicos”, como sob suas características econômicas, sociais, demográficas, políticas (para nos referirmos a um certo corte do saber), deve absolutamente ser recolocada, como prática e como poder, no quadro das funções que exerce o aparelho de Estado, para o controle e a organização dos homens que povoam seu território e para a guerra.

Lacoste distingue duas geografias: a dos professores, acadêmica, “das teses e das monografias, das lições de sala de aula e dos livros didáticos (...) e aquela outra, a fundamental, praticada pelos estados-maiores, pelas grandes empresas capitalistas, pelos aparelhos de Estado”. Esta última, a mais antiga, teria surgido com o advento dos primeiros mapas, “provavelmente coevos da organização societária com o poder político instituído enquanto Estado”. E a “geografia dos professores”, mais recente (século XIX), teria surgido para

¹⁷⁰ Ibid., p. 34.

¹⁷¹ LACOSTE, Y. A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 19ª ed. São Paulo: Papirus Editora, 2017.

“servir como discurso ideológico de mistificação do espaço, de “cortina de fumaça” para escamotear a importância estratégica de saber pensar o espaço e nele se organizar”.

As referências acima ajudam a situar o texto “As quatro instâncias da geografia” (1970), de André Libault, escrito num momento histórico de grande avanço tecnológico digital, que moldou espíritos devotos de uma promessa de redenção técnica e tecnológica, apropriada como ideologia. Segundo a divisão de Sauer, trata-se de uma geografia humana, pois, como tal, seu interesse maior está “nas relações do homem com seu meio, comumente no sentido da adaptação do homem ao meio físico”, aqui sendo necessária apenas uma pequena atualização: do meio físico ao homem, como estamos infelizmente a observar.

É possível identificar também, no método, um forte acento determinista, em que a crença “numa influência implícita do meio físico sobre os modelos de distribuição das aglomerações e as funções econômicas da sociedade” condiciona o recorte do território, define as variáveis, os critérios e os métodos de análise, configura os produtos e, por fim, a compreensão mesma do território. Os aspectos de meio físico, assumidos como determinantes, são as bases sobre as quais são definidos condicionantes e potenciais de exploração do território, e a partir das quais se desenham as formas de ocupar o território.

É interessante observar que a precisão desejada e projetada de método e produto talvez revele um impulso no sentido de nos assegurar diante das incertezas do mundo, mediante a elaboração mental de um mundo controlado, restrito a um conjunto de variáveis selecionadas, também controláveis.

Tal qual a física newtoniana, que viu reduzida sua validade às escalas mais próximas, terrestres, diante do espaço-tempo da relatividade, da expansão do Universo, o método cartográfico correlativo funciona para um certo e controlado conjunto de interações homem-meio. Mas, se considerado o espaço em sua totalidade (e nem poderia ser diferente), as limitações do método se evidenciam por uma objetividade metodológica, que exclui aspectos não mensuráveis, tal como as redes culturais, outras centralidades

etc., aspectos do estado-de-ser-das-coisas que são decisivos na constituição no espaço.

Ademais, como nos mostrou a experiência com os planos diretores, a aplicação impositiva de uma lógica exógena, e toda a carga de um aparato técnico de validação institucional, representa a ação de uma lógica hegemônica que configura uma relação desigual e assimétrica.

O espaço é o que ele é, e o que pensamos que ele é. A cartografia o demonstra: o problema está em como se pensa o espaço, e está também em quem o pensa.

O método e suas aplicações: percepções

A aplicação da metodologia cartográfica correlativa conheceu dois momentos diferentes. O primeiro, como PDA, em que o recorte adotado foi o do limite municipal, abarcando todo o território por ele delimitado, mas com exclusão do perímetro urbano, supostamente coberto (regulado) pelo plano diretor “municipal”, “estratégico”, “urbano”, sejam tantas quais forem as designações para um conjunto normativo que se refere, de fato, ao solo urbanizado. O PDA foi contratado por interesse das administrações locais (Santa Fé do Sul, Porto Feliz, Hortolândia, Olímpia), sem que houvesse exigência legal. A experiência participativa se resumiu a reuniões para coleta de dados junto aos eventuais interessados, que responderam aos convites públicos feitos pela administração de então. Tinham também a função de prestação de contas relativas ao cumprimento das etapas previstas no contrato entre consultoria e prefeitura.

O segundo momento, exemplificado pela revisão do plano diretor de Ferraz de Vasconcelos, no qual foram associadas duas metodologias: a metodologia cartográfica correlativa, e a metodologia participativa preconizada pelo Estatuto da Cidade. A questão participativa, antes sumariamente tratada, passa a atender a uma exigência metodológica legal, o que trouxe, para o método cartográfico correlativo e para o processo a ele vinculado, uma nova dimensão política, transformadora e significativa.

Como abordado anteriormente (capítulo 2), além da questão participativa, um dos problemas conceituais

percebidos em relação ao plano diretor de Ferraz diz respeito à reprodução de uma lógica que impõe ao lugar uma forma de pensá-lo externa a ele, cujos pressupostos tem raízes exógenas, a resultar em formas de representação do espaço condicionadas por uma forma de ver o mundo de outra ordem, estranha ao lugar a que é aplicada. Refiro-me à crítica da ideologia do plano de Villaça e à lógica da “cidade oficial” impondo-se como regra e objetivo à “cidade periférica”.

Isso implica a questão das variáveis adotadas e sua seleção. A metodologia cartográfica correlativa configura um conhecimento do território baseado em procedimentos e informações operacionais de caráter pragmático, limitados às correlações entre aspectos do meio físico e certas ações antrópicas definidas segundo uma lógica de uso e ocupação do solo, isto é, produtivista. A metodologia conduziu às sínteses que forneceram uma visão de potencialidades e de condicionantes de desenvolvimento econômico (intervenção físico-econômica) do território, assim como os conflitos ambientais existentes e possíveis (futuros), revelados pela eventual incompatibilidade entre meio físico, legislação e uso e ocupação existentes.

Dessa forma, a compreensão das dinâmicas territoriais esteve restrita a um conjunto definido por uma perspectiva econômica produtivista, deixando de lado vetores, manifestações, eventos e fluxos locais que configuram o espaço local, e que lhes dão significado, mas que não respondem à lógica hegemônica produtivista, cuja escala transborda o limite local.

O processo participativo desenvolvido na revisão do plano diretor de Ferraz de Vasconcelos respondeu a uma exigência legal contida no Estatuto da Cidade e representou uma adição à metodologia da cartografia correlativa que, originalmente, não prevê qualquer forma de participação dos atores locais diretamente afetados. Vale ressaltar que as demais experiências de aplicação da metodologia, sob o título “plano diretor ambiental”, promoveram algum nível de participação consultiva, resumida à escuta de sugestões dos eventuais interessados presentes às apresentações públicas realizadas para comunicação e publicação do trabalho. No caso de Ferraz, o processo participativo obedeceu às

disposições metodológicas organizacionais colocadas pela legislação, contando com oficinas preparatórias, material específico de informação, divulgação dos conteúdos em rede, ampla publicização do trabalho e estabelecimento de canal de comunicação entre o “público”, a administração municipal e a equipe técnica.

Como esperado, as “contribuições”, fartas, limitaram-se às demandas por segurança, iluminação viária, manutenção viária e transporte. De resto, houve não mais que uma comunicação aos interessados, restrita às oficinas e audiências. Portanto, uma participação de caráter meramente consultivo, limitação significativa no que se refere a um processo participativo que se quer efetivo, em que o poder de decisão seja atribuído a um coletivo representativo, diretamente envolvido e vinculado ao espaço objeto de transformação

Mesmo que tal processo tenha sido exaustivamente desenvolvido, segundo metodologia participativa dedicada, a experiência mostrou que as respostas se colocaram em sua grande maioria como demandas objetivas relativas a questões localizadas e específicas, de efeitos próximos e cotidianos nos interessados-usuários, mas longe, entretanto, da expectativa dos técnicos de respostas alinhadas ao discurso canônico da estratégia e da norma, que estrutura o plano.

Daí duas conclusões possíveis: é necessário criar um espaço para o arrolamento das questões imediatas, locais e cotidianas. As grandes questões levantadas pela leitura técnica, desenvolvida pelos técnicos, só serão acessíveis na medida em que sua elaboração contemple a participação do interessado-usuário. Se ele não é capaz de elaborar o conteúdo técnico, é para isso que serve o corpo técnico. Mas o conhecimento dos fundamentos e do funcionamento das coisas e dos elementos do território deve ser comunicado, de forma adequada, ao leigo. Mesmo que o discurso técnico tenha sido suavizado, num esforço de simplificação dos conteúdos para as apresentações em oficinas e audiências públicas, isso não foi suficiente para que houvesse a resposta desejada.

Por esse motivo, o processo participativo em Ferraz de Vasconcelos teve sua efetividade reduzida, limitado que foi à comunicação de dados, das sínteses e das diretrizes e normas elencados, elaborados e decididos em *petit comité* composto

por secretário, técnicos e consultores, apoiados num discurso técnico de validação, representante e portador da forma e da norma hegemônicas. Como antes mencionado, o processo participativo foi muito mais um processo consultivo, em que dados (variáveis previamente estabelecidas), sínteses (leituras analíticas cruzadas) e diretrizes (normas e regras decisórias) foram apresentados como etapas consolidadas e colocados em discussão de esclarecimento apenas.

Mesmo assim, a experiência cartográfica proporcionada pelo processo participativo foi significativa para os interessados-usuários, a julgar pela presença expressiva nas reuniões e pelo interesse demonstrado pelo material cartográfico utilizado nas oficinas, ainda que este fosse, em parte (seu processo), indevassável ao olhar leigo.

Para que seja possível “envolver a sociedade no processo de tomada de decisão”, como quer Sammarco Rosa, é necessário franquear o conhecimento técnico do território, revelado pelas suas dinâmicas, características e processos, de modo a permitir uma ação participativa instruída no campo decisório geral, coletivo. O conhecimento técnico, dada sua relevância, pode e deve ser transferido a todos mediante linguagens acessíveis, de modo que as decisões tomadas coletivamente sejam, ao máximo, subsidiadas por conteúdo técnico. Trata-se, portanto, de fazer uma crítica ao método em discussão, que permita sua aplicação num âmbito socialmente ampliado.

Cartografia e participação

O projeto participativo encerra uma postura ativa diante da realidade, abordada como espaço de expansão de ação cidadã. Um dos pressupostos desta posição é o domínio dos significados essenciais ou básicos das percepções e das compreensões que o olhar geográfico permite ou possibilita. Uma ação epistemológica que transcende a especulação teórica e se materializa em formas de apropriação do espaço. Além de uma política do espaço, trata-se, na visão de Lacoste, de “encetar uma ‘geopolítica dos dominados’, um saber-pensar o espaço na perspectiva de uma resistência popular contra a dominação”.¹⁷²

De outro modo, a ideia de um projeto participativo

¹⁷² LACOSTE, op. cit., p. 3.

implica necessariamente a ação instruída propositiva dos interessados-usuários, e para isso é necessário também que eles estejam o mais inteirados (senhores do todo) possível acerca das características e das condições físicas ambientais do lugar, mas não só: assim também da rede de fluxos, das mais diversas ordens e origens, que animam o lugar, que o perpassam, em todos os tempos, e que constituem a substância e o conteúdo a se apropriar, senão completamente – já não é mais possível o sonho da onipresença, ao menos os significados respectivos e relativos.

Se o conteúdo técnico apresenta dificuldades naturais de dispersão, a identificação de processos de vida locais, que se assentam no território, representa uma oportunidade para a real participação dos interessados-usuários locais, exatamente por serem parte da vida e dos fluxos locais. De que forma esses interessados percebem a condição ambiental local? Como contribuir para uma percepção ampliada?

Se é fato que a metodologia utilizada pode fornecer subsídios objetivos e relevantes para decisões do poder público relativas às intervenções no território, de que modo pode contribuir num processo em que o protagonismo da técnica – e dos técnicos – seja relativizado numa perspectiva participativa ampliada? De outro modo, a construção participada, coletiva da representação cartográfica do território proporciona a ciência necessária da demanda coletiva para a decisão individual do interessado-usuário? Ter ciência de é ter conhecimento, conhecer algo. Há um fato epistemológico aqui: o conhecimento sobre o território é produzido pela reflexão coletiva através da cartografia.

De que forma o conhecimento do território produzido por uma cartografia poderá ser empregado em processos coletivos de apropriação e construção do conhecimento do território? Como explicitar, de modo claro e operacional, os processos produzidos no território? Como se dão as interações entre meio físico e antrópico? Ou, de outra forma, como os conteúdos levantados, sistematizados, analisados e sintetizados segundo esta metodologia podem ser elaborados e apropriados por um coletivo social representativo?

Parece necessário, inicialmente, confrontar a

unilateralidade do conhecimento produzido de e para técnicos, processo marcado pela falta de representatividade, que acaba por impor a unilateralidade dos critérios de escolha e da eleição mesma das variáveis a considerar numa pesquisa territorial.

O processo participativo, premissa desta tese, sugere numa adequação/evolução da metodologia cartográfica correlativa, uma vez que a participação dos interessados deverá proporcionar o espaço para a inserção e a validação dos conteúdos por eles trazidos ao campo da elaboração coletiva. A condição participativa impõe, *per se*, uma leitura crítica do território com base, inclusive, nas experiências dos participantes, incorporando aos aspectos conceituais abordados por Libault, a espacialização das experiências individuais em relação aos aspectos da vida coletiva, do espaço coletivo, do social de forma geral.

Impõe-se uma visada cultural sobre o território.

3.2. Cultura, paisagem, participação

Como dito antes, a experiência pregressa de pensar o urbanismo calcado num conhecimento cada vez mais “especializado”, “técnico/tradicional” mostrou-se insuficiente para dar conta das questões da condição urbana que afetam, de modo geral, o espaço da vida contemporânea.

A crítica à metodologia cartográfica correlativa representa, para além de si mesma, a constatação de que não basta considerar o território apenas sob os aspectos descritivos, mensuráveis, racionalizáveis. Uma concepção de espaço aceitável não se contém nas determinações respectivas ao meio físico, em correlação aos processos de uso e ocupação do território. Fixos e fluxos se entrecruzam em relação sináptica, e se multiplicam em novas possibilidades e resultados. É necessário agregar à metodologia em questão outras categorias de análise que permitam uma compreensão do território segundo uma concepção ampliada de espaço.

É preciso dar a conhecer (experimental?) os processos que se inscrevem no território. Que dizem respeito à vida do homem na Terra, que constroem seu território a partir do contato entre o ambiente (como meio físico, adoto a definição

de Berque) e a energia do labor e do trabalho (no sentido de Arendt), e o transformam em lugar, abrigo e referência. A ideia de espaço não pode prescindir da ideia de cultura.

Cultura exprime fazer humano, fluxo em movimento contínuo e inesgotável de ideias, ações, manifestações e concreções de um grupo social, que o caracterizam e o vinculam. Trago à presente discussão, sem prejuízo de qualquer outra, aquela que se constitui no conjunto das percepções que dão sentido visual ao lugar: a paisagem, que “não existe em si, mas na relação com um sujeito individual ou coletivo que a faz existir como uma dimensão da apropriação cultural do mundo”.¹⁷³

A tese defende a qualificação dos **elr** por meio de uma ação participativa. Cabe perguntar: quais os possíveis significados, do ponto de vista da cultura e da paisagem, desse tipo de ação, no espaço metropolitano periférico? Ou, de outra forma: como a discussão de cultura e paisagem pode contribuir metodologicamente para uma ação de qualificação dos **elr**?

Cultura e paisagem são termos polissêmicos. Há que circunscrevê-los.

Segundo Bosi¹⁷⁴, cultura, palavra latina, origina-se do verbo *colo*, que, na língua romana mais antiga, significava “eu cultivo”, mais particularmente, “eu cultivo solo”.¹⁷⁵ Para os romanos de então, agrários pré-imperiais, a ideia de cultura se concebe inicialmente como um ato contínuo e permanente de trabalhar, arar, cultivar o solo, ação praticada ao longo do tempo num solo agrário. Daí, agricultura: “cultura do campo”. Nessa acepção primeva, cultura implica uma dimensão material, resultado da interação entre o trabalho humano e o solo.

De *colo* originou-se também *cultum* e, deste, deriva seu participio futuro, “*culturus*, o que se vai trabalhar, o que se quer cultivar”. O ato está por ser perpetrado. Implícita uma

173 BESSE, op. cit., p. 13.

174 BOSI, A. A origem da palavra cultura. Disponível em: <<https://panduguiha.wordpress.com/2008/11/24/alfredo-bosi-a-origem-da-palavra-cultura/>>. Acesso em: 15 set. 2019.

175 Idem. Dialética da colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

visão de futuro, contida na ideia daquilo que está por ser feito. “Era um modo verbal que tinha sempre alguma relação com o futuro.”¹⁷⁶

Bosi observa ainda que a “terminação *urus*, em *culturus*, informa a ideia de porvir ou movimento em sua direção. A palavra cultura, assim como, por exemplo, arquitetura, conjuntura, conjectura, tem a mesma terminação *ura*, desinência que indica futuro, referindo algo que irá ocorrer. Segundo Bosi, *uro* e *ura* são formas verbais que contêm a ideia de projeto, ação premeditada segundo uma diretriz que indica algo que vai acontecer, em sentido e direção predeterminados. “Então a cultura seria, basicamente, o campo que ia ser arado, na perspectiva de quem vai trabalhar a terra.”¹⁷⁷

Com o advento da conquista da Grécia por Roma, o significado original da palavra, dado pelos romanos, será substancialmente modificado pela influência decisiva da tradição cultural grega na cultura romana. A dimensão material original da palavra será transformada pela assimilação do significado de *paideia*, palavra do grego que exprime “o conjunto de conhecimentos que se devia transmitir às crianças (*páidos* = criança).

O termo grego não conhecia tradução para o latim, e seu significado acabou por ser incorporado ao termo cultura. Os romanos, agora imperiais e globais (de acordo com o “globo” conhecido de então), conheciam o significado de *paideia* e demandavam a ação correspondente, por meio dos escravos gregos ilustrados que ensinavam os filhos do patriciado romano. Mas o nacionalismo romano imperial exige o emprego de termos latinos e submete a língua aos seus desígnios: “A palavra cultura passou do significado puramente material, em relação direta com a vida agrária que lhe originou, para um significado intelectual, moral, portador de um conjunto de ideias e valores” a serem transmitidos.¹⁷⁸

As dimensões da palavra cultura, historicamente reconstituídas, definem o alcance do termo: a dimensão histórica temporal em duplo sentido, para o passado, que

176 Ibid., p. 16.

177 Ibid., loc. cit.

178 Ibid., p. 17

resgata e perpetua o que se fez referência, e para o futuro como aquilo que será feito (projeto); a dimensão material, relacionada ao trabalho e retrabalho das matérias e dos materiais da vida, realizados fisicamente; a dimensão filosófica, respectiva ao legado de valores éticos, estéticos, morais que as gerações recebem e transmitem sucessivamente; a dimensão epistemológica, definida pelas formas de conhecimento que encerra.

Destarte, cultura flerta simultaneamente com o passado, pelo conhecimento herdado e transmitido de geração a geração, sempre cumulativo e crescente; e com o futuro, como possibilidade ou possibilidade contida na ideia de um processo que produz e reproduz, continuamente, fatos e eventos nunca definitivos ou permanentes, em permanente superação, como um objetivo sempre a realizar-se.

Como afirma Bosi: “Não basta que nós herdemos do passado todas essas riquezas, é preciso que continuemos aprofundando certos veios; se a cultura está sempre *‘in progress’*, ela está sempre em fase de desvios, ela não é algo estabelecido para sempre.”

Entre as riquezas que herdamos do passado, que, como a cultura de modo geral, são progressivas e estão “sempre em fase de desvios”, está a paisagem, uma forma de ver o mundo cultivada, ao longo do tempo, pelos artistas renascentistas, flamengos, chineses de várias culturas. Suas paisagens são concepções de mundo que trataram de nos colocar em relação com ele. Para Berque, a paisagem é “essencialmente a modalidade visual da nossa relação com o ambiente”.¹⁷⁹ A paisagem é o que nos coloca em relação ao ambiente.

Para Milton Santos, “tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores,

movimentos, odores, sons etc.”. Ainda que coerente com sua visão de espaço e totalidade, tal definição constrange o significado de paisagem à percepção, pois, para Santos, “a dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos”.¹⁸⁰

De fato, a primeira aproximação da paisagem é visual, perceptiva. Entretanto, sua apreensão se dá como uma concepção, como fenômeno puramente intelectual. Besse, a propósito da afirmação de Jackson de que paisagem “é uma construção mental”¹⁸¹, afirma que a paisagem “não existe, objetivamente, nem em si; então ela é relativa ao que os homens pensam dela, ao que percebem dela e ao que dizem dela”.¹⁸² A paisagem existe “na relação que o sujeito individual ou coletivo que a faz existir como uma apropriação cultural do mundo”.¹⁸³

Se os elementos da paisagem estão no ambiente, sua consecução depende de um processo mental de síntese intelectual, psicológica, cognitiva de se aperceber do mundo, de ser e estar no mundo; não há paisagem pronta, não basta que seus elementos estejam à simples disposição, é necessário que alguém os disponha de uma certa forma, de acordo com uma certa visão de mundo e segundo uma certa experiência, pessoal e intransferível que os elabora, organiza e relaciona num horizonte de visibilidade e identidade. Numa paisagem.

A paisagem realiza em síntese os elementos da natureza e os produtos do trabalho e do engenho humano, nela materializados ao longo do tempo. Para existir, toda paisagem depende da ação humana, seja subjetiva, como projeção mental sobre o território, seja objetiva, como concreção de uma ação no território. Assim, a paisagem se estende da circunscrição individual ao campo do comum, do compartilhado, daquilo que é a construção social do espaço, e sua materialização, sendo por isso “uma obra coletiva das sociedades” (JACKSON *apud* BESSE).¹⁸⁴

180 SANTOS, 2008, op. cit., p. 21

181 BESSE, op. cit. p. 14

182 BESSE, op. cit., p. 12.

183 Ibid., p. 13.

184 Ibid., p. 28.

Nesse sentido, só é possível conceber a paisagem como algo correlato, próprio da prática cotidiana, dos lugares praticados comumente, das experiências proporcionadas pelo estar imerso no espaço da vida, pois, como Jackson, “acreditamos hoje que fazer parte de uma paisagem, dela tirar a nossa identidade, é uma condição determinante de nosso estar no mundo, no sentido mais solene da palavra” (JACKSON *apud* BESSE).¹⁸⁵

Se a paisagem é fruto de fluxos sensíveis-perceptivos-cognitivos mentais, é também concreção, configurada na expressão material das resultantes do encontro ou do desencontro das forças e vetores sociais e econômicos, pois, como propõe Besse, a paisagem é também, e antes de tudo, “uma realidade objetiva, material produzida pelos homens”.¹⁸⁶

Fundamentalmente, toda paisagem é cultural, “não essencialmente por ser vista como cultura”, mas por ter sido produzida segundo um “conjunto de práticas (econômicas, políticas, sociais) e valores que, de certa forma, ela simboliza”.¹⁸⁷

Cabe agora perguntar: qual é o papel da paisagem?

Para Augustin Berque, a paisagem não é o ambiente, “mas uma entidade relacional que não aparece senão em certas condições”. Berque propõe uma distinção fundamental entre meio e ambiente. Meio significa “uma entidade relacional, construída por mediações diversas, que se estabelecem entre seus constituintes, tanto os subjetivos como os objetivos”. A paisagem é uma destas mediações; ambiente, o conjunto delas, “animado por um certo sentido que faz com que o meio evolua”.¹⁸⁸

A esse sentido evolutivo, que dá vida à paisagem, Berque chama de mediança. Mediança, mediação, termos que exprimem uma relação dinâmica entre entes diferentes, distintos, postos em referência num mesmo contexto, num ambiente comum. A paisagem, como mediação, promove uma interação entre os elementos do ambiente e aquele que a imagina, que visa a um sentido. Dessa forma, talvez se possa

185 Ibid., p. 29.

186 Ibid., p. 30.

187 Ibid., loc. cit.

188 BERQUE, op. cit., p. 11.

afirmar dizer que a paisagem, como uma das mediações do meio, de acordo com Berque, é, essencialmente, participativa.

Vale lembrar, novamente, de Alexander que, em *A Timeless Way of Building* e *A Pattern Language*, estabelece uma teoria do espaço cuja premissa fundamental é a participação individual do homem num contexto social e coletivo de produção de imagens e concepções espaciais compartilhadas historicamente, significativas e representativas do espaço da vida cotidiana, urbana e rural.

Nesse sentido, a paisagem, como mediação entre sujeito/grupo social e ambiente, exige a coparticipação dos primeiros, que vão atribuir uma racionalidade específica ao segundo, que é base e substância. Dessa forma, o que se propõe aqui é a possibilidade de conceber a paisagem como ato de realização, subjetiva ou objetiva, mas essencialmente participativo, que acolhe, em pensamento ou concreção, experiências e ações, individuais ou coletivas colocadas num contexto maior, comum, que é o espaço nela e por ela representado. Talvez se possa afirmar que a paisagem contém, em sua gênese, o germe da participação.

Assim, é possível pensar a paisagem como algo correlato e próprio da prática cotidiana dos lugares praticados comumente, da experiência proporcionada pelo estar imerso no espaço da vida. A paisagem se estende, assim, ao campo do comum, do compartilhado, daquilo que é a construção social do espaço, e sua materialização, como “uma obra coletiva das sociedades”.¹⁸⁹

Por outro lado, a paisagem é concebida “como uma produção cultural, mas considera a cultura nos níveis espacial e material, isto é, a cultura encarnada em práticas, obras e produções de todo tipo”.¹⁹⁰ Estabelece-se, assim, uma relação entre cultura e paisagem. A paisagem é cultural.

Mas de que paisagem e de que cultura estamos falando? O termo paisagem cultural herda o viés polissêmico do termo original: há paisagem cultural, gastronômica, industrial,

189 Ibid., p. 28.

190 Ibid., p. 29.

musical, patrimonial, artística, urbana, natural, virtual, humana etc. Há todo tipo de paisagem, uma algaravia de sentidos que obriga a definição de um sentido operacional para o termo.

No verbete correspondente, o *Dicionário Iphan do Patrimônio Cultural*¹⁹¹ informa que o conceito de paisagem cultural foi criado na Unesco, em 1992, como uma categoria específica do patrimônio cultural. Posteriormente, sua proteção foi regulamentada pelo Conselho da Europa (1995) e pela Convenção Europeia da Imagem (2000). Em 2009, uma portaria do Iphan incorpora paisagem cultural como uma nova categoria de patrimônio cultural e institui a chancela como instrumento jurídico de proteção.

A visão territorial definiu um traço comum os passos acima. A paisagem é um recorte do território, entendida “sempre como conjunto espacial composto de elementos materiais construídos associados a determinadas morfologias e dinâmicas naturais, formas estas que se vinculam a conteúdos e significados dados socialmente”.

Do ponto de vista da preservação, o que determina o recorte é a “condição peculiar e representativa de determinadas relações estabelecidas entre os grupos sociais com a natureza”. Relações estas tecidas ao longo do tempo, que se revelam “a partir das formas específicas de uso e apropriação da natureza pelo trabalho humano”. E que “podem tanto materializar-se na sua morfologia, como podem ser explicitadas por meio de valores que lhe são atribuídos socialmente”. E, ainda, “a natureza é matéria-prima a partir da qual as sociedades produzem a sua realidade imediata, através de acréscimos e transformações a essa base material”.¹⁹²

Vale observar que o acima exposto contrasta com as definições adotadas pela Unesco em 1992, em que dominava “um conceito cuja origem carrega a ideia da divisão, da separação e dicotomia natural-cultural” contida no pensamento geográfico histórico alemão, no qual “as noções de paisagem

natural e paisagem cultural, (...) naquele momento, aparecem como objetos ou coisas distintas e dissociadas”.

Isso será revisto por Carl Sauer que, em *The Morfology of Landscape* (1925), definia paisagem cultural e a paisagem natural como “duas partes de um objeto que é único, a paisagem.” J. B. Jackson, colaborador de Sauer (cuja produção moldou parte do conhecimento geográfico anglo-saxão), propunha que “(...): a paisagem é um espaço organizado, isto é, composto e desenhado pelos homens na superfície da Terra; a paisagem é uma obra coletiva das sociedades que transformam o substrato natural” (*apud* BESSE).¹⁹³

Jackson entendia a paisagem como algo absolutamente vinculada à vida cotidiana, de tal forma que “hoje fazer parte de uma paisagem, dela tirar a nossa identidade, é uma condição determinante de nosso estar no mundo, no sentido mais solene da palavra”.

Entretanto a Unesco vai definir a categoria paisagem cultural por uma classificação que “retoma contemporaneamente, um conceito cuja origem carrega a ideia da divisão, da separação e dicotomia natural-cultural, já superada em Sauer. Para a instituição, o foco estava em buscar, entre as paisagens, aquelas “às quais é possível atribuir valor como patrimônio, distinguindo-as do restante”. As instituições definem os critérios do que seja uma paisagem cultural que “deve ser protegida e reconhecida como patrimônio cultural, diferenciando-se, portanto, de outras paisagens”.¹⁹⁴

¹⁹³ BESSE, op. cit., p. 29.

¹⁹⁴ Paisagem claramente definida (clearly defined landscape), desenhada e criada intencionalmente pelo homem, que compreende jardins e parques construídos por razões estéticas, podendo estar (ou não) associadas a edifícios ou conjuntos monumentais, religiosos ou não. Paisagem organicamente evoluída (organically evolved landscape), resultante de “um imperativo inicial social, econômico, admirativo e/ou religioso, que se desenvolveu a forma presente pela associação com ou em resposta ao seu ambiente natural”. Tais paisagens refletem esse processo de evolução em sua forma e características componentes. E se desdobram em duas subcategorias: relíquia, na qual o processo evolutivo chegou ao fim, num tempo passado, de forma abrupta ou durante um período; suas características distintivas são, de todo modo, ainda visíveis na forma material; e paisagem contínua, cujo papel social mantém-se “ativo na sociedade contemporânea, associado ao modo de vida tradicional, e na qual o processo evolutivo está ainda em curso. Ao mesmo tempo, apresenta provas materiais significativas da sua evolução ao longo do tempo”. Paisagem cultural associativa (associative cultural landscape),

Sabaté Bel, em artigo¹⁹⁵ em que aborda analiticamente alguns estudos de caso de planos e projetos orientados pelo conceito de paisagem cultural, alguns deles coordenados pelo próprio autor, aponta que, em que pese o importante legado de Sauer e Brickenhoff, a ideia de paisagem cultural “derivou para visões mais descritivas da paisagem”, em que a Unesco passa a adotar, “quase no final do século XX (...), uma preocupação de preservação mais administrativa e política que acadêmica e projetual”.

É interessante observar de que forma, e por que meios, as formas de dominação cultural, exercidas pelas epistemologias dominantes, definem os rumos da pesquisa e da compreensão que temos dos fenômenos espaciais.

Sem os atributos espaciais característicos da cidade industrial oficial, ou sem atributos diferenciais que representam valor na esfera da produção, parece não haver o que reconhecer e valorizar. As periferias metropolitanas, apenas raramente foram objeto de investimentos que não produtivos, isto é, destinados aos outros aspectos da vida em sociedade, continuam a merecer não mais que uma visão assistencialista e de ocasião. A paisagem que constituem, isto é, a forma de mediação adotada pelo espaço metropolitano periférico não é reconhecida como valor, senão como falta ou carência.

Mas isso não corresponde exatamente à epistemologia hegemônica, central, que relega tudo aquilo com o que não se identifica, ou que não quer assumir como parte integrante de um mesmo espaço?

É notável que boa parte dos critérios para a eleição de uma paisagem cultural se assentam na ideia de bem patrimonial físico, seja construído ou natural. A ordem se instaura pela valorização realizada em matéria, obras construídas, conjuntos urbanizados, parques patrimoniais

cuja inclusão na Lista do Patrimônio Mundial é justificada por “poderosas associações religiosas, artísticas ou culturais ao elemento natural, e não às provas culturais materiais, que podem ser insignificantes ou mesmo inexistentes.” (World Heritage Convention, 1992) Acesso em: 25/6/2018

¹⁹⁵ BEL, J. S. Paisajes culturales y desarrollo local: ¿Alta costura o prêt a porter? Labor & Engenho, v.1, n.1, p. 51-76. Campinas, 2007. Disponível em: <www.conpadre.org>. Acesso em: 25/6/2018

industriais, mineiros, têxteis etc., ocorrências naturais (ambiente) “de excepcional beleza”, notáveis *per se*, ou associados a eventos e representações de caráter simbólico, espiritual e transcendental.

Não há referência, entretanto, às paisagens que não contêm ao menos algumas dessas características, permanecendo ocultos os valores que representam outras formas de cultura e paisagem. O que seria mais “raiz” que o vernacular e o orgânico presentes na periferia da periferia, em que a autoconstrução constitui uma linguagem de resistência e afirmação e a urbanização obedece às leis da necessidade? Como categorias de análise, o vernacular e orgânico propostos pelas duas instituições respondem à mesma lógica hegemônica, que não reconhece a existência de outras morfologias que não aquelas que lhe interessam. Ou melhor, que interessam às centralidades, a lhes reforçar o caráter exclusivista.

Como aplicar o conceito de paisagem cultural a um território cuja marca é existir à margem? Qual é a base e substância da periferia da periferia?

Como uma abordagem específica de paisagem cultural, o tema das paisagens industriais tornou-se obrigatório há cerca de 40 anos, quando grandes áreas industriais, em todo o mundo, tornaram-se obsoletas diante dos renovados interesses do capital global, com o suporte das tecnologias de informação.

Besse cita especificamente a paisagem das metrópoles industriais e pós-industriais e seu patrimônio, num momento de profunda inflexão do modo de vida e de produção das sociedades industriais centrais. Por certo, a realidade da transformação dos processos produtivos impôs novas formas e relações espaciais. A exploração do território, em correspondência com a aceleração das transações do capital digital e da informação, e à multiplicação de agentes, fatores e interações em rede, levou a questão locacional a outras escalas, transformado sua lógica.

Instalações e setores industriais, uma vez desativados, se desvalorizam, trazem a questão do destino e da finalidade de seu patrimônio físico nesse novo quadro. Para voltarem

a integrar o processo econômico, deverão ser revalorizados segundo uma outra lógica. “De que forma podemos falar em paisagem das grandes metrópoles industriais e pós-industriais que se desenvolveram com os séculos XIX e XX?”¹⁹⁶

Colocadas numa nova perspectiva histórica e cultural, as paisagens industriais assumem um novo papel no espaço, com novas funções, e se tornam elementos de uma paisagem histórica integrados numa narrativa de resgate e valorização simbólica cultural. São tratadas, então, como paisagens culturais.

Entretanto, a apropriação pelo mercado, sob a forma de produto de consumo turístico, faz com que a história se cristalice pela representação do acúmulo material, em todo seu esplendor. A visão de mundo de uma elite dominante se revela no critério de bens ou conjunto de bens que representam, antes de tudo, a riqueza material acumulada. Privilegia-se o ponto de vista institucional da cultura dominante de extração burguesa, representação de poder simbolizada pela riqueza acumulada como patrimônio, cuja mensagem é o que se quer de fato preservar como memória.

Como vem se dando o enfrentamento dessa forma polarizada de ver a cultura? Como enfrentar essa chave cultural em fórmula supostamente redentora, que é, na verdade, redutora?

Os estudos de caso levados a cabo por Sabaté – alguns deles coordenados por ele próprio – revelam uma cultura hegemônica em ação, calcada nos valores consagrados da produção, e tudo a ela relacionado. O foco está na consagração da realização patrimonial do capital sobre o território, reforçando sua representação e seu valor de imagem.

O meio de produção e a correspondente materialização num espaço representativo consagra não apenas uma realidade instalada no território, mas antes uma escolha narrativa. Mostra-se o que interessa mostrar. Mais uma vez surge um viés determinista no sentido de um interesse de classe, na medida em que o que lhe importa como cultura é a representação de sua hegemonia, ainda que águas passadas.

O conceito de paisagem cultural, já no limiar do século

XXI, se constitui com base em uma crise urbana marcada, entre outros processos, pela questão locacional, função da obsolescência tecnológica dos tecidos industriais existentes, da mudança geográfica das atividades produtivas e do abandono das áreas originais e, em paralelo, pelo crescente interesse pelo turismo cultural. Onde o interesse renovado pelas antigas áreas fabris.

A existência de um patrimônio físico valorizado pela cultura dominante e o interesse pelo seu potencial econômico levaram a uma apropriação do conceito ampliado de patrimônio, com interesses mais amplos e diversificados, não mais restrito a edifícios ou monumentos isolados, como símbolos encerrados em si mesmos, mas estendido ao “legado da experiência e do esforço de uma comunidade, seja material ou imaterial”¹⁹⁷

Sabaté Bel conceitua paisagem cultural como “um âmbito geográfico associado a um evento, a uma atividade ou a um personagem histórico, que contém valores estéticos e culturais”. Ou, “de uma maneira mais simples e bela: a paisagem cultural é a marca do trabalho sobre o território, algo assim como um memorial ao trabalhador desconhecido”.¹⁹⁸ Parece haver um esforço no sentido de resgatar e valorizar as relações históricas entre trabalho, cultura e o território, buscando defesa e contraponto ao apelo avassalador do mercado num certo sentido redentor ético e moral do trabalho. Mas prevalece uma ideia de paisagem que incorpora à ideia de patrimônio fatos e eventos territoriais, note-se bem, a serviço da entronização de uma visão hegemônica da vida e da história do homem na Terra. A paisagem é cultural e seletiva, como se vê.

As observações do autor estão, destarte, condicionadas por contextos históricos, territoriais e profissionais muito distantes daquele representado pelo recorte adotado pela tese, não cabendo, por óbvio, comparação direta. Referem-se a processos sociais e econômicos respectivos aos países centrais hegemônicos, de onde emana a validação institucional pela norma (dita) culta.

O contexto e recorte adotados pela tese, estão, ao

197 BEL, op. cit., p. 53.
198 *Ibid.*, p. 56.

contrário, num território configurado por uma outra ordem histórica de acontecimentos, marcada por um processo de ocupação “desregulado”, pela “irregularidade”, “predatória”, “precária”, cujo papel “periférico” o colocou a reboque do processo de urbanização metropolitana, como lugar do estoque de mão de obra subqualificada que serve ao centro hegemônico.

É possível pensar na paisagem cultural periférica? Não estamos, por certo, buscando os bens patrimoniais reconhecidos segundo a norma (cultura?), ainda que, raros, possam ocorrer esporadicamente na periferia. Talvez aqui resida um conteúdo participativo básico, presente nos sinais do trabalho e do cotidiano do fazer, a “marca do trabalho sobre o território”, o “memorial ao trabalhador desconhecido” desejado por Sabaté Bel.

Mais do que possível, é necessário pensar que há um conjunto patrimonial em formação, uma paisagem respectiva a um assentamento que produz e acumula fatos e eventos espaciais que definem uma cultura local, como tal produtora de seu próprio patrimônio.

Finalmente, os estudos de caso apresentados por Sabaté Bel, ainda que definidos segundo posições culturais hegemônicas, revelam a importância e o significado das ações participativas, fato evidenciado pelo autor em suas conclusões.

Quanto à importância da participação popular:

os residentes constituem os principais recursos. São realmente essenciais em seu futuro, tanto por seus conhecimentos, recordações e história, como por seu entusiasmo, **uma vez que reconhecem o valor do patrimônio acumulado** [grifo nosso]. Porque, definitivamente, são eles a verdadeira e última razão para impulsionar a iniciativa, os principais agentes interessados em valorizar seu patrimônio.¹⁹⁹

A questão participativa passa pelo reconhecimento ou pela adoção comum de valores contidos no território, como patrimônio coletivo. Não é outro o lugar de um bem ambiental; passa, também, por aquilo que o autor chama de autoestima,

199 *Ibid.* p. 62

sentimento capaz de transformar a percepção do território como lugar da crise, para lugar de construção de “um futuro sobre aqueles recursos patrimoniais”.

Os estudos de caso bem-sucedidos incorporaram “seus residentes em seu desenho e na sua promoção. Os melhores projetos analisados são amplamente participativos. O mais importante no início dos projetos é reforçar a autoestima dos residentes”.

Quanto à importância das recordações e da memória viva, recursos culturais básicos ainda mais importantes “quando desaparecem os vestígios de outros tempos, a memória coletiva”, situação na qual “o patrimônio compartilhado e as tradições culturais que valorizam uma comunidade são tão ou mais importantes que os monumentos”.²⁰⁰

Os estudos de caso revelaram uma característica comum: o fato de terem surgido das bases locais. Foram iniciativas de grupos locais vocacionados por valores locais, motivados afetivamente pelo vínculo com o lugar.

Em resumo, parece ser possível pensar numa dimensão participativa da relação do homem-espaco, a partir das ideias de cultura e paisagem.

Historicamente, cultura evoca uma ação humana que projeta continuamente sua energia sobre o solo e que assim produz as condições básicas da vida do homem na Terra. No campo das relações humanas, também um fator de sustentação da vida humana, cultura significa valores éticos e morais transmitidos e assimilados geração após geração, que orientam tais relações. Cultura, passada ou futura, implica herança e porvir, isto é, a possibilidade de cultivar participativamente a história, fazendo do homem o ser histórico que é. Cultura, como registro do homem no território em memória e projeto, mobiliza matéria terrestre e energia humana para realizar uma construção social coletiva. A cultura é essencialmente participativa.

Como construção mental, a paisagem resulta da elaboração intelectual nascida da experiência humana da qual é indissociável. Requer da imaginação humana esforço para dar sentido cognitivo ao ambiente. O ambiente existe *per se*, mas a paisagem é tudo o que dele se vê (SANTOS), isto é, depende de alguém que lhe dirija o olhar e reconheça, através dela, parte do

200 *Ibid.*, p. 63.

4 Das coisas, dos objetos, dos sistemas e das ações

ambiente que cabe na imaginação. Neste sentido, adotamos a posição de Berque: a paisagem é uma das possíveis mediações que constituem o meio, uma “entidade relacional”, construída por diversas formas de relação, ou de mediação. A paisagem seria uma delas, e o conjunto dessas formas de mediação, o ambiente. Assim, a paisagem é uma forma de relação ou mediação pela qual o homem participa do ambiente.

O que nos autoriza a pensar em uma dimensão participativa intrínseca na relação homem-espaço, a reforçar a ideia de uma ação projetual participativa, tal como propõe a tese em relação aos **elr**.

A ideia de que o espaço são seus elementos em permanente relação passa necessariamente pela compreensão do que são tais elementos e como se dão suas inter-relações. Haverá tantos modos de ver e pensar o espaço quanto pensadores que o pensarem.

Até aqui foram abordadas duas dentre as inúmeras formas de ver e pensar o espaço. A primeira, baseada numa metodologia que enquadra, seleciona, organiza e estabelece preliminarmente nexos de relação entre os elementos do espaço, segundo parâmetros rígidos, mensuráveis, científica e supostamente precisos. Tal foi o procedimento metodológico que pautou a abordagem do espaço periférico metropolitano experimentado no processo de revisão do plano diretor de Ferraz de Vasconcelos.

A segunda, já como uma especulação teórica crítica à primeira, abordou o espaço a partir das noções de paisagem e cultura, destacando as relações do homem com o espaço e como parte dele no sentido de sua concepção, de sua formulação. Se a paisagem é mediação entre o homem e os elementos do espaço, como propõe Berque, é também um fazer, um processar, uma produção da cultura humana. A síntese dos elementos do território em paisagem é cultural, elaboração mental processamento dos elementos na construção do espaço ao longo do tempo, cumulativamente.

Entretanto, ambas as abordagens têm em comum o fato de que os elementos do espaço de que tratam são tributários de uma formalização que os fazem contextualmente válidos. O que dizer dos **elr**, solo resíduo que sequer se reconhece, que não tem significado atribuído, do qual nada se exige e que se dá por escusado de qualquer participação no espaço? Como lidar com a contradição expressa pela ocorrência física dos **elr** ante a não existência simbólica e funcional?

Isso nos leva a pensar que há elementos e elementos do espaço. Há elementos que são ativos quanto aos significados que assumem, às funções que exercem e ao sentido que fazem no espaço. Há outros, entretanto, que, destituídos de função e sentido, carecem de significado e subsistem no espaço como hiatos, cujo significado está por ser revelado.

Como explicar o fenômeno? É necessário descrevê-lo antes para depois explicá-lo, pois, como declara Milton Santos, “descrição e explicação são inseparáveis. O que deve estar no alicerce da descrição é a vontade de explicação, que supõe a

existência prévia de um sistema”.²⁰¹

A descrição se desenvolve em capítulo subsequente, por meio de uma pesquisa cartográfica que busca descrever o processo de transformação dos espaços livres em área urbanizada, em diferentes escalas: metropolitana, regional, municipal e local, no sentido de identificar o processo de fragmentação dos espaços livres e a incidência de um tipo de elemento da paisagem metropolitana periférica ainda indeterminado quanto ao seu sentido e função espaciais.

Um limbo conceitual

Não parece possível ao **elr** o estatuto de elemento do espaço, que requer ou supõe localização, atributos e funções que o qualificam num dado contexto. Como objeto de estudo desta tese, há que qualificá-lo. O primeiro passo será, pois, superar por transcendência a ausência de referências conceituais e de atribuição de valores que marcam o **elr** ao perceber nele possibilidades de uso e possíveis funções mediante atribuição de valores em perspectiva. Como ensina Milton Santos: “Transcender não é escapar... A possibilidade de transcender sem transgredir depende de sabermos, e de sabermos muito bem, qual é a superfície do real de que estamos tratando ou, em outras palavras, qual é o objeto de nossa preocupação.”²⁰²

Falar do que existe-mas-não-existe exige transcendência, ato de superação dos limites do suposto real em direção a uma concepção de mundo que revele intuitivamente aquilo que agora vemos apenas como possível, mas que conceitualmente realizamos, isto é, tornamos real.

Começamos pelas evidências disponíveis. É certo que esses fragmentos do espaço urbanizado periférico não são inertes, sofrem e suportam a ação dos fluxos naturais, abrigam e produzem flora a partir de semente e esporo trazidos por ventos e pássaros, que vão germinar e fazer crescer nesses espaços formas de vida do universo natural: árvore, arbusto,

201 I SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª. ed. 4ª. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Edusp, 1996, p. 32.

202 Op. cit. p. 37

forração. Possivelmente, darão abrigo a fauna diversa.

Há natureza na cidade²⁰³, mas mesmo o fluxo natural, contínuo e inexorável, não é suficiente para conferir um estatuto de existência a tais fragmentos no espaço urbano periférico, que resistem opacos, relegados a uma semiexistência à parte das atividades, dos fazeres e dos sentidos da vida social que animam o lugar.

O que são, afinal, esses pedaços incomunicáveis de solo? A tese adota a denominação de espaço livre residual, residindo na expressão que o nomeia uma primeira tentativa de classificação: espaço livre. Oportuno partir dos conteúdos produzidos pela pesquisa do Laboratório da Paisagem – Quapá SEL, que abordam extensiva e profundamente a questão dos espaços livres.

Segundo Miranda Magnoli, são classificados como espaços livres todos aqueles que são “livres de edificação”, isto é, “todos os espaços descobertos, sejam eles urbanos ou não, vegetados ou pavimentados, públicos ou privados” (*apud* QUEIROGA)²⁰⁴. Ainda que abrangente, tal definição não parece suficiente no sentido de uma classificação do fragmento espacial que se quer classificar. Pois, se é certo que os **elr** são destituídos de qualquer forma de edificação, o são também das relações socioambientais que permitiriam posicioná-los como elementos urbanos de alguma forma relevantes ou significativas no espaço que os contém.

Destituído de valor e de relações com o entorno, ressaltada a relação natural-ambiental compulsória que os fluxos ambientais naturais impõem, não se pode atribuir ao **elr** quer o estatuto de ente público, quer o de ente privado. Como fragmento resultante de um processo de urbanização incompleto, que não conheceu plano ou regra, o **elr** não é objeto de ação por parte do poder público, que, por não o reconhecer, dele não se apropria. E, tampouco, foi ou é objeto de posse ou ocupação por parte da população em função de condições muito adversas do sítio quanto ao meio físico (topografia,

solos). Se não é possível ocupar, não há nada a fazer com ele. Se não valor de troca e de uso, não há valor algum.

Não sendo, portanto, objeto de interesse público ou privado, torna-se difícil enquadrá-lo de forma consistente na consagrada definição de Magnoli, que apõe ao estado de “livre de edificação” um estatuto relacional: “público ou privado.”

Tudo indica que nosso personagem está à espera de uma definição ou um conceito que permita e sustente desenvolvimentos teóricos e propositivos ulteriores.

Por outro lado, as investigações de campo e, ainda, a exploração cartográfica que segue mostram que a ocorrência desse tipo de fragmento espacial no espaço periférico metropolitano é frequente o suficiente para que se possa enxergá-lo em formação ou conjunto. Sem esquecer que uma definição de seu elemento fundador ainda está por ser feita, a constatação do fato em escala territorial indica a possibilidade de pensá-lo como um sistema, no caso, subsistema do sistema de espaços livres.

Queiroga nos lembra, a partir de Morin²⁰⁵, que o termo “sistema” abriga sentidos diversos e simultâneos, como “unidade, multiplicidade, totalidade, diversidade, organização e complexidade”, implicando seus elementos em inter-relações que “constituem uma organização e uma estrutura relativamente estável, que caracteriza o objeto complexo (o todo sistêmico)”. Tal organização é determinada por relações que, em tensão dialética, “definem o sistema”, alterando-o e à sua estrutura para, quem sabe, fazê-lo perene ou promover “sua dissolução.” Nesse sentido, a ideia de sistema está vinculada à ideia de processo dinâmico, ente em permanente movimento.

O conceito de sistema de espaço livres (SEL) urbano proposto pelo autor baseia-se na ideia de “elementos e as relações que organizam e estruturam o conjunto de todos os espaços livres de um determinado recorte urbano – da escala intraurbana à regional”, contendo, portanto, “todos os espaços livres urbanos existentes num determinado recorte escalar, independentemente de sua dimensão, qualificação estética, funcional e fundiária”, que vincula os aspectos “funcional e organizacional (socioambiental)”.

²⁰⁵ Ibid., loc. cit.

Seguindo nessa linha de pensamento sistêmico, é necessário estabelecer projetivamente as possíveis relações do **elr** com a social, isto é, como produto da ação social, que é exatamente o que caracteriza o espaço urbano. Uma definição sistêmica do **elr** depende também das possíveis relações intra e intersistêmicas que constituem o espaço urbano.

A cidade, sistemas de subsistemas, supõe um sistema de espaços livres em permanente “processo de transformação e adequação às novas demandas e pressões da sociedade (empresas, instituições, classes e grupos sociais)”, cujas respostas serão função da disponibilidade “de recursos, dos padrões culturais existentes e, sobretudo, das decisões políticas que podem levar a eventuais processos de qualificação ou desqualificação de tais sistemas”.

Para Queiroga, um sistema de espaços livres urbano tem valor essencial para a existência da cidade, porque é “fundamental ao desempenho da vida cotidiana, (...) na constituição da paisagem urbana, (como) elemento da forma urbana, da imagem da cidade, sua história e memórias”, e como partícipe constituinte da “esfera de vida pública e da esfera de vida privada”.²⁰⁶

Tais considerações, somadas àquelas feitas por Reis Filho e Meyer quanto ao padrão de espaço periférico, sugerem uma possibilidade de sentido e de função aos **elr**, na perspectiva de sua qualificação individual e sistêmica, e através delas, a requalificação do espaço urbano metropolitano periférico, com a constituição de um subsistema de espaços livres com base nos espaços livres residuais já qualificados.

Parece-nos possível adotar tal definição de sistema de espaços livres urbanos, mas continuamos carentes de uma delimitação mais precisa do que seja o **elr**, um tipo especial de espaço livre cuja especificidade está em sua origem e num caráter opaco que parece impedir uma definição operacional.

Em *Seis personagens à procura de um autor*, de Luigi Pirandello, os personagens entram no palco, atuam, mas vivem uma vida que ainda está por ser escrita, assim como o nosso personagem busca, numa definição, sua razão de ser. Os **elr** abrigam parte dos processos naturais, mas tal função não lhes

²⁰⁶ Idem. Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras. Resgate, vol. XIX, nº 21, jan./jun. 2011, p. 26

confere valor de uso reconhecido. Estão ligados ao processo de produção do espaço urbano periférico, mas não têm valor de troca. Como superar tal condição?

Sobre coisas e objetos

Nesta verdadeira saga intelectual que Milton Santos empreendeu para uma renovação do pensamento geográfico, buscou-se definir, à luz da geografia crítica, o objeto de estudo da geografia. O que seria um objeto geográfico? Seria ele o fim em si mesmo da disciplina? Ou seriam as relações entre objetos geograficamente definidos que constituiriam o *corpus* disciplinar desejado?

De modo análogo, a tese busca uma definição daquilo que elegeu como objeto de estudo. Partiremos da distinção que o autor faz entre coisas e objetos. As coisas seriam “produto de uma elaboração natural”, um “dom da natureza”, enquanto os objetos seriam o produto de uma elaboração social. Henry Focillon, citado por Santos²⁰⁷, postula que “as coisas – formas naturais – são obras de Deus, enquanto os objetos – formas artificiais – são obras dos homens”.

Santos convoca também J. Monod, que, ao opor “rochas, montanhas rios e nuvens” a artefatos como “uma faca, um lenço ou um automóvel”, observa que “a diferença entre objetos naturais e objetos artificiais aparece sem ambiguidade para todos nós”, sendo julgamentos que “não são imediatos, nem estritamente objetivos”, pois são feitos mediante “uma referência à nossa própria atividade, consciente e prospectiva”.

Desse modo, “é mediante a referência à nossa própria atividade, consciente e projetiva, intencional e propositiva – isto é, como produtores de artefatos – que julgamos da naturalidade ou da artificialidade de um dado objeto” (MONOD *apud* SANTOS)²⁰⁸.

Aqui, interessa salientar que, a partir da nossa atividade e do nosso julgamento é que será possível estabelecer, para o **elr**, relações entre o natural existente e o artificial como projeto, em que intenção e proposição nos qualificarão como produtores de artefatos, e aos **elr**, como objetos. É oportuna a

²⁰⁷ SANTOS, 2008, op. cit., 64

²⁰⁸ Ibid., p. 65.

²⁰³ SPIRN, op. cit.

²⁰⁴ QUEIROGA, E. F. Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros. São Paulo, 2012, 284 p. Tese de livre-docência. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 25.

menção que Santos faz de V. de M. Vilhena, que cita Messer, filósofo que postula que “um objeto é tudo aquilo a que se pode dirigir a nossa consciência” (VILHENA *apud* SANTOS)²⁰⁹.

Mas não se descarta uma “classificação mais intuitiva entre objetos e coisas” uma vez que, como lembra Santos, “hoje, e cada vez mais, os objetos tomam lugar das coisas”,²¹⁰ pois se “no princípio tudo eram coisas (...) hoje tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam a ser, também, objetos”. Vale destacar, aqui, a passagem de um sistema natural de coisas para um “verdadeiro sistema de objetos”.²¹¹

Não se pode conceber o objeto isoladamente, como entidade autônoma. Jean Baudrillard, citado por Santos, conceberá o objeto numa visão sistêmica: um sistema de objetos. Antes dele, Sauer defenderá a ideia de que “os objetos existem em correlação”. Haveria, desse modo, uma “ecologia dos objetos”, que Abraham Moles, igualmente citado por Santos, concebe como resultante de uma “tarefa interdisciplinar” de “descrição das populações de objetos”, no sentido da “construção de uma demografia de objetos”.²¹²

Mas, “ao contrário da ecologia propriamente dita, em que as espécies são fixas, aqui novas espécies estão sempre surgindo. Desde que **escolhidos e localizados** (grifo nosso), numa casa ou numa paisagem, os novos objetos, com suas características de idade, funcionais, de comportamento, renovam o sistema local de relações redefinindo o meio que os acolhe”.

Parece ser este o nosso caso. Há uma coisa no espaço que, em processo, deverá revelar um novo, mas não necessariamente inusitado objeto, com o potencial de renovar o “sistema local de relações” da paisagem, a redefinir o espaço em que se insere.

Tentemos então definir nosso objeto de estudo – o espaço livre residual – à luz dos conceitos recolhidos da leitura

209 Ibid., p. 67.

210 Ibid., p. 65.

211 Ibid., loc. cit.

212 Ibid., p. 70.

das elaborações de Santos. Em primeiro lugar, há um hibridismo nos resíduos espaciais da urbanização periférica: muitos dos exemplares flagrados nas explorações do território delimitado pelo recorte desta tese, o município de Ferraz de Vasconcelos, apresentam processos ambientais de regeneração de flora, fazendo com que, de fato, sejam “produto de uma elaboração natural”. E ainda que sejam resultado de um processo social, porque toda cidade e toda urbanização o são, restam como resíduos de um processo de urbanização incompleto.

A nuance de natureza do **elr** não permite compará-lo a rios, montanhas e céus, que definem formas naturais de certos elementos do espaço, absoluta e diretamente relacionados à criação natural ou divina, classificações estas que dependem do nível de transcendência ou fé a que cada um se permite, presentes desde sempre na ideias mais ou menos divinatórias de Terra, mãe-natureza etc.

Espaços livres residuais são produtos da incompletude talvez atávica dos processos espaciais que ocorrem na periferia da metrópole, havidos e agidos sobre o território. Sua distinção se faz mediante um julgamento baseado numa lógica e numa razão que se supõem objetivas. Como nos lembra Monod (*apud* SANTOS) tal julgamento não decorre da simples aplicação de uma lógica, não sendo, portanto, estritamente objetivo, porque tem por referência a atividade humana consciente da condição existente, prospectiva quanto às possibilidades em perspectiva, intencional como prática cotidiana e propositiva na eterna condição do vir-a-ser, num processo em que, como “produtores de artefatos”, produzimos os juízos de valor (coisa/objeto, natural/artificial) com os quais (re)conhecemos os elementos, a partir dos quais se pode ou se pretende construir uma noção operativa de espaço.

Uma sistematização categorizada dependerá sempre de um julgamento, seja de métodos, procedimentos ou valores, numa elaboração intelectual do mundo sensível colocado em termos de sistema ou conjunto normativo de referência, segundo critérios preestabelecidos. Nesse sentido, concordamos com Santos, que diz que tudo tende ao objeto, pois as coisas, assimiladas e submetidas aos desígnios sociais, se transformam em objetos. Será objeto tudo aquilo a que se possa “dirigir nossa consciência” (MESSER *apud*

BOSI), talvez a “consciência grupal operosa e operante que desentranha da vida presente os planos do futuro” a que se refere Bosi. Numa palavra: cultura.²¹³

Neste ponto a coisa, isolada do espaço, não se pode conceber como objeto, pois não objeto isolado no espaço, isto é, infenso e imune às relações que o caracterizam como tal. A ideia de uma ecologia dos objetos, como proposta por Moles, supõe o reconhecimento de um objeto individual em relação aos demais. A existência reconhecida dos objetos se sustenta, portanto, na pluralidade e nas relações que estabelecem entre si, a formar um conjunto organizado, isto é, um sistema, que se define como a “reunião dos elementos que, concretos ou abstratos, se interligam de modo a formar um todo organizado”, segundo definição do verbete correspondente do dicionário Michaelis.²¹⁴

Da necessidade da ação

Por outro lado, a transformação de coisa em objeto implica mudança de estado do ente em questão, que só é possível mediante a aplicação de uma força, uma energia intencionada e direcionada. “A ação é subordinada às normas (...) e a realização do propósito reclama sempre um gasto de energia.”²¹⁵

A ação humana, aplicada às coisas, resulta nos objetos, e não há, no território, ação humana isolada. O homem, ser social, age num âmbito coletivo mais ou menos organizado, caracterizado pelas práticas culturais cumulativas em ações permanentemente repetidas e renovadas, a constituir a própria cultura. As ações humanas também se organizam em sistemas.

Santos aponta que objetos e ações “são reunidos numa lógica que é, ao mesmo tempo, a lógica da história passada (sua datação, sua realidade material, sua causação original) e a lógica da atualidade (seu funcionamento e sua significação

213 BOSI, 1992, op. cit., p. 16.

214 MICHAELIS - Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa - Disponível em:< <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/sistema/>> Acesso em: 20;7;2019

215 SANTOS, 2008, op. cit., 79.

presentes)”. E, ainda: “Trata-se de reconhecer o valor social dos objetos, mediante o enfoque geográfico. A significação geográfica e o valor geográfico dos objetos vêm do papel que, pelo fato de estarem em contiguidade, formando uma extensão contínua, e sistemicamente interligados, eles desempenham no processo social.”²¹⁶ (SANTOS, 2008, p. 78) Significação e valor constituem o nexa espacial do objeto.

A obra em referência discute a constituição de uma disciplina geográfica, e coloca em questão a necessidade da definição de um objeto geográfico em si. Como reconhece o autor, há muitos objetos geográficos, o que o leva a concluir, ao contrário, por um “sistema de conceitos (...) que dê conta de um todo e das partes em sua interação” e a considerar o espaço geográfico como “a soma indissolúvel entre sistemas de objetos e sistemas de ações.”

Transportando tal discussão para um âmbito mais geral ou comum, acolhe-se a ideia de que o valor e o significado dos objetos no espaço são relativos ao lugar que têm no processo social. Os espaços livres residuais, em perspectiva de requalificação, isto é, de mudança de estado de coisa para objeto, dependem do papel que poderão vir a desempenhar socialmente. Como observa B. Siegler (*apud* SANTOS)²¹⁷ em relação à linguística, “é o ponto de vista que cria o objeto”.

Como se vê, existem ações e ações. Existem aquelas que são intelectuais e subjetivas, como um ponto de vista que inaugura e anuncia abstratamente um objeto a partir de uma coisa. E aquelas que são práticas, de objetivação e de concreção objetivadas, que juntam energia à matéria original e resultam nos materiais do território.

De que ação se fala? Giddens, citado por Santos, faz distinção entre a ação com intenção, que diz respeito à prática diária, e a ação com propósito, que “supõe ambições ou projetos de longo prazo”. G. Berger, também citado por Santos, alude ao componente essencial da ação, o tempo, observando que “o tempo da ação é o tempo do projeto”, sendo o projeto uma ação que supõe o reconhecimento antecipado “do que fazer, como fazer, o conjunto de tarefas e suas etapas, isto é, sua ordem”.

216 Ibid., p. 78.

217 Ibid., p. 77.

É interessante a alusão comparativa que o autor faz ao sonho, distinguindo-o do projeto, com o qual não se confunde, uma vez que o sonho se exprime por imagens que respondem diretamente aos desígnios da psique, não sendo necessário “saber o que fazer, nem como fazê-lo”, restando inútil “essa ideia de conjunto, essa urgência de etapas”. O sonho não comporta “um tempo objetivo” (nem poderia, posto que sonho é). O projeto, pelo contrário, implica a preparação da execução mediante procedimentos metodológicos “fundados numa ordem”. “É somente assim que uma ação projetada se torna eficaz.”²¹⁸

Na ensejada qualificação dos **elr**, as coisas (os resíduos espaciais) devem ser transformadas em objetos, investidas de energia direcionada, isto é, de ações intelectuais (conceituais) e práticas (objetivadas), ações com propósito, isto é, ações de projeto.

Entretanto, às ações cabe mais uma distinção, e isso nos interessa de perto. Santos alerta para o fato de que, no mundo globalizado, as ações “são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar”. As decisões mandatórias, que determinam as ações, obedecem a interesses outros que não aqueles correspondentes às demandas e necessidades do lugar, exatamente onde se farão sentir seus impactos. Veja-se, mais uma vez, o caso de Ferraz de Vasconcelos, onde a alça leste do Rodoanel paulistano passa junto à divisa com o município de Suzano. Os impactos ambientais ocorrem no lugar, mas (por um atavismo irônico) a infraestrutura concede acesso somente a Suzano, deixando o município literalmente à margem dos potenciais benefícios que a obra poderia lhe trazer. É o que Santos chama de “alienação regional”, fruto “desse distanciamento e dessa esquizofrenia no processo criador de eventos”.²¹⁹

A distância entre origem e destino da ação não apenas passa ao largo do lugar, como também age de modo contrário aos interesses locais, e ignora por completo qualquer possibilidade de ação por parte dos atores locais. Daí uma distinção importante “entre atores que decidem e os outros”. Quem decide “é aquele que pode escolher o que vai ser

difundido e, muito mais, aquele capaz de escolher a ação que, nesse sentido, vai se realizar”²²⁰.

E quem decide? Naturalmente, como aponta Santos, a propósito da observação de Masini, “os grandes decididores, os governos, as empresas multinacionais, as grandes agências de notícias, os chefes de Estado, os chefes religiosos” e (atualizando um texto que foi publicado em 1996) as organizações políticas não partidárias ligadas ao capital corporativo financeiro e, particularmente no espaço periférico metropolitano, as organizações criminosas dedicadas ao tráfico de armas e drogas.

Isto implica limites às ações do homem comum, que na maioria das vezes acaba sendo “apenas o veículo da ação”. Isso descreve muito bem o que vivemos hoje no mundo, em que contingentes humanos robotizados agem segundo desejos programados, estimulados remotamente para o consumo, ou em nome de interesses políticos definidos segundo interesses particulares, não raro escusos, que os distanciam da ação consciente, crítica e racional.

Tais ideias guardam relação direta com a questão da participação que, ao contrário, supõe autonomia e ação consciente, uma “ação racional deliberada” em relação ao espaço da vida e ao papel efetivo de ator condutor da ação, vinculada ao interesse direto do usuário e ao seu corpo mesmo, “um instrumento de ação”. Assomam as noções de lugar e de escala como componentes de uma ação que se baseia numa racionalidade própria, endógena, respectivas às demandas e aos significados locais, como antídoto ou resposta às racionalidades exógenas, alheias ao lugar.

É importante lembrar que a ação não é movida apenas pela razão. Nesse sentido, Habermas (*apud* SANTOS)²²¹ convoca, que conceitua “atividade instrumental” como relacionada com o trabalho e “atividade comunicacional”, por sua vez relacionada às trocas simbólicas.²²² Na mesma linha, Braun e Joerges (*apud* SANTOS)²²³ sugerem a existência

²²⁰ Ibid. loc. cit

²²¹ Ibid., p. 78

²²² Ibid., p. 81.

²²³ Ibid., p. 82.

de três tipos de agir: técnico, respectivo às interações de natureza técnica; formal, submetido aos formalismos jurídicos, econômicos e científicos; e simbólico, que se manifesta pelos afetos, pelas emoções, pelos costumes, segundo “modelos gerais de significação e de representação”. A partir dessa concepção do agir, Santos, propõe que o cotidiano se daria segundo “essas três ordens: a ordem da forma técnica, a ordem da forma jurídica e a ordem do simbólico”, em que as duas primeiras “impõem-se como dados”, isto é, se estruturam pela razão. Mas da última, a ordem do simbólico, é que emana “a força de transformação e mudança, a surpresa e a recusa ao passado (...), onde o que é força está na afetividade, nos modelos de significação e representação”.

Aqui, um ponto central para a tese, que coloca a relação entre consciência e lugar: Santos destaca a “importância do lugar na formação da consciência”, devido à inseparabilidade dessas formas do agir, “ainda que, em cada circunstância, sua importância relativa não seja a mesma”.

A concepção miltoniana de objeto geográfico, contida em sua geografia, reitera o aspecto fundamental da ação humana, que lhe é própria e exclusiva, posto que apenas ela tem objetivo, finalidade e propósito. A natureza, presença compulsória nos **elr**, não basta para defini-los espacialmente, uma vez que a natureza “não tem ação porque ela é cega, não tem futuro”. Assim, as necessidades “materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas”, resultam nas ações, motivam e movimentam o homem e “levam a funções” que se realizam pelas formas sociais e “conduzem à criação e ao uso de objetos, formas geográficas”.²²⁴

Comunicação em ação

Como elemento do espaço, o objeto demanda ação. Dada a histórica condição de espaço relegado da periferia metropolitana, condição replicada e ampliada na periferia da periferia, que define o recorte desta tese, nos leva a pensar que o **elr** dificilmente poderá vir a ser objeto de ação de política pública institucional. Talvez apenas a ação organizada a partir de uma base social popular, e objetivada num projeto participativo, possa efetuar a transformação do **elr**-coisa em

²²⁴ Ibid., pp. 82-83.

objeto do espaço, tendo por pressuposto o interesse do grupo social local na sua qualificação.

Isso implica o estabelecimento de consenso mínimo sobre as formas, os objetivos e o tipo de investimento necessário do grupo social para uma ação coletiva concatenada. Retomamos a metáfora miltoniana, segundo a qual o espaço é o casamento indissolúvel de um sistema de ações e um sistema de objetos. No processo de transformação da coisa-**elr** em objeto, a ação é coprotagonista da narrativa espacial e se viabiliza pelo esforço socialmente acordado e compartilhado.

Pensar utopicamente (sim, utopicamente) numa ação participativa configurada como ação de projeto participativo, a ocorrer no espaço urbano onde a urbanização ocorreu de modo incompleto, como é o caso dos setores periféricos da expansão metropolitana, demanda recursos e referenciais teóricos que permitam pensar as relações sociais em nova chave.

De qualquer forma, a crise do Estado persiste como realidade e tema. Não há que ter ilusões, como antes se afirma. Nestes tempos de recidiva ultraconservadora, por vezes declaradamente fascista, a elite e o Estado por ela dominado jamais vão considerar com efetiva equidade o contexto ao qual se refere a particularidade espacial que a tese explora. Por princípio, o “resgate do limbo espacial” do **elr** não pode contar com qualquer iniciativa transformadora do poder e suas instituições.

Neste ponto, o possível, como modo de ver e pensar o **elr**, está em pensar numa forma de ativação deste espaço que supõe uma mobilização de um grupo social diretamente interessado, mediante um processo participativo que abarque, inclusive, a concepção e o projeto do objeto futuro.

De saída, um problema de ordem cultural. O termo “projeto”, num recorte definido pela atividade de arquitetos e urbanistas – o projeto do espaço urbano, em quaisquer de suas escalas, carrega um centralismo atávico, expresso numa relação preferencial histórica de dominação do objeto pelo sujeito, orientada ao sucesso, isto é, a objetivos determinados autocraticamente por um indivíduo iluminado, mais ou menos

²¹⁸ Ibid., p. 80.

²¹⁹ Ibid., loc. cit.

articulado a um grupo de poder. O que aqui se define como “projeto de autor”, ao qual a tese opõe o “projeto participativo”.

Por “projeto de autor”, entende-se como um ato de consciência, de um ser onipresente, a subordinar o objeto ao sujeito onisciente. O “projeto participativo”, por sua vez, supõe uma consciência em formação no âmbito de um processo coletivo, compartilhado, no sentido de um objetivo comum.

A ideia de “projeto participativo” significa fazer a crítica a tal posição, e decorre da percepção da necessidade de uma articulação social alternativa ao sistema político representativo, que, atrelada ao Estado, mostra-se, na situação social, cada vez mais tolhido, senão incapacitado a dar respostas às demandas sociais. Os movimentos sociais, que emergiram a partir dos anos 2000, mostram, por outro lado, o poder dos desejos e das necessidades individuais articulados num âmbito coletivo social.

Se o “projeto” projeta, isto é, lança antecipadamente, de forma virtual, sobre o território, propostas formais de resolução das demandas e desejos do homem, o “projeto participativo” também o faz, mas legitimado, desde seu início, pelo encontro das questões comuns colocadas por uma ação projetual participativa.

Aqui, a tese passa a dialogar com alguns conceitos básicos extraídos da Teoria da Ação Comunicativa, de Jürgen Habermas, aprofundando, dentro dos limites desta tese e das limitações de seu autor, à pista-provocação contida na citação que Milton Santos faz de Habermas, em diálogo com seu desenvolvimento teórico acerca da ação como fundamento elementar do espaço.

O texto de referência²²⁵, que explora as elaborações teóricas do filósofo alemão em relação aos modelos e processos organizacionais educacionais, aponta a encruzilhada a que chegou o processo de evolução social, em que o Iluminismo, que surge no séc. XVII

na forma da razão científica, como o grande agente de libertação social, de conquista da maioria pelo ser humano, de destruição dos mitos, transforma-se ele próprio em um novo mito e consolida-se enquanto ideologia de dominação que legitima a sociedade capitalista. A

dominação do homem sobre a natureza, converte-se em dominação do homem sobre o homem, em mundo administrado em nome da técnica.²²⁶

O que está em jogo é a superação de um impasse filosófico da teoria social, desenvolvida por pensadores como Weber, Adorno, Horkheimer e outros, em que “um conceito restrito de razão” leva a uma indistinção entre “o processo de modernização capitalista, que é calcado na razão instrumental” e “a própria razão societária”. Ao confundir “racionalidade do sistema com racionalidade da ação”, restou ao pensamento filosófico contrapor a artificialidade das relações humanas “à espontaneidade livre da reificação” (isto é, a coisificação de tais relações), incorporando às estratégias do pensamento filosófico forças “irracionais”, da ordem do emocional, tais como o carisma (Weber) ou a arte (Adorno).

Nas palavras de Habermas, “... eu pretendo arguir que uma mudança de paradigma para o da teoria da comunicação tornará possível um retorno à tarefa que foi interrompida com a crítica da razão instrumental; e isso nos permitirá retomar as tarefas, desde então negligenciadas, de uma teoria crítica da sociedade” (*apud* PINTO).

Nesse sentido, Habermas propõe uma mudança de paradigma, do paradigma da consciência para o paradigma da comunicação, em que o paradigma da consciência se refere a um homem que constrói, solitariamente, uma compreensão do mundo segundo um arcabouço normativo geral a revelar “a unidade encoberta sob a diversidade aparente”, mediante a subordinação do objeto ao sujeito da ação de pensar o mundo. Aqui reside a questão da contradição contida na ideia de “projeto de autor”.

Entretanto, constatada uma situação limite para a crítica filosófica da razão instrumental, Habermas propõe superá-lo mediante um novo paradigma, o da racionalidade comunicativa, que pretere “a relação de um sujeito solitário com algo no mundo objetivo que pode ser representado e manipulado” em favor de uma “relação intersubjetiva, em que sujeitos que falam e atuam, assumem quando buscam o entendimento entre si, sobre algo” (HABERMAS *apud* PINTO).²²⁵

²²⁵ Ibid., p. 79.

Entre as duas formas de razão, há diferenças fundamentais. A razão instrumental “estrutura-se no uso não comunicativo do saber em ações dirigidas a fins”. A razão comunicativa, por sua vez, caracteriza-se por procedimentos intersubjetivos, cujas “pretensões de validade” são suscetíveis a crítica e pautadas, num processo de comunicação mediado pela linguagem, por “três critérios de alcance universal (...)”: a) a veracidade da afirmação, referida aos fatos do mundo objetivo, cuja existência, em sua totalidade, pode ser verificada; b) correção normativa, respectiva a um mundo social, seus atores e “a totalidade das relações interpessoais que são legitimamente reguladas”; c) autenticidade e sinceridade, relativas a um mundo subjetivo, constituído “pela totalidade das experiências do locutor, às quais, em cada situação, apenas ele tem acesso privilegiado”.²²⁶

Aqui, vale destacar a ideia de “pretensão de validade”, que se opõe à ideia de “verdade proferida”, componente indispensável da posição autocentrada a que se refere o “projeto de autor”. A primeira supõe a validação de um proferimento como passível de elaboração crítica; a segunda implica uma definição preliminar, e por isso mesmo dogmática, do que é válido.

Tais critérios implicam concepções de mundo diferenciadas. Habermas distinguirá o mundo objetivo, o mundo social e o mundo subjetivo. É isso, exatamente, o que separa o pensamento mítico, que não os distingue, do pensamento moderno, segundo o qual “as interpretações variam com relação à realidade social e natural, e as crenças e valores (...) em relação ao mundo objetivo e social”.

Tal conceito pretere uma relação cognitiva estabelecida no par sujeito-objeto, em favor de uma relação estabelecida

num processo cognitivo intersubjetivo, possível apenas “com a progressiva descentração de nossa visão egocêntrica de mundo”. Novamente surge a questão do “projeto de autor”. O termo “descentração”, como seu oposto “centração”, estão referidos à teoria piagetiana, segundo a qual “centração” expressa a tendência de concentrar-se em um aspecto de uma situação exclusivamente, em prejuízo de outros, como ocorre num estado primevo (ou pré-operatório) do desenvolvimento

²²⁶ Ibid., p. 80.

da personalidade. “Descentração”, por sua vez, abarca o pensar simultâneo nos múltiplos aspectos que compõem uma dada situação. Para Piaget, “crianças em idade pré-escolar chegam a conclusões ilógicas por não saber descentrar. A centração pode agir como um limite no pensamento das crianças sobre relações sociais e físicas”.²²⁷

O “projeto de autor” responde, em certa medida, à lógica da “centração”, em que a relevância dada ao aspecto de “autoria” resulta num procedimento limitado ao alcance do autor e, inevitavelmente, a uma visão egocêntrica do mundo. Já o “projeto participativo” implica descentração automática, resultado de vários pensares simultâneos a compor uma nova situação comumente acordada.

Assim, superada a visão mítica de caráter unificador assumida na relação sujeito-solitário-onisciente-onipresente-dominante quanto a um objeto cognoscível, respectiva à razão instrumental, torna-se necessária uma ação de comunicação no sentido do entendimento dos atores envolvidos, quanto a “pretensões de validade criticáveis”. Define-se aqui a distinção entre ação comunicativa e ação orientada para o sucesso.

A ação comunicativa ocorre

(...) sempre que as ações dos agentes envolvidos são coordenadas, não através de cálculos egocêntricos de sucesso, mas através de atos de alcançar o entendimento. Na ação comunicativa, os participantes não estão orientados primeiramente para o seu próprio sucesso individual, eles buscam seus objetivos individuais respeitando a condição de que podem harmonizar seus planos de ação sobre as bases de uma definição comum de situação. Assim, a negociação da definição de situação é um elemento essencial do complemento interpretativo requerido pela ação comunicativa. (HABERMAS *apud* PINTO)²²⁸

Algumas noções contidas na citação merecem destaque. Ao propor a transformação do **elr** em objeto por meio de um projeto participativo, isto é, de um processo coelaborativo, não

²²⁷ AZEVEDO, T. O que é centração e descentração para Piaget? Disponível em: <<https://psicoativo.com/2016/05/centracao-e-descentracao-piaget.html>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

²²⁸ PINTO, op. cit., p. 80.

cabe pensar na valorização do desempenho do indivíduo com vistas ao sucesso individual, pois o objetivo é de outro âmbito. O indivíduo deve buscar, dentre seus objetivos individuais, aqueles que possam contribuir para uma “definição comum de situação” e para a construção de objetivos socialmente compartilhados. Nessa prática, em que a negociação entre participantes é fundamental, o exercício é democrático.

Definição de situação significa definição do contexto em que a ação comunicativa com vistas ao entendimento pode se dar. Ou seja, as contribuições ou pronunciamentos (lembrando do referencial teórico linguístico utilizado por Habermas) dos participantes devem partir do conhecimento acumulado individualmente com base num arcabouço cultural consensual.

É o que Habermas define como mundo da vida, outro conceito fundador da teoria da ação comunicativa, entendido como “o contexto não problematizável, o pano de fundo que propicia os processos de se alcançar o entendimento”. Trata-se de um saber implícito, de sentido cotidiano, tacitamente aceito e praticado, “sobre o qual nós, normalmente, nada sabemos porque ele é simplesmente não problemático (...)”.

O conceito de mundo da vida é constituído por três componentes:

Cultura, entendida como o estoque de conhecimento do qual os atores suprem-se de interpretações quando buscam a compreensão sobre algo no mundo; sociedade, entendida como as ordens legítimas através das quais os participantes regulam suas relações no grupo social; pessoa, entendida como as competências que tornam um sujeito capaz de falar e agir, ou seja, de compor sua própria personalidade. (HABERMAS *apud* PINTO)²²⁹

Para Habermas, o mundo da vida guarda relação direta com a ação comunicativa, à qual cabe “a reprodução das estruturas simbólicas” do mundo da vida. Sendo assim, a ação comunicativa dá sentido ao entendimento mútuo mediante a transmissão do saber cultural, assim renovado; coordena a ação no sentido da integração social, e contribui, pela troca intersubjetiva, para a formação da personalidade do indivíduo.

É interessante notar que, somente aqui, faz-se menção ao “substrato material do mundo”, cuja reprodução, aponta Habermas “ocorre através de ações dirigidas a fins pelos quais os indivíduos associados intervêm no mundo e realizam seus objetivos” (apud PINTO)²³⁰ Isso parece remeter diretamente à condição da razão instrumental, que “se estrutura no uso não comunicativo do saber em ações dirigidas a fins”. E o que se coloca aqui, especificamente em relação à tese, é: é possível a produção do substrato material, no caso, o **elr**, mediante ações de ordem comunicativas, isto é, não dirigidas a fins, segundo objetivos compartilhados coletivamente?

Consequentemente, Habermas dirigirá seu pensamento para uma definição de um conceito de sociedade, articulando a ideia de Durkheim, de um Estado-limite, totalmente integrado, que supõe a existência de uma sociedade integrada e coesa em sua totalidade, situação garantida pelo sagrado que cumpre, no lugar da linguagem, a função de mediação, seja no campo religioso, seja no campo do profano; e a tese de H. Mead, sobre o “efeito desintegrador que os atos de fala desencadeiam quando a reprodução simbólica do mundo da vida está ligada à ação comunicativa” (*apud* PINTO).²³¹

A hipótese do filósofo francês pode ser observada no campo do real, no fenômeno das igrejas evangélicas em todo o mundo que, independentemente das nuances de orientação e discurso, colocam a guarda dos fiéis e seus conflitos sob a injunção divina, que “por princípio” tudo justifica e a todos provê. Vale observar que o crescimento explosivo dessa teologia, no campo do sagrado, deu-se em correspondência à progressiva diminuição do estado de bem-estar social, promovido, a partir de meados da década de 1970, pela doutrina neoliberal promovida por Reagan e Thatcher. Talvez aqui tenha se materializado o Estado que “saiu de férias”, imaginado por Habermas, que, em correspondência com o pensamento mítico, define uma sociedade na qual “o indivíduo não possui existência própria, ele só existe na totalidade. Não ocorreu ainda a diferenciação entre os três mundos (objetivo, social e subjetivo)”.²³²

230 Ibid., p. 81.

231 Ibid., p. 82.

232 Ibid., loc. cit.

Habermas descreve uma situação progressiva em que “a prática cotidiana e o peso cada vez maior dos atos comunicativos vão fortalecendo os processos de alcançar o entendimento em detrimento da tradição normativa e do sagrado”, que cede, paulatinamente, a autoridade e seu poder de legitimação à prática do consenso, “que não é somente reproduzido, mas também alcançado comunicativamente”. Há, aqui, uma “transição da interação mediada simbolicamente para a fala gramatical”. Nas palavras de Habermas, “... à medida que o potencial embutido na ação comunicativa é realizado, o núcleo normativo arcaico se dissolve e abre caminho para a racionalização das visões de mundo, para a universalização da lei e da moralidade e para uma aceleração dos processos de individuação” (HABERMAS *apud* PINTO)²³³,

Não terá sido outro o processo que o mundo conheceu com o advento do Iluminismo. Se antes a religião propiciou a coesão e a cooperação social, a partir da Filosofia das Luzes a sociedade vai se transformar, mediante a comunicação, em busca da cooperação. Entretanto, como observa Habermas, o estabelecimento de um processo comunicativo com vistas ao entendimento não será suficiente para garantir a coesão ou integração social, pois há duas formas de integração de um sistema de ação: a integração social, conquistada “através de um consenso alcançado normativamente ou comunicativamente”; e a integração sistêmica, “obtida através de uma regulação não normativa das decisões individuais que vai além da consciência dos atores, via mecanismos autorregulados como o mercado, ou a burocracia”.²³⁴

A distinção entre as duas formas de integração leva a conceitos distintos de sociedade, segundo o ponto de vista do observador. Se vista pelos sujeitos atuantes, a sociedade se concebe como o mundo da vida. Mas, do ponto de vista de um observador externo, isto é, desvinculado histórica e culturalmente, a sociedade possível é aquela “concebida como um sistema de ações tal que cada ação tem um significado funcional de acordo com sua contribuição para a manutenção do sistema” (HABERMAS *apud* PINTO)²³⁵

233 Ibid., loc. cit.

234 Ibid., loc. cit.

235 Ibid., loc. cit.

Vale destacar aqui a convergência entre o pensamento habermasiano e o miltoniano, quanto ao sentido e a importância vital do conceito de lugar. Sendo o espaço “o casamento indissolúvel entre sistemas de objetos e sistemas de ações”, segundo a concepção de Santos, as ações decididas globalmente, as ações globais, alheias às lógicas locais, resultam na submissão, senão na aniquilação dos valores socioculturais locais, num processo que tais ações se justificam apenas como meios de manutenção do sistema global.

Como resposta ao problema da dualidade de acepções de sociedade, Habermas propõe um conceito de sociedade que se entende ao mesmo tempo como mundo da vida e sistema, no qual a sociedade é vista

como uma entidade que, no correr da evolução, diferenciou-se tanto como um sistema quanto como um mundo da vida. A evolução sistêmica é medida pelo aumento na capacidade de direção da sociedade, enquanto o estado de desenvolvimento de um mundo da vida estruturado simbolicamente é indicado pela separação da cultura, sociedade e personalidade. (HABERMAS *apud* PINTO)²³⁶

Dessa forma, é possível conceber um processo de evolução social pautado pela racionalização do mundo da vida, reconhecendo e articulando cultura, sociedade e indivíduo por meio da ação comunicativa que visa ao entendimento mútuo, cada vez mais independente de contextos normativos. Entretanto, como alerta Habermas, “em virtude disso, cada vez maiores demandas são feitas sobre o meio básico da linguagem cotidiana, que, sobrecarregado, acaba por ser substituído por outros meios, os meios diretores dinheiro e poder, respectivos e correspondentes à esfera sistêmica”.

Neste ponto ocorre a cisão entre o mundo da vida e o sistema, que caracteriza a sociedade moderna. Ao romper com o mundo da vida, o sistema social “distancia-se do saber intuitivo da prática comunicativa cotidiana. Com a crescente complexidade do sistema social, o mundo da vida é cada vez mais deixado na periferia e perde seu papel de integração

236 Ibid., p. 83.

229 Ibid., p. 34

social”²³⁷

Tal processo implica a “separação da ação orientada para o entendimento mútuo daquela orientada para o sucesso”; a coordenação de ações feita pelos meios de comunicação dinheiro e poder; e o “desatrelamento da interação social dos contextos do mundo da vida”, tornando-o não mais “necessário para coordenar a ação”.

Para Habermas,

(...) com a institucionalização legal do meio monetário que marca a emergência do capitalismo, a ação orientada para o sucesso, guiada por cálculos egocêntricos de utilidade, perde sua conexão com a ação orientada para o entendimento mútuo. Esta ação estratégica que se desatrela dos mecanismos de alcançar o entendimento, e demanda por uma atitude objetivante inclusive no campo das relações interpessoais. (HABERMAS *apud* PINTO)²³⁸

O diálogo com o pensamento habermasiano, aqui evidentemente limitado ao recorte desta tese, permite fazer certas considerações. Parece evidente que a racionalização do mundo da vida nos levou a uma situação de extrema irracionalidade, não apenas paradoxal, mas evidentemente contraditória. Isso se expressa na ocorrência simultânea e inconciliável entre o consumismo exacerbado e a hiperconcentração de renda, e a miséria extrema de grande parte da sociedade global e a debacle ambiental aparentemente inexorável.

Assistimos, inermes e incrédulos, à corrosão da tessitura social, levada para além dos limites do suportável, como o demonstram as recentes explosões sociais no Chile, na Colômbia, na Bolívia e, noutra escala, com o *gilets jaunes* franceses. A perda de sentido do social é evidente, à medida que os valores consagrados pela comunicação, plenamente dominada pela razão instrumental, glorifica valores transplantados aos objetos, consistindo no processo de reificação denunciado por Habermas.

Do ponto de vista ambiental, a irracionalidade sistêmica

se apresenta sob a forma da exploração ilimitada dos recursos naturais, na prevalência do capital financeiro globalizado que, multiplicado em aceleração crescente, exige retorno igualmente ampliado, determinando formas espaciais correspondentes, seja no campo, com as monoculturas agroindustriais extensivas que avassalam a terra e as populações locais, seja na cidade, com a monocultura imobiliária intensiva, que multiplica exponencialmente as atividades no sentido da máxima exploração econômica do território urbanizado, em permanente expansão vertical e horizontal.

Nesse sentido, a proposta de uma ação participativa de projeto, neste caso focada no **elr**, pode ser tomada como uma oportunidade e uma possibilidade, ao mesmo tempo intelectual e especulativa, de uma articulação social mediante uma ação comunicativa nos termos propostos por Habermas, aplicada ao espaço urbano, tendo em vista, a requalificação do lugar com a transformação dos **elr** em objetos de um espaço concebido segundo as práticas culturais locais.

Não passa despercebida a breve e contida menção que Habermas faz às expressões construtivas das ações humanas no espaço, o substrato material em direta correlação com a racionalidade instrumental. A proposta de uma ação projetual participativa, que talvez possa ser colocada nos termos de uma ação comunicativa, permite inferir uma correlação de forças alternativa, a produzir substratos materiais mais diretamente vinculados às razões locais, porque fruto de processos que, visando ao entendimento, podem produzir espaços vinculados mais diretamente aos processos socioculturais locais.

Com base na análise de Habermas, Pinto pondera: “O conteúdo utópico desta sociedade da comunicação está em garantir condições básicas para uma prática comunicativa cotidiana que propiciaria as condições para os próprios participantes – de acordo com seus próprios interesses – realizarem uma vida melhor”. Mas, como alerta Habermas, “(...) uma soberania popular assim processada não poderá operar também sem a retaguarda de uma cultura política que lhe venha em apoio, sem as maneiras de pensar (*gesinnungen*) de uma população habituada à liberdade política: não há formação da vontade política sem o auxílio de um mundo da

vida racionalizado”. (HABERMAS *apud* PINTO)²³⁹

O fenômeno de fragmentação dos espaços livres que se quer identificar insere-se no bojo de um processo maior, a expansão urbana metropolitana, e está na origem dos espaços livres residuais, foco deste trabalho. Razões da ordem metropolitana determinam efeitos nas ordens locais. Como diz Besse, “a escolha de uma escala sempre é, como se sabe, ao mesmo tempo, a escolha de um tipo de problema”.²⁴⁰ A análise cartográfica pretende consubstanciar a hipótese da formação dos espaços livres residuais na periferia da metrópole.

Cabe, nesse sentido, promover problemas e escalas, simultânea e sucessivamente. Vai-se examinar, como um primeiro problema, o que ocorreu na metrópole com relação à disputa espaço construído-espaço livre que se dá no âmbito mais geral do território. Isto é, problematizar a mudança de

237 Ibid., p. 84.

238 Ibid., loc. cit.

239 Ibid., p. 92.

240 BESSE, op. cit., p. 26.

5 A QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES RESIDUAIS: ENSAIO DE ESTRATÉGIA, MÉTODO E ESCALA

uso do solo e cobertura que afeta o corpo metropolitano no seu sentido mais geral. Trata-se de identificar os movimentos gerais das massas de áreas segundo o uso, fazendo um balanço geral da distribuição de usos e respectivas áreas da RMSP, num período de trinta anos (1985-2015).

A seguir, o problema se desloca para as regiões de conflagração, isto é, para a regiões de fronteira entre o espaço construído e o espaço livre. O problema é perceber os efeitos da contenda territorial metropolitana onde ocorre o impacto da transformação do uso do solo, isto é, no município, que define novo recorte e escala. O balanço particularizado da distribuição das áreas de uso por município permitirá verificar a eventual ocorrência do processo de fragmentação dos espaços livres, tanto num recorte territorial referido ao município, quanto no espaço intraurbano. São analisados sete municípios da RMSP, cujos critérios de escolha estão abaixo discriminados. Nesta mudança de problema, portanto, de escala, surge a questão dos métodos de classificação e da resolução das imagens utilizadas.

O primeiro problema é abordado com base em uma cartografia da RMSP gerada a partir dos dados disponibilizados pela plataforma MapBiomas.²⁴¹ Com base em série histórica de imagens de satélite Landsat, metodologia de classificação com aprendizagem de máquina e processamento na plataforma Google Earth Engine²⁴², produzem-se cartas de uso do solo e cobertura para os anos de 1985, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010 e 2015, registradas em arquivos de geoprocessamento (formato .shp), para posterior elaboração, utilizando o software de geoprocessamento Quantum GIS (plataforma gratuita).

Com base em classificação do bioma mata atlântica, a mesma empregada no extenso mapeamento ambiental desenvolvido pela plataforma MapBiomas, a metodologia, permite apreciar o desenvolvimento do processo de urbanização em relação às transformações do uso do solo e cobertura, identificando o movimento geral de usos e áreas e a dimensão das transformações, assim como identificar, com certo grau de precisão, os fragmentos que correspondem aos espaços livres residuais, objeto e recorte desta tese. Neste

²⁴¹ Cf. nota 33, na página 26.

²⁴² Cf. nota 34, na página 26.

caso, a classificação por bioma e a resolução da imagem Landsat (1 pixel = 30 x 30 m, equivalente a uma área de 900 m²), é suficiente. Entretanto, para identificar fragmentos com área inferior a 900 m², cuja existência pode ser percebida em diversas campanhas, tanto em Ferraz de Vasconcelos como em outros municípios em condição metropolitana similar (periférica), seria necessário adotar uma resolução de imagem mais aproximada, que permitisse a identificação e o dimensionamento dos fragmentos objetos de estudo.

Dessa forma, o segundo problema é abordado com a aplicação específica²⁴³ da metodologia acima referida, gerando um conjunto de mapas de sete municípios da RMSP, escalas 1:30000 e 1:50000, com base em imagens do satélite Sentinel 2, também disponibilizadas sem custo pela rede²⁴⁴. A resolução 10 x 10 m possibilita localizar, identificar e quantificar os espaços livres residuais em maior detalhe, apurando áreas entre 500 a 5.000 m². Nesse caso, o método de classificação da região é outro, mais específico e mais detalhado que a classificação por bioma, necessariamente mais genérica.

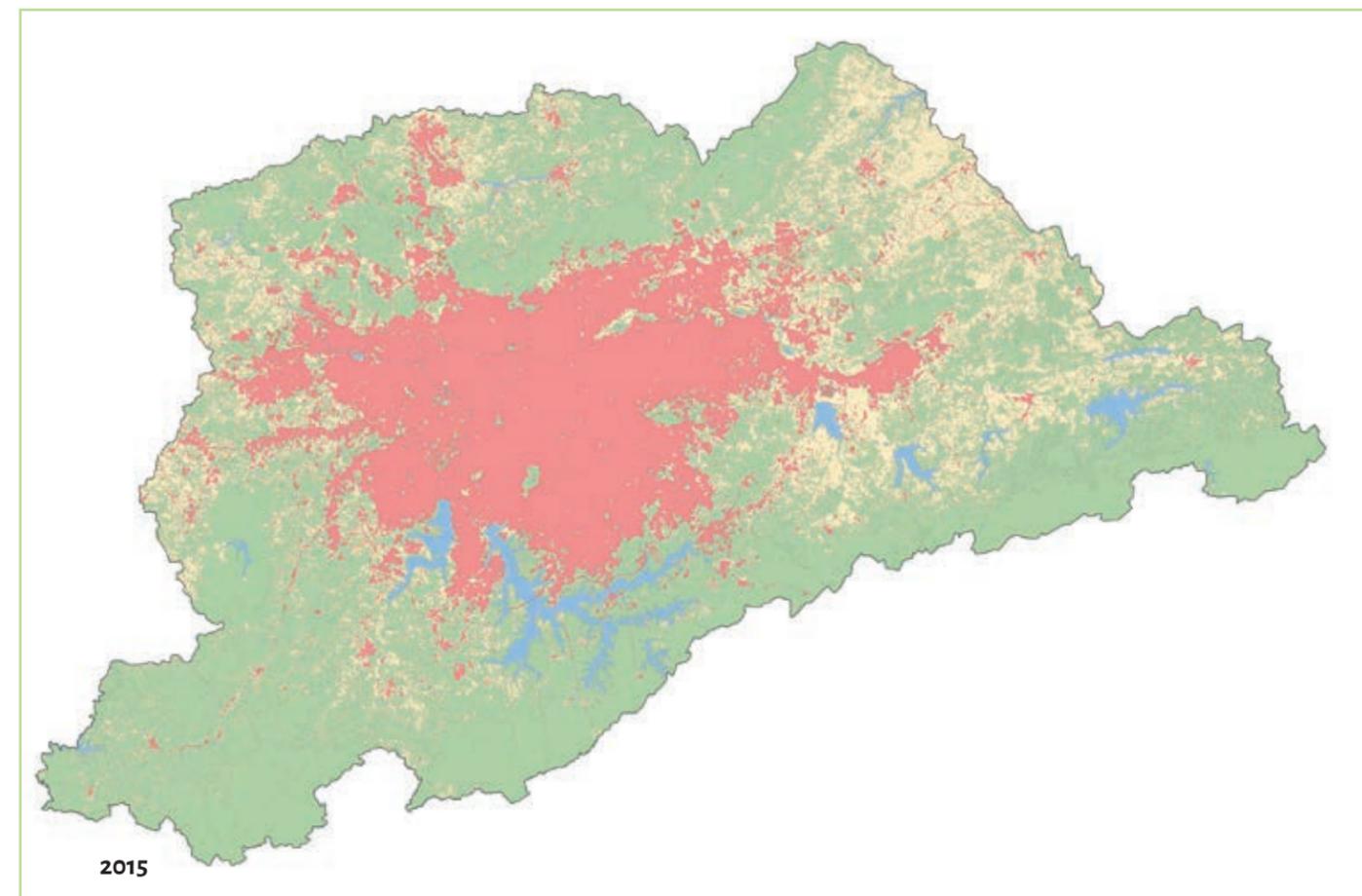
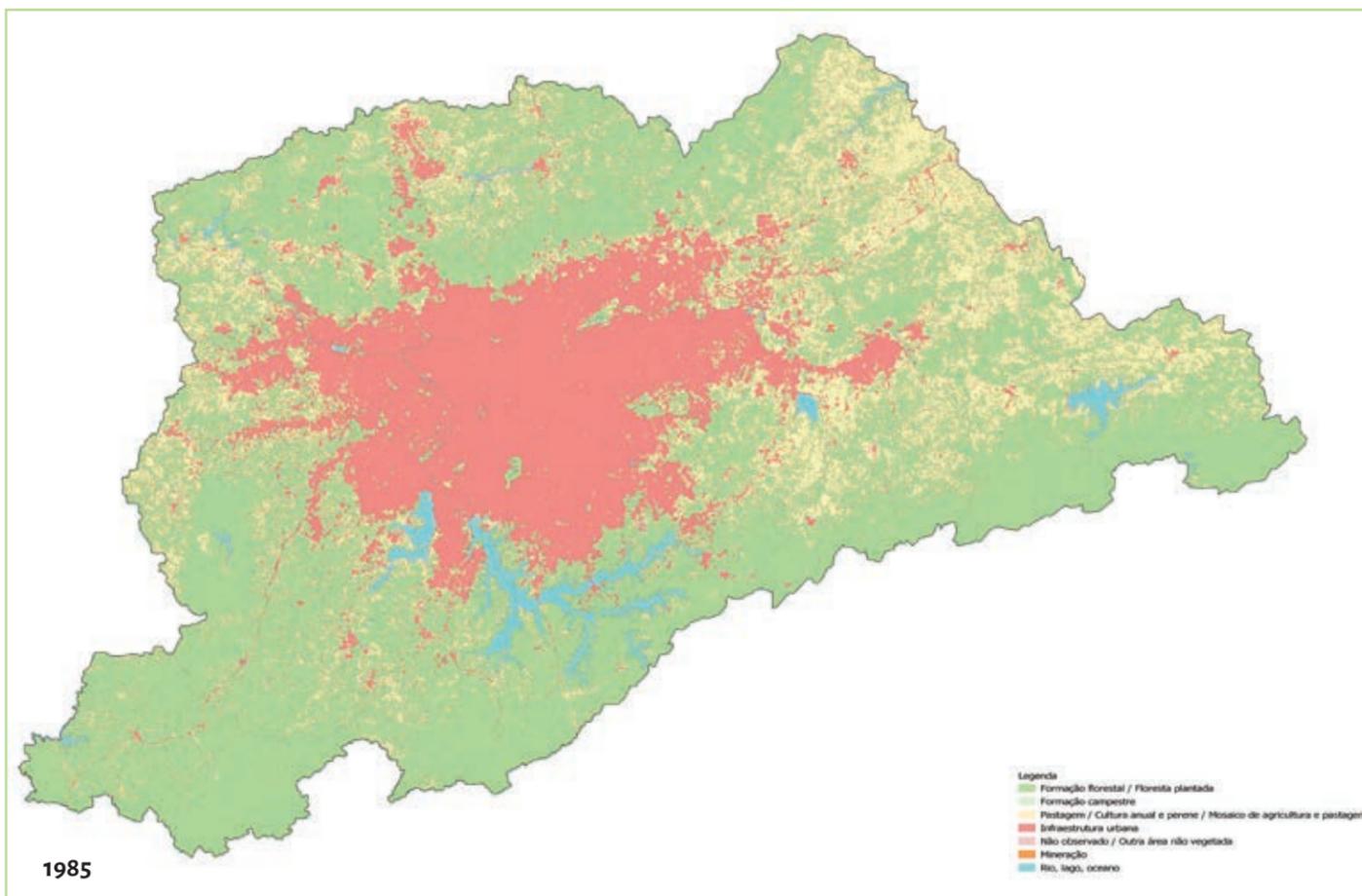
Isso significa que as séries de valores apropriados segundo os diferentes métodos de classificação apresentam diferenças que devem ser compreendidas a partir das demandas apresentadas pela pesquisa, que determinou metodologias específicas e respectivas às escalas de análise.

Região Metropolitana de São Paulo

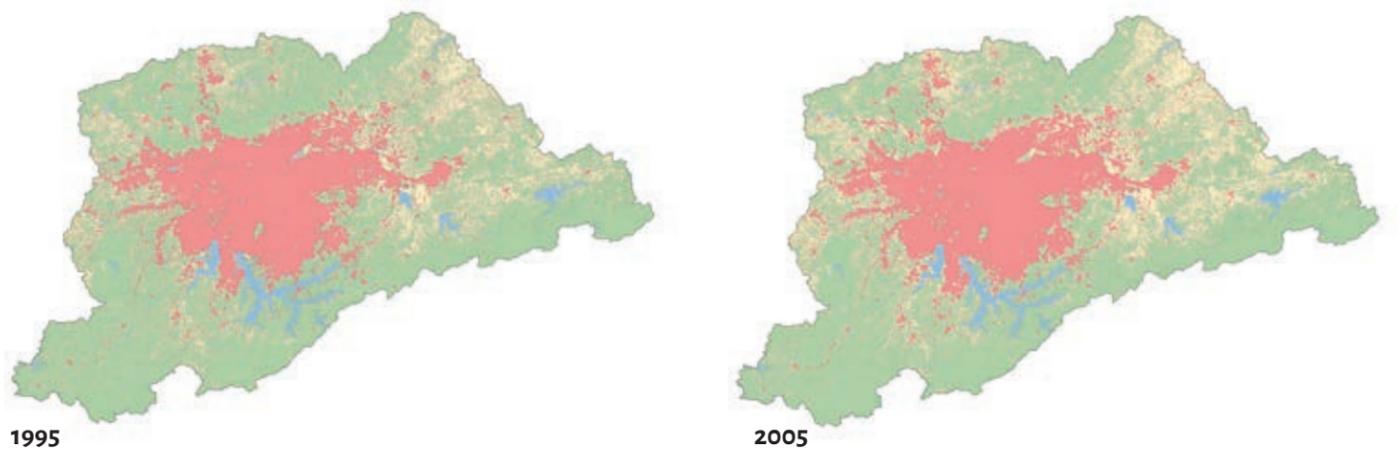
Ao observar o uso do solo da RMSP, no período de análise considerado (trinta anos), verificou-se que a área urbanizada, que era de 159.016 ha em 1985, equivalente a 20% da área total da RMSP, chegara em 2015 a 180.841 ha, ou 22,76% da área total da RMSP (794.461 ha). Isto é, um crescimento de 13,7% no período analisado. No mesmo período, urbanizaram-se 6.678.412²⁴⁴ pessoas, o que significou uma variação de

²⁴³ ROSA, M. Classificação do Padrão de Ocupação Urbana de São Paulo Utilizando Aprendizagem de Máquina e Sentinel 2. Revista do Departamento de Geografia, n. SPE, p. 15-21, 9 set. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/145784>. Acesso em: 3/2/2019

²⁴⁴ Disponível em: <<https://earthexplorer.usgs.gov/>>.



Figuras 46, 47, 48, 49 (página oposta) - Região Metropolitana de São Paulo. Evolução de uso do solo e cobertura, período 1985-1995. Elaboração do autor
 Fonte: "Projeto MapBiomas - Coleção 4 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 2/11/19 através do link <https://mapbiomas.org/>"



1,6% no período na taxa de urbanização, que passou de 97,2% (1985) a 98,8% (2015)²⁴⁵.

Observou-se, também, o avanço de outros usos, especialmente os de reflorestamento e, em menor intensidade, o de mosaico de agricultura e pastagem, que contribuíram também para a supressão e para a fragmentação dos espaços livres. Talvez como resultado de uma progressiva racionalização produtiva dos espaços livres na área rural, as áreas de reflorestamento (na legenda: floresta plantada), em mais de 80% localizadas nos municípios de Salesópolis e Biritiba Mirim, mostraram um crescimento vertiginoso da área ocupada: de 36 ha em 1985 a 21.503 ha em 2015, variação de 547,5%. Note-se que essa área é pouco inferior ao acréscimo de área urbanizada no período.

²⁴⁵ Fonte: IBGE 2018.

A tabela 4 acima traz uma síntese dos períodos analisados, registrando os marcos de 1985, 1995, 2005 e 2015.

Os resultados obtidos revelaram que, num período de trinta anos, a área urbanizada cresceu 21.824 ha ou 218,24 km², acréscimo de 13,7%. A floresta natural perdeu 31.557 ha, um decréscimo de 7,8%, enquanto a floresta plantada deu um salto, ganhando 21.464 ha, acréscimo de 547,5%. Outro uso com extensão significativa, a pastagem perdeu 27.738 ha, variação negativa de 47,4%. Formação campestre e cultural anual ou perene perderam juntas 1.171 ha. Entretanto, o uso mosaico de agricultura e pastagem cresceu 12.330 ha, acréscimo de 8,3%. Áreas não vegetadas aumentaram 1.326 ha, variação de 36,4%, e a atividade de mineração registrou aumento de 1.559 ha, variação de 9,2%.

classes	1985		1995		2005		2015	
	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
3 Formação florestal	404.872,34	50,96	403.990,00	50,85	377.284,17	47,49	373.315,76	46,99
9 Floresta plantada	39,20	0,00	6.586,63	0,83	13.707,94	1,73	21.502,98	2,71
12 Formação campestre	3.061,24	0,39	5.012,71	0,63	2.535,73	0,32	2.755,03	0,35
15 Pastagem	58.512,21	7,36	50.599,46	6,37	46.209,99	5,82	30.773,88	3,87
19 Cultura anual e perene	5,95	0,00	0,98	0,00	80,09	0,01	870,16	0,11
21 Mosaico de agricultura e pastagem	148.193,77	18,65	143.759,88	18,10	160.646,95	20,22	160.524,18	20,21
24 Infraestrutura urbana	159.016,23	20,01	161.647,94	20,35	171.548,66	21,59	180.840,50	22,76
25 Outra área não vegetada	3.645,88	0,46	2.778,94	0,35	3.332,80	0,42	4.971,38	0,63
27 Não observado	11,69	0,00	5,33	0,00	5,33	0,00	6,07	0,00
30 Mineração	241,60	0,03	308,75	0,04	471,13	0,06	424,93	0,05
33 Rio, lago, oceano	16.916,97	2,13	19.772,71	2,49	18.640,56	2,35	18.476,32	2,33
total	794.463,34	100,00	794.463,34	100,00	794.463,34	100,00	794.463,34	100,00

Tabela 4 - RMSP - Uso do solo e cobertura, classes de uso e áreas. Fonte: Elaboração do autor. Fonte de dados: "Projeto MapBiomas - Coleção 4 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 2/11/19 através do link <https://mapbiomas.org/>".



Figura 50 - RMSP - Sólido equivalente ao crescimento da área urbanizada no período de trinta anos. Fonte: Elaboração do autor sobre imagem Google Earth, acessada em 5/10/2019

As imagens revelam os avanços da urbanização mais importantes a leste, oeste e sul, assim como as mudanças de uso do solo e cobertura nos espaços livres que circundam a área urbanizada, alternando de mosaico de agricultura e pastagem para reflorestamento, além de eventuais regenerações da área de floresta natural.

É uma expansão significativa. Outras expansões importantes são as da área de floresta plantada, isto é, de reflorestamento, praticamente igual à primeira (214,64 km²), e a área de mosaico de agricultura e pastagem, com ganho de 123,3 km². Ambas as expansões ocorreram por sobre as áreas de floresta natural e de pastagem, que sofreram redução de 315 km² e 277,38 km², respectivamente.

Vale observar o impacto da densidade populacional na expansão da área urbanizada. Em 1985, a população da RMSP era de 13.764.740 habitantes; a área urbanizada era de 159.016 ha ou 1.590 km²; e a densidade populacional, de 8.657 hab/ha. Em 2015, a população passou a 20.443.152 habitantes, e a área urbanizada, a 180.841 ha ou 1.808 km², elevando a densidade populacional para 11.307 hab/ha. Um crescimento de densidade populacional de 30,6%, enquanto a área urbanizada cresceu 13,7%. Isto é, a cidade adensou vertical e horizontalmente. Independentemente dos percentuais cabíveis a cada uma das formas de adensamento, pode-se afirmar que a pressão de ocupação dos espaços livres na periferia da periferia da metrópole, onde eles ainda existem, é um processo contínuo que ocorre ao arripio da legislação. A

pressão, cada vez maior, tem reflexos diretos e mais intensos sobre os fragmentos restantes no tecido urbano. O que torna os **elr** talvez ainda mais preciosos.

Deste complexo processo do ambiente metropolitano, como dito acima, interessa à pesquisa o recorte das regiões de fronteira. Considerando a necessidade de se estabelecer comparações entre municípios que permitam a verificação da existência de um fenômeno – a fragmentação dos espaços livres e a criação dos espaços livres residuais e, por outro lado, não ser do escopo da pesquisa a investigação aprofundada dos 39 municípios da RMSP –, procedeu-se à elaboração de critérios de escolha que pudessem atender ao objetivo estabelecido.

O primeiro critério é o de localização, pois o fenômeno que se quer investigar ocorre nas fronteiras de expansão da urbanização, nos prolongamentos ou extensões dela como resultado da conurbação. O segundo é apresentar, em graus variados, um processo de urbanização incompleta, característica que, associada aos espaços livres residuais, foi observada em vários outros municípios pelo autor, em correspondência ao padrão de urbanização periférico proposto por Meyer *et al.*²⁴⁶ O terceiro critério, que também pode ser aplicado em graus variados, é a baixa incidência de espaços livres qualificados no espaço intraurbano. E o quarto, estar

²⁴⁶ MEYER, R.; GROSTEIN, M.D.; BIDERMAN, C. **São Paulo metrópole**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado, 2004.

alinhado ao eixo metropolitano Leste-Oeste, considerando a lógica de expansão urbana predominante do vetor Leste-Oeste e, naturalmente, o ponto de partida deste trabalho, Ferraz de Vasconcelos, que implica de saída o quadrante Leste.

Os sete municípios, critérios de escolha

Do quadrante Leste da metrópole, foram incluídos Itaquaquetuba e Poá. O primeiro, assim como Ferraz de Vasconcelos, sofre mais imediatamente os efeitos da pressão de ocupação originada pelo vizinho maior, São Paulo, que exerce a atratividade de centro metropolitano pela oferta de emprego e infraestrutura urbana, mas não oferece condições de suporte à vida aos níveis mais baixos de renda. O custo do espaço urbano central, de modo geral (não apenas o custo do solo) expulsa as rendas inferiores, que se dirigem ao espaço periférico, distante das facilidades centrais.

A pressão rompe os limites municipais, promovendo a ocupação dos espaços adjacentes progressivamente. Entretanto, apenas Ferraz de Vasconcelos e Itaquaquetuba tem em seus territórios espaços livres em proporções significativas. Poá, encravada entre Itaquaquetuba, Ferraz de Vasconcelos e São Paulo, tem 78% de seu território urbanizado.

Itaquaquetuba e Ferraz de Vasconcelos acabam por receber os contingentes populacionais negados pela

centralidade paulistana. Os municípios, que atraem níveis inferiores de renda, estão entre os cinco mais pobres da RMSP, ocupando a 35ª e a 33ª posição no ranking de PIB *per capita*. O “estoque” de espaços livres torna-se alvo fácil, em contextos administrativos muitas vezes deficientes ou comprometidos com interesses fundiários particulares, estão sendo paulatinamente ocupados, seja por promotores privados que agem à sombra da legislação ambiental, fundiária, de uso do solo ou, diferentemente, por movimentos organizados de habitação, ou ainda pela simples grilagem.

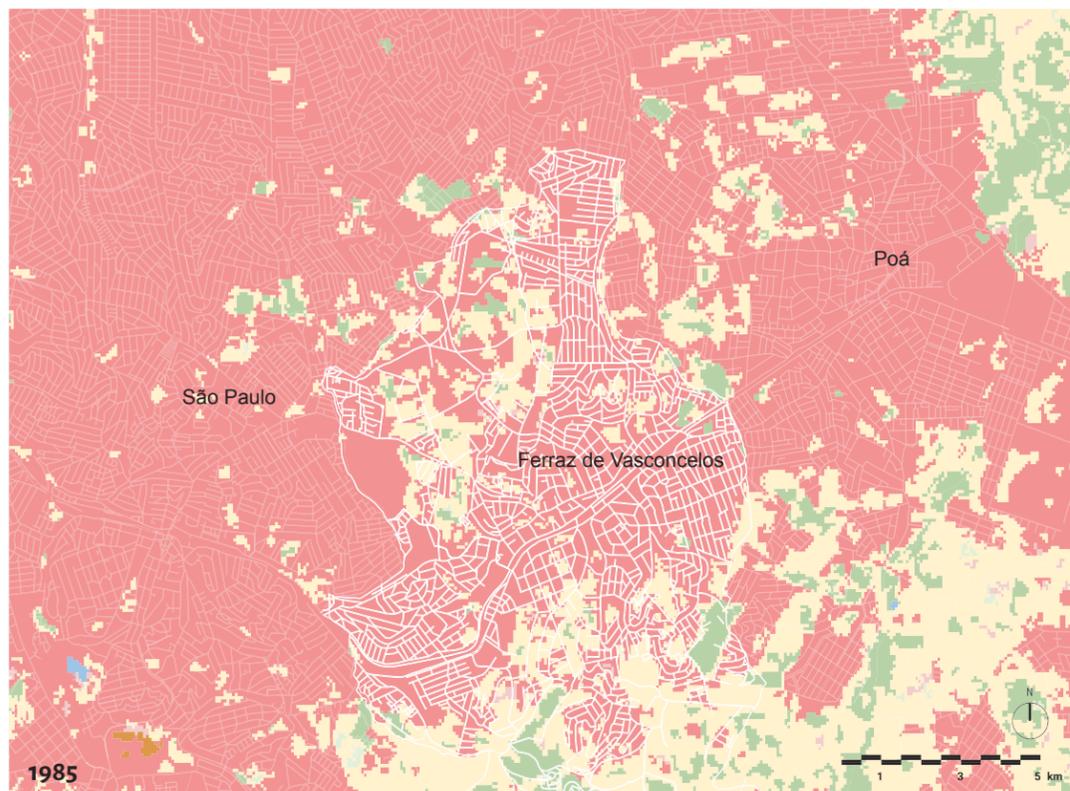
Na outra ponta, Carapicuíba e Jandira têm, como Poá, a maior parte de seus territórios urbanizada (78% e 71%, respectivamente), seguidas de perto por Barueri (66%). Itapevi, ao contrário, com quase 30% de área urbanizada, conta com uma importante reserva de espaços livres (5.865,6 ha).

Vale observar que, se existem diferenças abissais em relação ao nível socioeconômico dos municípios elencados, o que os aproxima é o fato de que estão em posições geográficas-limite em relação às fronteiras da urbanização. Os espaços livres estão ao alcance. O interesse aqui é identificar um processo específico de transformação do uso do solo, um problema cuja gênese está na escala territorial, mas cujo primeiro efeito se dá na escala local.

Vale examinar como se deu o processo de transformação do uso do solo em cada um deles.

Ferraz de Vasconcelos

Em 1985, dos 2.943,92 ha da área do município, 1.200 ha ou 40,9%, é urbanizada. Os 59,1% restantes são ocupados por formação florestal – 874,96 ha ou 29,7%, mosaico de agricultura e pastagem (771,09 ha ou 26,2% do total),



Ferraz de Vasconcelos uso do solo 1985		
	área (ha)	%
3	874,96	29,7%
12	7,21	0,2%
15	79,21	2,7%
19		
21	771,09	26,2%
24	1200,97	40,8%
25	10,47	0,4%
30		
31		
total	2943,91	100,0%
ibge	29,56 km ²	

Tabela 8 (acima) - Ferraz de Vasconcelos - uso do solo, 1985.
Tabela 9 (ao lado) - Ferraz de Vasconcelos - no. de fragmentos classe 3 - entre 900 e 5000 m², 1985.

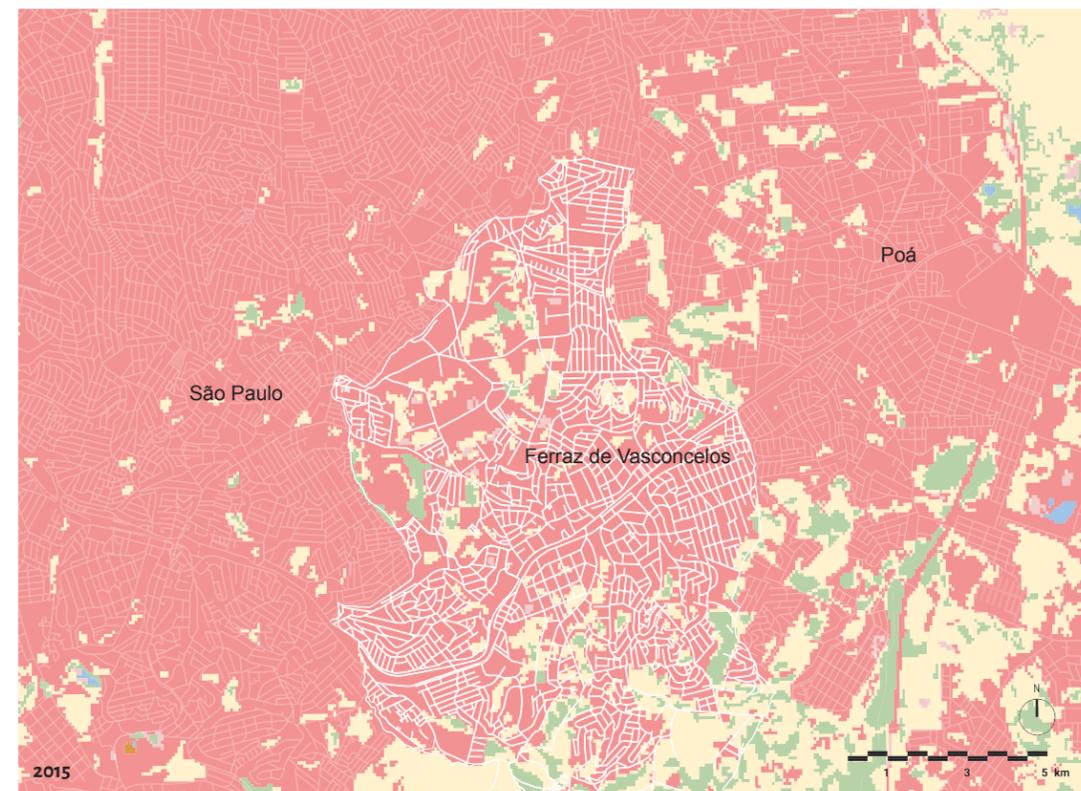
Elaboração do autor
Fonte: "Projeto MapBiomas - Coleção 4 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 2/11/19 através do link <https://mapbiomas.org/>"

Ferraz de Vasconcelos no. fragmentos classe 3, entre 900 e 5000m ² 1985		
nº fragmentos	área fragmentos classe 3	área classe 3
21	40,31	5%
	874,96	3%
	1200,97	

Ferraz de Vasconcelos uso do solo 2015		
	área (ha)	%
3	728,26	24,8%
12	5,39	0,2%
15	28,52	1,0%
19		
21	728,83	24,8%
24	1434,29	48,8%
25	10,84	0,4%
30		
31		
33		
total	2936,13	100,0%
ibge	29,564 km ²	

Tabela 10 (acima) - Ferraz de Vasconcelos - uso do solo, 2015.
Tabela 11 (ao lado) - Ferraz de Vasconcelos - no. de fragmentos classe 3 - entre 900 e 5000 m², 2015.

Elaboração do autor
Fonte: "Projeto MapBiomas - Coleção 4 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 2/11/19 através do link <https://mapbiomas.org/>"



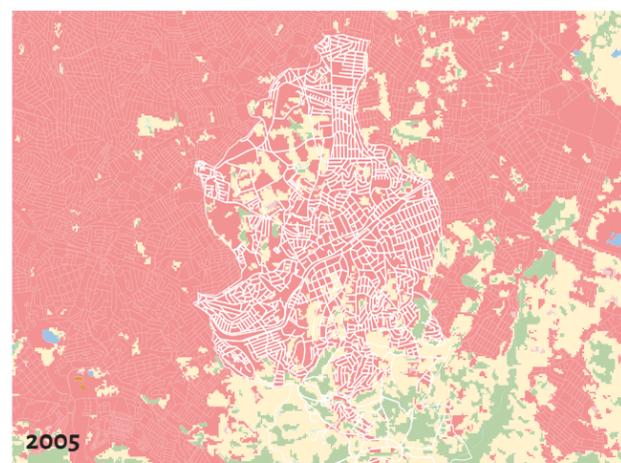
Ferraz de Vasconcelos no. fragmentos classe 3 entre 900 e 5000m ² 2015		
no fragmentos classe 3	área fragmentos classe 3	área classe 3
83	82,07	11%
	728,26	6%
	1434,29	

Legenda
 Formação florestal / Floresta plantada
 Formação campestre
 Pastagem / Cultura anual e perene / Mosaico de agricultura e pastagem
 Infraestrutura urbana
 Não observado / Outra área não vegetada
 Mineração
 Rio, lago, oceano

Figuras 50, 51, 52, 53 (página oposta) - RMS - Ferraz de Vasconcelos. Evolução de uso do solo e cobertura, período 1985-1995.

Elaboração do autor

Fonte: "Projeto MapBiomas - Coleção 4 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 2/11/19 através do link <https://mapbiomas.org/>"



praticamente toda a área inserida no perímetro da Área de Preservação e Recuperação Permanente.

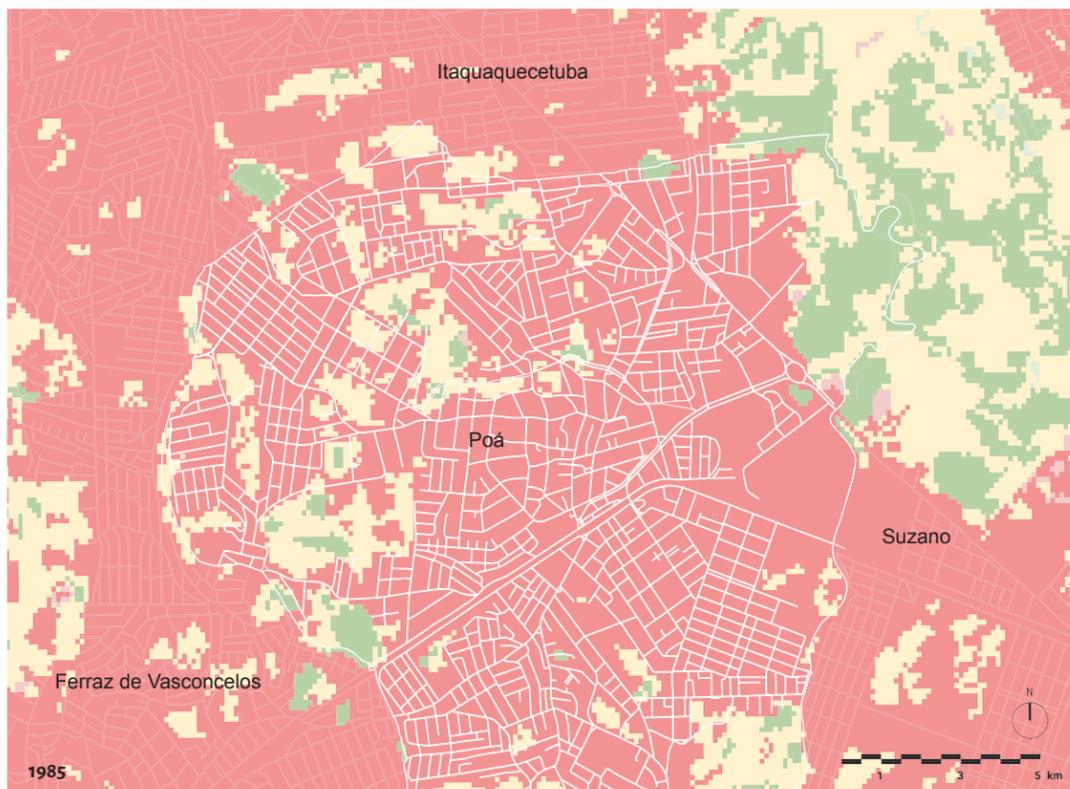
Em 2015, 1.434,29 ha ou 48,8% é área urbanizada. Os 51,2 ha restantes são predominantemente ocupados por formação florestal (728,26 ha ou 24,8% do total) e mosaico de agricultura e pastagem (728,83 ha ou 24,8%). Houve uma expansão da área urbanizada de 19,43% e uma regressão da área de formação florestal de 16,77%.

O exame visual das imagens revela que, na região situada entre o Itaim Paulista e Ferraz de Vasconcelos, os espaços livres foram praticamente suprimidos. A sudeste, Guaianases representa uma frente avançada de pressão por

ocupação que pressiona tanto os espaços livres da área do entorno do Parque do Carmo, como as vertentes escarpadas que se derramam no vale do Rio Guaiú, a sudoeste, já em FV. O mesmo vale também sofre os efeitos da expansão da área urbanizada de Suzano

Poá

Poá, assim como Carapicuíba (situada no extremo leste do eixo), tem a maior parte de seu território urbanizado. Em 1985, a área urbanizada (1.148,7 ha) ocupava 67,5% da área do município (1.698,16 ha), e o restante se dividia predominantemente entre mosaico de agricultura e pastagem



Poá uso do solo 1985		
3	148,75	8,8%
12		
15	44,26	2,6%
19		
21	354,53	20,9%
24	1146,70	67,5%
25	3,92	0,2%
30		
31		
total	1698,16	100,0%
ibge	17,26 km²	

Tabela 12 (acima) - Poá - uso do solo, 1985.

Tabela 13 (ao lado) - Poá - no. de fragmentos classe 3 - entre 900 e 5000 m2, 1985.

Elaboração do autor

Fonte: "Projeto MapBiomas - Coleção 4 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 2/11/19 através do link <https://mapbiomas.org/>"

Poa no. fragmentos classe 3, entre 900 e 5000m2 1985		
nº fragmentos	27	
área fragmentos classe 3	56,48	
área classe 3	148,75	38%
área urbanizada classe 24	1146,70	5%

Poá uso do solo 2015		
3	146,80	8,7%
12		
15	8,95	0,5%
19		
21	317,97	18,8%
24	1209,50	71,6%
25	4,02	0,2%
30		
31		
33	0,90	0,1%
total	1688,13	100,0%
ibge	17,264 km²	

Tabela 14 (acima) - Poá - uso do solo, 2015.

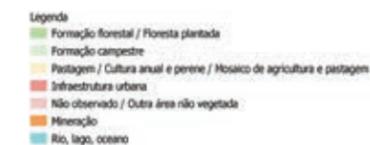
Tabela 15 (ao lado) - Poá - no. de fragmentos classe 3 - entre 900 e 5000 m2, 2015.

Elaboração do autor

Fonte: "Projeto MapBiomas - Coleção 4 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 2/11/19 através do link <https://mapbiomas.org/>"



Poá no. fragmentos classe 3 entre 900 e 5000m2 2015		
no fragmentos classe 3	66	
área fragmentos classe 3 (ha)	72,77	
área classe 3 (ha)	175,61	41%
área classe 24 (ha)	1209,50	6%



Figuras 54, 55, 56, 57 (página oposta) - RMSP - Poá. Evolução de uso do solo e cobertura, período 1985-1995. Elaboração do autor
 Fonte: "Projeto MapBiomas - Coleção 4 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 2/11/19 através do link <https://mapbiomas.org/>".



(354,53 ha ou 20,9%) e formação florestal (148,75 ha ou 8,8%). Em 2015, a área urbanizada ocupava 1.209,5 ha ou 71,6%, mosaico de agricultura e pastagem 317,97 (18,8%) e formação florestal não se alterou.

As imagens mostram a urbanização ininterrupta no setor oeste do município, em conurbação com Ferraz de Vasconcelos, provoca a ocupação progressiva dos espaços livres intraurbanos situados no setor noroeste. Com exceção de pequenas parcelas do setor sul do município, relativamente protegida pela APRM Alto Tietê-Cabeceiras (APRM-ATC)²⁴⁷, a área urbanizada ocupa praticamente todo

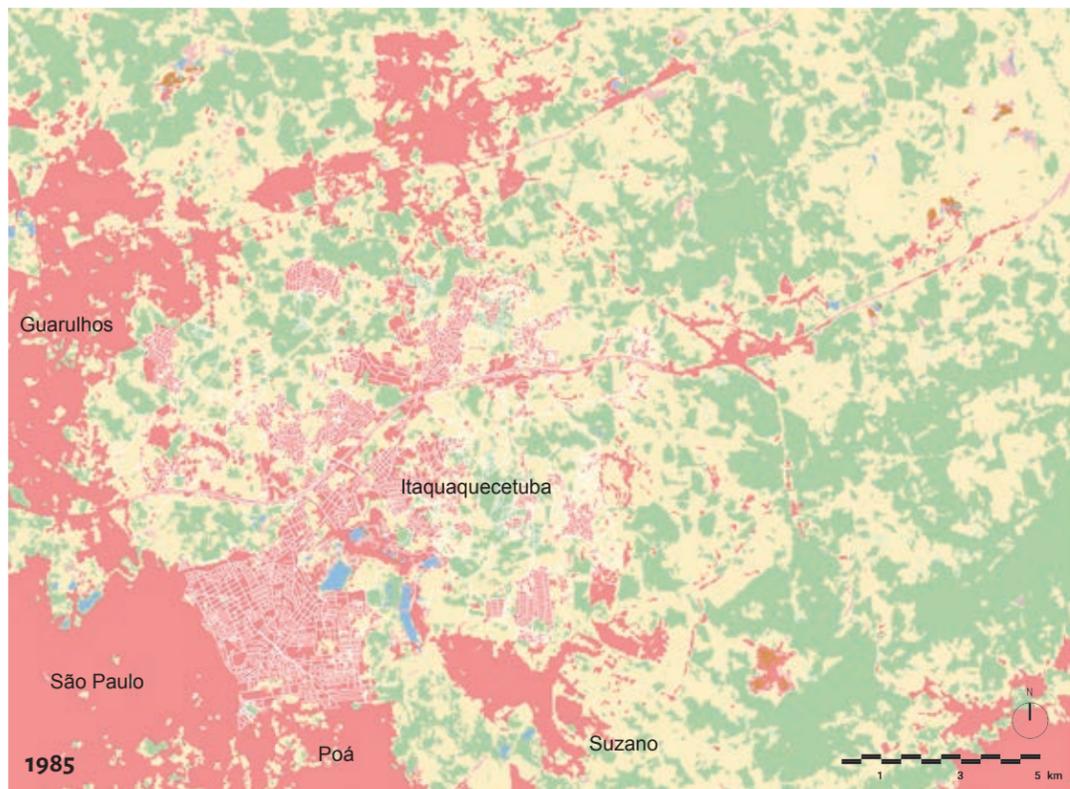
247 APRM Alto Tietê-Cabeceiras (APRM-ATC): seu principal corpo hídrico, o Rio Guaió, nasce no município de Mauá e deságua no município de Suzano. A área da bacia é de 84,4 km², abrange parte dos

o restante do território municipal, tornando crucial a questão dos espaços livres.

Itaquaquecetuba

O terceiro município selecionado da Zona Leste, Itaquaquecetuba, é também o maior, com área total de 8.296,87 ha. Em 1985, a área urbanizada era de 3.015,69 ha (36,3%), mosaico de agricultura e pastagem 2.862,2 ha (34,5%),

territórios dos municípios de Ferraz de Vasconcelos, Mauá, Ribeirão Pires, Suzano e Poá. Disponível em: <<https://www.tratamentodeagua.com.br/artigo/conflitos-manancial-periurbano-rio-guaio/>>. Acesso em: 6 ago. 2017.



Itaquaquetuba uso do solo 1985		
	área (ha)	%
3	1428,95	17,2%
12	8,79	0,1%
15	799,73	9,6%
19	0,16	0,0%
21	2862,92	34,5%
24	3015,69	36,3%
25	113,86	1,4%
30	2,22	0,0%
31	64,55	0,8%
total	8296,87	100,0%
ibge	82,62 km²	

Tabela 16 (acima) - Itaquaquetuba - uso do solo, 1985.
Tabela 17 (ao lado) - Itaquaquetuba - no. de fragmentos classe 3 - entre 900 e 5000 m2, 1985.

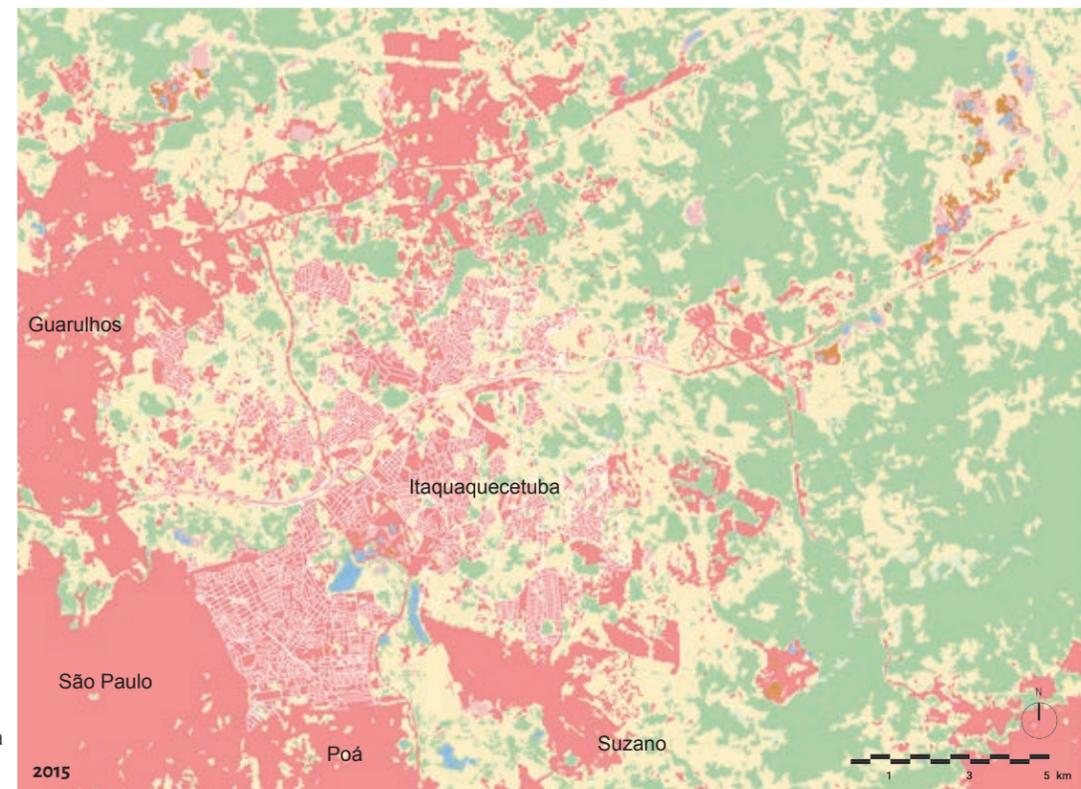
Elaboração do autor
Fonte: "Projeto MapBiomas - Coleção 4 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 2/11/19 através do link <https://mapbiomas.org/>"

Itaquaquetuba no. fragmentos classe 3, entre 900 e 5000m2 1985		
nº fragmentos	área fragmentos classe 3	área classe 3
172	279,23	1428,95
		20%
	3015,69	9%

Itaquaquetuba uso do solo 2015		
	área (ha)	%
3	915,51	11,0%
12	2,55	0,0%
15	283,52	3,4%
19		
21	3071,90	37,0%
24	3772,59	45,5%
25	185,42	2,2%
30	6,24	0,1%
31		
33	59,15	0,7%
total	8296,87	100,0%
ibge	82,622 km²	

Tabela 18 (acima) - Itaquaquetuba - uso do solo, 2015.
Tabela 19 (ao lado) - Itaquaquetuba - no. de fragmentos classe 3 - entre 900 e 5000 m2, 2015.

Elaboração do autor
Fonte: "Projeto MapBiomas - Coleção 4 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 2/11/19 através do link <https://mapbiomas.org/>"



Itaquaquetuba no. fragmentos classe 3 entre 900 e 5000m2 2015		
no fragmentos classe 3	área fragmentos classe 3 (ha)	área classe 3 (ha)
312	320,38	915,51
		35%
	3772,59	8%

Legenda
 Formação florestal / Floresta plantada
 Formação campestre
 Pastagem / Cultura anual e perene / Mosaico de agricultura e pastagem
 Infraestrutura urbana
 Não observado / Outra área não vegetada
 Mineração
 Rio, lago, oceano

Figuras 58, 59, 60, 61 (página oposta) - RMSP - Itaquaquetuba. Evolução de uso do solo e cobertura, período 1985-1995. Elaboração do autor
Fonte: "Projeto MapBiomas - Coleção 4 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 2/11/19 através do link <https://mapbiomas.org/>"



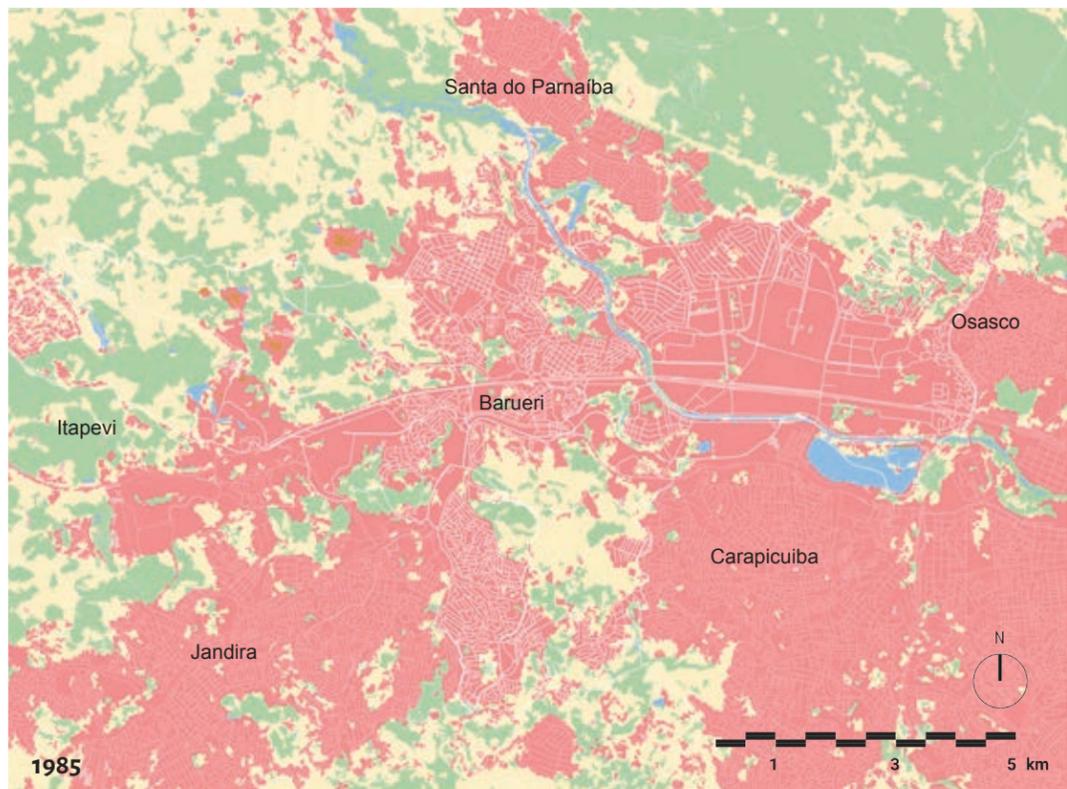
formação florestal 1.428,95 % (17,2%) e pastagem 780 ha (9,6%). Em 2015, a área urbanizada registrou crescimento de 756,9 ha ou 25,1%, alcançando 3.772,59 ha (45,5%), enquanto a formação florestal encolheu 513,44 ha ou 34%, resultando numa área de 915,51% (11%), havendo discreto aumento de mosaico de agricultura e pastagem com 3.071,9 ha (37%) e leve declínio de pastagem com 283,5 ha (3,4%).

Itaquaquetuba é exemplar no sentido de demonstrar o avanço fragmentário e fragmentador da urbanização. O setor sudoeste do município, densamente urbanizado, é extensão da malha urbana paulistana, que se prolonga, após as áreas de várzea do Rio Tietê, na forma de núcleos urbanizados

relativamente isolados, entremeados nos espaços livres, cujo progressivo confinamento pode ser observado. O expressivo crescimento da área urbanizada, resultado da conquista dos espaços livres (perda de um terço de área da formação florestal; pastagem reduzida a cerca de um terço da área de 1985). Neste caso, estão incluídas as subáreas de proteção da várzea do Rio Tietê, sob contínua ameaça de ocupação.

Barueri

Barueri, o primeiro município da Zona Oeste, com área total de 6.627,06 ha. Contava, em 1985, com área urbanizada de 3.729,61 ha (56,3% da área total); mosaico de agricultura e



Barueri uso do solo 1985		
	área (ha)	%
3	1083,25	16,3%
12	5,82	0,1%
15	505,98	7,6%
19		
21	1133,57	17,1%
24	3729,61	56,3%
25	25,04	0,4%
30	10,52	0,2%
31		
33	133,27	2,0%
total	6627,06	100,0%
ibge	65,70 km ²	

Tabela 20 (acima) - Barueri - uso do solo, 1985.
Tabela 21 (ao lado) - Barueri - no. de fragmentos classe 3 - entre 900 e 5000 m², 1985.

Elaboração do autor
Fonte: "Projeto MapBiomias - Coleção 4 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 2/11/19 através do link <https://mapbiomas.org/>"

Barueri no. fragmentos classe 3, entre 900 e 5000m ² 1985		
nº fragmentos	106	
área fragmentos classe 3	208,03	
área classe 3	1083,25	19%
área urbanizada classe 24	3729,61	6%

Figuras 62, 63, 64, 65 (página oposta) - RMS - Barueri. Evolução de uso do solo e cobertura, período 1985-1995. Elaboração do autor

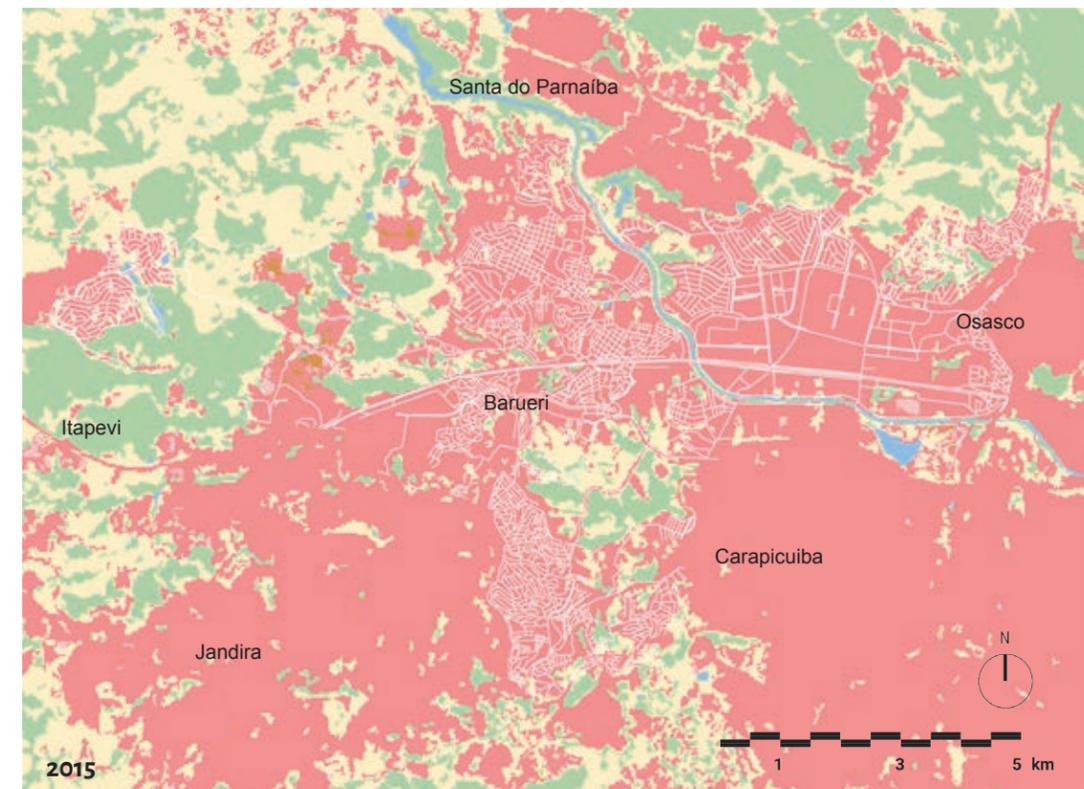
Fonte: "Projeto MapBiomias - Coleção 4 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 2/11/19 através do link <https://mapbiomas.org/>"



Barueri uso do solo 2015		
	área (ha)	%
3	978,36	14,7%
12	4,44	0,1%
15	97,63	1,5%
19		
21	1031,82	15,5%
24	4360,95	65,7%
25	66,36	1,0%
30	29,00	0,4%
31		
33	70,68	1,1%
total	6639,24	100,0%
ibge	65,701 km ²	

Tabela 22 (acima) - Barueri - uso do solo, 2015.
Tabela 23 (ao lado) - Barueri - no. de fragmentos classe 3 - entre 900 e 5000 m², 2015.

Elaboração do autor
Fonte: "Projeto MapBiomias - Coleção 4 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 2/11/19 através do link <https://mapbiomas.org/>"



Barueri no. fragmentos classe 3 entre 900 e 5000m ² 2015		
no fragmentos classe 3	193	
área fragmentos classe 3 (ha)	193,93	
área classe 3 (ha)	978,36	20%
área classe 24 (ha)	4360,95	4%

Legenda
 Formação florestal / Floresta plantada
 Formação campestre
 Pastagem / Cultura anual e perene / Mosaico de agricultura e pastagem
 Infraestrutura urbana
 Não observado / Outra área não vegetada
 Mineração
 Rio, lago, oceano

pastagem, 1.133,57 ha (17,1%); formação florestal, 1.083,25 ha (16,3%); e pastagem, 505,98 ha (7,6%). Em 2015, a área urbanizada registrou crescimento de 631,34 ou 16,93%, alcançando 4.360,95 ha (66%), enquanto a formação florestal encolheu em 104,89 ha (-9,68%), resultando numa área de 978,36 ha (18%), e a pastagem sofreu expressiva redução (97,63 ha, -512,6%).

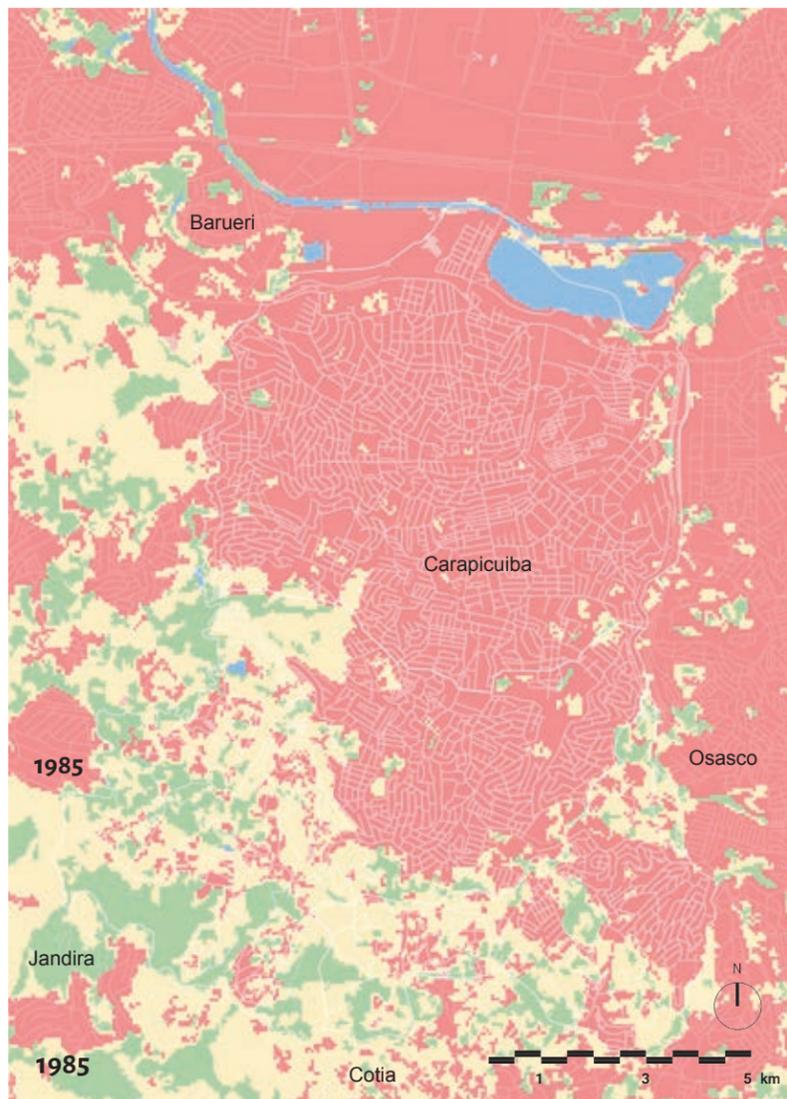
O crescimento da área urbanizada de quase 17% ou aproximadamente 630 ha, ocorreu em paralelo e às custas da perda de 10% de formação florestal e de mais de 500% de pastagem. Em resumo, mais de 600 ha de perda de espaços

livres.

Restam poucos espaços livres com extensas áreas, uma de uso institucional militar abrigando diversas divisões administrativas do Exército, situada na porção central do território municipal, e outras no extremo oeste do município, estas sob forte pressão de ocupação.

Carapicuíba

O segundo município da Zona Oeste tem área total de 6.627,06 ha. Contava, em 1985, com área urbanizada de



Figuras 66, 67, 68, 69 (página oposta) - RMSP - Carapicuíba. Evolução de uso do solo e cobertura, período 1985-1995. Elaboração do autor
 Fonte: "Projeto MapBiomias - Coleção 4 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 2/11/19 através do link <https://mapbiomas.org/>"

Tabela 24 (ao lado) - Carapicuíba - uso do solo, 1985.
 Tabela 25 (abaixo) - Carapicuíba - no. de fragmentos classe 3 - entre 900 e 5000 m2, 1985.
 Elaboração do autor
 Fonte: "Projeto MapBiomias - Coleção 4 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 2/11/19 através do link <https://mapbiomas.org/>"

Carapicuíba uso do solo 1985		
	área (ha)	%
3	335,38	9,7%
12		
15	211,26	6,1%
21	601,05	17,5%
24	2249,07	65,4%
25	8,68	0,3%
30		
31		
33	35,89	1,0%
total	3441,32	100,0%
ibge	34,54 km²	

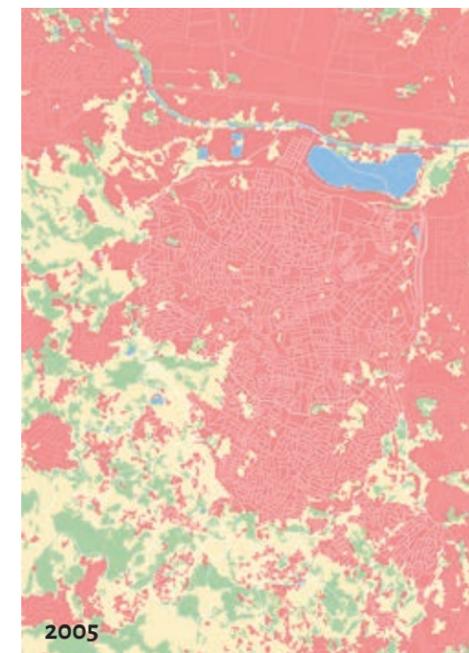
Carapicuíba no. fragmentos classe 3, entre 900 e 5000m2 1985	
nº fragmentos	43
área fragmentos classe 3	62,29
área classe 3	335,38 19%
área urbanizada classe 24	2249,07 3%



Carapicuíba uso do solo 2015		
	área (ha)	%
3	227,58	6,6%
12		
15	3,50	0,1%
21	502,93	14,6%
24	2692,24	78,2%
25	6,69	0,2%
30		
31		
33	8,38	0,2%
total	3441,32	100,0%
ibge	34,546 km²	

Tabela 26 (ao lado) - Carapicuíba - uso do solo, 2015.
 Tabela 27 (abaixo) - Carapicuíba - no. de fragmentos classe 3 - entre 900 e 5000 m2, 2015.
 Elaboração do autor
 Fonte: "Projeto MapBiomias - Coleção 4 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 2/11/19 através do link <https://mapbiomas.org/>"

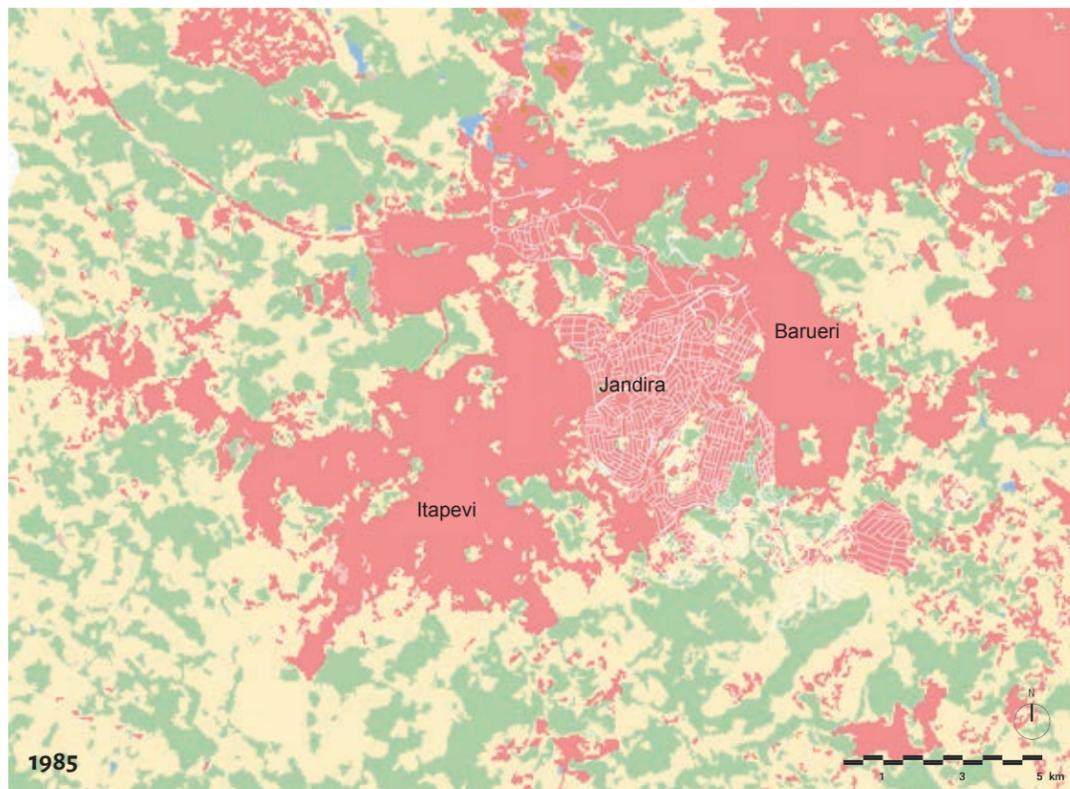
Carapicuíba no. fragmentos classe 3 entre 900 e 5000m2 2015	
no fragmentos classe 3	84
área fragmentos classe 3 (ha)	170,96
área classe 3 (ha)	227,58 75%
área classe 24 (ha)	2692,24 8%



município urbanizou o equivalente a 443 ha, perdendo mais de 100 ha de floresta e 200 ha de campo (pastagem). A grande parte do pequeno estoque de espaços livres está concentrada na porção sudoeste do município, área de urbanização de condomínios destinados à alta renda, em continuidade ao mesmo padrão de ocupação verificado na Granja Viana, no município vizinho de Cotia.

Jandira

Jandira, terceiro município do setor Oeste, tem área



Jandira uso do solo 1985		
	área (ha)	%
3	401,16	23,1%
12	1,48	0,1%
15	116,02	6,7%
21	305,22	17,6%
24	914,07	52,6%
25	0,41	0,0%
30		
31		
33		
total	1738,37	100,0%
ibge	17,50 km ²	

Tabela 28 (acima) - Jandira - uso do solo, 1985.
Tabela 29 (ao lado) - Jandira - no. de fragmentos classe 3 - entre 900 e 5000 m², 1985.

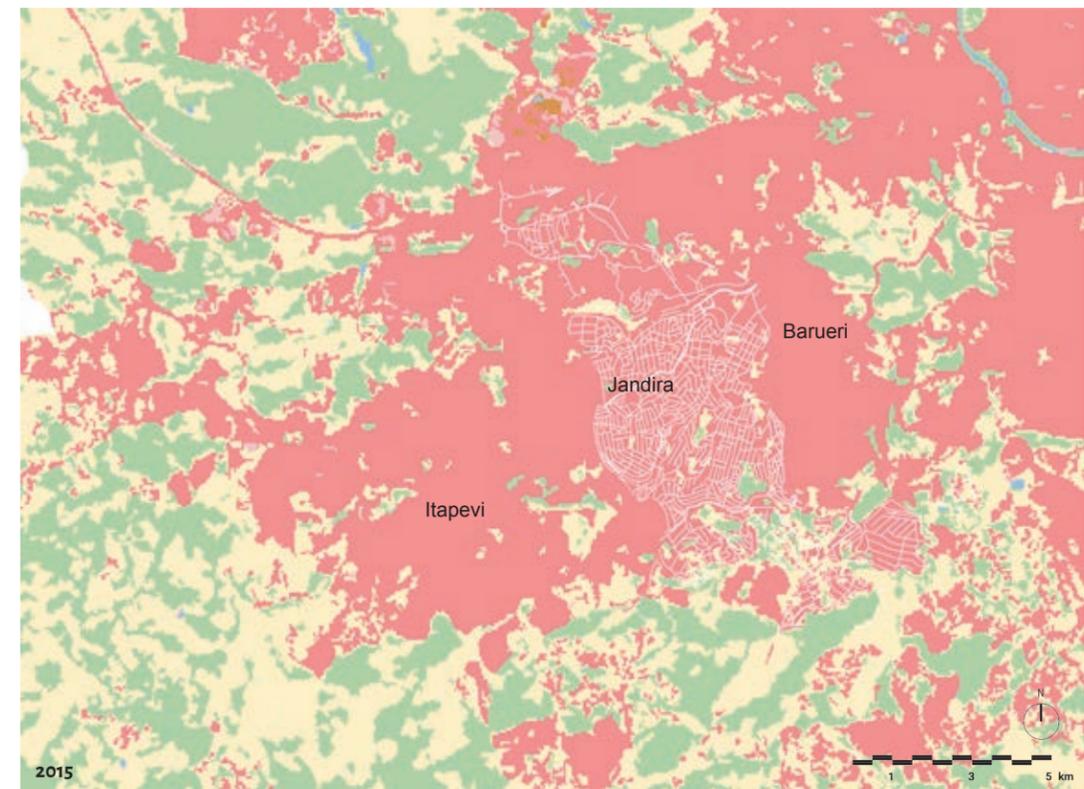
Elaboração do autor
Fonte: "Projeto MapBiomas - Coleção 4 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 2/11/19 através do link <https://mapbiomas.org/>"

Jandira no. fragmentos classe 3, entre 900 e 5000m ² 1985		
nº fragmentos	22	
área fragmentos classe 3	42,92	
área classe 3	401,16	11%
área urbanizada classe 24	914,07	5%

Jandira uso do solo 2015		
	área (ha)	%
3	217,02	12,5%
12		
15	5,88	0,3%
21	272,66	15,7%
24	1241,41	71,4%
25	1,12	0,1%
30		
31		
33	0,28	0,0%
total	1738,36	100,0%
ibge	17,449 km ²	

Tabela 30 (acima) - Jandira - uso do solo, 2015.
Tabela 31 (ao lado) - Jandira - no. de fragmentos classe 3 - entre 900 e 5000 m², 2015.

Elaboração do autor
Fonte: "Projeto MapBiomas - Coleção 4 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 2/11/19 através do link <https://mapbiomas.org/>"



Jandira no. fragmentos classe 3 entre 900 e 5000m ² 2015		
no fragmentos classe 3	54	
área fragmentos classe 3 (ha)	57,39	
área classe 3 (ha)	217,02	26%
área classe 24 (ha)	1241,41	5%

Legenda
 Formação florestal / Floresta plantada
 Formação campestre
 Pastagem / Cultura anual e perene / Mosaico de agricultura e pastagem
 Infraestrutura urbana
 Não observado / Outra área não vegetada
 Mineração
 Rio, lago, oceano

Figuras 70, 71, 72, 73 (página oposta) - RMSP - Jandira. Evolução de uso do solo e cobertura, período 1985-1995. Elaboração do autor
Fonte: "Projeto MapBiomas - Coleção 4 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 2/11/19 através do link <https://mapbiomas.org/>"



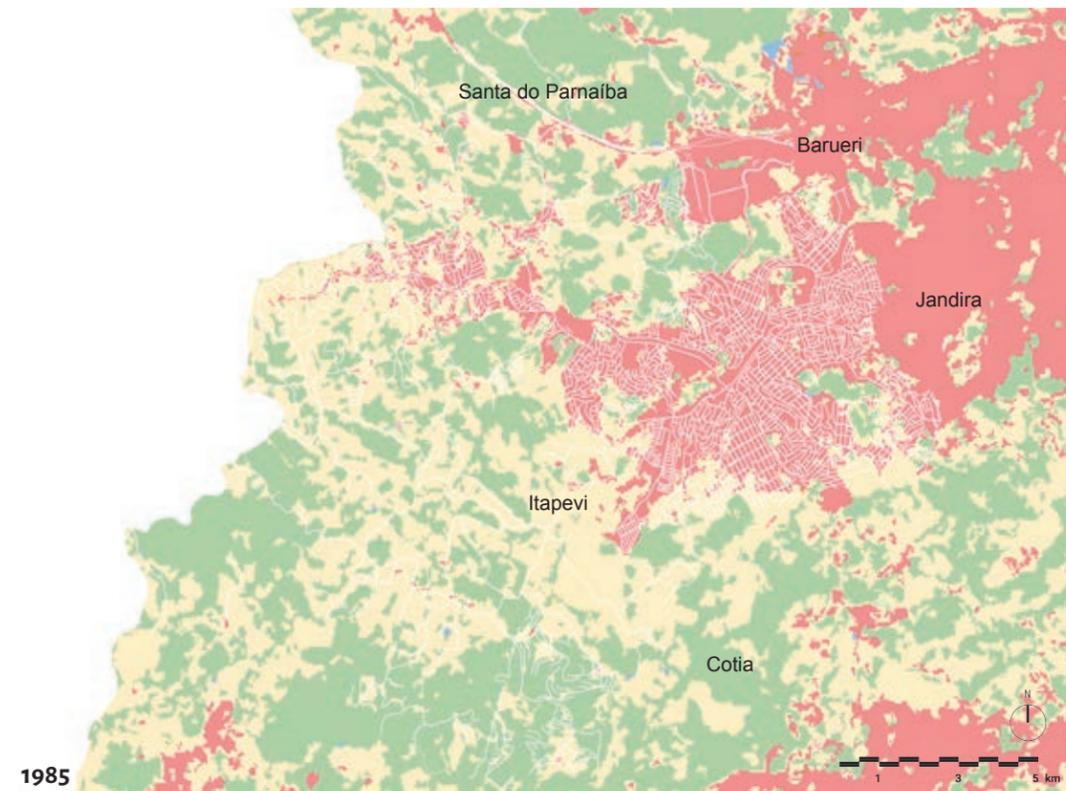
total de 6.627,06 ha. Em 1985, a área urbanizada era de 914,07 ha (52,6% da área total); mosaico de agricultura e pastagem, 305,22 ha (17,6%); formação florestal, 401,16 ha (23,1%) e pastagem, 116,02 ha (6,7%). Em 2015, a área urbanizada cresceu em 327,33 ha ou 35,81%, alcançando 1.241,41 ha (71,4%), tendo havido redução de formação florestal em 184,15 ha (-45,90 %), restando 217,02 ha (12,5%), e de pastagem (5,88 ha, 0,3% da área total, com perda de cerca de 110 há).

Em resumo, quase 300 ha de espaços livres foram urbanizados, passando a representar pouco mais de 20% do território municipal. Do restante, boa parte está confinada no setor sul do município, onde, novamente, predomina a

ocupação de alta renda, com o padrão típico de parcelamento condominial isolado.

Itapevi

O último município do setor Oeste, Itapevi, tem área total



1985

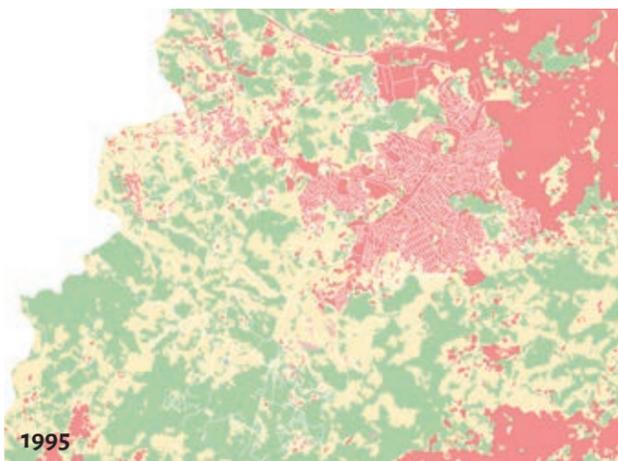
Itapevi uso do solo 1985		
área (ha)	%	
3	3031,12	36,6%
12	15,53	0,2%
15	1362,66	16,5%
21	2061,91	24,9%
24	1767,29	21,4%
25	30,30	0,4%
30		
31		
33	4,40	0,1%
total	8273,22	100,0%
ibge	82,658 km ²	

Tabela 32 (acima) - Itapevi - uso do solo, 1985.
Tabela 33 (ao lado) - Itapevi - no. de fragmentos classe 3 - entre 900 e 5000 m², 1985.

Elaboração do autor
Fonte: "Projeto MapBiomias - Coleção 4 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 2/11/19 através do link <https://mapbiomas.org/>"

Itapevi no. fragmentos classe 3, entre 900 e 5000m ² 1985		
nº fragmentos	86	
área fragmentos classe 3	189,74	
área classe 3	3031,12	6%
área urbanizada classe 24	1767,29	11%

Figuras 74, 75, 76, 77 (página oposta) - RMSP - Itapevi. Evolução de uso do solo e cobertura, período 1985-1995. Elaboração do autor
Fonte: "Projeto MapBiomias - Coleção 4 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 2/11/19 através do link <https://mapbiomas.org/>".



1995



2005

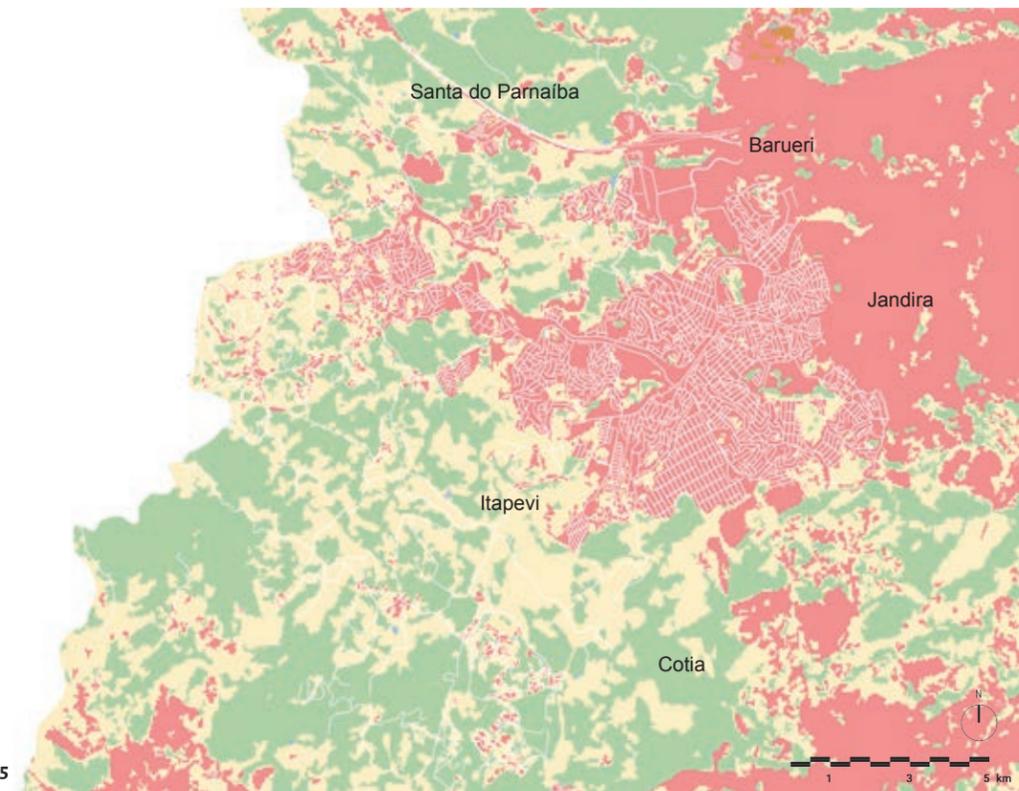
Itapevi uso do solo 2015		
área (ha)	%	
3	2933,81	35,5%
9	12,73	0,2%
12	7,61	0,1%
15	359,81	4,3%
21	2520,34	30,5%
24	2407,60	29,1%
25	26,83	0,3%
30		
31		
33	4,48	0,1%
total	8273,21	100,0%
ibge	82,658 km ²	

Tabela 34 (acima) - Itapevi - uso do solo, 2015.
Tabela 35 (ao lado) - Itapevi - no. de fragmentos classe 3 - entre 900 e 5000 m², 2015.

Elaboração do autor
Fonte: "Projeto MapBiomias - Coleção 4 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 2/11/19 através do link <https://mapbiomas.org/>"

Itapevi no. fragmentos classe 3 entre 900 e 5000m ² 2015	
no fragmentos classe 3	175
área fragmentos classe 3 (ha)	191,22
área classe 3 (ha)	2933,81 7%
área classe 24 (ha)	2407,60 8%

2015



Legenda
 Formação florestal / Floresta plantada
 Formação campestre
 Pastagem / Cultura anual e perene / Mosaico de agricultura e pastagem
 Infraestrutura urbana
 Não observado / Outra área não vegetada
 Mineração
 Rio, lago, oceano

de 8.273,22 ha. Em 1985, a área urbanizada era de 1.767,29 ha (21,4%) da área total; mosaico de agricultura e pastagem, 2.061,91 ha (24,9%); formação florestal, 3.031,12 ha (36,6%) e pastagem, 1.362,66 ha (16,5%). Em 2015, a área urbanizada cresceu em 640,31 ha ou 36,23%, alcançando 2.407,60 ha (29,10%), tendo havido redução de formação florestal em 97,31 ha (-3,21%), resultando em 2.407,60 ha (29,1%), e de pastagem (359,81 ha, 4,3% da área total, com perda de cerca de 100 ha).

O município está situado na fronteira oeste da expansão da área urbanizada, onde a urbanização vinda do leste prolonga-se por Itapevi, formando o setor leste do

município, densamente ocupado. Dois extensos conjuntos de espaços livres vão sendo paulatinamente ocupados por núcleos urbanizados, estimulados ao oeste pela ligação com São João Novo e São Roque e ao Sudoeste com a ligação com o município de Vargem Grande Paulista e a Rodovia Raposo Tavares.

Considerando o movimento geral de áreas e usos dos sete municípios selecionados nos últimos trinta anos (tabela 36), o setor Leste da RMSP perdeu 660 ha de formação florestal

do bioma mata atlântica, e a área urbanizada cresceu 990 ha. No setor Oeste, a perda de formação florestal foi cerca de 910 ha e a área urbanizada cresceu, conquistando uma área de 2.158 ha. No total, a formação florestal perdeu 1.570 ha e a área urbanizada ganhou 3.148 ha, sem prejuízo das diferenças devidas às transformações havidas nos demais espaços livres, especialmente perdas nas áreas de pastagem. Os municípios que tiveram as maiores expansões da área urbanizada foram Itaquaquetuba, +630 ha aproximadamente; Barueri, + 443 ha, Carapicuíba, + 443 ha; e Ferraz de Vasconcelos, +233 ha. Os municípios que mais perderam formação florestal foram Jandira (-184,15 ha), a oeste, e Itaquaquetuba (-513 ha), a leste.

Lembrando que uma das características dos espaços livres residuais – **elr** –, nosso objeto de estudo, é a presença de cobertura vegetal, eventualmente de porte arbóreo, a pesquisa extraiu das imagens e dos dados Landsat informações que permitiram analisar mais detidamente a relação entre área urbanizada e formação florestal, no que diz respeito à fragmentação dessas áreas, com o dimensionamento do número de fragmentos, a área total equivalente e dos percentuais desta em relação às áreas totais das classes aqui consideradas.

Foi possível verificar que, em paralelo à perda generalizada de formação florestal, houve um aumento do número de fragmentos da classe 3 em todos os municípios. O número total de fragmentos passou de 419 (1985) para 967 (2015), importando numa área de 1.025,72 ha ou cerca de 17% da área total da classe (6.147,01 ha). Isolando Itapevi, que detém mais de 47% (24.07,60 ha, 2015) do estoque da classe 3 do grupo (6147 ha), a área fragmentada passa a 32% do total.

Alguns comportamentos específicos também merecem comentário. Ferraz de Vasconcelos, com cerca de mais de

Tabela 36 - Balanço de áreas - classes 3 e 24, período 1985-2015
Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE, Informações dos Municípios Paulistas. <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/>

Balanço de áreas - classes 3 e 24 período 1985-2015		
	classe	área (ha)
Setor Leste	3	-660,14
Setor Oeste	3	-910,28
Setor Leste	24	990,21
Setor Oeste	24	2158,74

40% de seu território protegido pela legislação de mananciais e os restantes 60% densamente ocupados, viu dobrar a área de fragmentos classe 3 – de 40,31 ha em 1985 para 82,07 ha em 2015 –, e praticamente quadruplicar o número de fragmentos – de 42 e 83, respectivamente –, enquanto perdeu um total de 146,7 ha. Outros municípios têm um conjunto de fragmentos cujas áreas somadas representa um percentual significativo da área total da classe. Como Itaquaquetuba, que abriga parte da várzea do Rio Tietê em seu território, quase triplicou o número de fragmentos (de 114 para 312), cuja área em 2015 (320,38 ha) passou a representar cerca de 34% do total (aproximadamente 915 ha). Ou Poá, com 50% (72,77 ha) de sua diminuta área de 148,75 ha espalhados em 312 fragmentos. Ou ainda Carapicuíba, com 107,96 ha em 84 fragmentos, cerca de 47% do total de 227,58 ha.

Barueri, cujos 193 fragmentos somam 193,93 ha ou 20% do total de 978,38 ha. Jandira, com 25% da área total da classe 3 (57,4 ha e 217 ha, respectivamente), apresenta o menor número de fragmentos (54), e Itapevi, que conta com a maior reserva de formação florestal do grupo (2.933 ha aproximadamente), tem 175 fragmentos espalhados em pouco mais de 190 ha (6% do total).

A tabela 37 mostra a dinâmica de uso do solo e cobertura, classe 3 – formação florestal e classe 24 – área urbanizada.

As imagens mostram que a progressiva ocupação dos espaços livres peri e intraurbanos se dá através de um processo de expansão da área urbanizada que é fragmentário em si, até por princípio histórico. À fragmentação do espaço urbanizado corresponde a fragmentação dos espaços livres.

As imagens sugerem duas formas de desenvolvimento da ocupação do território que conduzem, primeiro, à fragmentação, depois à supressão dos espaços livres. A primeira forma é o prolongamento linear da malha num movimento de avanço por sobre o espaço livre, que pode ocorrer pela junção de abrigos precários que vão se agregando um a um. Segundo a formulação de Solá-Morales com relação às formas de crescimento urbano (1997)²⁴⁸, neste caso o processo ocorre pela sequência de

248 SOLÁ-MORALES I RUBIÓ, M. **Las formas de crecimiento urbano.**

Dinâmica de uso do solo e cobertura, classes 3 - formação florestal e 24 - área urbanizada Análise fragmentação classe 3- fragmentos entre 900 e 5000m2						
		1985		2015		%
		% área fragmentos s/ área total classe 3; s/ área total classe 24	% área fragmentos s/ área total classe 3; s/ área total classe 24	perda (ha)	ganho (ha)	
Ferraz de Vasconcelos	nº fragmentos	21	83	395,24		
	área fragmentos classe 3	40,31	82,07	-41,76		-103,60%
	área classe 3	874,96	728,26	-146,70		-16,77%
	área urbanizada classe 24	1200,97	1434,29	233,32		19,43%
Poa	nº fragmentos	27	66	244,44		
	área fragmentos classe 3	56,48	72,77	-		
	área classe 3	148,75	146,47	-		
	área urbanizada classe 24	1146,70	1209,50	62,79		5,48%
Itaquaquetuba	nº fragmentos	114	312	273,68	198	
	área fragmentos classe 3	239,32	320,38	81,06		33,87%
	área classe 3	1428,95	915,51	-513,44		-35,93%
	área urbanizada classe 24	3015,69	3772,59	756,90		25,10%
Barueri	nº fragmentos	106	193	182,08	87	
	área fragmentos classe 3	208,03	193,93	14,10		6,78%
	área classe 3	1083,25	978,36	-104,89		9,68%
	área urbanizada classe 24	3729,61	4360,95	631,34		16,93%
Carapicuíba	nº fragmentos	43	84	195,35	41	
	área fragmentos classe 3	62,29	107,96	-45,67		-73,32%
	área classe 3	335,38	227,58	-107,80		-32,14%
	área urbanizada classe 24	2249,07	2692,24	443,17		19,70%
Jandira	nº fragmentos	22	54	245,45	17	
	área fragmentos classe 3	42,92	57,39	14,47		33,71%
	área classe 3	401,16	217,02	-184,15		-45,90%
	área urbanizada classe 24	914,07	1241,41	327,33		35,81%
Itapevi	nº fragmentos	86	175	203,49	89	
	área fragmentos classe 3	189,74	191,22	1,48		0,78%
	área classe 3	3031,12	2933,81	-97,31		-3,21%
	área urbanizada classe 24	1767,29	2407,60	640,31		36,23%

E(dificação)+P(arcelamento)+U(rbanização); ou pela adição de polígonos inteiros – os parcelamentos irregulares, mais ou menos regulares quanto a geometria, mas normalmente irregulares normativa e legalmente. Na concepção de Solá-Morales: P(arcelamento)+E(dificação)+U(rbanização). De todo modo, o traço comum é a máxima ocupação do solo, onde não há espaço a desperdiçar. Uma combinação funesta entre a máxima necessidade do abrigo e o máximo rendimento da terra, sem qualquer mediação.

O segundo movimento, em sucessão aparentemente lógica, é o cercamento dos fragmentos de espaço livre que vão se formando, por rejeição e em oposição ao espaço construído, esse em permanente expansão. Esses espaços vão sendo progressivamente fechados, confinados em si mesmos, restando por fim as áreas impróprias à ocupação que, a seu tempo, acabarão por ser ocupadas. O que significa dizer que os espaços livres residuais tendem a ser ocupados,

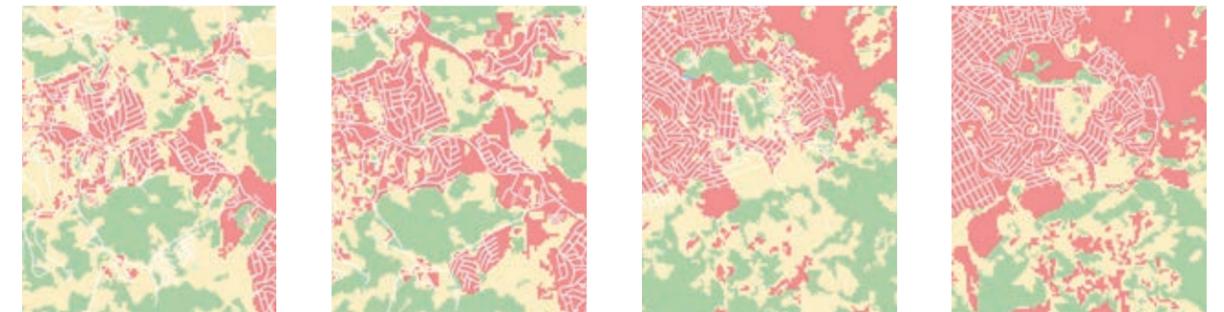
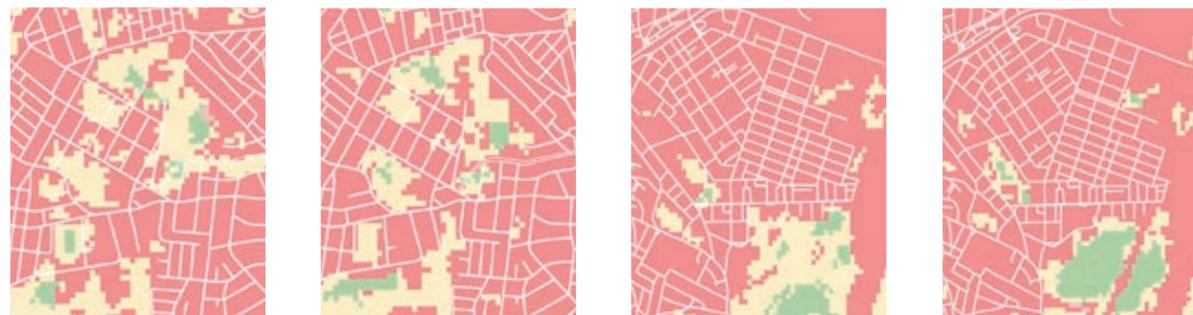
Barcelona: Edicions UPC, 1997.

Tabela 37 – Dinâmica de uso do solo e cobertura, quadro analítico de áreas, período 1985 – 2015. Fonte: elaboração do autor sobre dados extraídos de “Projeto MapBiomias – Coleção 4 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 2/11/19 através do link <https://mapbiomas.org/>”.

e que as dificuldades do meio físico poderão ser atropeladas pela pressão da demanda do abrigo básico, sem que tenham sido de fato superadas.

Registrados os movimentos gerais das massas de uso, os processos territoriais e os vetores que determinam a transformação, parece ser possível desenhar um mapa estratégico das possíveis ocupações dos espaços livres residuais, sugerido pelos vetores históricos e seus agentes. Trata-se de reconhecer na regra praticada as lógicas locais de ocupação, e se antecipar a ela. Ou, de modo inverso, um mapa estratégico de oportunidades de qualificação dos espaços livres residuais. Lacoste pergunta: para que serve a geografia? Para a guerra, responde. Vale observar que isso vale para qualquer lado.

O problema se recoloca, não é mais a identificação espacial de um processo geral metropolitano que se manifesta suas fronteiras de modo geral, mas a identificação do efeito local, isto é, o conjunto de fragmentos ou espaços



RMSP - Cercamento e prolongamento, recortes exemplares.-
1985-2015

Figuras 78, 79, 80, 81 - Ferraz de Vasconcelos

Figuras 82, 83, 84, 85 - Poá

Figuras 86, 87, 88, 89 - Itaquaquetuba

Elaboração do autor

Fonte: "Projeto MapBiomas – Coleção 4 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 2/11/19 através do link <https://mapbiomas.org/>".

RMSP - Cercamento e prolongamento, recortes exemplares.-
1985-2015

Figuras 90, 91, 92, 93 - Barueri

Figuras 94, 95, 96, 97 - Carapicuíba

Figuras 98, 99, 100, 101 - Jandira

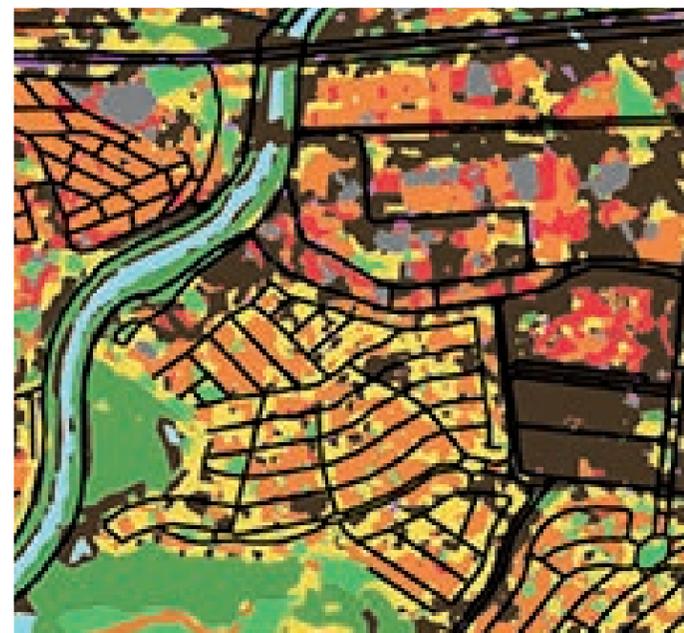
Figuras 102, 103, 104, 105 - Itapevi

Elaboração do autor

Fonte: "Projeto MapBiomas – Coleção 4 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 2/11/19 através do link <https://mapbiomas.org/>".



Figura 106 a, b - Barueri, RMSP - 2019. (a) Uso do solo e cobertura, (b, ao lado) Vegetação. Excerto. Elaboração do autor. Fonte: Rosa, 2018.



Balanço de áreas de uso municípios - classes floresta e campo - 2019					
município (ha)	área (ha)	classe			
		floresta (ha)	%	campo (ha)	%
Barueri	6.627,06	1.458,29	22,01	573,85	8,66
Carapicuíba	3.441,32	480,48	13,96	155,99	4,53
Jandira	1.738,37	356,42	20,50	126,50	7,28
Itapevi	8.273,22	3.984,97	48,17	1.057,22	12,78
total setor oeste	20.079,97	6.280,15	31,28	1.913,37	9,53
Ferraz de Vasconcelos	2.943,91	811,08	27,55	242,01	8,22
Poá	1.698,16	204,52	12,04	110,02	6,48
Itaquaquecetuba	8.296,87	1.262,17	15,21	836,06	10,08
total setor leste	12938,94	2.277,77	54,81	1.186,10	24,78

Tabela 38 - Balanço de áreas de uso de municípios - classes floresta e campo - 2019. Elaboração do autor. Fonte: Rosa, (2018)

Análise fragmentação classe floresta- fragmentos entre 500 e 5000m2				
	área classe floresta (ha)	fragmentos 500-5000 m2	área (ha)	%
Barueri	1.458,29	464	220,58	15
Carapicuíba	480,48	210	92,48	19
Jandira	356,42	115	77,71	22
Itapevi	3.984,97	403	233,24	6
total setor oeste	6.280,15	1.192	624,01	10
Ferraz de Vasconcelos	811,08	187	115,85	14
Poá	204,52	134	89,62	44
Itaquaquecetuba	1.262,17	710	392,53	31
total setor oeste	2.277,77	1.031	597,99	26

Tabela 39 - Análise de fragmentação - classes floresta e campo - 2019. Elaboração do autor. Fonte: Rosa, (2018)

áreas.

A tabela 38, "Balanço de áreas de uso - classes floresta e campo - municípios - 2019", expressa a relação proporcional entre as classes floresta e campo e a área do município. No setor Oeste, a área de floresta equivale a 6.280 ha ou mais de 30% das áreas dos municípios somadas. A classe campo representa 10%, com 190 ha aproximadamente. No setor Oeste, o uso floresta ocupa 2.277 ha, equivalendo a cerca de 55% da somatória das áreas dos municípios. Campo, quase 1.200 ha, cerca de 25%.

Como observado antes, os usos englobados na designação campo (classes pastagem e mosaico de agricultura e pastagem) sofreram transformações de uso importantes, especialmente como contribuintes do processo de expansão da área urbanizada. Essa tendência de avanço sobre os espaços livres sem cobertura vegetal arbórea tem significados diferentes em cada município. Se Barueri, Itapevi e Itaquaquecetuba têm áreas de floresta relativamente significativas, entre 1.200 e 4.000 ha, não é o caso de Carapicuíba e Poá, com áreas entre 200 e 480 ha, respectivamente 12% e 14% das áreas municipais. As áreas classificadas como campo representam apenas 4,5% e 6,5%. Se pressão = força/área, nestes dois municípios a pressão de ocupação afeta de modo ainda mais intenso os poucos espaços livres existentes

A tabela 39 dimensiona e relativiza o processo de fragmentação da classe floresta. No setor Oeste, cerca de 10% da área, equivalente a 624 ha, estão atomizados em quase 1.200 ha. No setor Leste, mais um quarto da área total da classe (2.277 ha) distribui-se em pouco mais de 1.000 fragmentos.

O dimensionamento dos usos do solo, sua transformação ao longo do tempo e, particularmente o processo de fragmentação das áreas de floresta, desenvolvidos até aqui, podem ser analisados visualmente pelo conjunto de mapas de vegetação a seguir.

Enquanto a situação política nacional sofria vertiginosa

livres residuais, como uma rede, dispersa na malha urbana, de possíveis espaços livres a qualificar. A mudança do problema implica a transição de escala.

O desenvolvimento desse segundo problema requer uma leitura de uso do solo em maior detalhe, que permita uma localização e uma quantificação mais apuradas. Esta série de imagens, com base nas imagens Sentinel 2, fornecem uma leitura detalhada do uso do solo, com uma classificação mais detalhada dos usos urbanos, e mais generalista quanto aos usos não urbanos, isto é, classificando-os como "floresta" e "campo".

Duas séries de cartas foram elaboradas: a primeira, mapas de uso do solo geral, que mostra a distribuição das massas de uso do solo no município; e a segunda, com foco preciso nos espaços livres residuais, por meio do registro cartográfico do conjunto de elementos existentes na malha urbana, e destaques eventuais para os espaços intraurbanos ou periurbanos, na fronteira da urbanização.

Lembrando que o recorte de qualificação do objeto de

estudo implica a presença de cobertura vegetal, não serão explicitadas novamente as áreas respectivas a todos os usos cartografados, ainda que os dados estejam disponíveis. Foram consideradas as categorias "floresta" e "campo"; a primeira por ser uma das características de identificação do objeto da pesquisa; o segundo porque, espaço livre copresente com as mesmas características que definem os **elr** (área, declividade), apresenta outros tipos de uso, podendo vir a ser substituído por espaço construído. Nesta escala, é representada uma situação específica, um momento particular e preciso de 2019 (imagem obtida em 2/12/2019).

Trata-se, agora, de verificar a existência dos **elr**, verificando localizações e dimensões, num ensaio de sistematização dos elementos, o que significa compreendê-los como um sistema, uma rede de espaços livres. Um subsistema do Sistemas de Espaços Livres.

A maior resolução de imagem utilizada nesta escala revela fragmentos antes despercebidos, não detectados na escala anterior. A maior aproximação permite conhecer a distribuição dos **elr** no território, assim como verificar suas

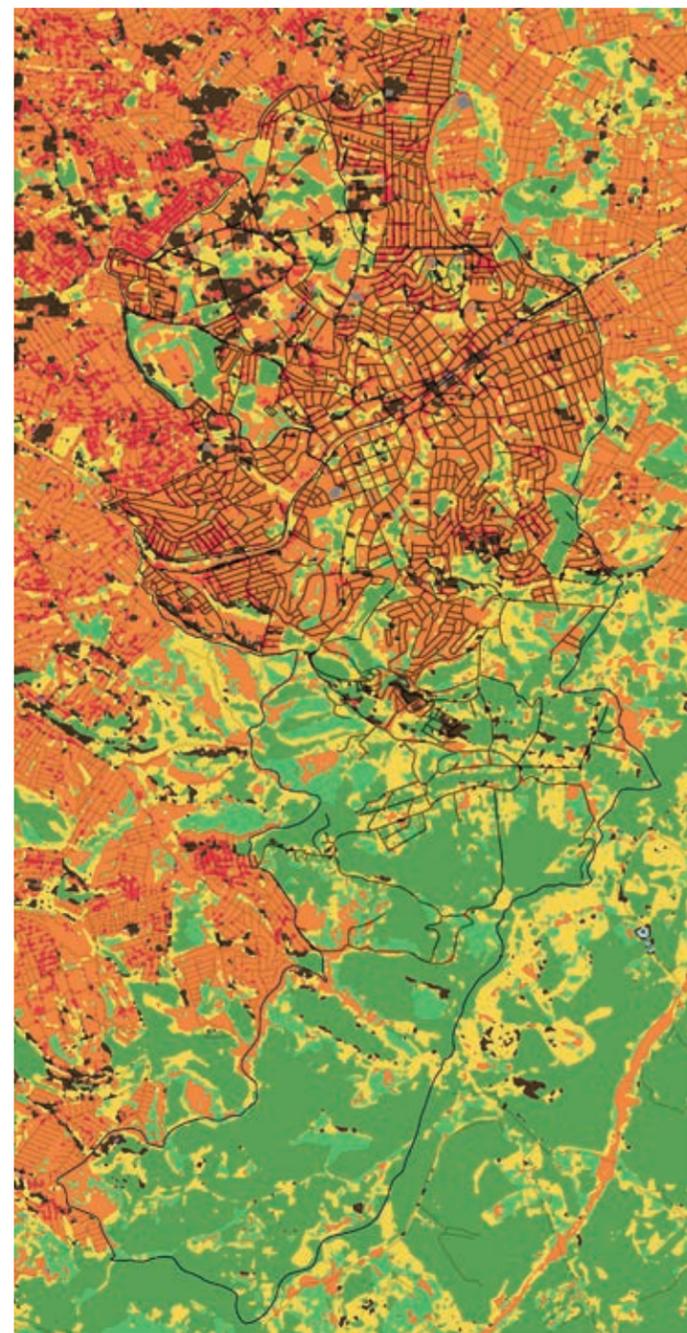
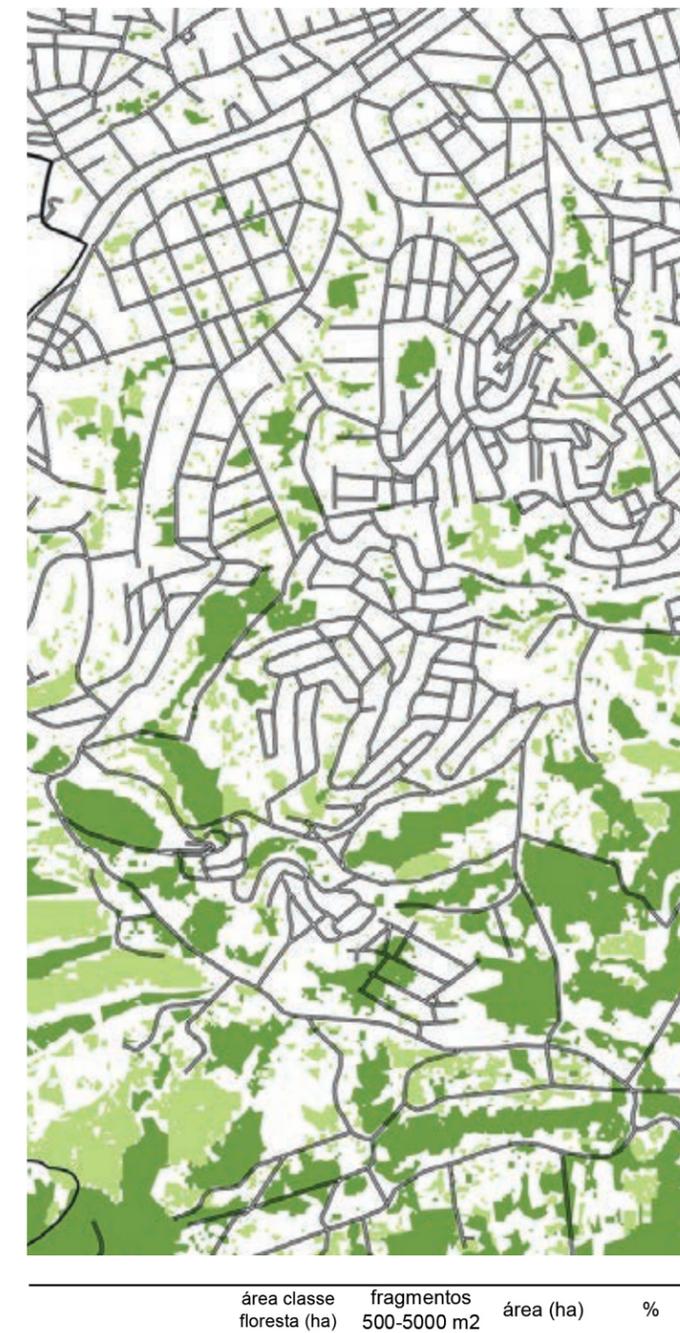


Figura 108 - Ferraz de Vasconcelos, RMSP. Uso do solo e cobertura - 2019. esc. 1:50000
Elaboração do autor
Fonte: Rosa, 2018.



Figura 109, 110 (ampliação) - Ferraz de Vasconcelos, RMSP
Mapa de espaços livres - classes floresta e campo - 2019 esc. 1:50000
Elaboração do autor
Fonte: Rosa, (2018)



	área classe floresta (ha)	fragmentos 500-5000 m2	área (ha)	%
Ferraz de Vasconcelos	811,08	187	115,85	14,28

Tabela 40 - Ferraz de Vasconcelos - Número e área de fragmentos e percentual do total - classe floresta.
Elaboração do autor
Fonte: Rosa (2018).

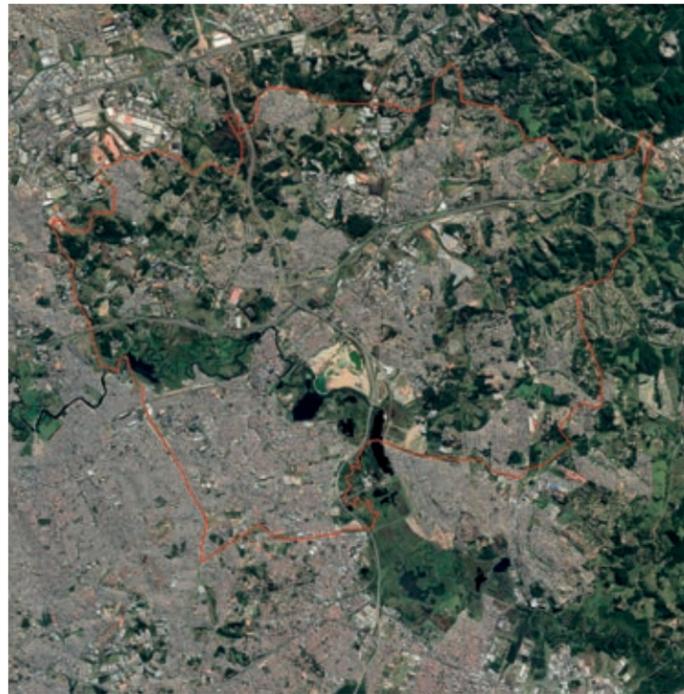


Figura 111 - Itaquaquetuba, RMSP.
Fonte: imagem Google Earth, acessada em 5/10/2019



Figura 113, 114 (ampliação, página oposta) - Itaquaquetuba, RMSP
Mapa de espaços livres - classes floresta e campo - 2019 esc. 1:50000
Elaboração do autor
Fonte: Rosa, (2018)



Legenda
 Floresta
 Campo
 Residencial arborizado
 Residencial adensado
 Verticalizado
 Industrial
 Vias principais
 Água

Figura 112 - Itaquaquetuba, RMSP. Uso do solo e cobertura - 2019.
esc. 1:50000
Elaboração do autor
Fonte: Rosa, 2018.



	área classe floresta (ha)	fragmentos 500-5000 m2	área (ha)	%
Itaquaquetuba	1262,17	710	392,53	31,10

Tabela 41 - Itaquaquetuba - Número e área de fragmentos e percentual do total - classe floresta.
Elaboração do autor
Fonte: Rosa (2018).



Figura 115 - Poá, RMSP.
Fonte: imagem Google Earth, acessada em 5/10/2019



Figura 117, 118 (ampliação, página oposta) - Poá, RMSP
Mapa de espaços livres - classes floresta e campo - 2019 esc. 1:50000
Elaboração do autor
Fonte: Rosa, (2018)



Figura 116 - Poá, RMSP. Uso do solo e cobertura - 2019. esc. 1:50000
Elaboração do autor
Fonte: Rosa, 2018.



	área classe floresta (ha)	fragmentos 500-5000 m2	área (ha)	%
Poá	204,52	134	89,62	43,82

Tabela 42 - Poá - Número e área de fragmentos e percentual do total - classe floresta, Elaboração do autor
Fonte: Rosa (2018).

Figura 119 - Barueri, RMSP.
 Fonte: imagem Google Earth, acessada em 5/10/2019



Legenda

- Floresta
- Campo
- Residencial arborizado
- Residencial
- Residencial adensado
- Verticalizado
- Industrial
- Vias principais
- Água

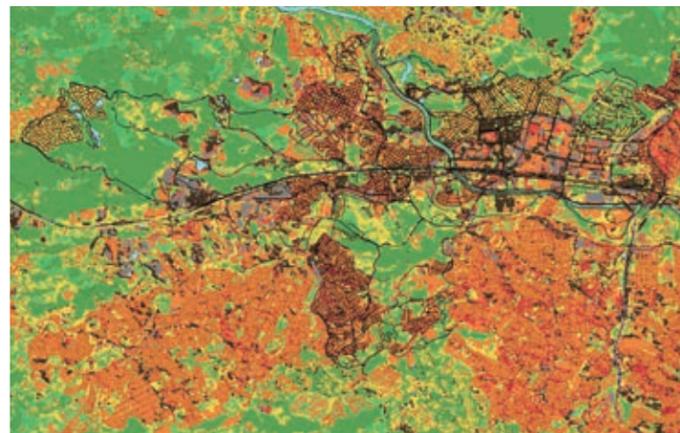
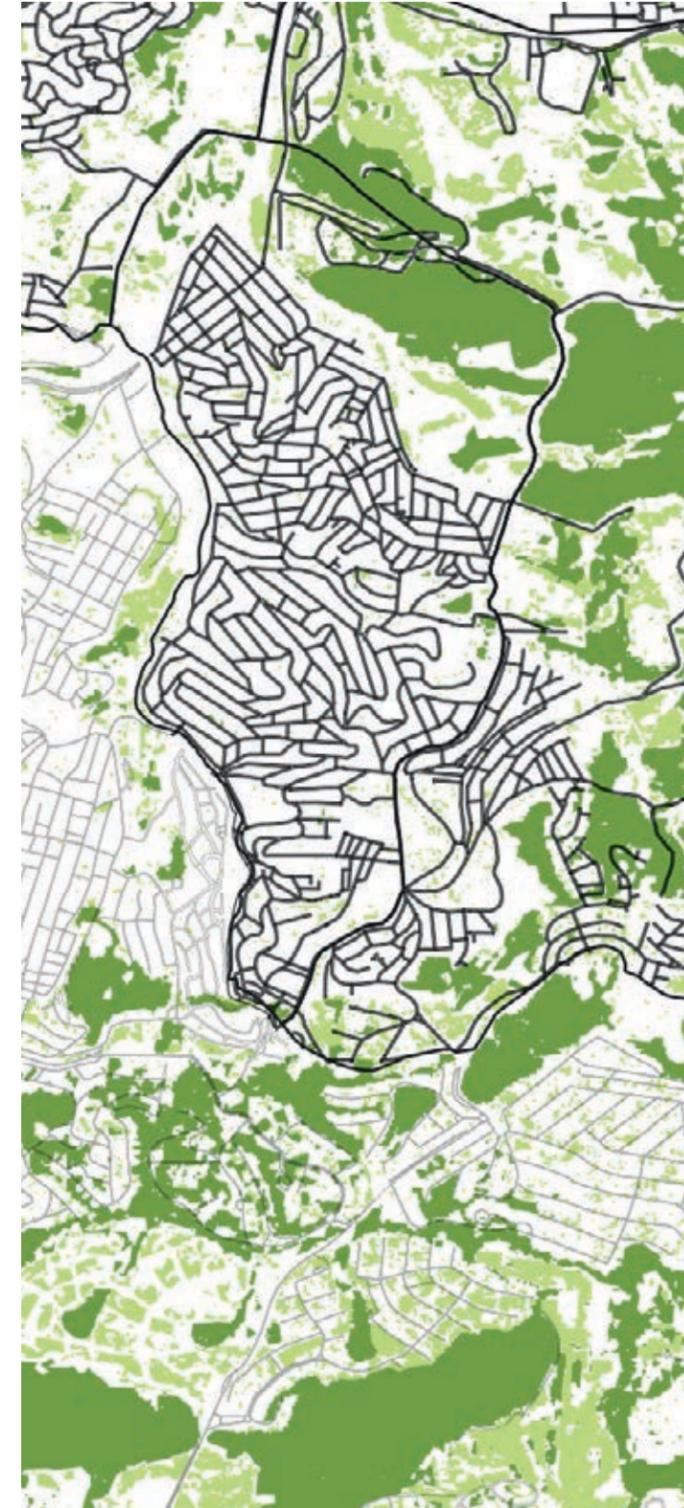


Figura 120 - Barueri, RMSP. Uso do solo e cobertura - 2019. esc. 1:50000
 Elaboração do autor
 Fonte: Rosa, 2018.



Figuras 121, 122 (ampliação, página oposta) - Barueri, RMSP
 Mapa de espaços livres - classes floresta e campo - 2019 esc. 1:50000
 (original)
 Elaboração do autor
 Fonte: Rosa, 2018.



	área classe floresta (ha)	fragmentos 500-5000 m2	área (ha)	%
Barueri	1458,29	464	220,58	15,13

Tabela 43 - Barueri - Número e área de fragmentos e percentual do total - classe floresta,
 Elaboração do autor
 Fonte: Rosa (2018).

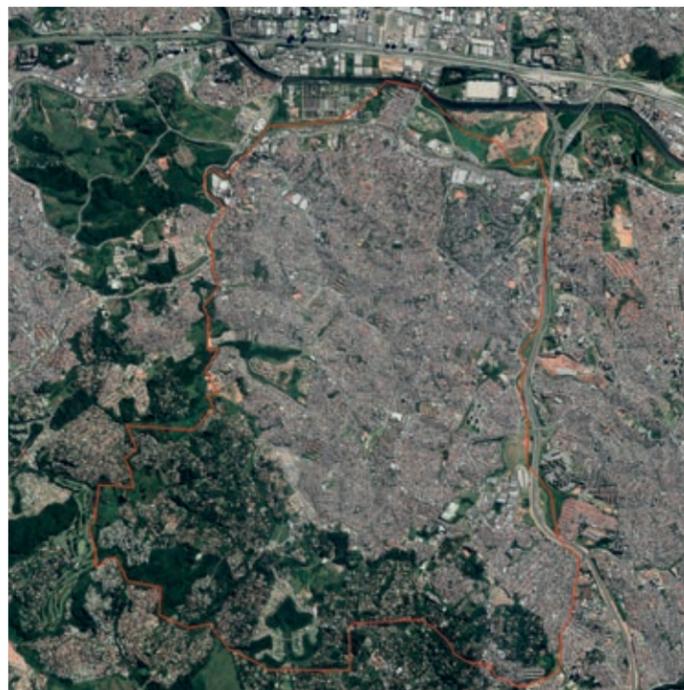
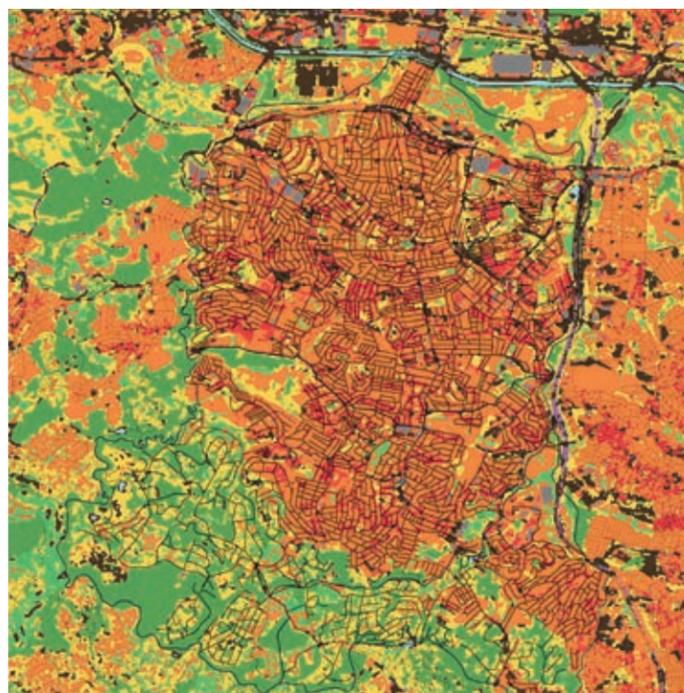


Figura 123 - Carapicuíba, RMSP.
Fonte: imagem Google Earth, acessada em 5/10/2019



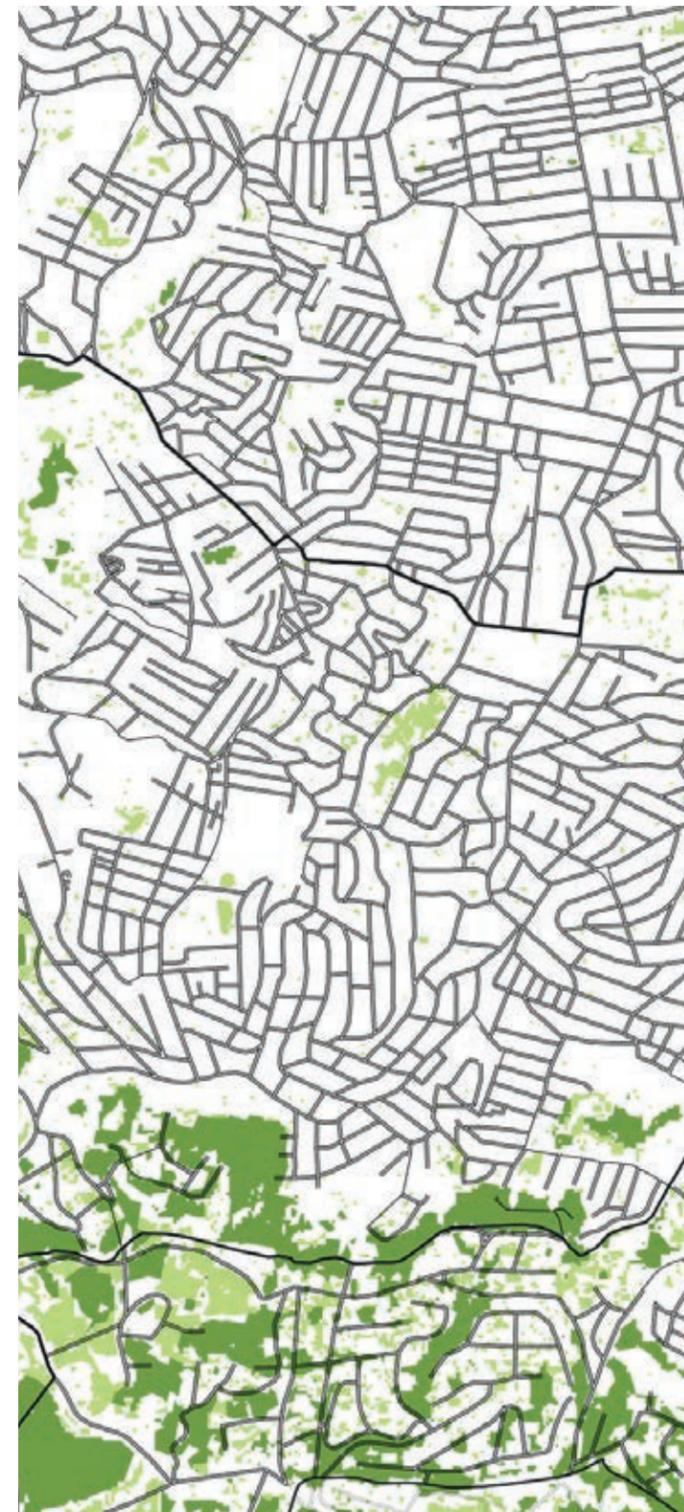
Figura 125, 126 (ampliação, página oposta) - Carapicuíba, RMSP
Mapa de espaços livres - classes floresta e campo - 2019 esc. 1:50000
Elaboração do autor
Fonte: Rosa, (2018)



Legenda

- Floresta
- Campo
- Residencial arborizado
- Residencial
- Residencial adensado
- Verticalizado
- Industrial
- Vias principais
- Água

Figura 124 - Carapicuíba, RMSP. Uso do solo e cobertura - 2019. esc. 1:50000
Elaboração do autor
Fonte: Rosa, 2018.



	área classe floresta (ha)	fragmentos 500-5000 m2	área (ha)	%
Carapicuíba	480,48	210	92,48	19,25

Tabela 44 - Carapicuíba - Número e área de fragmentos e percentual do total - classe floresta.
Elaboração do autor
Fonte: Rosa (2018).



Figura 127 - Jandira, RMSP.
Fonte: imagem Google Earth, acessada em 5/10/2019



Figura 129, 130 (ampliação, página oposta) - Jandira, RMSP
Mapa de espaços livres - classes floresta e campo - 2019 esc. 1:50000
Elaboração do autor
Fonte: Rosa, (2018)

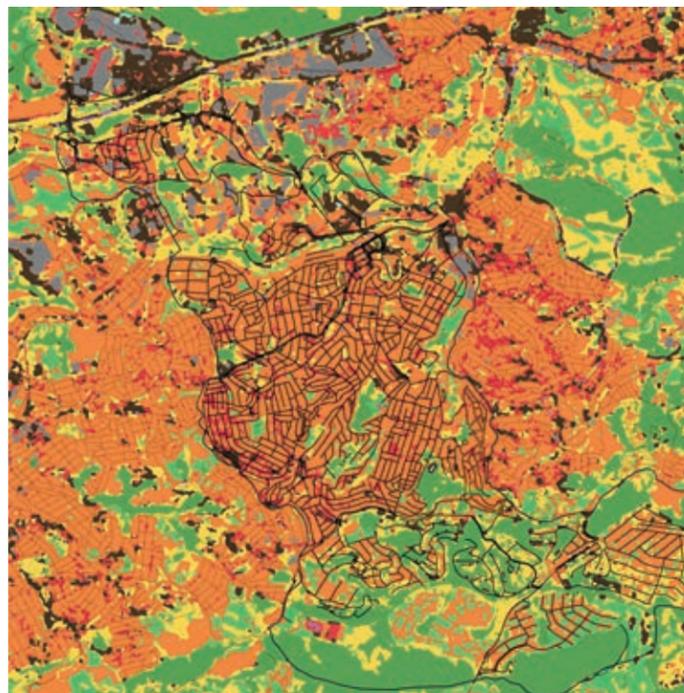
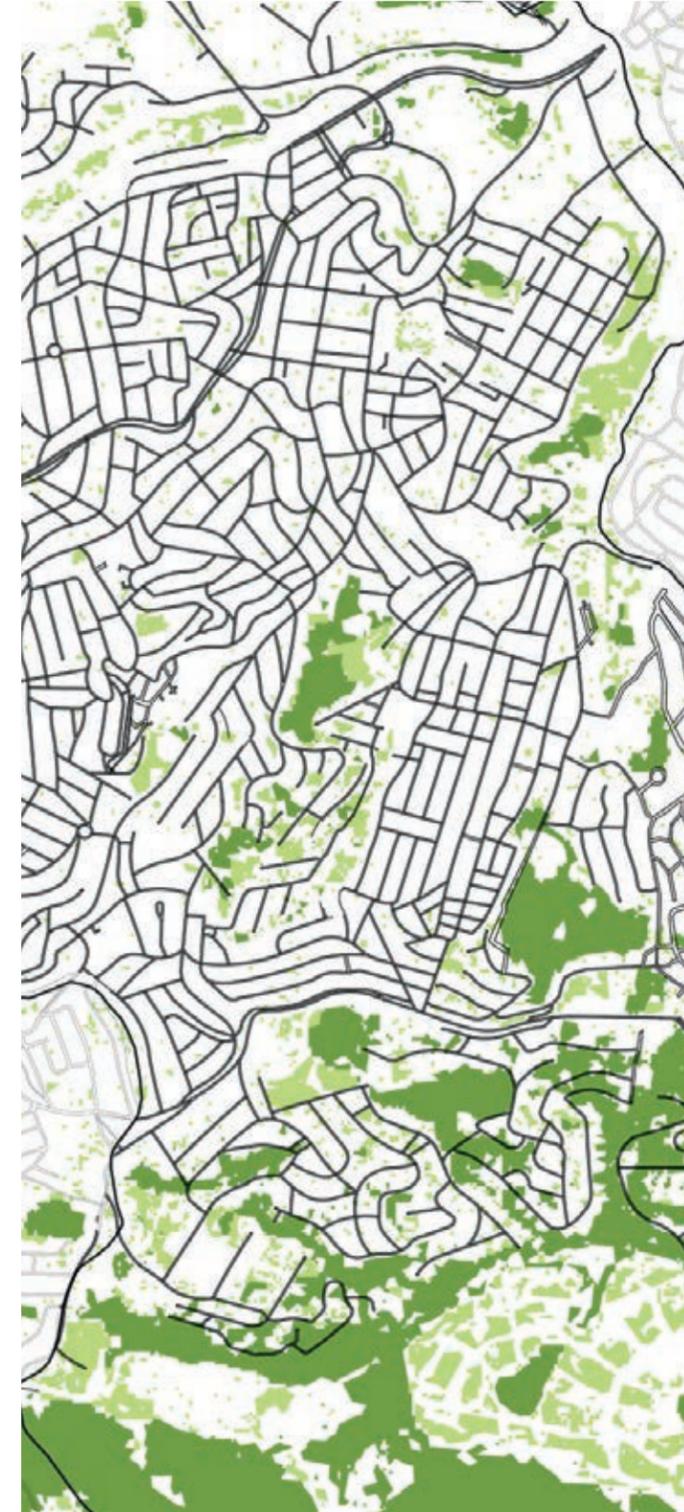


Figura 128 - Jandira, RMSP. Uso do solo e cobertura - 2019. esc. 1:50000
Elaboração do autor
Fonte: Rosa, 2018.

Legenda

- Floresta
- Campo
- Residencial arborizado
- Residencial adensado
- Industrial
- Vias principais
- Água



	área classe floresta (ha)	fragmentos 500-5000 m2	área (ha)	%
Jandira	356,42	115	77,71	21,80

Tabela 45 - Jandira - Número e área de fragmentos e percentual do total - classe floresta.
Elaboração do autor
Fonte: Rosa (2018).

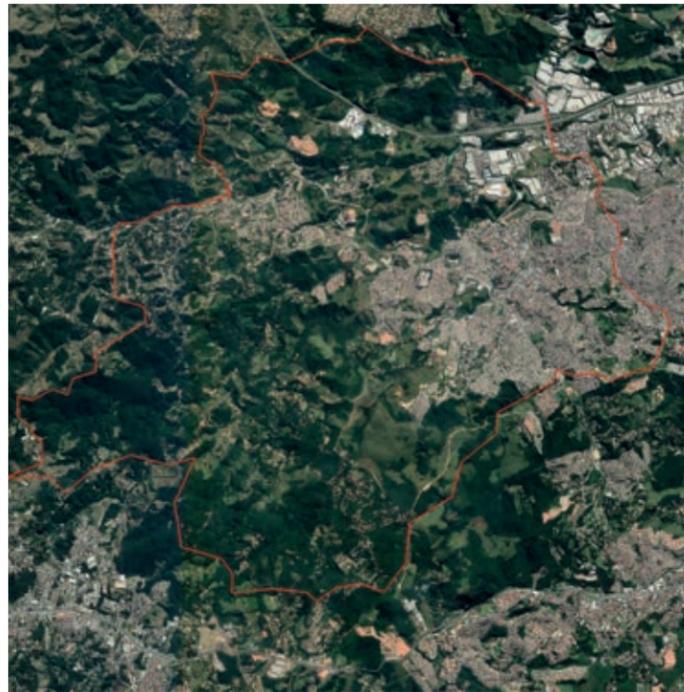
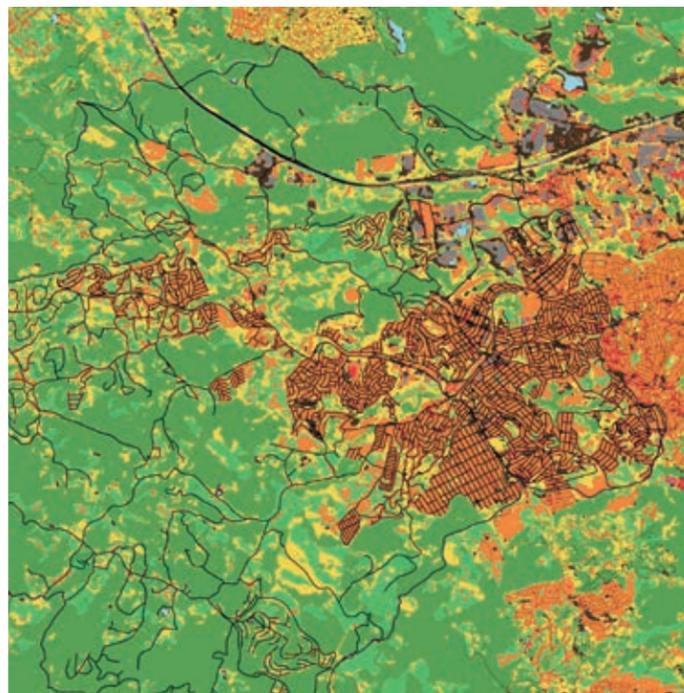


Figura 131 - Itapevi, RMSP.
Fonte: imagem Google Earth, acessada em 5/10/2019



Figura 133, 134 (ampliação, página oposta) - Itapevi, RMSP
Mapa de espaços livres - classes floresta e campo - 2019 esc. 1:50000
Elaboração do autor
Fonte: Rosa, (2018)



Legenda

- Floresta
- Campo
- Residencial arborizado
- Residencial
- Residencial arborizado
- Verticalizado
- Industrial
- Vias principais
- Água

Figura 132 - Itapevi, RMSP. Uso do solo e cobertura - 2019. esc. 1:50000
Elaboração do autor
Fonte: Rosa, 2018.



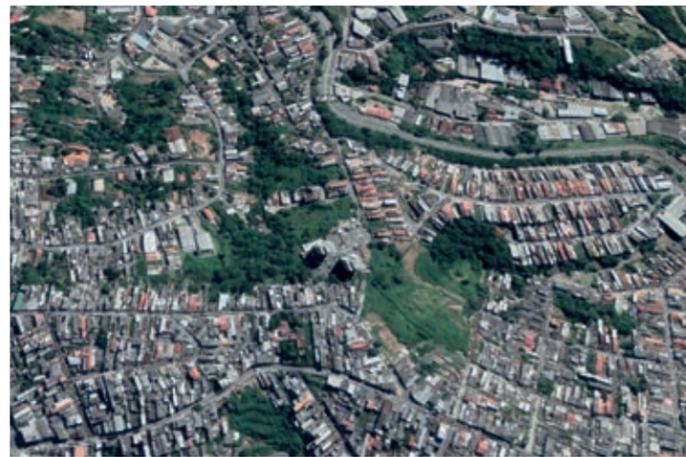
	área classe floresta (ha)	fragmentos 500-5000 m2	área (ha)	%
Itapevi	3984,97	403	233,24	5,85

Tabela 46 - Itapevi - Número e área de fragmentos e percentual do total - classe floresta.
Elaboração do autor
Fonte: Rosa (2018).









6 FINAL DE UMA HISTÓRIA, COMEÇO DE OUTRA?

deterioração num ritmo atordoante, eu me perguntava sobre o sentido desse trabalho. Cataclismo em conta-gotas: a debacle ambiental, o fosso abissal entre riqueza e miséria, o Estado incapaz de cumprir seu dever da segurança social, a recidiva agressiva do ultraconservadorismo global que, em seu arranjo tupiniquim, elegeu presidente de um país-continente, um ex-capitão do Exército expulso da corporação, notório pelas posições misóginas, racistas, pela pregação do ódio e do sectarismo e, last but not least, pela perigosa aproximação com ideias autoritárias fascistas, a colocar em risco o já combalido sistema político democrático brasileiro.

Neste momento, somos presas de mitos pré-fabricados, de salvadores da pátria e oportunistas de todo tipo, promovidos e sustentados por conluíus financeiro-digitais de inescrutáveis interesses, apoiados por milícias reais e virtuais.

Tal é o ambiente no qual esta tese se desenvolveu e que, paradoxalmente, lhe forneceu sua razão maior de ser, qual seja a defesa de uma proposição cuja natureza utópica coloca-se como contraponto vital a uma situação que se anuncia fatal.

Não é de hoje que a questão da utopia está colocada. Tem sido interessante, mas não menos triste, observar, ao longo de trinta anos de experiência didática em escolas de arquitetura e urbanismo, a queda constante da taxa de projeção do desejo, da vontade prospectiva, da curiosidade fundadora, da necessidade de negar e da necessidade de propor, em correspondência à uma distopia programaticamente instilada pelos grupos de poder no meio social, tomado pela falácia ideológica do individualismo hedonista a pautar costumes e consumo. A utopia não está naquilo que conhecemos, mas naquilo que queremos conhecer.

Utopia virou artigo raro, e cedeu lugar ao seu contrário, a distopia neoliberal. Então essa posição utopista ou pró-utópica que a tese assume significa uma reação àquilo que é percebido pelo autor como um certo estado catatônico geral, caracterizado pela tibieza, senão pela ambiguidade das reações das assim chamadas forças políticas progressistas do país.

Significa também uma provocação para o desafio de pensar as relações sociais na metrópole a partir de outro espaço, de outra perspectiva, segundo um outro paradigma.

A estimulante possibilidade dessa exploração teórica

surge, não por acaso, onde mais claramente se instalam as contradições da metrópole capitalista financista: a periferia da periferia da metrópole, exatamente onde os supostos benefícios deste sistema socioeconômico jamais chegam, senão como promessas eternamente renovadas em períodos eleitorais.

A designação “periferia da periferia” encerra uma proposta de reflexão sobre a classificação de uma parcela do espaço metropolitano que está além da periferia, no sentido de que as periferias “de ontem” acabaram por se tornarem novas centralidades. Sugere-se a oportunidade ou a necessidade de uma revisão da hierarquização dos espaços metropolitanos em relação às possibilidades de acesso às oportunidades de renda, saúde, educação e, obviamente, habitação. A periferia da periferia, ou espaço pós-periférico, mantém-se como que em um permanente “estado de servidão urbana”, assumindo as feições e as relações de uma cidade-dormitório cronicamente a reboque das próprias demandas. É o que nos foi revelado pelo estudo de caso de Ferraz de Vasconcelos, que motivou esta tese. Poderíamos afirmar o mesmo para Itaquaquecetuba, Carapicuíba, parte de Barueri, etc.

É neste espaço que ocorre o fenômeno observado na produção contínua de fragmentos de espaços livres, que coube à tese comprovar. A pesquisa cartográfica revelou a dinâmica e as formas de expansão da área urbanizada, também fragmentada, e por isso indutora de fragmentação. Esse é o processo está na origem do objeto de estudo da pesquisa, o espaço livre residual.

No contexto da periferia da periferia, ou espaço pós-periférico, a proposta de conquista e qualificação do elr por meio de uma ação social participativa quer simbolizar, assim como provocar, a possibilidade de uma alternativa de pensar a cidade e o urbanismo numa condição diversa daquela prevista pelos manuais, o que exige uma mudança da forma de conhecer e de reconhecer um espaço cuja característica de isolamento e segregação socioeconômica o diferencia no contexto espacial genericamente definido como espaço metropolitano periférico, onde pensar o elr é pensar a própria condição na cidade.

Isso implica em buscar alternativas aos tradicionais canais de representação política cujo comprometimento com causas outras que não as de cunho sociais é inequívoco. Tais

alternativas podem estar nos movimentos sociais. Daí sua importância e seu significado para a sociedade de forma geral, e para a tese em particular, como resposta em oposição à onda regressiva global.

Portanto, a proposta de requalificação dos elr se coloca na ordem de uma defesa simbólica do direito à cidade. Qualificar o elr é conquistá-lo como espaço urbano, espaço livre da cidade, elemento ativo e expressivo de uma paisagem que se transforma.

Verificada a ausência do Estado atavicamente praticada, e a inoperância dos canais de representação política da sociedade, a tese da qualificação dos elr apoia-se na premissa de uma ação participativa politicamente estruturada, pautando desta forma planos ou projetos apropriados como instrumentos de investigação e exploração conceitual do território e do espaço, a partir das demandas coletivamente problematizadas.

Para tanto, merecem destaque nestas considerações finais, alguns aspectos abordados pela tese.

É de fundamental importância o engajamento do jovem nos processos de transformação espacial. O último quartel do século XX e o primeiro do século XXI, demonstraram em diversos momentos a relevância da pulsão afirmativa vital do jovem. Articulada aos processos coletivos de tomada de consciência política, ela foi capaz de promover e contribuir para mudanças políticas, sociais e de comportamento significativas. Colocam-se em perspectiva histórica os diversos coletivos estudantis universitários e secundaristas, hoje engajados em movimentos sociais pela mobilidade, pela igualdade de gêneros, nos movimentos de habitação, de saúde e de educação, entre outras causas de inquestionável interesse social.

As referências históricas de Carlos Nelson Ferreira do Santos e seu embrião de processo comunitário participativo, e de Mayumi Souza Lima a dar voz e vez, por meio de dinâmicas participativas, aos estudantes de uma escola pública de segundo grau então em processo de reformulação de seu espaço físico arquitetônico, demonstram a potência do jovem frente a desafios supostamente complexos.

Em ambos os exemplos, a ousadia inovadora dos arquitetos está no abandono das zonas de conforto proporcionadas por premissas e certezas na verdade castradoras,

e na aposta na possibilidade da tomada de decisão pelos reais protagonistas do drama das transformações espaciais vividas, a partir de consciência da própria condição. As situações de instabilidade e de transição que as diferentes comunidades viviam, e que se apresentavam como crises de difícil resolução, acabaram por representar oportunidades de superação da condição original, e de conquista de autonomia cidadã.

Este é o sentido do resgate, pela tese, de tais experiências, além do valor histórico exemplar de cada uma, sem prejuízo de tantas outras experiências participativas mais recentes, todo modo mais acessíveis pela menor distância temporal.

Outro aspecto a ser considerado, numa desejável perspectiva de desdobramento desta tese, diz respeito ao papel do arquiteto urbanista. O urbanismo e a arquitetura modernos surgiram das demandas originadas das revoluções industriais, e tiveram na cidade lugar preferencial. O mote de um verdadeiro divisor de águas da história da humanidade que estes fatos históricos proporcionaram, possibilitou a criação de inúmeras formas, expressões e narrativas voltadas para o atendimento das questões sociais colocadas por uma forma de desenvolvimento econômico e tecnológico de dimensões inéditas que a civilização experimentava, do qual o desenvolvimento urbano é uma de suas manifestações.

Diante de tais transformações, tornou-se clara a impropriedade de se tratar a construção das cidades, e do abrigo essencial, segundo padrões estéticos tomados de empréstimo à estética burguesa, ou ainda segundo critérios socioeconômicos pautados pela ideologia do privilégio de classe como direito adquirido.

A função social do arquiteto urbanista desenhou-se como uma resposta a este específico, mas não menos abrangente mal-estar na civilização. Entretanto, e especialmente depois da guinada conservadora mundial engendrada pelo assim chamado consenso de Washington, na década de 1980, que decretou o fim dos governos e das políticas sociais que marcaram os governos centrais a partir da Segunda Grande Guerra, a função social não apenas do arquiteto, mas da cidadania de modo geral, foi vilipendiada, reduzindo-se progressivamente o cidadão a consumidor acrítico, a política a instrumento de interesses corporativos, e

a cidade a objeto de permanente especulação financeira.

A brutal regressão das políticas sociais no mundo, como no Brasil, em que pesem os importantes avanços havidos nas administrações progressistas do Partido dos Trabalhadores nos últimos quinze anos, levaram à desvalorização do papel do arquiteto urbanista, ao qual restou, no mais das vezes, um lugar simplesmente acessório no processo de decisão de investimentos. Projetar “para o mercado” tornou-se falaciosamente a regra, salvo raras, excepcionais e louváveis exceções.

Neste quadro, a proposição participativa, sob a ótica da coparticipação, da coaprendizagem, da tradução intercultural, da ecologia dos saberes, da produção de presenças e da ação comunicativa, coloca outras possibilidades para a atuação do arquiteto urbanista, não mais como um projetista exógeno ao processo social objeto de sua atuação, mas como um estimulador tecnicamente capacitado de projeções espaciais individuais, manifestadas e acolhidas coletivamente. A mediação ideológica praticada por de Carlo no projeto da Villa Matteotti, de inegável valor histórico, talvez tenha encontrado seu limite exatamente neste aspecto.

Por outro lado, a concepção de cidade/arquitetura/espaço de Alexander retoma o sentido fundador de compreender a cultura como patrimônio humano inalienável, cuja memória atemporal de natureza talvez arquetípica, se manifesta na reiteração de padrões espaciais que constituem o repertório de experiências sociais no território. A metodologia proposta pelo arquiteto urbanista sugere a importância do resgate destas imprimações espaciais essenciais, introjetadas ao longo da história da humanidade, como fonte de possibilidades identitárias ampliadas para os processos de constituição do espaço urbano.

É também obrigatória a menção da concepção de mundo pelo olhar geográfico de Milton Santos, relativa ao lugar e às relações espaciais coisa-objeto, que possibilita uma importante aproximação teórica do objeto de estudo, no sentido de uma elaboração crítica de espaço e território. Em particular, sua concepção de espaço enquanto articulação concatenada de sistemas de ações e sistemas de objetos, é especialmente importante para o enquadramento do objeto de estudo em contextos sistematizáveis, portanto reconhecíveis

e operacionalizáveis.

Trata-se de formas diferenciadas de conhecer o espaço e que, sob o ponto de vista desta tese, são complementares, como que num ensaio de uma ecologia de saberes conforme a proposição de Boaventura de Souza Santos, cujo pensamento político coloca a questão da emancipação cidadã das culturas periféricas, condenadas pelos países centrais à eterna dependência, como base em suas próprias e legítimas epistemologias. No recorte desta tese, as centralidades metropolitanas exercem o mesmo papel de dominação sobre a periferia da periferia. Compreender tais papéis a partir de suas relações epistemológicas implica em inverter as formas de conceber e enquadrar o outro, revelando uma estratégia profícua na construção do sentido da valorização do conhecimento local como modo de ver, interpretar e atuar no mundo, e como um instrumento de emancipação socioespacial, simbolizada pela qualificação dos elr. O que converge para o fortalecimento dos processos culturais na constituição de epistemologias locais.

Nesse processo, é de fundamental importância o reconhecimento da função política dos processos epistemológicos na revelação das formas de conhecimento que regem as relações socioespaciais.

É importante lembrar, ainda, o destaque que Sousa Santos dá ao papel da cartografia como forma de conhecimento, a um tempo ferramenta e veículo de saber, com o que a tese se identifica de forma plena. Se, como diz Lacoste, a geografia serve para fazer a guerra, a tese defende a ideia de que a geografia, em sua manifestação cartográfica (para além da visão de mundo que a geografia crítica propõe), pode servir também a propósitos outros que não o confronto e a conquista. Ao contrário, pode constituir-se como poderoso instrumento de conhecimento do território, a permitir ações consistentes baseadas no conhecimento histórico, cultural, técnico aprofundado do espaço onde a vida se desenvolve.

Afinal, trata-se de pensar o espaço da periferia da periferia em nova chave, tendo o Sul simbólico como origem e destino, e como direção e sentido das ações cidadãs.

Quem sabe, um dia, emancipadas.

Referências

ABRAHÃO, S. L. O espaço público urbano na perspectiva de Carlos Nelson Ferreira Dos Santos. In: IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Enanparq), Porto Alegre, 2016.

ALEXANDER, C. The pattern language. Nova York: Oxford University Press, 1979.

_____. A Timeless Way of Building. Nova York: Oxford University Press, 1979.

ARNSTEIN, S. R. A Ladder Of Citizen Participation. Journal of the American Planning Association, 35: 4, 1969, p. 216-224. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/01944366908977225>>. Acesso em: 2 mar. 2019.

BARONE, A.; DOBRY, S. Arquitetura participativa na visão de Giancarlo de Carlo. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP, (15), 18-31, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i15p18-31>. Acesso em: 6/3/2019

BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Z.; MAURO, E. Babel: entre a incerteza e a esperança. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BEL, J. S. Algunos retos metodológicos en el proyecto del territorio – La práctica del urbanismo. Barcelona: Sintesis, 2010.

_____. Paisajes culturales y desarrollo local: ¿Alta costura o prêt a porter? Labor & Engenho, v.1, n.1, p. 51-76. Campinas, 2007. Disponível em: <www.conpadre.org>. Acesso em: 5/4/2011

BERQUE, A. Paisagem, meio, história. In: BERQUE, A. (org.). Cinq propositions pour une Théorie du Paysage. Mayenne: Champ Valon, 1994. Texto extraído do material produzido para uso exclusivo da disciplina AUP5834 Paisagem e Cotidiano, do Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1º semestre de 2016. Tradução Vladimir Bartalini.

BESSE, J. M. O gosto do mundo. Rio de Janeiro: Eduerj, 2014.

BLANK, G. Brás de Pina: uma experiência de urbanização de favela. In: VALLADARES, L. P. (org.). Habitação em questão. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, pp. 93-124; In: SILVA, S. S. Brás de Pina: memória da experiência participativa na urbanização de uma favela, III Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas – URBFAVELAS, Salvador.

BÓGUS, L. M. M.; PASTERNAK, S. São Paulo na transição demográfica. In: BÓGUS, L. M. M.; PASTERNAK, S. (orgs.); RIBEIRO, L. C. Q. São Paulo: transformações na ordem urbana. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

BORDE, A. L. P. Vazios projetuais da área urbana central do Rio de Janeiro: o avesso dos projetos urbanos? 2010. Disponível em: <<http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/195/195-698-2-SP.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2019.

BOSI, A. A origem da palavra cultura. Disponível em: <<https://panduguiha.wordpress.com/2008/11/24/alfredo-bosi-a-origem-da-palavra-cultura/>>. Acesso em: 15 set. 2019.

_____. Dialética da colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRASIL. Lei de Proteção aos Mananciais – Lei nº 898/1975, Lei nº 1172/1976 e Lei nº 1817/1978.

BRUNA, G. C. et. al. A Lei de Proteção aos Mananciais: uma análise crítica da legislação de proteção dos mananciais na Região Metropolitana de São Paulo. ICTR 2004 – Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia em Resíduos e Desenvolvimento Sustentável, Florianópolis, 2004.

BUITONI, C. S. Mayumi Souza Lima: a construção do espaço para educação. Dissertação (mestrado). Vera Maria Pallamin (orientadora) – FAUUSP, São Paulo, 2009.

CAMBIL, M. et al. Líneas de investigación en ADICI: Diseño de procesos de Producción Social del Hábitat. Universitat Politècnica de Catalunya – Escola Tècnica Superior d'Arquitectura del Vallès, 2006.

COLLINS, K.; ISON, R. Dare We Jump off Arnstein's Ladder? Social Learning as a New Policy Paradigm. In: Proceedings of PATH

(Participatory Approaches in Science & Technology) Conference. Edinburgo, 2006. Disponível em: <<http://www.macaulay.ac.uk/PATHconference/index.html#output>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

DE CARLO, G.; GUARDA, L. S. Urbino: The History of a City and Plans for Its Development. Cambridge Mass.: MIT Press, 1970.

DEMATTEIS, G. La scomposizione metropolitana, la città del mondo e il futuro delle metropoli. Partecipazioni internazionali. Milano: Electa, 1988.

_____. Suburbanización y periurbanización: ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In: La ciudad dispersa – Suburbanización y nuevas periferias. Barcelona: Centre de Cultura Contemporànea de Barcelona, 1998. Urbanitats Collection nº 4.

DICIO. Dicionário online de português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/sistema/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

ESTATUTO DA CIDADE. Lei 10.257/2001.

FEDOZZI, L. J.; MARTINS, A. L. B. Trajetória do orçamento participativo de Porto Alegre: representação e elitização política. Lua Nova, São Paulo, 95: 181-223, 2015

FERNANDEZ, V. Promoviendo un diseño urbano participativo: experiencias desde la práctica y la docência. Revista AUS, Santiago de Chile, nº 15; primeiro semestre, 2014.

FERREIRA, J. S. W. Plano diretor (parte 1): uma ilusão? Disponível em <http://cidadesparaquem.org/blog/2013/8/1/plano-diretor-radicalizar-o-acesso-por-todos-terra-urbana-resta-a-prefeitura-explicar-o-decreto-xxxx>. Acesso em: 7 nov. 2108.

FERRENTINO, T. Attraverso Giancarlo De Carlo: una mappa di materiali per ripensare il progetto della città contemporanea. Dottorato di Ricerca in Urbanistica e Progettazione Territoriale. Napoli, Università Degli Studi Di Napoli Federico II. 2007.

GLASSER, H. Minding the Gap: the Role of Social Learning in Linking our Stated Desire for a More Sustainable World to Our Everyday Actions and Policies. In: WALS, A. E. J. Social Learning Towards a Sustainable World: Principles, Perspectives and Praxis. Wageningen, Netherlands: Wageningen Academic Publishers, 2007.

HARVEY, D. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

_____. Cidades rebeldes – Do direito à cidade à revolução urbana. Trad. Jefferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOBBSAWM, E. Tempos fraturados – Cultura e sociedade no século XX. São Paulo: Companhia da Letras, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). A implementação do Estatuto da Metrôpole na Região Metropolitana de São Paulo – Relatório de pesquisa. Acordo de Cooperação Técnica (ACT nº 03019.000181/2015-58) entre a Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea e a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. (Emplasa). Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

_____. Caracterização e quadros de análise comparativa da governança metropolitana no Brasil – Arranjos institucionais de gestão metropolitana. Rio de Janeiro: Ipea, junho de 2013.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS (IPT). Centro de Tecnologias Ambientais e Energéticas (Cetae); Laboratório de Riscos Ambientais (Lara). Relatório Técnico nº 133022-205 – Mapeamento de áreas de alto e muito alto risco de deslizamentos e inundações do município de Ferraz de Vasconcelos (SP). Ferraz de Vasconcelos, maio, 2013.

LACOSTE, Y. A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 19ª ed. São Paulo: Papirus Editora, 2017.

LANGENBUCH, J. R. A estruturação da Grande São Paulo – estudo de geografia urbana. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Estatística, 1971.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Editora Documentos, 1969.

LEITE, M. A. F. P. Um sistema de espaços livres para São Paulo. In: Estudos Avançados [online], 2011, vol. 25, n. 71. pp. 159-174.

LIMA, M. A cidade e a criança. São Paulo: Nobel, 1989 – Coleção Cidade Aberta.

LYNCH, K. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

MACEDO, S. S. et al. Os sistemas de espaços livres na constituição da forma urbana contemporânea no Brasil: produção e apropriação (QUAPÁSEL II). Paisagem e Ambiente, São Paulo, 2012, pp. 137-172

MACHADO, J. A. S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jul./dez. 2007, p. 248-285.

MAGNOLI, M. O parque no desenho urbano. Paisagem Ambiente: ensaios, São Paulo, nº 21, 2006.

MARICATO, E. Metrôpole, legislação e desigualdade. In: Estudos Avançados, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, nº 17, 2003.

_____. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 4, out./dez. 2000.

_____. O MINISTÉRIO DAS CIDADES E A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO. IPEA - políticas sociais - acompanhamento e análise. Rio de Janeiro; no. 12, fevereiro. 2006.

MEYER, R.; GROSTEIN, M.D.; BIDERMAN, C. São Paulo metrópole. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado, 2004.

MISRA, T.; CAPPS, K. Why HUD Wants to Restrict Assistance for Immigrants. Disponível em: <<https://www.citylab.com/equity/2019/04/public-housing-rent-assistance-immigrant-families-hud-policy/587479/>>. Acesso em: 4/10/2018.

NASCIMENTO, F. B.; SCIFONI, S. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira-SP. Revista CPC, São Paulo, n. 10, p. 29-48, maio/out 2010.

NUNES SANTOS, V. M. N.; JACOBI, P. R. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 98, n. 249, p. 522-539, maio/ago. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.98i249.2758>>.

OXFAM. UMA ECONOMIA PARA O 1% - Como privilégios e poderes exercidos sobre a economia geram situações de desigualdade extrema e como esse quadro pode ser revertido. DOCUMENTO INFORMATIVO DA OXFAM 210 RESUMO. Disponível em <https://oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/uma-economia-para-o-1/> Acesso em 9/12/2017.

_____. Recompensem o trabalho, não a riqueza. 2018. Disponível em: <<https://oxfam.org.br/publicacao/recompensem-o-trabalho-nao-a-riqueza/>>. Acesso em: 4 mar. 2019.

PACUCCI, L. Creare valore attraverso il progetto dello spazio coletivo dell'abitare. Il villaggio Matteotti quarant'anni dopo. Laurea Specialistica in Architettura, Facoltà di Architettura e Società. Politecnico di Milano. 2009/2010.

PIKETTY, T. O capital no século XXI. Tradução de Monica B. De Bolle. 1ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINTO, J. M. R. "A Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas: conceitos básicos e possibilidades de aplicação à administração escolar". Paideia, FFCLRP-USP, Ribeirão Preto, fev.1995, p. 77-96.

PLANO DIRETOR DE FERRAZ VASCONCELOS, 2016.

POLIS CONSULTORIA LTDA. Plano Local de Habitação de Interesse Social de Ferraz de Vasconcelos – PLHIS. Ferraz de Vasconcelos, 2012.

PORTAS, N.; TRAVASSO, N. As transformações do espaço urbano: estruturas e fragmentos. In: PORTAS, N.; DOMINGUES, A.; CABRAL, J. (ed.). Políticas urbanas II: transformações, regulações e projectos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

QUEIROGA, E. F. Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros. São Paulo, 2012, 284 p. Tese de livre-docência. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras. Resgate, vol. XIX, nº 21, jan./jun. 2011, p. 26

QUEIROGA, E. F. et al. Os espaços livres e a esfera pública contemporânea no Brasil: por uma conceituação considerando propriedades (públicas e privadas) e apropriações. In: TÂNGARI, V.; ANDRADE, R.; SCHLEE, M. (orgs.). Sistema de espaços livres: o cotidiano,

apropriações e ausências. Rio de Janeiro: FAU-UFRJ, POSARQ-UFRJ, 2009, pp 82-99.

REIS FILHO, N. G. Notas sobre a urbanização dispersa e novas formas do tecido urbano. São Paulo: Via das Artes, 2006.

ROSA, M. Classificação do Padrão de Ocupação Urbana de São Paulo Utilizando Aprendizagem de Máquina e Sentinel 2. Revista do Departamento de Geografia, n. SPE, p. 15-21, 9 set. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/145784>. Acesso em: 3/7/2019

SAMMARCO ROSA, F. Plano diretor ambiental como estratégia de desenvolvimento rural e urbano. Boletim Paulista de Geografia BPG, n. 100, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1501>>. Acesso em: 19/12/2018.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª. ed. 4ª. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Edusp, 1996.

_____. Técnica, espaço e tempo – Globalização e meio técnico-científico e informacional. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Por uma geografia nova – Da crítica da geografia a uma geografia Crítica. 6ª ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008.

_____. A urbanização brasileira. 5ª ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo: 2009.

SCIFONI, S. Paisagem cultural (verbete). In: GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (orgs.). Dicionário Iphan do Patrimônio Cultural. 2ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: Iphan/DAF/Copedoc, 2016.

SECCHI, B. Primeira lição de urbanismo. São Paulo: Perspectiva, 2006.

SENNETH, R. The Fall of Public Man: on the Social Psychology of Capitalism. Nova York: Vintage Books, 1978.

SILVA, H. M. B. Vazios urbanos – requalificando o problema na Grande São Paulo. Seminário Internacional sobre Vazios Urbanos: Novos desafios e oportunidades, 2006. Disponível em: <http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/silva_vaziosurbanos_hmb.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2019.

SOLÁ-MORALES I RUBIÓ, M. Las formas de crecimiento urbano. Barcelona: Edicions UPC, 1997.

SOUSA SANTOS, B. Na oficina do sociólogo artesão: aulas 2011-2016. Boaventura de Sousa Santos. Maria Paula Meneses (sel.), Carolina Peixoto (ed.). São Paulo: Cortez, 2018.

SPIRN, A. W. O jardim de granito – a natureza no desenho da cidade. São Paulo: Edusp, 1995.

TOLBERT, P. S. Robert Michels and the Iron Law of Oligarchy [versão eletrônica]. 2010. Disponível em: <<http://digitalcommons.ilr.cornell.edu/articles/397/>>. Acesso em: 4/5/2019

VILLAÇA, F. O espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp – Lincoln Institute, 2001.

_____. As ilusões do plano diretor. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/fau/galeria/paginas/>. Acesso em: 3/3/2006

WILLIAM, R. Cultural Origins and Environmental Implications of Large Technological Systems. Science in Context, The Cohn Institute for the History and Philosophy of Science and Ideas, Tel Aviv, vol. 6-2, 1993. pp. 377-403.

WORLD HERITAGE CONVENTION. Convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage, Paris. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation (Unesco), 1992. Acesso em: 25/6/2018

